

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

JARINA SERRA SANTOS

**OS LIVROS ESCOLARES DE AUTORES MARANHENSES NA IMPRENSA
LOCAL (1860 - 1920)**

São Luís
2022

JARINA SERRA SANTOS

**OS LIVROS ESCOLARES DE AUTORES MARANHENSES NA IMPRENSA
LOCAL (1860 - 1920)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Luís Velázquez Castellanos

São Luís
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos, Jarina Serra.

OS LIVROS ESCOLARES DE AUTORES MARANHENSES NA IMPRENSA
LOCAL 1860 - 1920 / Jarina Serra Santos. - 2022.
181 f.

Orientador(a): Samuel Luis Velázquez Castellanos.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Educação/ccso, Universidade Federal do Maranhão, SAO LUIS,
2022.

1. Cultura material escolar. 2. Instrução maranhense.
3. Livro escolar. I. Castellanos, Samuel Luis Velázquez.
II. Título.

JARINA SERRA SANTOS

**OS LIVROS ESCOLARES DE AUTORES MARANHENSES NA IMPRENSA
LOCAL (1860 - 1920)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Luis Velázquez Castellanos.

Data ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Samuel Luis Velazquez Castellanos (orientador)

Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Eliane Teresinha Peres (avaliadora externa)

Doutora em Educação
Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. César Augusto Castro (avaliador interno)

Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a. Dr.^a Diana Rocha da Silva (Suplente)

Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho a Orlanira Castro (Mãe) e Karla Serra (irmã).

AGRADECIMENTOS

Só foi possível chegar ao final deste trabalho graças ao apoio de algumas pessoas que se mostraram imprescindíveis em minha vida a quem sou imensamente grata.

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador o Prof.º Dr. Samuel Luís Velázquez Castellanos pela sua dedicação, generosidade, paciência e disponibilidade de compartilhar seus conhecimentos, não somente para a realização deste trabalho, como também durante os anos de iniciação científica desenvolvidas no NEDHEL.

Ao Prof.º Dr. César Augusto Castro, por suas contribuições nesta pesquisa durante todo o seu desenvolvimento e na qualificação, sempre pronto a indicar uma referência ou fonte importantíssimas, como também pela oportunidade e confiança de me integrar ao NEDHEL, mudando a minha vida para sempre.

À Prof.ª Dr.ª Diana Rocha da Silva, por ser sempre positiva, amorosa e inspiradora, por suas contribuições na qualificação. Obrigada pelo incentivo, orientações e conselhos durante toda a minha trajetória na UFMA.

O NEDHEL não poderia ter melhores professores!

À professor (a) Eliane Teresinha Peres, por ter aceitado o convite de participar da banca de avaliação e pelas suas pertinentes colaborações.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFMA e todos os professores e professoras.

À minha mãe Orlanira Castro Serra e a minha irmã Karla Regina Serra Santos, por serem mulheres inspiradoras e que estiveram sempre ao meu lado. Sem vocês não seria possível chegar até aqui, e ao querido Francisco de Assis. Gratidão pelo amor, apoio e confiança.

Aos meus amigos do NEDHEL, com quem tive o privilégio de compartilhar as alegrias e dificuldades: Mayra Cabral, Phellype Kássio, Tátilla Barroso, Rita Pajaú, Luciana Furtado, Almicéia Borges, Amaury Santos, Jaciara, Claudia, Nathalia, e em especial, Andréia Monteiro com quem tive o prazer de cursar não só a graduação como também o mestrado.

As minhas amigas Rute Ferreira, pelo apoio desde o primeiro dia em que cheguei à UFMA e a Kelly Araújo pela paciência e incentivo, assim como a Luan Costa, Eliane Vele e Carlos Miguel Lucena. Aos queridos José de Ribamar e Maria

do Amparo, Jéssica de Araújo e Júlia Brandão e Andressa Souza pela acolhida e amor.

Aos colegas da turma 20 do mestrado e a grata surpresa de encontrar pessoas tão incríveis e amorosas, a amizade de vocês foi um belo presente.

Mateus de Araújo Souza, companheiro de sempre na jornada acadêmica e na vida, obrigada por me permitir desfrutar da sua alegria, apoio e amor.

Com alegria o dizemos, já entre nós a instrução é um objeto sério, digno de ocupar a atenção dos nossos homens ilustrados.

O PAIZ, 1864, p. 2

RESUMO

O livro escolar faz parte de um conjunto de artefatos que compõe a cultura material escolar e contribuiu para pôr em prática as concepções de ensino propostas no Brasil. Objetiva-se nesta pesquisa que, está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA e inserida na linha de pesquisa História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação humana, analisar as representações dos livros escolares na imprensa maranhense entre o final do século XIX e início do XX. Utilizam-se os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural com base nos seus três eixos indissociáveis e nos auxiliamos da pesquisa bibliográfica e documental: a primeira, pautada em estudos sobre a teoria da história e a história do livro escolar, assim como a história do Maranhão e da imprensa local; a segunda, centrada nos jornais, relatórios e ofícios dos inspetores da instrução pública e dos presidentes de província, como também nas leis e regulamentos da instrução, identificando-se nos periódicos, 32 livros escolares de autores locais, embora múltiplas representações emanem destas fontes a partir de interesses distintos: o *Publicador Maranhense* (1842-1885) privilegiando as ações governamentais; *O Paiz* (1863-1889) destacando a produção da tipografia Progresso de Belarmino de Matos com a qual estabeleceu uma relação comercial; e o *Pacotilha* (1880-1939), apresentando uma postura crítica e favorável às mudanças e proposições inovadoras dos autores. Conclui-se que as disciplinas escolares contribuíram na frequência e na forma como foram representadas estas obras, privilegiando-se os livros de gramática, matemática, leitura e moral, além dos de geografia e história, bem como a posição social dos autores que influenciou na forma como foram divulgadas nos jornais e na aprovação nos diferentes níveis de ensino, já que o livro escolar por ser um objeto cultural caro às instâncias de poder, foi alvo de constantes disputas, vigilância e arranjos sociais/culturais que subjugaram seus produtores, os quais, via táticas de apropriação buscaram alternativas a estas imposições que visaram a propagação de suas obras e a adoção no ensino.

Palavras-chave: Livro escolar. Instrução maranhense. Cultura material escolar.

ABSTRACT

The school book is part of a set of artifacts that make up the material school culture and contributed to putting into practice the teaching concepts proposed in Brazil. The objective of this research, which is linked to the Graduate Program in Education at UFMA and inserted in the line of research History, Educational Policies, Work and Human Formation, is to analyze the representations of school books in the Maranhão press between the end of the 19th century. and beginning of the XX. The theoretical-methodological assumptions of Cultural History are used based on its three inseparable axes and we are supported by bibliographic and documentary research: the first, based on studies on the theory of history and the history of the school book, as well as the history of the Maranhão and the local press; the second, focused on newspapers, reports and official letters from inspectors of public education and provincial presidents, as well as on education laws and regulations, identifying 32 school books by local authors in the periodicals, although multiple representations emanate from these sources to from different interests: the Publisher Maranhense (1842-1885) privileging government actions; O Paiz (1863-1889) highlighting the production of the Progresso typography by Belarmino de Matos with which he established a commercial relationship; and the Pacotilha (1880-1939), presenting a critical and favorable attitude to the changes and innovative propositions of the authors. It is concluded that school subjects contributed to the frequency and the way in which these works were represented, giving priority to books on grammar, mathematics, reading and morals, in addition to those on geography and history, as well as the social position of the authors that influenced the way in which they were publicized in the newspapers and in the approval at different levels of education, since the school book, being a cultural object dear to the instances of power, was the target of constant disputes, surveillance and social/cultural arrangements that subjugated its producers, which , through appropriation tactics sought alternatives to these impositions that aimed at the propagation of their works and the adoption in teaching.

Keywords: School book. Primary education in Maranhão. School supplies culture.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Localização das livrarias	36
FIGURA 2 - Localização das tipografias	37
FIGURA 3 - Localização das instituições de ensino.....	38
FIGURA 4 - Jornal O Paiz.....	46
FIGURA 5 - Jornal Publicador Maranhense	46
FIGURA 6 - Jornal Pacotilha	47
FIGURA 7 - Livro Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema métrico decimal.	55
FIGURA 8 e 9: Livro Resumo e Álgebra / Estudinhos de língua portugueza ...	57
FIGURA 10 - Livro Atlas do Império do Brasil.....	58
FIGURA 11 - O Livro do Povo	65
FIGURA 12 - Livro Postillas de Gramatica Geral	69
FIGURA 13 - Livro Compendio da Grammatica Philosophica.....	71
FIGURA 14 - Livro Gramatica Elementar da Lingua Portugueza	72
FIGURA 15 - livro Fragmentos para Chorographia do Maranhão	75
FIGURA 16 - Livro Nova Qartilha Portugueza.....	77
FIGURA 17 - Mapa do Brasil.....	135
FIGURA 18 - Página de anúncios d'O Paiz	157

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Início de um trajeto	11
1.2	A problemática da investigação	14
1.3	Objetivos geral e específicos	16
1.4	Procedimentos metodológicos	18
1.5	Estrutura do trabalho	31
2	A IMPRENSA MARANHENSE E A DIVULGAÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES	33
2.1	O JORNAL COMO MENSAGEIRO PERSPICAZ: livros escolares n’O Paiz, no Pacotilha e no Publicador Maranhense	49
2.2	Circulação dos livros escolares: estratégias editoriais dos jornais, indicações de uso, aprovações e distribuições	93
3	REPRESENTAÇÕES DOS LIVROS ESCOLARES NA IMPRENSA	115
3.1	Discursos sobre os livros escolares	121
3.2	Anúncios de venda e compra	152
4	CONCLUSÃO	165
	REFERÊNCIAS	170
	Anexo A – Livros escolares no Maranhão	171

1 INTRODUÇÃO

1.1 Início de um trajeto

O livro faz parte de uma série de objetos que compõe a cultura material escolar e contribuíram para pôr em prática as concepções de ensino propostas no Brasil. No Maranhão, ilustres personalidades se empenharam na sua produção a fim de colaborar com o avanço da instrução na província, considerada ineficaz e atrasada, bem como alcançar um reconhecimento social, uma vez que a autoria de uma obra era considerada como uma importante contribuição, um gesto honroso e patriótico, dentre outros aspectos. Para os professores configurava-se como um instrumento que continha os saberes escolarizados e os auxiliavam na prática pedagógica por seus registros de forma sistemática; para os alunos era um veículo pelo qual poderiam aprender e exercitar os conhecimentos transmitidos.

Ele não é apenas um suporte no qual se registra os conteúdos escolares, carrega em si valores, costumes e o discurso autorizado de um determinado grupo num tempo e espaço, figurando em lugar de destaque nas pesquisas em educação que revelam a complexidade deste objeto cultural (PERES; RAMIL, 2018). Caro às instâncias de poder pela sua possibilidade de comunicar, formar e controlar a população, foi alvo de intensa vigilância do governo provincial e da Igreja Católica, que regulavam as normas de sua produção e elaboravam pareceres sobre a permissão ou veto para sua utilização nas escolas numa tentativa de conter as interpretações dos seus leitores para que não se desviassem do sentido proposto. No mercado do livro lutas de forças são evidentes entre diversos grupos sociais: os autores e editores que promoviam suas obras na intenção de que fossem adotadas no ensino, buscando um reconhecimento social por sua produção; o clero e os governantes como forma de inculcar na sociedade seus ideais para a formação de um bom cidadão; os alunos e professores que precisavam acessá-lo; questão nem sempre simples de resolver.

O Oitocentos no Maranhão foi marcado por uma intensa produção dos mais variados tipos de escritos impressos, entre eles, aqueles que comportam textos literários, religiosos, informativos e administrativos. No que se refere ao escolar, até então foram identificados cerca de 37 registros de autores locais (CASTELLANOS, 2017) – Anexo A. Embora exista um quantitativo significativo para a época, segundo

as condições de produção, circulação e distribuição, só é possível ter acesso a um número reduzido de títulos, seja por meio digital, seja no material físico, em função da deficiência da sua conservação, neste sentido Castellanos (2017, p. 309) aponta uma série de fatores que podem ter contribuído para tal realidade: o caráter “descartável” do livro escolar com relação as mudanças curriculares, não foram considerados como materiais culturais para serem cuidados e inventariados; a tiragem para atender as crianças, que podem ser consideradas como pouco cuidadosas, produzidas com materiais de baixa qualidade com a finalidade de baratear os custos, o que também pode ter contribuído para a sua deterioração; além da posição social dos autores pode ter influenciado para a não preservação de certas obras, uma vez que aqueles que tiveram maior destaque no cenário local e nacional, na maior parte das vezes, a sua produção foi resguardada.

Na busca de vestígios sobre as obras e a instrução recorreremos aos jornais; tipo de fonte documental periódica, que registra diversos aspectos da vida cotidiana e nos ajuda a resgatar alguns elementos da história deste objeto cultural. Destarte, *Os livros escolares de autores maranhenses na imprensa local* como tema e objeto de nossa investigação, se baseia na identificação dos títulos nas matérias e anúncios publicados nos jornais e na análise das representações construídas sobre eles nestes suportes que circulavam na época. O interesse pela temática se dá, em certa medida, tendo em vista a notoriedade desta província, quanto à qualidade e quantidade de impressos, que para os padrões do período, foi pioneira na produção de grandes tiragens de livros escolares, mesmo que o setor enfrentasse dificuldades financeiras e estruturais.

O recorte temporal que definimos corresponde à segunda metade do século XIX e início do século XX, por vários fatores, entre eles: 1) a insatisfação dos sujeitos envolvidos com a instrução local com a produção estrangeira adotada no país; 2) a elaboração de reformas na instrução pública; 3) a adoção de novos métodos de ensino; 4) a concepção e fabrico de obras de autores locais e nacionais alinhadas com a realidade brasileira e de acordo com os interesses da classe dominante; 5) a mudança política e social provocada pela passagem do regime imperial para a república e como isso transparece nos livros escolares; 6) por fim, ser o período de circulação das fontes utilizadas.

Segundo Faria Filho (2007) é a partir de 1860, que em várias províncias surgem as necessidades de uma instrução articulada com os poderes instituídos; resultado de discussões e iniciativas tomadas desde o começo do século, na medida em que, se observa “[...] um vertiginoso crescimento dos ‘conhecimentos escolarizados’ [...] um aumento significativo daqueles conhecimentos que, esperava-se, [que] a escola [ensinasse] aos alunos” (FARIA FILHO, 2007, p. 139). Simultaneamente se intensifica a atividade da imprensa no Maranhão, que passa por três fases distintas: um estado estacionário, concebido desde sua fundação em 1821 até 1840, marcado pelo marasmo e incertezas deste novo segmento que estava se desenvolvendo; o momento de sua decadência entre 1841 e 1848, pois a preocupação eram as disputas políticas, não priorizando a qualidade contratando pessoal sem habilidade para a realização do trabalho; e a fase do progresso a partir de 1849, caracterizada tanto pelo desenvolvimento tecnológico quanto pelas técnicas empregadas pelos tipógrafos (FRIAS, 2001). Portanto a pesquisa se situa em um momento em que estes dois setores estavam em vias de desenvolvimento.

As primeiras aproximações que tive com a temática ocorreram no início da minha graduação em Biblioteconomia na UFMA, especialmente na disciplina história do livro e das bibliotecas. Posteriormente, como aluna de iniciação científica, tive a oportunidade de participar de atividades, tais como: a transcrição de fontes manuscritas; pesquisas nos jornais; discussões de textos e a apresentação de trabalhos em eventos científicos, entre outras, que foram desenvolvidas no projeto *A representatividade do livro escolar no Maranhão Império*, coordenado pelo Professor Doutor Samuel Luis Velázquez Castellanos (meu orientador) e realizado pelo Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras - NEDHEL¹ (do qual faço parte), que objetivava analisar a produção, circulação e indicações de uso das obras escolares verificando sua representatividade na instrução local, o qual recebeu o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Neste momento lhe estou dando continuidade como mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE-UFMA).

¹ O NEDHEL foi criado em 2005 e objetiva desenvolver estudos, pesquisas e produzir inventários sobre História da Educação, História do Livro e da Leitura no Maranhão (CASTELLANOS, 2015).

Este trabalho também resultou na minha monografia *A representatividade dos livros de leitura de autores maranhenses no jornal O Paiz (1863-1889)*, defendida no curso de Biblioteconomia da UFMA em 2018. Ao ingressar no programa de pós-graduação em educação, resolvemos seguir com esta temática, ampliando a proposta que transcende a restrição aos de leitura para os escolares. O recorte temporal que avança até a primeira década da Primeira República, utilizando outras fontes para além dos jornais, como ofícios e relatórios da inspetoria da instrução pública, dos presidentes de província e governadores o que nos possibilita uma melhor compreensão do objeto de pesquisa a partir do cruzamento de dados dos documentos de diferentes naturezas.

1.2 A problemática da investigação

Como bibliotecária é fundamental conhecer a história do livro e da leitura em sentido geral, e a produção local de obras escolares no particular, seus autores e todo o processo editorial, desde a impressão até o consumidor final; isto é, saber como se lia, para que se lia e o que se lia no período de 1860 até 1920, quais as obras de referências e aquilo que não era permitido ler em nível local; questões que são fundamentais para a construção de nosso objeto. Além disto, ter a oportunidade de trabalhar com obras raras, pesquisar no Arquivo Público do Maranhão e ter acesso a fontes documentais dos mais diversos tipos nos ajuda a entender a importância das fontes para a pesquisa histórica e a necessidade da preservação de acervos e a sua disponibilização; atividade à qual me dedico profissionalmente, especificamente com a documentação cartorária no sentido de higienizar, organizar, digitalizar e indexar suas informações.

Sendo o livro escolar um objeto imprescindível na época, era necessário um controle sobre a sua produção, pois segundo Chartier (1992) a apreensão do sentido proposto nos textos está relacionada à forma assumida pelo escrito que chega ao leitor por meio de um suporte. Neste sentido, se estabelecem dois conjuntos de dispositivos distintos: o texto elaborado pelo autor e suas imposições presentes nas estratégias de escrita e intenções; e aquele decorrente da fabricação do livro ou outro artefato, que pode desvencilhar-se dos objetivos primeiros do autor, pois perpassa por decisões editoriais que se utilizam de táticas para sua produção: “[...] intervalo [entre estratégias e táticas;] espaço no qual o significado é criado” (CHARTIER, 1992,

p. 220). Portanto, nossa problemática baseia-se em compreendermos em que medida as representações dos livros escolares de autores maranhenses registradas nos jornais terá influenciado o ensino local no período de 1860- 1920?

A partir disso, questões norteadoras que nos auxiliem a trilhar e manter um caminho nesta proposta são necessárias:

- Quais livros escolares de autores maranhenses foram publicados segundo os jornais no período em foco?
- Quem são os autores e suas vinculações institucionais?
- Quais as semelhas e diferenças na divulgação das obras por meio dos jornais?
- De que forma estas obras estão representadas nos diferentes jornais?

No tocante à primeira questão é fundamental identificarmos a produção escolar e a frequência com que cada título se registrava nos jornais de grande circulação que constantemente cediam espaço e davam visibilidade à temática. Nessa lógica, quantificar e serializar estes registros sobre cada livro possibilita perceber o movimento e as preferências sobre este artefato na fonte, em alguns casos definirmos períodos de ascensão/declínio de cada título e seus porquês, que podem estar relacionados a questões variadas, entre elas: a desatualização do conteúdo ou mesmo a concorrência entre a produção local, nacional e internacional. Com respeito à segunda questão, torna-se importante identificar os sujeitos produtores destes artefatos e a posição ocupada no tecido societal, visto que a influência dos autores na imprensa local possibilitou maior divulgação das obras, bem como os cargos de poder ocupados que serviram de algum modo para a propagação dos seus escritos. Nossa intenção se sustenta não só na localização destas produções, como também na identificação do tempo de permanência na imprensa, do número de edições e das variações de preço, assim como do material em uso para sua fabricação, além das representações construídas ao seu respeito, uma vez que os jornais são moldados em um jogo de poder e possuem uma força política que é capaz de interferir ativamente na sociedade (BARROS, 2019). Neste sentido, a força das representações construídas por este veículo incide na capacidade de substituir a realidade que representa e na produção de reconhecimento e legitimidade social (PESAVENTO, 2012).

Enquanto à terceira questão, nos centramos nas diferentes opiniões emitidas pelos jornais sobre os livros escolares, as semelhanças entre elas e aquilo que as difere, pois, este artefato está “[...] inscrito em uma lógica mercantil de produção e de circulação, portador de saberes considerados legítimos ao serem ensinados na escola que expressa uma relação de poder [...]” (PERES; RAMIL, 2018, p. 36). Um comparativo entre aquilo que era valorizado e/ou criticado, omitido e/ou sugerido para os autores nas matérias dos jornais enquanto pontos em que poderiam melhorar, bem como aqueles escritos que eram indicados para os leitores se faz necessário, pois os discursos que os descrevem e opinam sobre eles apontam para as intencionalidades na sua produção e para as estratégias de venda, aceitabilidade e circulação e adoção das obras nos espaços de ensino. Nessa linha de raciocínio, as fontes são pistas essenciais para a análise das intencionalidades que emergem dos escritos; vestígios daquilo que queria ser valorizado e de como se colocava em prática o que era pensado pelas instâncias de poder.

Neste sentido, nossa quarta questão consiste em identificarmos de que forma os livros escolares estão representados nos diferentes jornais? Uma vez que “qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende das formas com as quais ele chega ao seu leitor” (CHARTIER, 1992, p. 220). Assim é possível que o livro seja abordado em diferentes perspectivas dependendo das intencionalidades e práticas de cada um dos periódicos, gerando, por sua vez, diversas representações ao respeito segundo a lógica instaurada. Nossa intenção aqui consiste em perceber tais variações de acordo com os objetivos e interesses vigentes nos períodos em foco, os quais, por serem distintos, suscitam diferentes marcos e contextos.

1.3 Objetivos geral e específicos

Analisar as representações dos livros escolares de autores maranhenses na imprensa local entre segunda metade do século XIX e início do XX, é nosso objetivo geral, visto que se põe em jogo o enredo fabricado pelos jornais sobre os materiais encontrados, colocando em cheque: as intencionalidades dos discursos registrados; os tratamentos que receberam n’*O Paiz* (1863-1889), no *Publicador Maranhense* (1842-1885) e na *Pacotilha* (1880-1939) de acordo com os interesses dos sujeitos envolvidos na produção do livro e das publicações da folha; como também, o que se diz e com qual frequência foram abordadas nesses suportes, na tentativa de

encontramos pontos comuns e divergentes nestes registros. Tais indícios ajudaram a nos aproximar das representações construídas sobre este objeto cultural e sobre a escola nestas temporalidades, pois a ideia de representar “não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas [sim] uma construção feita a partir dele” (PESAVENTO, 2012, p.40). Isto seria pensar sobre as contrações feitas a partir do livro presente nos jornais que perpassa sobre o que é permitido ler, quais são os conteúdos impostos para a elaboração destas obras, o seu papel na instrução, e a leitura que fazem esses diferentes periódicos de uma ou várias obras, e que tentam transmitir aos seus leitores, que não precisam acessar a obra em si, passam a conhecê-la por meio das ideias que defendem impactando-os de diferentes formas.

O primeiro objetivo específico consiste em identificar os livros escolares e divulgados na imprensa maranhense, tendo em conta as edições, os impressores responsáveis, quem são e o que fazem os seus autores, o público ao qual se destina, os processos de aprovação ou reprovação para uso no ensino, as instituições em que foram adotados, sendo fundamental “[...] compreender o livro didático como um artefato que é ao mesmo tempo cultural, econômico, pedagógico, textual e cujas páginas revelam intencionalidades sociais definidas, além de práticas e ideário pedagógico [...]” (PEREZ; RAMIL, 2018, p. 37). Nessa lógica, cada uma das obras até agora identificadas, atende a um conjunto de interesses e sua penetração no ambiente escolar depende desses fatores.

Depois de ter acesso aos discursos sobre este artefato por meio dos registros comparar e descrever os livros escolares é nosso segundo objetivo específico já que a distinção entre semelhanças, padrões e diferenças nestes artefatos e nas práticas de produção das matérias, entre o conjunto de elementos que tornam cada uma delas únicas tais como a forma como são abordadas e os conteúdos que são registrados, até a disposição no suporte, estas características nos fornecem elementos para analisar os valores, os saberes e interesses que perpassam os processos de produção e circulação dos livros escolares. Aqui as matérias e anúncios publicados podem ser entendidos como estratégias de controle e sedução do leitor visando guiar os leitores por meio de seus argumentos em um esforço de controlar a recepção e dominar as representações (CHARTIER, 1989). Uma das finalidades que

parece indicar seria induzir o consumo destas publicações e conseqüentemente aumentar a lucratividade dos editores.

Nosso terceiro objetivo consiste em compreender como cada jornal, ao seu modo, representa os livros escolares uma vez que eles são moldados em um jogo de poder e possuem uma força política que é capaz de interferir ativamente na sociedade (BARROS, 2019). Cada um deles tenta transmitir aos leitores a sua própria visão sobre o livro escolar, seus autores e sua utilidade para o ensino, e isto está diretamente relacionado aos seus próprios interesses. Portanto, o que e como se publica cada crítica, elogio, a frequência de anúncios e notícias de um título presentes em um destes periódicos tem intencionalidades distintas, sejam elas comerciais, profissionais ou políticas.

1.4 Procedimentos metodológicos

Nessa perspectiva, fizemos uso dos pressupostos teórico-metodológicos da história cultural que “tem como principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1988, p.16). Ela nos auxilia na análise e no entendimento do livro escolar como objeto e fonte de pesquisa, a partir do uso de seus três elementos indissociáveis para análise: 1) a *história dos objetos* na sua materialidade; 2) a *história das práticas* nas suas diferenças e, 3) por último, a junção destes eixos numa forma mais ampla de compreender as *formações ou configurações sociais*, as *mudanças nas estruturas psíquicas* e as *armaduras conceituais* analisados eles nas suas variações históricas (CARVALHO; NUNES, 1993, CASTELLANOS, 2020).

A história dos objetos na sua materialidade se analisa por meio de quatro elementos: forma, estrutura, dispositivo e frequência. Em sendo assim, identificamos duas formas de referenciar-se os livros escolares: as notícias e os anúncios. As notícias consistem em uma explanação geral, positiva ou negativa que permite ao autor, pela sua extensão, um detalhamento ou aprofundamento do tema que discute; convencimento do leitor pelas estratégias de persuasão ou de demonstração que o autor busca ao se expressar (DE CERTEAU, 2012). A estrutura nelas se caracteriza pela extensão e ocupa de duas a três colunas no jornal, aparecendo em sua maioria a partir da segunda página, intituladas pelo próprio nome da obra ou pela expressão

livro, a qual é acompanhada sempre por adjetivos positivos, como por exemplo, útil, belo e/ou formoso.

Os anúncios, por sua vez, são curtos e com um objetivo principal: a venda e divulgação do material. Portanto, em linguagem simples e objetiva encontramos neles as informações cruciais para tal fim: título, autor, valores e lugares onde podem ser comprados e alguma característica do material. Quanto à estrutura da publicação, sempre está localizada na quarta página, em geral, seguindo exatamente esta mesma ordem e se destacam pelo uso de recursos tipográficos para chamar a atenção dos leitores sobre o produto ou serviço anunciado; recursos como o negrito e o tamanho da fonte, o itálico e a disposição espacial são os mais comuns.

Em se tratando do dispositivo enquanto suporte material que viabiliza a forma no caso das notícias, embora a predominância das publicações se concentre na segunda página, não existe um espaço fixo destinado aos livros, tornando-se o próprio jornal o dispositivo de veiculação deste material. Contrariamente às notícias, os anúncios possuem um espaço determinado e específico que compreende a quarta e última página; neste caso, essa última lauda torna-se o dispositivo a analisar, no qual se encontram somente os anúncios dos produtos ou os serviços ofertados.

No aspecto frequência, são analisados os ritmos das publicações, suas permanências e ausências; anúncios, que de modo geral, são superiormente mais frequentes se comparados às notícias. Este fator pode estar relacionado a uma estratégia mercadológica onde os tipógrafos e livreiros estimulavam o exercício da leitura e da escrita visando garantir uma maior lucratividade por meio da potencialização da distribuição, produção e consumo dos livros (CASTELLANOS, 2012). Por outro lado, “os autores e editores, tinham a finalidade de vender e atrair a atenção de um público específico, como os professores, pais e autoridades” (FERREIRA, 2011, p. 30).

Para tratar da história das práticas nas suas diferenças, devemos reportar-nos à pergunta bourdieuriana: o que fazem os diferentes sujeitos com o mesmo objeto que lhes é imposto? Em nosso caso, seria pensar sobre vários sujeitos e práticas: 1) os pais ou tutores de crianças em idade escolar considerados responsáveis pelas autoridades por matriculá-los e enviá-los à escola, no entanto,

boa parte não possuíam recursos financeiros suficientes para custear os gastos, especialmente com materiais escolares, apontado isto como principal empecilho para o desenvolvimento da instrução; 2) os alunos e professores que fazem uso deste artefato em sala de aula apropriando-se de maneira plural de acordo com as experiências individuais, os professores para lhes subsidiassem a prática pedagógica, para os alunos era um material pelo qual poderiam aprender e exercitar os saberes escolares que eram transmitidos; 3) os delegados e inspetores da instrução pública primária, se consideramos que fiscalizavam o ensino e a ação dos professores, mediavam as necessidades deste grupo com o poder provincial, apontavam os problemas da instrução e as vezes sugeriam soluções e elaboravam os orçamentos das escolas públicas com base nos mapas de número e frequência de alunos; 4) os autores das obras, nas matérias jornalísticas e os editores em relação ao livro escolar, uma vez que estes últimos, concorriam com a produção nacional e estrangeira, buscando equiparar-se e/ou superar em termos de valor, qualidade e quantidade de impressos, mesmo que nem sempre em condições favoráveis e de igualdade a outras realidades, quanto aos autores, registravam o contexto, hábitos e costumes locais, submetiam às avaliações suas produções e, conseqüentemente, o nível de sua intelectualidade, visto que a exposição tendo aos pareceres poderia escancarar fragilidades conceituais.

O que está como plano de fundo ao questionarmos o que fazem os diferentes sujeitos com o mesmo objeto que lhes é imposto são as relações de poder que devem ser analisadas segundo o modelo polemológico de Certeau (2012); as estratégias de imposição de quem detém o poder de criar as normas, o que consiste em um “[...] cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado” (DE CERTEAU 2012, p. 3) e as táticas de apropriação daqueles que tentam burlar tais imposições numa invenção criativa que altera as prescrições.

Os livros escolares sofrem censura e controle do poder Provincial e da Igreja por meio dos seus mecanismos de vigilância e ajustamento, visto que tais grupos sociais se empenham em dominar as representações dos sujeitos com base em proibição, coerções (externas e internas) e distanciamentos (CHARTIER, 1989). Na relação com a Província e a Igreja os autores/editores são alvos das imposições; questão que se inverte na relação com os leitores, pois passam a assumir posição

privilegiada e utilizam estratégias para tentar impor uma leitura autorizada segundo o sentido e significados por eles predeterminados. Contudo, esta pretensa prática não garante que as mensagens fossem apreendidas pelos leitores segundo as intenções dos autores e também não há garantias de que livros fossem utilizados pelos professores e alunos segundo os princípios da Igreja e as prescrições do Estado em conformidade com o pretendido pelo autor.

O terceiro eixo, a somatória da história dos objetos em sua materialidade com a história das práticas nas suas diferenças numa maneira mais geral de compreender as formações ou configurações sociais, as mudanças nas estruturas psíquicas dos indivíduos (segundo as relações estabelecidas e os conflitos imanentes nas mesmas) e as armaduras conceituais vigentes numa época nas suas variações históricas, se concretiza ao destacarmos o equilíbrio de tensões estabelecido entre pais, alunos e professores, que são os consumidores dos livros escolares por estarem envolvidos no ambiente da escola e para os quais se direcionam os anúncios e as notícias nos jornais, se analisarmos as formações ou configurações sociais com respeito ao objeto de pesquisa em discussão; por outro lado, a relação de força instaurada entre aqueles que compõem o núcleo de produtores destes objetos impressos (autores, tipógrafos e redatores dos jornais) e as agências para o controle, censura e aprovação, como a Congregação do Liceu, que também fazem parte deste núcleo, e definindo aquilo o que seria ou não lícito nesses artefatos escolares, impactando na sua concepção, produção, forma e organização que seguem critérios que visam a aprovação, pode ser também considerados aqui.

No tocante às mudanças nas estruturas psíquicas podemos salientar a efemeridade do conhecimento escolar na sua especificidade, que tem sofrido paulatinamente alterações e atualizações conforme o desenvolvimento da ciência, mesmo que se sustente na transposição didática e, ainda pela inserção de novas disciplinas oriundas de reformas escolares, do surgimento de disciplinas auxiliares² e, de novos métodos e programas de ensino, que se articulavam com as novas exigências dos conteúdos e do currículo. Esta situação pode ter influenciado na elaboração de várias edições de um mesmo livro, no intuito de se atualizar pelas exigências das reformas na instrução, como táticas inventivas para se manterem por

²A psicologia e a sociologia

mais tempo em uso nas escolas e no comércio escolar que aos poucos se institua, assim “a conexão estabelecida desde o século XIX entre inovação pedagógica e inovação material aprofunda-se, criando uma quase identidade entre qualidade de ensino e aquisição de artefatos escolares” (VIDAL; SILVA, 2010, p. 33) . Também podemos citar os avanços tecnológicos no ramo das tipografias que ampliaram as possibilidades de materialização dos objetos impressos, pois a história do livro escolar passa por dois períodos distintos: o primeiro, situado entre os séculos XVI ao XVIII, em que a imprensa era uma tecnologia que propiciou a extensão e oficialização de línguas vernáculas; o segundo, a partir do século XIX quando houve uma renovação das técnicas de impressão e este artefato tornou-se um veículo para a difusão democrática do ensino (CHOPPIN, 2004).

Mas essas modificações influenciaram nas formas de pensar dos alunos e professores como sujeitos que nas suas práticas de ensinar e/ou aprender usam estes objetos da cultura material escolar, como artifícios para se apropriarem dos conteúdos, métodos e disciplinas, estabelecendo-se novas relações entre sujeitos, objetos e estruturas impostas via regulamentos, normas e prescrições. Em outras palavras, a cultura do escrito impresso a partir do registro e sistematização do conhecimento humano produzido e de seu acesso, ampliação e generalização, proporcionado pela imprensa estabelece uma nova forma escolar de escolarização; o mestre deixa de ser o único detentor destes saberes em um estado de saber incorporado, no qual o ensinar/aprender não se dá apenas a partir de uma necessidade decorrente de uma situação prática, mas sim com base na objetivação desses conhecimentos, que impõe tanto aos professores como aos alunos, regras impessoais que impedem uma relação direta entre eles: a autonomização da relação pedagógica na qual o professor ensina a vários alunos de uma vez só, fazendo-se necessário para tanto, uma série de objetos escolares que possibilitem tal ação; quadro negro, livros, cartazes, entre outros itens circunscritos na cultura material da escola.

Estas mudanças impactaram, direta ou indiretamente, na forma do livro, na sua organização e nos conteúdos, tornando-se um objeto complexo. Portanto, as armaduras conceituais que o circundam não são rígidas, uma vez que “[...] o livro escolar não é um dado, mas o resultado de uma construção intelectual: não pode então ter uma única definição. É, ao contrário, indispensável explicitar os critérios

que presidem esta elaboração conceitual” (CHOPPIN, 2004, p. 74). Desta forma, tentamos entender as suas representações a partir dos registros jornalísticos locais, que nos fornecem indícios das suas peculiaridades e da forma escolar de socialização³ instaurada nos ambientes de ensino.

Fizemos uso do método histórico, uma vez que “[...] tem como premissa básica a crença na História como ciência e disciplina capaz de explicar estruturas e acontecimentos” (SAUERBRONN; FARIA, 2006, p. 2). É imprescindível porque nos auxilia na análise dos documentos históricos fornecendo a possibilidade de controle, verificação e aprofundamento, uma vez que exploramos variadas possibilidades de interpretação por meio do cruzamento das fontes e outros elementos. Neste sentido é “[...] uma maneira de mostrar, com segurança e seriedade, o caminho percorrido desde a pergunta formulada à pesquisa de arquivo, assim como a estratégia pela qual se fez a fonte falar, produzindo sentidos e revelações” (PESAVENTO, 2012, p. 67); cruzamento que se estabeleceu no confronto de documentos oficiais, jornais e os próprios livros, identificando níveis de representação a partir das diferentes perspectivas, bem como a contraposição dos discursos proferidos pelas autoridades e agentes públicos, suas ações práticas e os modos pelos quais reverberam e chegam à sociedade.

Segundo Pesavento (2012) o encadeamento lógico formulado pelo pesquisador obedece a uma estratégia que visa conduzir o leitor a seguir suas inferências, pois toda operação histórica é sempre condicionada “[...] pelas narrativas construídas, a partir das subjetividades dos sujeitos determinados pelo lugar de onde falam e pelas condições de produção que demarcam a objetivação das fontes em questão” (CASTRO, 2007, p. 32). A objetivação depende da questão problema levantada pelo historiador, pois trabalha com uma intenção de verdade, alicerçado em fontes e evidências, fazendo referência à realidade (BARROS, 2019).

Do método comparativo, também lançamos mão, já que possibilita comparar sociedades distantes no tempo e no espaço, e também aquelas com certa proximidade espacial e temporal (SOUZA, 2013). É justamente nesta perspectiva de analisarmos na longa duração a sociedade maranhense que possuem esta proximidade, mas que se diferenciam em questões de organização política, econômica e social indicando diferenças e semelhanças referentes à instrução e ao

³ Para compreensão desta categoria consultar VICENTE, G.; LAHIRE B.; THIN, D. Sobre a história e teoria da forma escolar. Educação em revista, Belo horizonte, nº 33, jun/2001.

livro escolar, uma vez que as necessidades sociais vão modificando-se e transformando-se a partir da nova configuração que se institui.

Ao comparar estas duas realidades, podemos identificar as permanências e o que se modifica ao longo dos anos nas formas de produção do escrito impresso, nos recursos que são utilizados, nas características físicas adotadas, nos conteúdos, bem como os interesses aos quais está vinculado. No entanto, o método comparativo não se limita a traçar semelhanças e diferenças entre realidades sociais distintas, nos permite também “examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais [...]” (BARROS, 2007, p. 34). Neste sentido, nos fornece condições de perceber como o problema do acesso à instrução e aos livros escolares pelas camadas mais populares atravessa estas duas realidades e de que forma tal questão é enfrentada, como se estrutura a forma social de escolarização a partir dos modelos e modalidades de escolas primárias propostos em cada período, assim como as diversas representações construídas sobre este artefato usados no ensino, sobre a instrução e as próprias representações contidas neste objeto, além das práticas sociais pertinentes a cada uma dessas realidades, baseadas em diferentes concepções de ensino e de métodos, de práticas educacionais e pedagógicas.

Utilizamos essencialmente fontes textuais e impressas. Neste sentido, a tipologia desta pesquisa é de cunho bibliográfica-documental, já que foi realizada a partir de fontes documentais e com base na literatura especializada. A pesquisa bibliográfica “é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos (OLIVEIRA, 2007, p. 69); portanto foi aqui necessária para a construção de um corpus teórico e metodológico que auxiliara na compreensão e fundamentação do objeto; levantamento sobre publicações de diferentes naturezas que nos permitiu acessar diversas realidades sob diferentes pontos de vista, contribuindo com dados, análises e teorias.

Nessa perspectiva, fizemos uso de autores, tais como: Chartier (1989) que em *El Mundo como representación: estudios sobre historia cultural*, aborda a produção e circulação do escrito impresso, o estudo sistemático dos tipos de representações, quais sejam: as iconográficas, práticas, das aptidões e expectativas

e dos sujeitos e por fim a compreensão das regras que governam as práticas dessas representações. Pesavento (2012) em *História & história cultural* e Carvalho e Nunes (1993) em *Historiografia da educação e fontes*, como principais expoentes do campo, pelas quais nos fundamentamos para o entendimento das categorias centrais, tais como representação, apropriação e práticas culturais, que em nosso caso são direcionadas ao livro e à instrução pública primária no Maranhão império e na primeira década da República, indícios das representações construídas sobre este artefato nos jornais como nos documentos oficiais; bem como vestígios sobre a apropriação deste objeto cultural e das práticas culturais que nortearam sua produção, circulação e uso. Já Certeau (2012) na sua obra *A invenção do cotidiano*, que ao trabalhar a categoria poder por meio das estratégias de imposição e táticas de apropriações, nos auxiliou a aproximar-nos da dinâmica estabelecida no universo dos livros escolares; o jogo de forças entre os que impõem e os que se apropriam, desviando, subvertendo ou manipulando-as por meio das táticas.

Referente às principais produções maranhenses sobre livros escolares, temos: 1) *O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)*, de Costa (2013), que tenta compreender na sua tese a lógica de produção, circulação e utilização dessa obra na segunda metade do século XIX, contribuindo assim para o entendimento da instrução pública primária, da imprensa local e, notadamente da própria obra; 2) *Juros em livros didáticos de matemática no Maranhão do século XIX*, de Soares (2009), dissertação que investiga os livros didáticos nesse campo do saber produzidos nesta província ou publicados por maranhenses fornecendo-nos elementos biográficos dos autores, as instituições escolares pelas quais circularam e os conteúdos presentes nestas obras; 3) *O livro escolar no Maranhão Império (1822-1889)*, tese em que Castellanos (2017), analisa a produção, circulação e as indicações de uso dos livros escolares verificando sua representatividade na instrução pública local; obras que nos auxiliaram na compreensão do nosso objeto.

A produção nacional sobre os livros escolares é significativamente extensa, portanto realizamos um recorte das pesquisas que estão ou foram desenvolvidas contemplando a temática e elencamos como base alguns trabalhos: *O Grande Mestre da Escola: Os livros de leitura para a Escola*, dissertação elaborada por Teixeira (2008), que realiza uma análise sobre a produção, controle e circulação dos

livros nas escolas da Corte Imperial; Bittencourt que em *Livro didático e saber escolar: 1810-1910* (2008) com uma perspectiva nacional sobre o livro escolar; e ainda de Peres (2005) com o texto *Cartilhas produzidas por autoras gaúchas: um estudo sobre a circulação e o uso em escolas do Rio Grande do Sul (1940-1980)* no qual realiza análise de 16 cartilhas gaúchas com 57 cadernos de alunos, trabalhos que nos auxiliaram especialmente na compreensão dos livros escolares para o ensino primário com foco no ensino da leitura e da escrita. Estas pesquisas que nos permitem realizar uma comparação entre estas realidades distintas e vividas no território nacional, no que se refere às tendências comuns e particularidades sobre a produção destes artefatos em cada uma das províncias, as legislações criadas, os autores e o intercâmbio de livros no Brasil, além da utilização de diversas fontes documentais que nos inspiraram e ampliaram nossas possibilidades de aplicação.

Para nos subsidiar sobre as fontes documentais lançamos mão , entre outros autores, do trabalho de Barros (2019) *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos* em que realiza uma taxonomia⁴ ao respeito, aprofundando em conceito, caracterização, possibilidades e modos de utilização, na medida em que fonte histórica é “[...] tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano” (BARROS, 2019, p.15). Neste sentido, a documentação é um registro material de um discurso ou testemunho de uma realidade vivida.

Sobre a história da imprensa local nos balizamos em autores como Serra (2001), que elabora em *Sessenta anos de jornalismo no Maranhão*, um extensivo levantamento dos jornais publicados em São Luís, seus fundadores, início e fim de suas atividades e vários elementos da sua história; Frias (2001) um dos mais importantes tipográficos do século XIX, quando em *Memórias sobre a tipografia maranhense*, elabora um relato sobre a situação da imprensa até a década de 1860 discorrendo sobre a situação do setor da produção de impressos; Castro (2009) em *Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835-1889*, ao fazer um apanhado da legislação sobre a instrução maranhense e conseqüentemente as determinações sobre os livros escolares.

⁴ Entrelaçamento de classificações; maneira de entender melhor um universo muito diversificado de objetos no campo científico (BARROS, 2019, p. 31).

Com relação a história local nos subsidiamos dos trabalhos como Leal (1987) em *Phanteon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos bem como* Blake (1883) em o *Diccionario bibliographico brasileiro* nos quais encontramos uma detalhada descrição da vida, obras e contribuições dos políticos, professores, escritores, jornalistas e demais personalidades que atuaram no Maranhão, possibilitando-nos esta obra conhecer diversos aspectos como a formação, cargos e profissões que exerceram, além das relações estabelecidas entre eles, de amizade, de posição hierárquica ou rivalidades políticas.

Nas pesquisas baseadas na História cultural a problematização das fontes é necessária; identificar para quem e por quem foram produzidas, com quais intenções, fazendo-se um contraponto com outras fontes é fundamental; ou seja, “há que se fazer uma crítica [...] e indagar: o que dizem e o que não dizem as fontes? Em que condições foram escritas? Com qual objetivo? O que silenciam?” (FERREIRA, 2011, p. 40). Destarte, nossa proposta consistiu no cruzamento de informações sobre os livros dos três jornais utilizados como fontes, bem como os documentos provenientes de órgãos governamentais que nos fornecem vestígios sobre ações que incidem e determinam a realidade do livro e da instrução maranhense durante o período demarcado.

Com respeito à pesquisa documental se dá em função de nos pautarmos em documentos onde estão resguardadas informações que necessitam de tratamento analítico, sendo fundamental para a organização e sistematização dos dados; “[...] métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 4). A intenção é encontrar vestígios e indícios sobre a história dos livros escolares, as representações a seu respeito. A seleção dos jornais que circulavam na capital da província, foi pautada no *Catálogo de jornais maranhenses: 1821-2007* e na hemeroteca da Biblioteca Nacional que possui um acervo digitalizado disponível online, possível de ser acessado pelo site da instituição. Também utilizamos fontes produzidas por órgãos oficiais, como relatórios, regulamentos e a legislação referente ao livro e à instrução.

Documentos utilizados na investigação:

- **Jornais Locais:** tem como principal característica a periodicidade de publicação e registram diversos aspectos atinentes à vida social, entre eles: à

instrução, ao livro escolar e à leitura, às ações dos agentes públicos, às opiniões, críticas e anúncios referente a este artefato.

- **Relatórios de presidente desta província (1838-1910):** prestação de contas anual da administração e ações tomadas pelos presidentes da província durante o período de exercício apresentados à Assembleia provincial. Organizados em seções que correspondiam a um setor específico da administração pública, aquela destinada à instrução pública para o nível primário e secundário, traz dados estatísticos ao respeito de investimentos públicos, o número de escolas, alunos, além de fornecerem o posicionamento e as decisões tomadas por estes sujeitos que estão no topo da cadeia de poder. Neste sentido, compreender as opiniões sobre os livros escolares, suas imposições sobre a instrução, no que se refere à destinação de recursos, criação de escolas, é importante para se fazer contraponto entre discursos e ações concretizadas;
- **Relatórios da inspetoria da instrução pública (1843-1910):** documento elaborado pelos inspetores em função das informações dos delegados literários que eram fornecidas pelos professores das escolas por todo o Maranhão; registros apresentados ao presidente de província para a formulação do relatório anual, nos quais encontramos dados estatísticos, além de sugestões e opiniões dos inspetores sobre problemas e necessidades apresentadas pelos professores são imprescindíveis;
- **Ofícios da inspetoria (1850; 1860; 1880-1883, 1910):** documentos de comunicação mais rápida e direta que trata de situações específicas, tais como: licença e exames de professores; necessidade de materiais; pedidos de reformas, entre outros, as quais são comunicadas aos presidentes via inspetores para que se tomem as devidas providências. Nestes ofícios, a voz dos professores está filtrada pelos inspetores, mas nos dão indícios da realidade enfrentada. Na qual tentamos identificar pedido de livros escolares para serem usados nas escolas e indícios sobre seu emprego nas aulas.
- **Legislação:** leis que determinam a licitude das práticas; conjuntos de normas e regras que impõem limites e condicionam a conduta dos sujeitos. No que tange ao livro, ditam prescrições, normatizando a instrução, instrumentos

utilizados por instancias de poder como meio coercitivo e de controle do livro escolar;

- **Regulamentos da Instrução Pública (1847, 1848, 1854, 1872, 1890, 1893, 1896):** instrumentos que regulam o funcionamento das escolas, estabelecendo uma série de normas que controlam o tempo escolar, os conteúdos a serem ensinados e os métodos de ensino, interferem nos inspetores, professores e professores substitutos (como agentes que operam na instrução), estipulando seus papéis, funções e salários; além do movimento/comportamento dos alunos e suas matrículas. Por meio das determinações e normas nos regulamentos se estabelecem critérios para as aprovações e veto dos livros escolares, sendo fundamentais, pois permitem comparar os conteúdos estabelecidos para o ensino primário e como devem ser abordados, o estabelecimento dos métodos de ensino e sua forma de aplicação.

Nesse sentido, a pesquisa documental consistiu nos seguintes passos:

A seleção dos jornais se deu seguindo dois critérios fundamentais: a durabilidade e a disponibilidade. No primeiro, se contempla o recorte temporal, por isso privilegiamos aqueles que permaneceram por mais tempo em circulação; no segundo, o acesso digital no site da Biblioteca Nacional, uma vez que o manuseio do documento físico pode acarretar danos ao material, o que inviabiliza o acesso a este tipo de documento. Com base nisso elegemos como fonte os jornais *Publicador Maranhense* (1842-1889), *O Paiz* (1863-1889) e o *Pacotilha* (1880-1939), pois os três exemplares atendem aos critérios estabelecidos. Neste sentido, os arquivos digitais e os acervos digitalizados permitem ao pesquisador uma flexibilidade de acesso ao documento, pois a qualquer horário e, na maioria das vezes sem necessitar se deslocar, consegue obter a informação que deseja, sendo assim, “tais tecnologias tem alargado o conceito de fonte e de instituições, como arquivos, bibliotecas e museus, e propiciado o acesso a uma diversa e variada documentação, antes restrita a um espaço geograficamente mapeado” (CASTRO, 2017, p. 248).

De acordo com a classificação taxonômica para as fontes históricas proposta por Barros (2019) os avanços tecnológicos, especialmente no âmbito da comunicação, proporcionaram o aparecimento de uma nova categoria, as chamadas fontes virtuais, que estão disponíveis na internet, sendo produzidas ou circulando

nas mídias de comunicação. Dada as dificuldades de acesso aos jornais físicos e as vantagens dos arquivos digitais, nos ancoramos nas fontes documentais que podem ser acessadas virtualmente procurando nos impressos, registros sobre os livros escolares por meio da plataforma da Biblioteca Nacional, dos próprios livros escolares presentes no seu arquivo digital, na Biblioteca Pública Benedito Leite e, ainda, nos documentos oficiais e dispositivos legais, tal como o e-book das leis e regulamentos da instrução pública de Castro (2009) e os Relatórios de Presidente de Províncias disponíveis online.

Leitura e extração das informações: utilizamos a técnica de pesquisa lexicográfica que consiste na busca de certas palavras pela recorrência, podendo ser combinada à serialização, quando esta é empregada em todo o *corpus* documental que compõe uma série (BARROS, 2019). Nos jornais, o procedimento foi empregar no campo destinado à busca na página da hemeroteca da Biblioteca Nacional, palavras-chave referentes ao livro escolar e à instrução pública primária, a fim de recuperar o maior número de informações presentes frente à impossibilidade de leitura integral dos periódicos; buscar indícios sobre a instrução pública primária nos relatórios e ofícios da inspetoria da instrução pública, regulamentos e leis, no intuito de recuperar aspectos referentes aos livros escolares; por sua vez, nos relatórios dos presidentes de província nos centramos na leitura da seção dedicada à instrução. Desta forma, conseguimos agregar possibilidades da metodologia da História Serial ao campo da História Cultural no que diz respeito ao trabalho com as fontes. A seriação dos registros encontrados nos jornais sobre este artefato é pertinente, pois o seu principal objetivo consiste em identificar padrões, variações, tendências, repetições e ciclos (BARROS, 2019). Possibilita, ainda, um trabalho organizado e sistemático com a documentação, imprescindível para nós, historiadores em formação que lidamos com um grande volume documental. Para efetuar a serialização, a fonte precisa atender a dois critérios básicos: a homogeneização, que consiste em reunir documentos de um mesmo tipo e, a continuidade, formando um grande conjunto. A possibilidade de serialização de uma fonte se dá a partir de sua própria natureza, sendo assim, os jornais, bem como demais fontes periódicas, já nascem pertencentes a uma série, pois elas fazem parte de um conjunto que se estende continuamente, por meio de suas edições, ao longo de um determinado período (BARROS, 2019).

Este trabalho utiliza o jornal como objeto/fonte com o intuito de mapear e discutir sobre a produção dos livros escolares, seus autores, as instituições de ensino que adotaram estas obras, as opiniões sobre estes materiais, tornando-se relevante no campo da História da Educação no Maranhão, uma vez que pode apontar alguns caminhos para futuras pesquisas que deem visibilidade a obras pouco conhecidas, pois se a produção local no oitocentos foi significativa, o acesso a este material é limitado mediante a inexistência dos exemplares. Nesta lógica, os jornais e livros, inicialmente concebidos como fontes materiais e textuais, a partir do momento em que são digitalizados e disponibilizados para o acesso online, passam a integrar este novo conjunto; “quando um site expõe virtualmente um texto, estamos diante da fonte virtual, mas também da fonte textual que a nós se apresenta [...]” (BARROS, 2019, p. 95). Daí, é interessante pensar que algumas das fontes virtuais possuem/possuíram um suporte material, como o caso dos jornais digitalizados agora, que podem ser acessados por um novo meio, sem que seu conteúdo seja violado, exceto se antes de passarem por este processo já estivessem com algum dano.

1.5 Estrutura do trabalho

Este trabalho está dividido em 4 partes: Introdução, 2 seções e a conclusão. Na introdução apresentamos brevemente a temática do livro escolar, nosso interesse e razões pelas quais a escolhemos, bem como a problemática, objetivos e a metodologia adotada, assim como as fontes utilizadas e a finalidades para que foram empregadas. Na segunda seção *O jornal como mensageiro perspicaz: livros escolares n’O Paiz, no Pacotilha e no Publicador Maranhense*, tratamos sobre as obras identificadas nos jornais, os respectivos títulos, autores e números de edições, ao respeito da dinâmica estabelecida nestas publicações e a forma como a imprensa maranhense as divulga, discute, anuncia e critica, assim como das estratégias editoriais dos jornais, as indicações de uso, as aprovações, distribuições e circulação destes artefatos nas instituições de ensino na província e no Brasil.

Na segunda, tratamos das *Representações dos livros escolares na imprensa* conforme o modelo de análise proposto por Chartier (1989), que se centra nas representações iconográficas, das práticas, das aptidões e expectativas dos sujeitos e das regras que governam estas representações, a partir dos discursos veiculados

por meio das matérias e dos anúncios de compra e venda. Na conclusão apontamos os aspectos que contribuíram para influência dos livros escolares de autores maranhenses levando em consideração a posição social destes sujeitos, as disciplinas escolares as quais estas produções se direcionaram, a interferência das instâncias de poder sobre a sua produção, além da sua importância para a gramática escolar.

Nessa lógica, acreditamos que este trabalho possa contribuir com estudos nacionais e locais referentes à História da Educação no Brasil e no Maranhão, como também com a História dos livros escolares favorecendo a produção científica sobre a temática, na medida em que a sistematização e cruzamentos de dados garimpados das fontes documentais, e suas respectivas análises apontam para uma significativa produção de livros escolares maranhenses e uma estreita relação entre professores/autores com a imprensa local e ainda a identificação de novos títulos, autores, edições, adoção e circulação em outras províncias ou fora do país, além do entendimento de como o advento da República interferiu na produção escolar, no que se refere especialmente aos conteúdos e métodos de ensino, ao se estabelecer comparativos entre os diferentes regimes políticos e entre as diversas disciplinas escolares.

2 A IMPRENSA MARANHENSE E A DIVULGAÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES

Os livros escolares podem ser classificados enquanto duas categorias: uma refere-se à concepção e fabrico segundo foram produzidos - o uso para o ensino nas escolas; a outra, diz respeito aos que não foram concebidos para esta finalidade, mas mesmo assim foram utilizados nesses ambientes escolares, seja por decisão administrativa, seja pela escassez ou inexistência daqueles que foram originalmente elaborados para este fim (CHOPPIN, 2009). Isto revela uma distinção entre a intenção de uso e o uso efetivo dos livros escolares e não escolares. Autores e editores os elaboraram visando atingir um público específico, mas não significa que se restringira essencialmente ao que foi projetado. Sobre os textos de natureza não escolar que foram utilizados na instrução Batista, Galvão e Klinke (2002, p. 28) afirmam que:

Até meados do século XIX, os livros de leitura praticamente inexistiam nas escolas. Várias fontes, como relatos de viajantes, autobiografias e romances indicam que textos manuscritos, como documentos de cartório e cartas, serviam de base ao ensino e à prática da leitura. Em alguns casos, a Constituição do Império (e a lei de 1827 prescreve-o), o Código Criminal e a Bíblia serviam como manuais de leitura nas escolas.

Os jornais publicaram ao longo do século XIX uma série de textos referentes a livros, leituras e instrução nos mais diversos formatos: críticas, mensagens de divulgação, anúncios, pareceres, opiniões, registrando-se, por exemplo, no Maranhão, não só a produção que circulou pela província e as condições singulares do contexto, como também as circunstâncias, seja das obras, seja das conjunturas no âmbito nacional e internacional. De fato, estes suportes via escrito se posicionam claramente sobre a importância da instrução para a formação social. Se no *Publicador Maranhense* (1864, ed. 82, p. 2) se divulgara que “[a seus] olhos a questão do ensino primário gratuito e obrigatório, é o ponto culminante do nosso systema interno, é a questão capital, e questão de futuro”; n’*O Paiz* (1887, ed. 250, p. 1), a mesma perspectiva foi adotada: “a instrução primaria [...] não só é uma das fontes mais fecundas da prosperidade pública, como contribui poderosamente para a boa ordem da sociedade”. Deste modo, é possível perceber a complexidade desta questão, pois dela dependia o progresso, o futuro, e a ordem social de um país que acabara de se tornar independente.

De tal modo, os jornais foram eleitos aqui como a fonte principal, tanto por tratarem do livro escolar e da instrução pública e particular em diversos aspectos,

momentos e perspectivas, quanto por registrarem o contexto político, social, econômico vivido na época. Cada um deles a seu modo, atendendo a seus interesses vão divulgar certos títulos, favorecendo-os ou criticando-os. A partir disto, várias referências a livros escolares foram encontradas: no *Publicador Maranhense*, de 1860 a 1885, cerca de 141 referências dos produzidos no Maranhão; 164 n’O *Paiz* entre 1863-1889, valendo destacar que a maior parte se concentra nos dois primeiros anos de seu funcionamento; 24 matérias e anúncios no *Pacotilha*, entre 1880 até 1920.

Por outro lado, alguns títulos são comuns nos jornais do período imperial, especialmente, aqueles de autores que tiveram forte atuação na imprensa, tais como: Francisco Sotero dos Reis, Antonio Marques Rodrigues, António Rego, João Antonio Coqueiro, entre outros. O *Livro Metrologia do Povo ou taboada do systema decimal* (1882, 1895/1ª e 5ª edição), de João Miguel da Cruz, perpassou pelos três jornais, em alguns de forma mais contundente, como no *Publicador Maranhense* e nos outros de forma mais discreta, isto porque em certa medida, foi anunciado, posto a venda e adotado nas escolas por pelo menos 16 anos.

O escrito impresso possui dois papéis fundamentais na sociedade: articula os gestos e os comportamentos legitimados e aqueles que não são válidos ou que deixaram de ser por alguma mudança ocorrida nas estruturas psíquicas; difunde a nova urbanidade por meio de escolas e livrarias (CHARTIER, 1991). No *Publicador Maranhense* (1842-1885), n’O *Paiz* (1863-1889) e no *Pacotilha* (1880-1939) eram recorrentes os anúncios de livrarias locais, tais como: a Magalhaes & C, a Livraria Comercial, a Livraria Popular, a Carlos Seidl e a Livraria Universal; lugares onde foram comercializados uma variedade de produtos.

Os locais de venda destes livros estavam situados no centro comercial de São Luís na região da Praia Grande. Eram vendidos em livrarias, tipografias, escritórios, nas casas dos autores e “em estabelecimentos de diferentes ramos, como armazéns de secos e molhados, boticas, mercearias, entre outros, armazenados lado a lado com qualquer tipo de mercadoria” (BRAGA, 2011, p.101). Nesses espaços vendiam-se os mais diferentes tipos de objetos, tais como: termômetros, leques, carteiras, pena para chapéu, quadro e álbuns, Cristos de marfim, sabonetes, pó de arroz, escovas, brinquedos para criança, objetos de toalete.

Demarcamos na figura 1 a localização geográfica das livrarias, e de outros estabelecimentos que vendiam livros, segundo as informações encontradas nos jornais, no intuito de sinalizar os pontos de distribuição, comercialização e divulgação, contrapondo-os com os locais onde se estabelecem as tipografias que são suas produtoras e os lugares de consumo deste material: as instituições de ensino. Para tanto é necessário compreender a geografia da cidade de São Luís que no início do Oitocentos se restringia a dois bairros: a Praia Grande e à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição (COSTA, 2018).

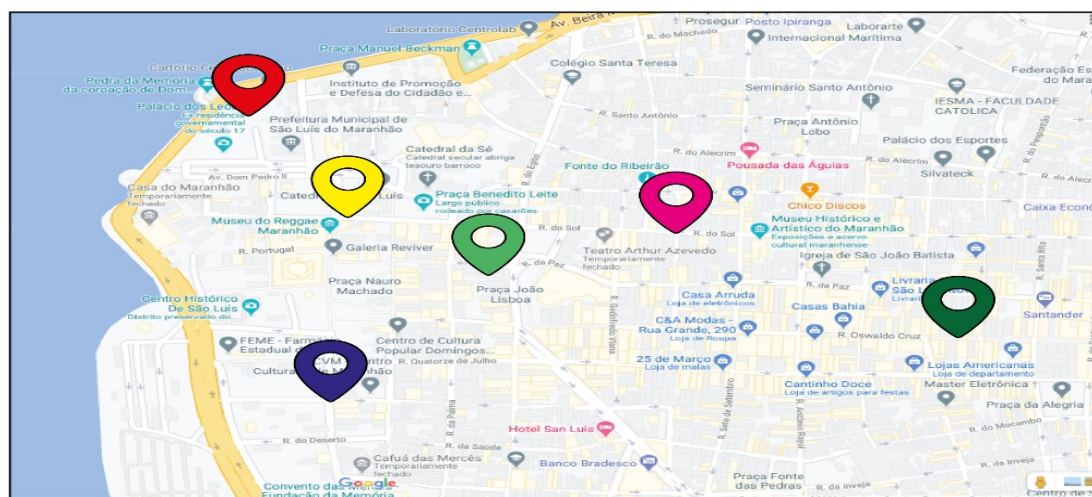
A parte comercial centrava-se na região da Praia Grande que

[...] também chamado de Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, encontrava-se a maior parte dos 30 mil habitantes da cidade, embora fosse menos extenso que o segundo. Nele, encontrava-se a Praça do Comércio e edifícios públicos: o Palácio do Governo, a Contadoria da Fazenda, a Cadeia Pública, a Câmara Municipal e a Casa do Bispo, que foi o antigo Colégio dos Jesuítas, contígua à catedral [...]. Um pouco mais de dez ruas configuravam esse núcleo antigo da cidade. Da Praia Grande até a Rua da Palma existiam três ruas paralelas ao mar: a Rua do Giz, a da Estrela e a Rua da Palma, e sete perpendiculares, desde o Colégio dos Jesuítas, hoje Catedral da Sé, até o Desterro. Depois surgiram as ruas do Sol, da Paz e a Rua Grande. Todas elas eram mal calçadas com pedras do tipo roxo-terra, chamadas de cabeça-de-negro, com uma precária iluminação à noite deixando a sua serventia bastante incômoda. (PEREIRA, 2001, p 58-59)

De acordo com Braga (2011) a Livraria do Correio foi a primeira a existir em São Luís e encerrou sua atividade em 1802 em função de fatores como o alto índice de analfabetismo da população e a burocracia no que se refere à censura dos livros, além dos custos com o transporte. No tocante ao comércio de livros por meio dos jornais, o primeiro registro sobre uma livraria data de 1849 por iniciativa de Francisco Fructuoso Ferreira que os comercializava em sua própria residência; anúncio que foi publicado no jornal *A Revista* (1843-1850) (BRAGA, 2011). No entanto, destacamos aqui, duas principais localidades onde estiveram instaladas o maior número de livrarias e tipografias: a primeira, situada no Largo do Palácio com cinco estabelecimentos de vendas, encontrando-se entre as casas de impressão, a Constitucional e a de Ramos de Almeida, já entre as livrarias temos a localização da Comercial, a de Magalhaes e Pinto e, a Popular; a segunda região é a rua de Nazareth com cinco pontos: referente a tipografia, a de Goncalves e Pinto, já de livrarias, a de Bazar popular de Luiz Magalhaes & Comp., a do Amaral, a Economica e a de Carlos Seild. Geograficamente estes locais eram próximos e às vezes funcionavam no mesmo prédio, por exemplo, a livraria e a tipografia Ramos de

Almeida, instalada no largo do Palácio, n° 20, sendo também proprietário da Livraria Universal, na rua da Palma n° 3.

FIGURA 1 - Localização das livrarias



Mapa Livrarias e Pontos de Vendas de Livros

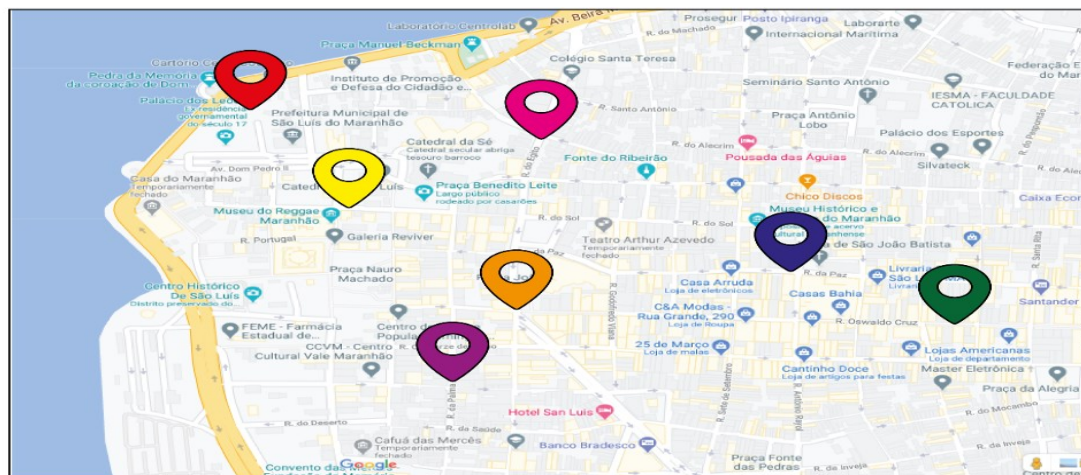
Legenda

- | | | | |
|--|---|--|--|
| | 1860 - Livraria Universal - Largo do Palácio n° 20
1866- Magalhães e Pinto - Largo do Palácio, n° 20
1871- Livraria Popular - Largo do Palácio, n° 21 | | 1860 - Escritório de Joaquim Marques Rodrigues -
Rua da Estrela |
| | 1863 - Livraria Carlos Seild - Rua de Nazareth, n° 36
1871- Livraria Econômica - Rua de Nazareth
1891- Livraria Amaral - Rua de Nazareth, n° 29
1902 - Livraria Bazar Popular de Luiz Magalhães &
Comp. Rua de Nazareth | | 1860 - Nova Livraria Franceza e Portugueza - Rua
Grande, n; 21 |
| | | | 1900- Livraria Normal Newton Passos & C. - Rua
do Sol, n°19 |
| | | | 1860 - Monteiro e Irmão - Largo do Carmo |

Fonte: GOOGLE MAPAS, 2020

No tocante à localização das tipografias, a preferência pelo largo do Palácio pode estar relacionada ainda com a venda dos jornais, dado que neste local estavam situados prédios da administração pública, como o Palácio do Governo, por onde circulam os funcionários que trabalhavam nas repartições formando um público leitor em potencial, pois faziam parte da elite da sociedade e estavam inclinados a acompanhar as notícias, especialmente de ordem política. Os endereços identificados nas fontes estão sinalizados de acordo com a figura 2:

FIGURA 2 - Localização das tipografias



Mapa Tipografias

Legenda	
	1867- Tipografia José Matias Serrão - Rua Grande
	1840 - Tipografia Maranhense - Rua do Egito, n° 19
	1867 - Tipografia Constitucional - Largo do Palácio, n° 3
	1867 - Tipografia Ramos de Almeida - Praça do Palácio, n° 20
	1860 - Tipografia Carlos Seild - Rua Formosa, n°8
	1860 - Tipografia José Correia de Frias - Rua da Palma, n°7
	1863 - Tipografia do Progresso - Rua da Paz, n° 8
	1867- Tipografia major José Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá - Rua da Paz
	1875 - Tipografia Gonçalves e Pinto - Rua de Nazaret, n° 32

Fonte: GOOGLE MAPAS, 2020

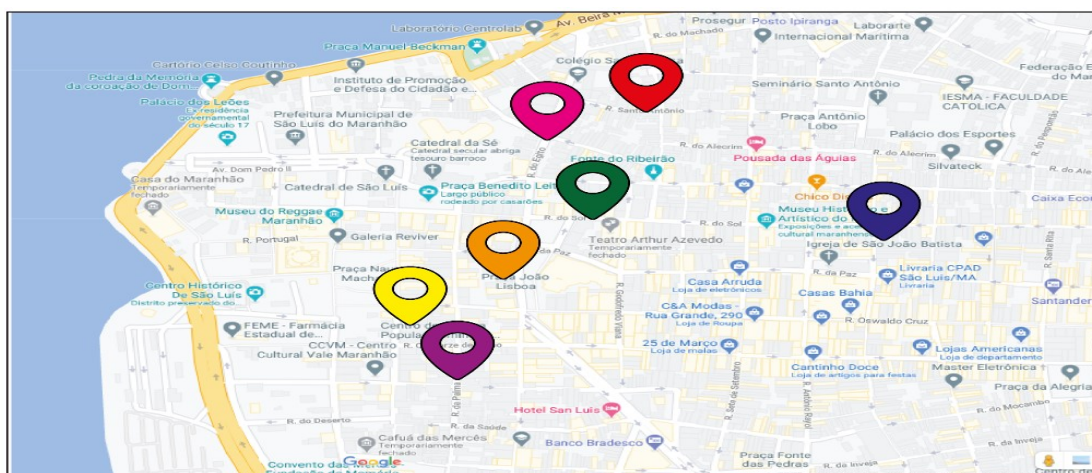
Destarte, é importante ressaltar que alguns dos endereços sofreram alterações, tal como na tipografia Correia de Frias, localizada na rua dos barbeiros, atualmente denominada de Humberto de Campos, assim como ocorreu com a rua formosa, onde funcionou a tipografia de Carlos Seild, atualmente conhecida como rua Afonso Pena. As numerações dos prédios podem também ter sofrido algumas mudanças e reordenação ao longo do tempo. Além das tipografias e livrarias no centro comercial de São Luís, também estavam estabelecidas as instituições de ensino. As proximidades entre estes locais parece favorecer a venda de livros escolares, como por exemplo, nos arredores do Asilo de Santa Teresa⁵ e do Liceu Maranhense radicada a tipografia de Carlos Seild e a Livraria de Monteiro e irmão; na rua do Egito estavam o Instituto de Humanidades, o Recolhimento de Nossa Senhora Anunciação e Remédios⁶ e a tipografia maranhense; já situados na rua da

⁵ Instituição fundada em 1855 pelo presidente da província, Eduardo Olímpio Martins, se encarrega de promover a instrução de meninas pobre e desvalidas. (SOARES, 2017, p. 235)

⁶ Instituição fundada pelo Bispo Dom Saraiva. A princípio, o Recolhimento foi frequentado principalmente por meninas de famílias de posse. Posteriormente, o Regulamento do Recolhimento

Palma, destacamos o Colégio Nossa Senhora da Soledade⁷, a livraria universal e a tipografia de José Correia de Frias; por outro lado, a Livraria Normal e a escola particular de Roberto Moreira estiveram sediadas na rua do Sol; localização de instituições de ensino identificada nas fontes e sinalizadas na figura a seguir

FIGURA 3 - Localização das instituições de ensino



Mapa Instituições de ensino primário e secundário

Legenda

- Escola Particular Roberto Moreira - Rua do Sol ,nº 99
- Instituto de Humanidades - Rua do Egito
- Colégio São João Batista - Rua Santo Antonio nº 44
- Asilo de Santa Teresa - Rua Formosa, nº 11
- Liceu Maranhense- Convento do Carmo
- Colégio Nossa Senhora da Soledade - Rua da Palma,nº 2
- Colégio de São Sebastião (Roberto Moreira) - Rua São João,nº 33
- Colégio Nossa Senhora da Glória - Rua do Giz, nº 31

Fonte: GOOGLE MAPAS, 2020

Os jornais são os principais meios pelo qual foi possível recuperar os endereços destas instituições e pontos comerciais, especialmente por meio dos anúncios de venda de livros. Esse tipo de documento, que não provém de um órgão oficial da administração pública passou a compor o conjunto de fontes históricas nas pesquisas a partir da segunda grande revolução documental no século XX, que

de 11 de julho de 1841, determinou que podiam ser admitidas, aquelas vindas da Santa Casa de Misericórdia ou órfãs necessitadas ou de pais pobres, desde que o Recolhimento as pudesse manter. (SOARES, 2017, p. 235)

⁷ O Collégio N. Sr^a da Soledade, que funcionava na Rua da Palma, nº 2, tinha como diretora D. Maria Emília Carmini, que era auxiliada pelas professoras D. Guilhermina Carmini, D. Maria José Gomes e D. Felicidade Perpétua Marques. Estas professoras eram as responsáveis pelas aulas de primeiras letras, caligrafia, costuras e bordados (SOARES, 2017, p. 239).

beneficiou a historiografia ocidental e ampliou as possibilidades neste campo⁸. Passou a centrar os interesses de pesquisadores, já que privilegiam peculiaridades do cotidiano, revelando não só aspectos da vida social, material, econômica e cultural, como também os perfis populacionais e as tendências das mentalidades. Intenção completamente distinta à que ocorreu na primeira revolução⁹, na qual os historiadores enfocavam nas estruturas administrativas dos grandes poderes, favorecendo o desenvolvimento da história política por meio da abertura e possibilidades de acesso e a conservação dos arquivos nacionais e municipais (BARROS, 2019).

Com base nisto, elegemos como fontes o *Publicador Maranhense* (1842-1885) que iniciou sua atividade em 1842, passando por sua redação, vários intelectuais e autores de livros escolares, como Francisco Sotero dos Reis, Themistocles Aranha, Joaquim Franco de Sá¹⁰, entre outros, era impresso na tipografia de Inacio José Ferreira (seu proprietário) e funcionou até o ano de 1885, quando se fundiu ao jornal *O Paiz* (1863-189); sociedade que durou até 1889 sob o título d'*O Paiz*, quando enfim encerraram suas atividades. Este por sua vez, foi publicado pela primeira vez, em 1863 e teve a Themistocles Aranha, como fundador e proprietário durante maior parte da sua existência, sendo impresso nos primeiros anos na tipografia do Progresso de Belarmino de Matos e, em 1886, foi leiloado em função das dificuldades financeiras, tornando-se propriedade do partido conservador, a partir desta data até o fim dos seus trabalhos.

Contemplando o período do final do Século XIX e início do XX, utilizamos também o jornal *Pacotilha* (1880-1939), que teve como redator primeiro Victor

⁸A segunda grande revolução documental no século XX foi promovida por novos setores da historiografia, a exemplo da Escola dos Annales e de outras vanguardas historiográficas do novo século (BARROS, 2019).

⁹ Com a historiografia do século XIX, os arquivos nacionais e municipais proporcionaram a conservação e a consulta de todo um conjunto de fontes que diz respeito à estrutura administrativa dos grandes poderes constituídos (BARROS, 2019).

¹⁰Franco de Sá, nasceu na cidade de Alcântara, Maranhão, em 25 de dezembro de 1807. Filho do ex-presidente de província, Romualdo Antônio Franco de Sá e Estela Francisca Costa Ferreira. Estudou humanidades em São Luís e depois foi para Olinda e se formou em Leis, em 1832. Na sua trajetória exerceu vários cargos públicos de destaque: Procurador da Fazenda Nacional (1833); juiz de direito (1834); secretário da presidência no governo de Costa Ferreira (1835-1836); deputado da Assembleia Provincial e Geral (1841-1848); presidente da Província da Paraíba (1844); presidente da Província do Maranhão (1846-1847); e senador em 1849. Além disso, conseguia aliar a sua formação uma esmerada educação e simpatia, que juntamente com os dons de hábil pianista, o fizeram brilhar na época, nos salões da sociedade pernambucana. (FARIAS, 2020, p. 142)

Lobato¹¹, e em 1891, Barbosa de Godois¹². Definia-se de cunho noticioso e era publicado somente aos domingos. Sobre a sua importância, Castro, Cabral e Castellanos (2019, p. 3) afirmam que era um “[...] periódico de grande expressão no cenário jornalístico maranhense. Famoso por registrar os principais acontecimentos da capital São Luís, do interior do Estado e do mundo.”

Os jornais fazem parte de um complexo e extenso universo das fontes textuais, sendo objetos comuns que integram o habitual de diferentes sociedades. Estão situados no conjunto que corresponde aos periódicos, onde as principais características são as publicações diárias, semanais, quinzenais, mensais, anuais, entre outras, postos a circular publicamente e produzidos intencionalmente com a finalidade de provocar em seus leitores efeitos de verdade a partir da persuasão, convencimento, demonstração ou comando, em que “[...] fala-se de fato da realidade, da vida efetivamente vivida, da história que se faz a cada novo dia, de algo que realmente ocorreu e do qual se dá um retrato fiel e não comprometido por parcialidades” (BARROS, 2019, p. 258). No entanto, os discursos jornalísticos estão impregnados de parcialidades, posto que a escolha da matéria, do título, dos destaques tipográficos e do seu posicionamento na geografia do jornal, tende a privilegiar, distorcer ou ocultar fatos¹³. Desta forma:

Os destaques dados a essa ou àquela notícia, as estratégias, editoriais diversos, os modos como busca comover, impactar, indignar ou direcionar os leitores, o posicionamento de uma notícia junto a outra, o tamanho calculado das letras, a escolha de fatos dignificantes ou embaraçosos – existe aqui toda uma infinidade de recursos e procedimentos à disposição dos jornalistas que, *ato continuum*, precisam ser cuidadosamente decifrados pelo historiador. (BARROS, 2019, p. 259)

Na concepção do autor a posição física que uma informação ocupa no espaço do jornal não é de forma alguma uma escolha neutra ou despretensiosa, ela pode indicar a valorização e a visibilidade, ou o contrário, suprimir, disfarçar, amenizar o impacto de informações não desejadas. A primeira página é o lugar de

¹¹Victor Lobato, nasceu no ano de 1854, falecendo em 18 de março de 1893 (CARVALHO, 2018)

¹²Antônio Batista Barbosa de Godóis nasceu em São Luís (1860) e faleceu no Rio de Janeiro (1923). Foi fundador da cadeira 01 da Academia Maranhense de Letras e se formou em Bacharel em direito, na Faculdade do Recife (1884). Em São Luís, foi procurador da Justiça Federal no Maranhão, escritor, poeta e educador. (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2018). Dentre suas obras publicadas, é possível encontrar no Acervo digital da BPBL *Os ramos na educação: escola primária* (1914), que trata da: educação física, moral, intelectual e emocional (CARVALHO, 2018).

¹³Ver Castellanos, Samuel L. V. Introdução. A Imprensa como fonte de pesquisa. In: O livro escolar no Maranhão Império (2017).

maior destaque, sendo a parte superior de cada uma o espaço mais prestigiado e de visibilidade, portanto carrega maior valor simbólico; por outro lado, a posição ao sul da folha é o oposto disto, ao serem direcionadas a informações mais curtas e rápidas, assim, o lugar físico da matéria jornalística, dentro de uma disposição espacial oferecida pelo exemplar do jornal, é um elemento capital para análise que será desenvolvida. (BARROS, 2019, p. 299).

É por isso que se faz necessário compreender os textos referentes aos livros e à instrução publicados pela imprensa local como uma invenção dos sujeitos a partir de perspectivas particulares produzindo, ou pelo menos pretendendo produzir, efeitos de verdade sobre o leitor, que por sua vez constrói usos e representações distintos das intenções dos que produzem os discursos, uma vez que a leitura é um ato criativo capaz de construir significados extratextos (CHARTIER, 1992). Os textos jornalísticos têm como plano de fundo, complexas relações de poder entre aqueles que regulam, determinam e aprovam os livros escolares que eram adotados para a instrução pública primária e os que os elaboram, editam, imprimem e vendem.

A província do Maranhão fez parte de um grupo seletivo das que possuíam casas tipográficas na primeira metade do século XIX, influenciando posteriormente na impressão e na circulação das obras produzidas por maranhenses que neste período figuravam lugar de destaque na elite intelectual brasileira (COSTA, 2013). As questões políticas embora contribuíssem para a expressiva produção de jornais como espaços de disputas entre conservadores e liberais, também foi em contrapartida, um meio que estimulou a existência destes livros e legitimou a concorrência, pois a circulação dependia “[...] extremamente das questões políticas defendidas e das situações de crises surgidas no território nacional” (CASTELLANOS, 2012, p. 63). Isto se dá, em certa medida, porque os jornais possuem uma força política capaz de interferir ativamente na sociedade, com inserção em diferentes segmentos por meio do diversificado público de leitores que pode atingir (BARROS, 2019).

Esta imprensa local foi considerada como um “[...] grande, e sobre todos mais poderoso veículo de civilização” (FRIAS, 2001, p. 3), pois constituía o principal meio de comunicação existente no período, não se limitando apenas a informar os acontecimentos, ideal de sociedade e padrões de comportamentos a serem seguidos, segundo valores, ideias e interesses impostos por determinado grupo social (BARROS, 2019), mas influenciando seus leitores como formadora de opinião.

Em consideração a seu potencial comunicativo, as instâncias de poder impunham o que era permitido ler segundo cada tipo de leitor (homens, mulheres, crianças, adultos), quais leituras eram proibidas e quais eram necessárias para alcançar o que se acreditava ser uma boa formação. Nessa lógica, encontramos nos jornais diversos trechos que definem o tipo de leitura que deveria ser condenada.

Sob o título de “verdades”, publica-se n’*O Paiz* (1863, p. 1)

- Quereis perder a mocidade, dai-lhe a ler os romances modernos.
- Descatolizai um povo, cavareis a ruína de sua nação.
- A mocidade menos perigo corre com um livro ateuista um protestante; porque quando a verdade é claramente negada, a mentira é para logo manifesta; se porem esta é oculta e disfarçada, é difícil que a conheçamos.

Com a vulgarização deste artefato e a ampliação gradativa do seu acesso, a Igreja cria o índice de livros proibidos, como instrumento que visou controlar a leitura pela proibição daquelas obras que foram consideradas impróprias para o cristão (CHARTIER, 2003). A concepção da Igreja sobre o que seria permitido ler “[...] é forjada em torno da leitura dos textos sagrados, leitura de meditação espiritual que procura pacientemente tirar da palavra divina algo que esclareça sua inteligência, fortifique sua vontade, alargue seu coração” (CHARTIER, 2003 p. 39). É neste sentido que, especialmente os livros de leituras de autores maranhenses são pautados, as publicações sempre ressaltam os textos e as lições bíblicas que os compõem. No entanto, aquilo que está distante ou na contramão desta imposição, recebe um tratamento restritivo em forma de censura para que tais ideias não se disseminem, como é possível observar, na matéria que critica duramente a prisão do senhor Francisco Pereira Sales, o autor de *Elementos de geografia astronômica*, pois “n’esse livro refutam-se algumas asserções religiosas inconciliáveis com os princípios científicos porque a astronomia se rege” (O PAIZ, 1888, p. 1). O fato retratado ocorreu em Portugal e foi qualificado como extraordinário e quase inacreditável, afirmando que houve uma perseguição condenando-o, não por ter cometido um crime e, sim pela sua liberdade de expressão.

O Maranhão alcançou uma projeção nacional quanto aos impressos em função da qualidade e quantidade; no entanto, o processo de produção destes textos no período, em um primeiro momento, se dava praticamente de forma artesanal, dada as dificuldades de acesso às tecnologias de impressão que geralmente eram produzidas nos países da Europa; imprensa que aqui “surge embrionariamente, em 15 de abril de 1821, no formato manuscrito, O Conciliador do

Maranhão [1821-1823], para depois da edição do número 34, em 15 de novembro do mesmo ano, consolidar-se como o primeiro jornal impresso no cenário ludovicense” (CASTELLANOS, 2017, p. 72).

Estas condições começam a modificar-se, à medida em que chegavam a São Luís novos equipamentos, como demonstra Frias (2001) que em uma viagem da Corte em 1864, trouxe consigo o primeiro prelo mecânico da província, que entre suas vantagens, a capacidade de impressão (dado que realizava o trabalho de um dia em apenas uma hora, necessitando-se para tanto menos pessoas), a leveza do equipamento e a limpeza da impressão são destacadas, o que lhe fazia “ [...] olhar com horror o ter que voltar ao antigo sistema” (FRIAS 2001, p. 12). O prelo americano a braço, já não estava comportando a demanda da produção dos escritos locais, assim a atividade aprimorava-se e tornava-se cada vez mais dinâmica e eficiente, conforme foram sendo incorporadas nas tipografias as novas máquinas, pelas quais “o aperfeiçoamento na tecnologia de impressão permitira que os jornais assegurassem um patamar cada vez maior para sua tiragem de exemplares, de modo a atender igualmente a crescente demanda de leitores das sociedades modernas” (BARROS, 2019, p. 256).

A qualidade destes impressos foi largamente conhecida pelo Império, os materiais aqui produzidos chegaram a circular por diversas localidades do território brasileiro. Os jornais enfatizavam e ressaltavam esta característica frequentemente. A exemplo destes reconhecimentos, em 1863, o *Publicador Maranhense* (1842-1885), anuncia que Antonio Baptista Lopes Cordeiro, professor da instrução pública de Teresina e autor da *Grammatica Latina* (1863/1ª edição), que fora adotada no Liceu da dita cidade, exigira que sua obra fosse impressa por Belarmino de Matos, tendo em vista o trabalho desenvolvido por ele com os livros escolares, especialmente, no que se refere, às *Gramaticas* de Sotero dos Reis (1863/1ª edição).

Sobre a importância e contribuições de Belarmino de Matos para a imprensa maranhense, Castellanos (2017, p. 15, grifo do autor) aponta que:

É considerado como o maior tipografo do Maranhão no século XIX, merecendo de Antonio Henriques Leal na obra *Phanteon Maranhense* (1987) um lugar de destaque ao ser comparado com Goncalves Dias e Joao Lisboa, dando-se a conhecer como o “Ditot Brasileiro”¹⁴. De seus prelos foram publicadas importantes obras de autores maranhenses, traduções de

¹⁴Comparação com François Ambroise Didot (impressor francês), criador do sistema Didot: sistema tipométrico baseado no ponto de 0, 3759 mm, segundo a medida criado por Fournier. (CASTELLANOS, 2017, p. 151)

autores franceses e de várias partes do Brasil, entre elas: as *Postillas gramaticais*, a *Gramática portuguesa* e a *História da literatura Portuguesa e Brasileira* de Sotero dos Reis (adotadas em várias escolas do Brasil).

No entanto, mesmo com os progressos apresentados a partir da década de 1860, a realidade maranhense em relação à produção dos impressos enfrentava grandes dificuldades como relata Frias (2001), quando se queixa do precário fornecimento dos tipos móveis, tanto no que se refere à quantidade de letras, quanto à falta de acentos próprios da língua portuguesa, bem como as dificuldades do trabalho com o prelo manual dado o clima da cidade, que se tornara insuportável e violento; situação melhorada só com a chegada de um prelo mecânico.

Esta realidade entre tipógrafos causou em um primeiro momento, o enfrentamento de dificuldades para lidar com os novos equipamentos portadores de tecnologia desconhecida e muitas vezes desenvolvida em outros países. O aperfeiçoamento do maquinário e das técnicas de impressão também alcançaram os livros escolares, sendo impressos em maior quantidade e com mais inovações a cada nova edição: o uso de figuras, o aumento no número de páginas, os diferentes tipos de letras, as opções de tipos de materiais para encadernação, os formatos de diferentes modelos de escrita e de divisão dos espaços, entre outros elementos, foram inovações e procedimentos adotados em função destes avanços tecnológicos.

Outro ponto delicado para os tipógrafos locais foi o fornecimento de papel, sendo precário e a um alto custo se comparado com Rio de Janeiro e Pernambuco, que também possuíam neste setor, uma intensa atividade, mas nem por isso, o acesso aos impressos locais foi mais difícil e caro. Um exemplo claro de tal situação é *O Livro do Povo* (1863/2ª edição), que para sua produção utilizou-se papel importado, uma vez que “de Have, na França, o autor recebeu 14 fardos de papel, em 3 de julho de 1866” (COSTA, 2013, p. 133). Esta realidade, embora impusesse vários impedimentos à atividade tipográfica local, mesmo assim produzindo importantíssimas obras para história do livro no Maranhão e no Brasil.

A produção massiva de jornais se assenta, segundo Barros (2019), sobre diversos fatores, como as máquinas para a sua produção, as pessoas letradas que o consumam e o papel onde possam ser impressos, questões que contribuíram com o condicionamento de sua materialidade ao papel reciclado; isto é, o veículo pelo qual o significado é dado a ler, por meio de um o texto impresso (significante) em um suporte específico do qual os indivíduos podem apropriar-se; “a impossibilidade de

separar o texto das formas impressas que o fazem circular” (CHARTIER, 1988, p.16). Estes produtos cujo conteúdo possui um caráter efêmero, são comercializados a baixo custo onde a intenção é fazer com que o leitor adquira um novo exemplar sempre que fosse publicada uma nova edição, induzindo-o à formação de um hábito de consumo e, garantindo-se a lucratividade do setor, que depende essencialmente de sujeitos leitores. Portanto, a formação massiva de leitores configura-se como mais um âmbito de interesse dos editores e autores, pois quanto mais pessoas pudessem consumir o conteúdo do jornal, o seu público em potencial tornava-se maior.

Os três jornais utilizados tinham por definição interesses por assuntos comerciais; no entanto como eram de grande circulação e direcionados a um público heterogêneo, também abordavam diversos aspectos da vida social, onde cada um deles, possuía uma perspectiva referente ao tópico livro e ao tema instrução, o que possibilitou a exploração de aspectos distintos do mesmo assunto. No jornal *O Paiz* (1863-1889), predominavam notícias de caráter opinativo, geralmente quando um novo livro ou uma nova edição eram lançados, especialmente, quando impressos pela Belarmino de Matos, se fazia alusão à importância da instrução, dos livros e do trabalho para a formação de um bom cidadão.

Divulgavam-se ainda as doações de utensílios escolares por parte de professores, da inspetoria da instrução e/ou doutros agentes públicos às escolas e às crianças que enfrentavam dificuldades para a aquisição do material, especialmente, nas vilas, povoados e/ou no interior da província. O modo como o assunto era abordado estava relacionado a diversos fatores como, por exemplo, o redator, enquanto professor sensível às questões referentes à instrução. A proposta era de ser um órgão que inicialmente abordaria temas sobre literatura, ciências e religião; mas logo em seu primeiro ano de circulação, passou a representar a Associação do Comércio do Maranhão e então intitular-se como um “órgão especial do comércio” – figura 4 - e definir este, como seu interesse central, o que na prática não impactou na frequência de discussões sobre o livro e a instrução, ao menos enquanto Themistocles Aranha esteve à frente do jornal.

FIGURA 4 - Jornal O Paiz



Fonte: Biblioteca Nacional, 2021

No *Publicador Maranhense* (1842-1885) as matérias, na sua maioria, tratavam dos pareceres de aprovação ou reprovação dos livros escolares, de suas adoções em algumas escolas e de publicações de jornais de outras províncias que expressavam opiniões sobre algum título em especial: as características de um livro escolar de algum autor local, eram apresentadas na seção “expediente da secretaria do governo” sinalizando os erros e as qualidades dos livros, anunciando-se a partir da avaliação se estavam adequados para o uso ou não na instrução pública. O caráter destas publicações, com um tom mais formal, está de acordo com a proposta fundadora do jornal, que era distanciar-se do que chama de “monotonia das discussões políticas” e do ódio no qual estava mergulhada a imprensa maranhense. Tinha como principal proposta noticiar sobre o comércio, a legislação e os atos do governo, mas sem partidarismos e mantendo a “neutralidade jornalística”, já que não contava com apoio de nenhum partido político. Neste sentido, entendemos a formalidade das publicações e os destaques para as avaliações dos livros que eram emitidas pela Inspeção da Instrução Pública, órgão da administração provincial.

FIGURA 5 - Jornal Publicador Maranhense



Fonte: Biblioteca Nacional, 2021

Já no *Pacotilha* (1880-1939), as referências nas matérias não tratavam do livro propriamente dito, geralmente eles apareciam nas notícias sobre objetos escolares e programas das escolas em que eram adotados. O tom das publicações sobre o ensino variava, ora seguiam por uma linha mais formal e até mesmo crítica quanto ao estado de atraso da instrução, número de analfabetos e as condições dos estabelecimentos, ora seguiam uma linha cômica e irônica a exemplo da trova “em uma aula de geografia: o professor colloca o dedo sobre um ponto do mappa e pergunta ao Xumbrenghinas: - O que é isto? – Uma unha suja, responde o endiabrado menino” (PACOTILHA, 1881, ed. 39, p. 3). Nessa direção, se propunha a discutir diferentes temas “a Pacotilha, pois, não [tinha] programa, nem artigo de fundo – é a imprensa a retalho, miúda, sortida, variada (PACOTILHA, 1880, ed.1, p. 1), argumentando que este jornal ofertava aos seus leitores, discussões políticas, denúncias e romances longos e complicados, noticiários de lista de passageiros, os obituários e o movimento do porto, na tentativa de estabelecer com o leitor uma relação direta, já que convida a quem lhe interessar a publicar seus textos no jornal, exceto os anúncios que custariam 50 réis por linha.

FIGURA 6 - Jornal Pacotilha



Fonte: Biblioteca Nacional, 2021

Aquelas matérias que divulgam uma “nova obra” ou “nova edição” nos jornais, podem ser entendidas enquanto táticas dos autores, editores e tipógrafos frente às estratégias impostas pelos órgãos regulamentadores, pois falam diretamente ao público recheadas de mensagens que intencionavam convencer os

interessados da sua eficiência para o ensino, apelando para o detalhamento do conteúdo, dos exercícios e de como eram adequados de acordo com a linguagem e a inteligência do público alvo, contendo saberes essenciais para uma boa formação ou ainda ressaltavam a indicação das escolas nas quais estavam sendo utilizadas. Desde o título da matéria, o leitor é conduzido a uma imagem positiva, pois geralmente, estes anúncios são compostos pelo nome da obra, do autor ou de um adjetivo que atestasse sua qualidade.

A divulgação por meio de periódicos impressos como jornais e almanaques se constituiu como uma das principais práticas para a sua comercialização, propagandas mercadológicas que foram formuladas para os representarem como objetos especiais e de distinção de crianças e jovens. Os editores e autores empenhavam-se na busca destes espaços de circulação em massa; no entanto, não era o suficiente, pois para o sucesso do livro escolar, além da sua divulgação, era necessário que fosse acessível tanto para os professores quanto para os alunos no sentido financeiro e de disponibilidade, sendo de fundamental importância o aperfeiçoamento das técnicas tipográficas, como por exemplo, sua impressão no padrão in 8° em formato brochado, possibilitando que os livros fossem vendidos a preços mais acessíveis (BITTENCOURT, 1993).

Tanto n’*O Paiz* quanto no *Publicador Maranhense* e no *Pacotilha*, se apresentam seções tematizadas num lugar fixo estabelecido, o que possibilita aos leitores um direcionamento imediato aos temas de interesses, bem como atender as necessidades informacionais e leitoras do público diversificado (BARROS, 2019). Assim, notamos que as matérias referentes aos livros escolares costumam aparecer entre a primeira e a segunda página, por vezes inseridas em seções que tratam de assuntos mais gerais, como por exemplo, “Variedades”, “Publicações Gerais” “Religião” e outras vezes, abre-se uma seção especificamente para o tema intitulado “Instrução Pública” ou apenas “Instrução”, na qual se publicam relatórios ao respeito, estatutos e regulamentos de instituições de ensino, que em alguns pontos tratavam sobre os livros escolares.

A partir daqui foi possível percebermos que os livros e a instrução ocupam lugares de destaque na imprensa, o que nos dá indícios da sua relevância para a sociedade e para os jornalistas, que embora não a explicitem como uma temática central, as suas práticas e os posicionamentos intencionais das notícias nos

suportes, acabam revelando o quão importante foi. Devemos lembrar que a instrução engloba diversos aspectos da vida social. Nessa perspectiva, uma matéria sobre o tema, também pode tratar outros assuntos correlatos, como por exemplo: sobre política, enquanto ações para a promoção do ensino ou denunciar a negligência do poder provincial; sobre economia, para fazer-se referência aos gastos públicos com este setor; sobre demografia, ao informar-nos a quantidade de alunos nas escolas e, ainda, acerca dos costumes, as crenças e os valores da sociedade ludovicense, ao tratar das dificuldades dos pais em matricular as crianças na escola e dos hábitos a partir de relatos sobre o funcionamento de uma instituição de ensino. Enfim, vestígios ao respeito de uma infinidade de informações que podem nos aproximar e revelar aspectos da instrução maranhense no Oitocentos até 1920.

2.1 O JORNAL COMO MENSAGEIRO PERSPICAZ: livros escolares n’*O Paiz*, no Pacotilha e no Publicador Maranhense

A imprensa maranhense foi um dos principais veículos no século XIX e XX de vulgarização do escrito impresso. Segundo *O Paiz* (1883, ed. 11, p. 1) “o jornal, como o mensageiro mais perspicaz e rápido que é das manifestações do pensamento, e que ponha-se a frente de uma ideia de utilidade pública” dava a conhecer à sociedade sua produção, distribuição e circulação de livros literários, escolares, religiosos e outros diversos tipos de textos sob perspectivas variadas. No processo de identificação dos livros escolares de autores maranhenses foi possível perceber a pluralidade e significativa quantidade de textos impressos que eram anunciados nos jornais que apresentamos no seguinte quadro.

QUADRO 1 – Livros escolares nacionais no *Publicador Maranhense* (1842-1885) n' *O Paiz* (1863-1889) e na *Pacotilha* (1880-1939)

Nº	TÍTULO	AUTOR	ANO/EDIÇÃO	TIPOGRAFIA
1.	Grammatica Philosophica	Padre Antonio da Costa Duarte	1863/5ª edição	Tipografia Ramos de Almeida ¹⁵
2.	Livro do povo	Antonio Marques Rodrigues	1863/2ª edição	Tipografia Correia de Frias ¹⁶
3.	Grammatica elementar da Lingua Portuguesa	Filipe Benicio d'Oliveira Condurú	1866/ 5ªedição	
4.	Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema métrico decimal	João Antonio Coqueiro	1863/1ª edição	Belmarmino de Matos Tipografia do Progreso ¹⁷
5.	Tratado de Arithmetica		1860/1ª edição	Tipografia W. Remquet & Cia ¹⁸
6.	Prática das novas medidas e pesos		1866/1ª edição	Belmarmino de Matos Tipografia do Progreso ¹⁹
7.	Cursos elementar de Matemática		1869/1ª edição	Belmarmino de Matos Tipografia do Progreso ²⁰
8.	Curso médio de Matemática		1902/1ª edição	Tipografia Peixoto e Vieira ²¹
9.	Primeiras noções de calculo		1871/1ª edição	Tipografia Correia de Frias ²²
10.	Estudinho de Língua Portuguesa		Jose Augusto Correa	1883/1ª edição
11.	Resumo de Álgebra	1886/1º edição		Popular Maranhense ²⁴
12.	Pontos de aritmética	1885/1º edição		
13.	Postillas de Grammatica geral aplicada à língua portuguesa pela analyze dos clássicos	Francisco Sotero dos Reis	1864/1ª edição	Belmarmino de Matos Tipografia do progresso ²⁵
14.	Grammatica Portuguesa		1866/1ªedição 1871/ 2ªedição 1878/3ºedição	

¹⁵Largo do Palácio, n° 20, São Luís do Maranhão (O PAIZ, 1863)

¹⁶Rua da Palma n° 7, São Luís do Maranhão (O PAIZ, 1863)

¹⁷Rua da Paz n° 3, São Luís do Maranhão (O PAIZ, 1863)

¹⁸Rua Garancière, n° 5, Paris, França (PUBLICADOR MARANHENSE, 1860)

¹⁹Rua da Paz n° 3, São Luís do Maranhão (O PAIZ, 1863)

²⁰Rua da Paz n° 3, São Luís do Maranhão (O PAIZ, 1863)

²¹Rua Frei Caneca, 442, Rio de Janeiro (PACOTILHA 1902)

²²Rua da Palma n° 7, São Luís do Maranhão (O PAIZ, 1863)

²³Praça do Palácio, n° 20, São Luís do Maranhão (PACOTILHA 1883)

²⁴São Luís do Maranhão (PUBLICADOR MARANHENSE, 1886)

²⁵Rua da Paz n° 3, São Luís do Maranhão (O PAIZ, 1864)

15.	Rudimentos de Geografia	Antonio Rego	1863/1ª edição	Belmarmino de Matos Tipografia do Progresso
16.	Livro dos Meninos		1864/1ª edição	Belmarmino de Matos Tipografia do Progresso ²⁶
17.	Metrologia do povo	João Miguel da Cruz	1882/2ª edição	Typ. de R. D'Almeida & C ²⁷
18.	Resumo da História do Brasil	João Antonio Tinoco de Sandes Junior	1879	Typ. de R. D'Almeida & C ²⁸
19.	Atlas do Império do Brasil	Candido Mendes de Almeida	1868/1ª edição	
20.	Noções gramaticais para uso da infância	Pedro Nunes Leal	1880/1ª edição	Tipografia Correia de Frias ²⁹
21.	Resumo de Grammatica	Pedro Sousa Guimaraes	1875/1ª edição	
22.	Primeiras noções de Arithmetica	Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem	1864/3ª edição	
23.	Novo compendio de Grammatica Luso Latina	Martiniano Mendes Pereira	1883	
24.	Lições de moral	Antonio Augusto Rodrigues	1865/1ª edição	Typ. de R. D'Almeida & C
25.	Lições de Geographia		1875/1ª edição	Typ. de R. D'Almeida & C
26.	História Santa do Antigo e Novo Testamento		1882/1ª edição	Typ. de R. D'Almeida & C
27.	As Noções de Aritmética	Manoel Rodrigues da Costa	1880/1ª edição	
28.	Nova Qartilha portuguesa	Odolfo Aires de Medeiros	1918/1ª edição	J Pires & c. ³⁰
29.	Curso guia de leitura fácil (Alphabeto fonético – auricular)	Roberto A. Moreira	1881/1ª edição	
30.	Fragmentos para a Chorographia do Maranhão	Justo Jansen Ferreira	1901/ 1ª	Typ. de R. D'Almeida & C ³¹
31.	A língua Portugueza	Felippe Franco de Sá/ Fran Paxeco	1911/ rev.	
32.	A pátria brasileira	Coelho Neto e Olavo Bilac	1911/1ª edição	

Fonte: A autora, 2021

²⁶Rua da Paz n° 3, São Luís do Maranhão (O PAIZ, 1864)

²⁷Praça do Palácio, n° 20, São Luís do Maranhão (O PAIZ, 18822)

²⁸Praça do Palácio, n° 20, São Luís do Maranhão (O PAIZ, 1864)

²⁹Rua da Palma n° 7, São Luís do Maranhão (PUBLICADOR MARANHENSE 1875)

³⁰São Luís (PACOTILHA, 1918)

³¹Praça do Palácio, n° 20, São Luís do Maranhão (O PAIZ, 1864)

Como se pode verificar no quadro 1 foram identificados 32 livros escolares de autores maranhenses correspondentes às disciplinas de Geografia (com 4 títulos), História (3), Gramática (9), Matemática (11) e Leitura (5), direcionados para os níveis de ensino primário e secundário. Pode-se destacar como as principais casas de impressão as tipografias do Progresso de Belarmino de Matos, a do Senhor Correia de Frias e a de Ramos de Almeida, enquanto autores que mais foram referenciados pelos jornais são João Antonio Coqueiro (com 6 livros), Francisco Sotero dos Reis (2), Antonio Marques Rodrigues (1), Antonio Rego (2) e Candido Mendes de Almeida (2).

Em se tratando das obras que tiveram destaque na imprensa interessa-nos entender a relação entre a trajetória acadêmica e profissional dos autores e como seus livros foram abordados nos diferentes jornais. Neste sentido o renomado professor João Antonio Coqueiro, teve um grande reconhecimento nos periódicos locais da sua extensa produção, mas sua trajetória é marcada por muitas dificuldades especialmente de âmbito financeiro quando estudante. Desde muito cedo se mostra muito afeito aos estudos incentivado por seus pais, resultando numa excelente formação como Bacharel pela Faculdade de Ciência de Paris em 1862 e Doutor em Ciências Físicas pela Universidade de Bruxelas na Bélgica. Nasceu em 30 de abril de 1837 em São Luís, viveu uma infância pobre, estudou no Liceu Maranhense e seus pais pretendiam mandá-lo à Europa para cursar o ensino superior; no entanto, pelo falecimento do pai não sendo possível concluir tal empreendimento, assim em 1855, sua mãe procura ajuda do poder provincial, e foi estudar em Paris subsidiado pelo governo. Ingressa na Escola de Minas de Paris e paralelamente ministrava aulas particulares, com esses recursos conseguia ajudar financeiramente a sua mãe (SOARES, 2017).

Coqueiro, depois de alguns anos longe da terra natal regressa e passa a atuar com afinco na instrução, sendo um dos intelectuais fundadores da Sociedade Onze de Agosto³². Nesta instituição atuou como professor de primeiras letras, de Geometria e Mecânica prática, sendo ainda o primeiro secretário e professor. Já na

³²Sociedade 11 de agosto foi o nome escolhido para comemorar a data de criação dos Cursos Jurídicos no Brasil e foi uma iniciativa de vários intelectuais maranhenses, dentre eles: Antonio de Almeida Oliveira e João Antonio Coqueiro, os quais receberam apoio de Martiniano Mendes Pereira e de Manoel Jansen Pereira. Sua criação em São Luís, em 1870, tinha como finalidade o oferecimento da instrução das primeiras letras à população operária e adulta, preferencialmente, abrangendo os conteúdos direcionados às artes mecânicas e industriais. (CASTELLANOS; CASTRO, 2015, p. 84).

Casa dos Educandos Artífices lecionou as disciplinas de Mecânica Aplicada e de Geometria Aplicada. No Liceu era responsável pelas cadeiras de Cálculo, Matemática, Elementar e Mecânica Racional e em 1890 atuou também como examinador de admissão para a escola (SOARES, 2017). Na capital do Império foi diretor do internato Ginásio Nacional³³ entre 1901 e 1905. Além da sua significativa atuação na instrução, Coqueiro também exerceu diferentes cargos: de vereador suplente em São Luís (1869 a 1873); no Tesouro Público provincial foi diretor da instituição em 1871 e, entre os anos de 1872 a 1875, foi inspetor do referido órgão. Aposentou-se do serviço público em 1909 e faleceu no dia 26 de fevereiro de 1910, na cidade do Rio de Janeiro (SOARES, 2017).

O Dr. João Antonio Coqueiro foi um dos autores que teve um maior número produções identificadas as quais foram adotadas no ensino primário e secundário, público e particular por todo o país.

QUADRO 2 - Livros escolares de Joao Antônio Coqueiro

Nº	Obra	Impressor	Adoção no ensino
1.	Tratado de Arithmetica (1860/1ª edição)	W. Remquet & Cia – Paris	Liceu Maranhense
2.	Soluções das Questões Propostas no Trabalho de Arithmetica (1867/ ? edição)		Colégio Pedro II
3.	Metrologia Moderna ou Exposição Circunstanciada do Sistema Métrico Decimal (1863/1ª edição)	Bellarmino de Matos – São Luís	Liceu Maranhense
4.	Prática de Novas Medidas de Peso (1866/1ª edição)		Colégio Pedro II
5.	Prática de Novas Medidas de Peso (1867/ 2ª edição)		Instrução primária – 2º grau
6.	Curso Elementar de Matemática. Teórico e Prático. Tomo I (1869/1ª edição)		Colégio Pedro II

³³Fundado em 2 de dezembro de 1837, serviu de modelo de instituição de ensino público secundário e foi almejado por todas as outras escolas que seriam criadas no Brasil, assim como ocorreu com a criação do Liceu Maranhense em 1838 no Maranhão (CABRAL, 1982).

7.	Primeiras Noções de Cálculo (1871/ 1ª edição)	José Maria Correia de Frias	aulas especiais de adultos escolas de primeiras letras
8.	Tábuas Estereométricas (1871/1ª edição)		adotado no Tesouro Provincial
9.	Curso Elementar de Matemática. Teórico e Prático. Tomo II (1874/ 1ª edição)		Colégio Pedro II
10.	Tratado de Arithmetica (1897/2ª edição)	Casa Monte Alverne	

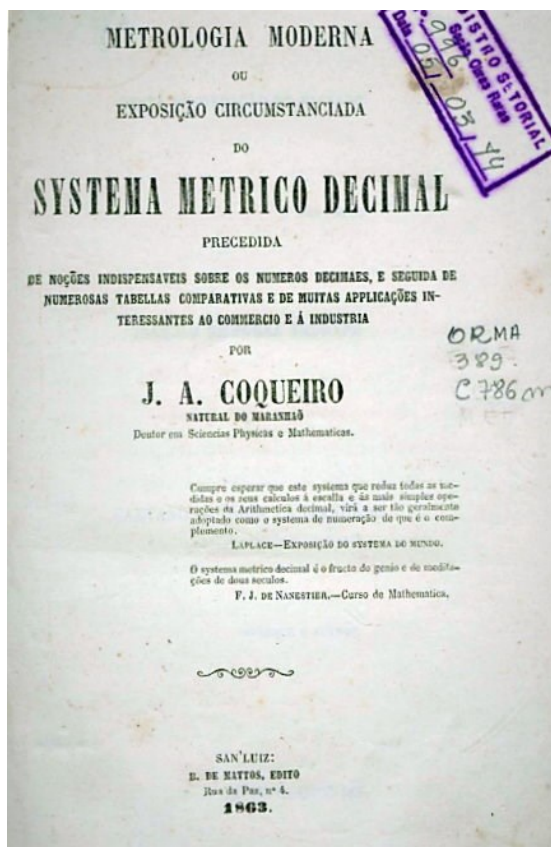
Fonte: (SOARES, 2017; CASTELLANOS, 2017).

A sua produção se realizou em nível local, nas duas principais tipografias em de São Luís, a de Belarmino de Matos e do Sr. José Maria Correia de Frias; em esfera nacional no Rio de Janeiro; e internacional em Paris, circulando pelas mais importantes instituições de ensino. Sobre a relevância de uns dos mais difundidos livros escolares a *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema métrico decimal* (1863/1ª edição), de João Coqueiro, publica-se n' *O Paiz* (1863, ed. 20, p.2)

Depois que foi decretado que dentro de dez annos o systema metrico decimal estabelecido em França e outros paizes seria adoptado no Brasil, havia necessidade absoluta de obras elementares que tratassem da materia de modo que o novo systema podesse ser comprehendido por qualquer pessoa. O Sr. Dr. João Antonio Coqueiro, comprehendendo como todos era uma condição essencial para a admissão sem tropeços da metrologia decimal, e o conseguiu perfeitamente com a publicação. Á nosso ver o governo deveria, logo que a lei para a mudança do nosso systema metrico foi aprovada, ter mandado organizar uma obra como esta, indispensavel para o perfeito conhecimento do systema decimal, e meio mais facil de vulgarisal-o.

Nos jornais locais essa é também a principal obra que se destaca em frequência de publicações, acreditamos que alguns fatores podem ter contribuído para a difusão deste livro, tal como a imposição da lei que implementaria o sistema métrico, a escassez de materiais que abordassem a temática e a iniciativa do autor em produzi-la para suprir esta carência, especialmente por sua formação na área e ter morado em países que já adotavam o sistema.

FIGURA 7 - Livro Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema métrico decimal.



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite, 2020

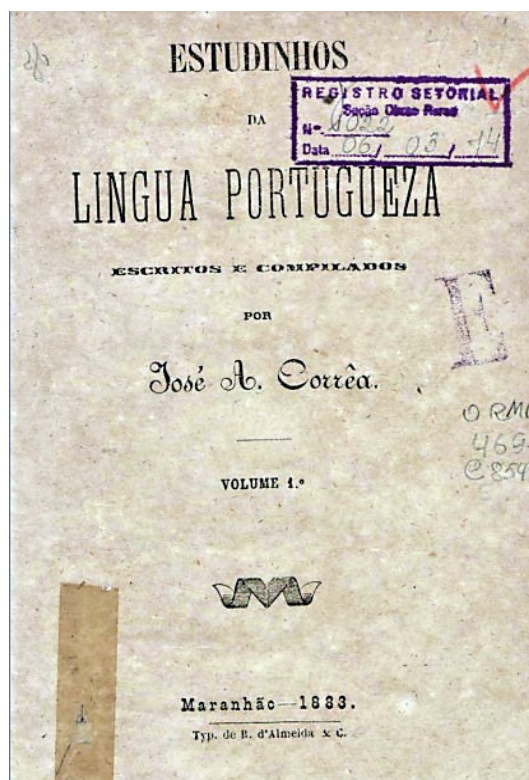
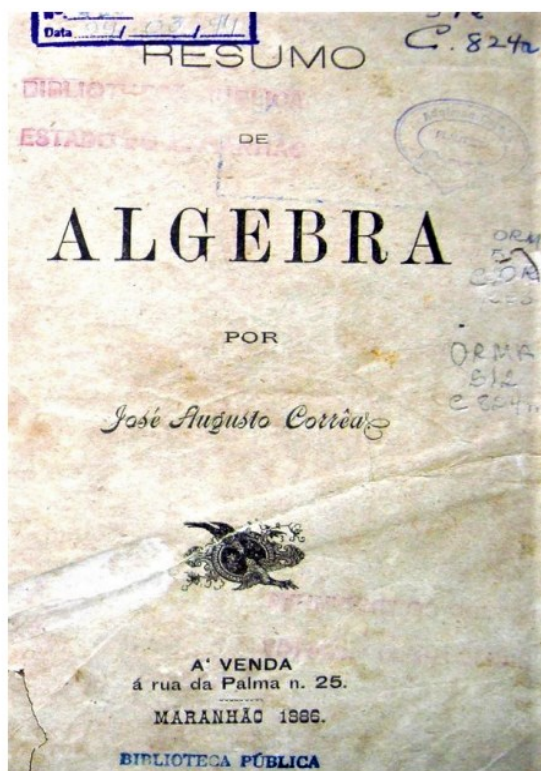
Embora fosse de fundamental importância para o ensino a referida obra segundo a comissão avaliadora apresenta alguns erros, por exemplo, na definição de números inteiros, que não se aplica somente para este grupo, pois se trata de um conceito empregado para número em geral, e com respeito aos “[...] numeros decimaes [que] deixou o auctor de ocupar-se das dizimas periódicas a que dão nascimento as conversões em decimaes, de algumas fracções ordinárias” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, ed. 258, p. 2). Nesse sentido, foi objeto de um episódio gerador de discussões referentes aos equívocos no conteúdo, que não foram apontados no parecer dos avaliadores. Trata-se da resposta dada pela redação d’*O Paiz* a um anônimo que não era para ser publicada, mas que por descuido acabou estampando suas páginas, na qual se questionava a tabela número 50 e seus valores, na parte em que trata da libra esterlina, “[...] dando-a com o valor par de 890\$, e o franco também par á 385 réis; fora dos geralmente aceito, e parecendo assim o par monetário mais alto, em vez de mais baixo, que o par

commercial; isto é, por outros termos, não sei fazer a conta” (O PAIZ, 1879, ed. 208, p. 2). O pedido de desculpas ao Sr.º Coqueiro foi prontamente publicado, esclarecendo-se o acontecido no intuito de evitar indisposições e questionamentos a sua intelectualidade, pois “isso seria o mesmo que, como vulgarmente se diz, pretender *ensinar o padre nosso ao vigário*. De S. S. só posso receber lições” (O PAIZ, 1879, ed. 208, p.2, grifo do autor).

Um dos livros que também figurou entre os mais divulgados pelos jornais foi a *Metrologia do povo* (1882/2ª edição), de João Miguel da Cruz, professor de primeiras letras de São Bento. Em 1882, saíram 92 anúncios no *Publicador Maranhense* (1842-1885) e mesmo 17 anos após sua publicação, em 1898 continuava sendo noticiada e bem avaliada no *Pacotilha* (1880-1930). A sua atuação foi marcante na instrução em função do seu envolvimento na criação de escolas para adultos em São Bento na década de 1860. Já no período de 1873 e 1875, esteve atuando na saúde como comissário vacinador, dedicando-se em 1877 ao ensino de surdos-mudos, ocupando um ano depois a cadeira na Assembleia Provincial. Em 1884, aposenta-se do serviço público e falece em São Bento no ano de 1895 (SOARES, 2017). A referida obra foi organizada contendo a comparação de todas as medidas antigas com as modernas, “[...] um methodo pratico de reduzir todas as medidas do systema decimal [às] do antigo systema, e o modo de fazer a redução dos preços dos gêneros medidos por um e outros systema” (O PAIZ, 1881, ed. 285, p. 3); obra bem avaliada precisamente pela linguagem e métodos utilizados que permitiriam a compreensão das pessoas que não tivessem conhecimentos prévios de aritmética.

Na contramão desta significativa frequência, o *Resumo de Álgebra* (1886/1ª edição) e os *Estudinhos de língua portuguesa* (1883/1ª edição), do professor José Augusto Correa, não ganharam destaque na imprensa, embora tenham tido uma avaliação positiva referente ao conteúdo e à qualidade de impressão. No *Publicador Maranhense*, em 1886, o primeiro foi alvo apenas de pequenas notas; o segundo, no *Pacotilha* em 1883. Vale destacar que o *Resumo de Álgebra* (1886/1ª edição) e os *Estudinhos de língua portuguesa* (1883/1ª edição) são consideradas obras raras, segundo o levantamento realizado por Domingos Perdigão (1922).

Nas figuras abaixo apresentamos as folhas de rosto dessas obras

FIGURA 8 e 9: Livro *Resumo e Álgebra* / *Estudinhos de língua portugueza*

Biblioteca Pública Benedito Leite, 2021

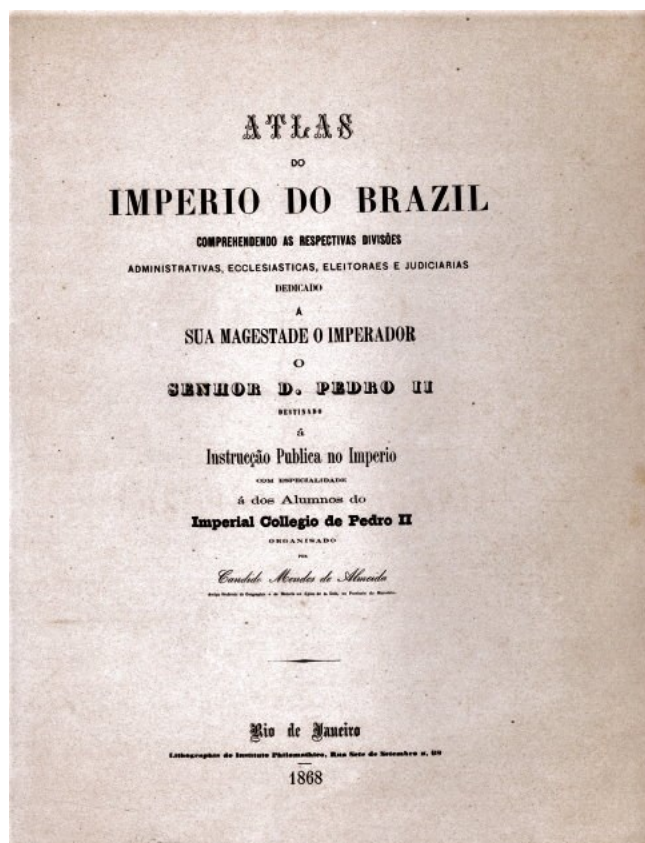
Não podemos afirmar que o uso no ensino destas obras tenha sido tão discreto quanto as publicações nos jornais, uma vez que elas estão atreladas a diversas questões, entre elas: os recursos financeiros para custear os anúncios, as relações estabelecidas entre os autores com indivíduos atuantes na imprensa que pudessem de alguma forma favorecer a divulgação de um título, ou até mesmo a posição social que ocupara no cenário da instrução ou da política a nível local e até mesmo nacional. E mesmo que Corrêa tenha participado da redação de um jornal este fator não foi suficiente para lhe favorecer na divulgação da sua própria produção.

José Augusto Corrêa nasceu em 03 de agosto de 1854 e teve uma vida dedicada ao ensino, atuando como professor de matemática e língua portuguesa. Foi filólogo e escritor, trabalhando no jornal *Pacotilha* a partir de 1915, onde escreveu vários artigos voltados para o ensino de Gramática e Língua portuguesa. Em 1874, foi professor examinador no Collegio União de Nossa Senhora do Rosário e trabalha quatro anos depois na Tesouraria da Fazenda. Em 1879, um anúncio no jornal por ele é colocado, informando sobre a abertura de uma aula noturna destinada ao comércio e lecionaria Gramática portuguesa, Aritmética e Escrituração

Mercantil em sua casa (Rua da Palma, nº 25). No entanto, trabalhava como professor de “Grammatica Geral” no Instituto Maranhense, no mesmo momento em que Roberto Antonio Moreira, autor de *Alfabeto Fonético-Auricular* (1881/1ª edição), era professor de “Escripturação”. Correia fundou a Cadeira Nº 17, da Academia Maranhense de Letras que tem como Patrono Francisco Sotero dos Reis, falecendo aos 64 anos, em São Luís, no 16 de fevereiro de 1919, por conta de uma infecção intestinal. (SOARES, 2017).

O segundo livro, mais frequente no jornal *Publicador Maranhense*, foi o *Atlas do império do Brasil* (1868/1ª edição), de Candido Mendes de Almeida, que fez questão de destacar abaixo do seu nome o título de antigo professor do Liceu de São Luís, outro ponto importante refere-se a dedicatória ao Imperador Pedro II “A. V. M. Imperial mais do que à ninguém compete a dedicação do presente trabalho, porque [...] tem sido o mais forte e mais desvelado promotor do estudo da Geographia e História pátrias”. Segundo Costa (2013) a escolha de para quem se oferece um trabalho tem dois motivos principais: um de ordem política, como fez Candido Mendes e a intelectual/artística.

FIGURA 10 - Livro Atlas do Império do Brasil



Fonte: Biblioteca Nacional Digital, 2021

Grande parte das notícias eram mensagens/respostas à tática empregada pelo autor de enviar um exemplar para várias autoridades, como diretores de escolas e órgãos públicos das províncias, especialmente no Rio de Janeiro, Bahia Ceará e Maranhão, visando a aceitação e adoção do livro, mesmo sabendo que não dependia deles a aprovação. Exemplar que foi enviado por terceiras mãos aos conselhos de instrução das respectivas localidades, como o fez Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão³⁴, diretor da escola militar do Rio de Janeiro, que afirmara estar impossibilitado de dar uma resposta definitiva “por ser a adoção dos compêndios dependentes de aprovação do governo sobre proposta do conselho de instrução da escola militar. Aguardo portanto ocasião oportuna para apresentar ao dito conselho” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 254, p. 2). O seu êxito maior foi com o Arcebispo Conde de S. Salvador que após examinar a obra, com o auxílio do engenheiro Manoel de Silva Pereira para avaliação dos mapas, o autorizara para uso no seminário ao qual é diretor.

Em quase todas as notícias que fazem referência a livros escolares de geografia duas questões são recorrentes: uma diz respeito aos erros presentes nos títulos anteriormente publicados, dos quais os autores tentam se distanciar ou até mesmo corrigi-los, pois “a geographia não é, como se pensa um estudo arido e ingrato. Como a ensina[m] nas escolas, como a desfiguram compêndios escriptos sem critérios por pessoas ignorantes” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed, 240, p. 2); a outra, trata da dificuldade do acesso à documentação oficial, seja pela inexistência desse material, seja pela falta de colaboração do poder provincial, já que são importantíssimas fontes, que podem fornecer elementos essenciais para a elaboração de um livro nesta área de conhecimento. No Brasil essa situação se agrava uma vez que “do vasto Imperio, com regiões ainda mal exploradas e quase

³⁴Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, nasceu no Rio de Janeiro a 02 de novembro de 1802, falecendo na mesma cidade, a 13 de janeiro de 1879. Foi ministro da Guerra (1862), vogal do Conselho Militar, brigadeiro, deputado do ajudante-general do Exército da cidade do Rio de Janeiro, diretor e comandante da Escola Militar de Aplicação, ajudante-general do Exército (1865), marechal de campo (1866), conselheiro de Guerra e tenente-general (1867) e comandante do 1º e 2º corpo do exército na guerra do Paraguai. Foi, inúmeras vezes, agraciado com menções de louvor por sua atuação e recebeu os títulos de cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, comendador da Ordem da Rosa, comendador da Ordem Militar de São Bento de Aviz, Grã-Cruz da Ordem Militar de São Bento de Aviz, dignatário da Ordem Imperial do Cruzeiro e medalha do Mérito Militar, sendo por fim agraciado com o título de visconde de Santa Teresa. (ARQUIVO NACIONAL, 1946. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/polidoro-da-fonseca-quintanilha-jordao>. Acesso em: 28 abr. 2021)

desconhecidas, não existe ainda a carta exacta. Este trabalho só aos poderes públicos cabe[ria] executar” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 246, p.2).

Diante destes obstáculos, coube a Candido Mendes reunir o material existente sobre as regiões já exploradas, empreendendo esforços de pesquisa ao visitar bibliotecas e arquivos públicos e particulares, além de dar prosseguimento a seus outros projetos; empenho que foi reconhecido por todos a quem enviou um exemplar da obra. Isto não significa dizer que o trabalho se isentou de erros. Sobre o mapa do Ceará, segundo Thomaz Pompeo de Souza Brasil, uns dos mais importantes nomes da região nordeste nos estudos de geografia, apresenta algumas inconsistências: “[...] principalmente na parte do noroeste, defeitos repetidos nas cartas de Paulet e de Conrado; mas não obstante é a que mais se aproxima[ra] da exactidão” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 276, p.2)

Thomaz Pompeo de Souza Brasil nasceu na cidade de Santa Quitéria (CE), a 6 de junho de 1818 e faleceu a 2 de setembro de 1877, na capital de dita província. Foi presbítero do habito de S. Pedro, bacharel em ciências sociais e jurídicas pela academia de Olinda, senador do Império, sócio do Instituto histórico e geográfico brasileiro, do Instituto histórico e geográfico da Bahia, do Instituto histórico e geográfico do Maranhão e da sociedade Amante da instrução. Foi lente de geografia e história do Liceu, depois vigário geral e diretor da instrução pública. Deste último, foi demitido por suas ideias liberais conhecidos desde o tempo de estudante. Foi também advogado no foro de Fortaleza. Escreveu diversos livros escolares, entre os quais: os *Princípios elementares de chronologia para uso do lyceu do Ceará* em (1850/1ª edição); os *Elementos de geografia oferecido à mocidade cearense* (1851/1ª edição); o *Compendio de geografia* (1856/ 2ª edição); o *Compendio elementar de geografia geral e especial do Brasil* (1859,1864/3ª e 4ª edição), entre outros. (BLAKE, 1902, vol., 7, p. 296,).

Atlas do império do Brasil (1868/1ª edição) foi adotado na província do Rio de Janeiro Imperial no Colégio Dom Pedro II e para o ensino secundário do Maranhão, chegando alguns exemplares até a Europa, onde foi plenamente recebido “como o mais importante auxilio para o estudo da geographia da América do Sul e como uma obra muito útil e completa [...] posto a venda na Inglaterra por preço moderado, encontrar[ia] grande sahida” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1869, ed. 19, p. 2). A sua adoção em diversas escolas contribui para atestar a qualidade e distinção do

material produzido, passando a ser considerado por jornais como o *Diário do Rio de Janeiro* (1820-1879/RJ), o *Jornal do Commercio* (1820-1879/ RJ), o *Diário do Povo* (1820-1879/RJ) como a mais importante obra de geografia no Brasil.

A falta de um mapa bem organizado sobre o Brasil era latente não apenas para o próprio Império, como também ao ensino na Europa; situação que obriga ao geógrafo inglês Aaron Arrowsmith, se manifestar diversas vezes sobre o desejo de elaborar uma carta com informações mais precisas sobre o novo mundo. Este autor ficou reconhecido pela publicação em 1834 do *Atlas de Geografia Universal de Londres*, figurando entre as melhores fontes cartográficas europeias da época. Além disso, foi um dos membros fundadores da Real Sociedade Geográfica, a qual lhe concedeu uma medalha de ouro em 1863 por seus mapas da Austrália, América do Norte, África e Índia, pois suas produções eram caracterizadas por serem extraordinariamente detalhados com novas descobertas. (BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL, 2015).

No Rio de Janeiro a obra foi objeto de discordância quanto à compra dos exemplares, a quantidade inicial solicitada no projeto nº. 415 para a sua aquisição contemplava 200 livros. Neste sentido, o diretor da instrução pública argumentou que apenas 38 professores na província estavam habilitados para o ensino dessa disciplina, para a qual julgou necessário adquirir apenas 50 livros para os docentes e em igual número para os alunos da escola normal, que naquele ano possuía 35 matrículas, diminuindo em 50% a demanda prevista no projeto, e ainda assim restaria um excedente que não seria utilizado imediatamente. Entretanto, tendo em vista a qualidade da publicação, o inspetor adverte que: “[...] sendo possível que fique cedo exaurida a edição e não possa determinar a época em que se faça outra, seria de útil cautella comprar-se já o número de exemplares determinado no projecto” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1869, ed. 08, p. 2). Mesmo demonstrando por meio dos dados, que a necessidade real de exemplares era menor da cifra solicitada, o inspetor acaba concordando por precaução com a solicitação inicial.

O presidente da província reconheceu a importância da obra, mas em seu entendimento bastaria que fossem adquiridos os 100 primeiros exemplares, de acordo com o cálculo do inspetor. Divergindo do posicionamento do presidente, as comissões da inspetoria da instrução e da fazenda acreditavam que Candido Mendes, por tamanha relevância da sua publicação, merecia recompensa e

consideraram justo o valor a ser pago por 200 livros “não só afim de que se anime o autor de tão importante trabalho a amplia-lo e melhora-lo quanto seja possível, como para que isso sirva de incentivo á outras empresas de semelhante natureza” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1869, ed. 08, p. 2). Por fim, a assembleia provincial do Rio de Janeiro autoriza o presidente da província a comprar a quantia total expressa no projeto, pois o custo de 6:000\$ poderia ser perfeitamente pago e o livro ser distribuído nas escolas da província sem causar impacto aos cofres públicos.

A profusão pelo Brasil e, especialmente, no Rio de Janeiro das obras de Candido Mendes de Almeida, pode ter ocorrido em certa medida, por sua atuação em importantes cargos na capital e na província do Maranhão, natural de Brejo/MA, nasce a 16 de outubro de 1818 e falece em 1881 no Rio de Janeiro. Formou-se em 1839 em Direito pela faculdade de Olinda, entre 1841 e 1842 e exerceu o cargo de promotor público. Lecionou no Liceu Maranhense por 14 anos as disciplinas de Geografia e História, das quais era muito versado (BLAKE 1893). Após esse período, mudou-se para a corte exercendo o cargo de chefe de seção da secretaria do Império. Participa de importantes instituições, sendo “[...] sócio do Instituto histórico e geográfico brasileiro; sócio e presidente da seção da Sociedade de geografia de Lisboa no Brasil; da Sociedade de geografia de Londres e da de Paris; oficial da ordem da Rosa, e comendador da de S. Gregorio Magno de Roma” (BLAKE, 1893, p. 31, vol. 2).

Os dois livros escritos pelo Dr. Antonio Rego, o *Livro dos Meninos* (1864/1ª edição) e os *Rudimentos de Geografia* (1863/1ª edição) faziam parte de um curso elementar elaborado por ele para a instrução primária, conjuntamente com Dr. Pedro Nunes Leal³⁵, que seria adotado no Instituto de Humanidades. O primeiro, publicado apenas em uma edição; o segundo, com maior número de edições, pois indícios apontam que “pequenas faltas [foram] inevitáveis em trabalhos desta natureza, sobretudo em suas primeiras edições, publicadas as mais duas vezes [às] pressas pelo reclamo de uma necessidade urgente” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862, ed. 120, p. 2), mostrando-se aqui via argumentos, que até a data da sua publicação

³⁵Pedro Nunes Leal nasceu na cidade de Itapecuru-mirim, a 22 de agosto de 1823. Em Lisboa completou o curso de humanidades e depois fez o de direito em Coimbra, onde recebeu grau de bacharel, depois de mais de uma década longe de sua terra natal retorna e começa atuar como promotor público em São Luís. Pouco tempo depois deixa este cargo para dedicar-se à instrução, e posteriormente foi atuar na lavoura. Retorna a Lisboa, e quando regressa de sua viagem decide fundar a referida instituição (BLAKE, 1902, p. 60, vol. 7).

não havia obra similar que abordasse os aspectos da geografia e história, especificamente do Maranhão, de forma tão eficaz, sendo esta uma das principais vantagens ressaltadas na avaliação,

[...] quando trata do Brasil e principalmente do Maranhão que o Sr. Dr. Rego mostra o esmero e cuidado que teve com o verdadeiro alvo que tinha em vista. E com razão. Não ha alli um estudante de geographia, que não nos dê noticia mais circunstanciada da historia, constituição phisica, governo, industria, de qualquer paiz da Europa, do que do Brasil. Este desleixo é principalmente occasionado pela falta de compedios apropriados, nenhum outro existe que neste ponto satisfaça (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862, ed. 120, p. 2)

O livro visa suprir a deficiência de outros compêndios de origens europeia usados nos espaços escolares que não contemplavam a realidade local/nacional ou apenas faziam referências ligeiras. Está organizado em quatro partes que tratam respectivamente dos seguintes temas: definições dos termos geográficos; noções para os alunos servirem-se dos mapas; nomes de ilhas penínsulas cabos entre outros; por fim, a geografia política (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862). As críticas que a comissão avaliadora expressa são direcionadas à linguagem, que por vezes se faz muito complexa e sobre alguns termos e definições propostos, mas estas pequenas falhas não interferem na qualidade da obra que poderia ser plenamente adotada no ensino (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862). Nessa linha de raciocínio, parece que estas produções podem ser entendidas enquanto elementos componentes das práticas pedagógicas dessa escola e indicavam a necessidade de produzir conhecimentos que privilegiassem aspectos nacionais e locais, em detrimento da influência europeia nos espaços de ensino via livros escolares importados e/ou traduzidos.

O *Livro dos Meninos* (1864/1ª edição), de Antonio Rego, foi aprovado para uso nas escolas de ensino primário e foi direcionado para o ensino da leitura. No ano do seu lançamento foi largamente divulgado n' *O Paiz* (1864). Muito bem avaliado pela imprensa que a recomendou a todos os meninos iniciantes na leitura e escrita, especialmente por seu conteúdo, estilo caracterizado como um “[...] abecedario, ou carta de abc como vulgarmente se diz, mas sem as suas puerilidades” (O PAIZ, 1864, ed. 34, p.2), não apresentava imagens, textos ou expressões que dialogassem ou fizessem referência à infância, contando com o alfabeto e as sílabas representadas em diferentes caracteres, um vocabulário completo de palavras que iam desde as monossilábicas até aquelas palavras

formadas com nove, no intuito de familiarizar as crianças com a pronúncia, a ortografia e o significado das palavras (O PAIZ, 1864).

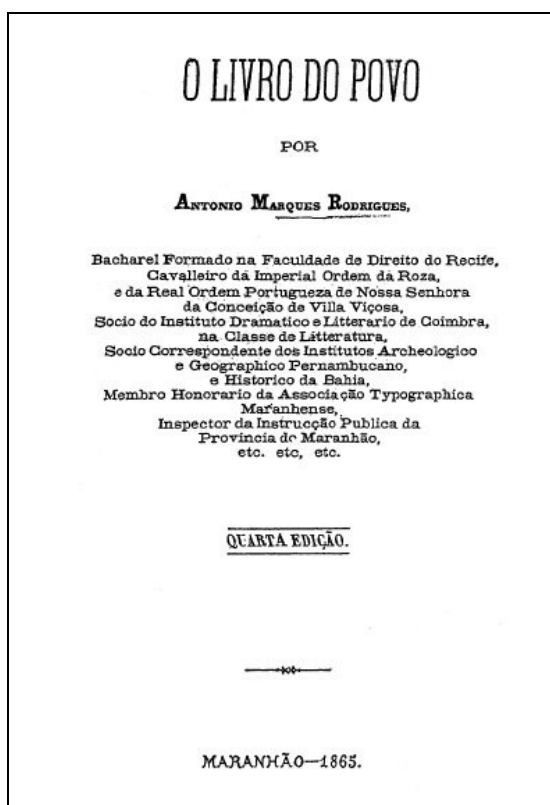
Antonio Rego não atuou na instrução, no entanto produziu obras importantes para o ensino local. Natural de São Luís, nasceu a 14 de agosto de 1820, mas mudou-se com a família para Lisboa em função de problemas de saúde e na busca por tratamento permanecendo lá por alguns anos, o que lhe oportunizou cursar Medicina na Universidade de Coimbra, publicou a obra *Instrução para o tratamento do colera-morbus pelo método homeopático Maranhão* pela tipografia Belarmino de Matos³⁶, (1862/1ª edição). Teve grande destaque na política como vereador na Câmara Municipal de São Luís e como deputado na Assembleia Provincial do Maranhão. No jornalismo foi redator ou colaborador de importantes jornais, como *O Progresso* (184-1859) e fundou e redigiu o *Diário do Maranhão* (1850-1919) (MARQUES, 1970). Na concepção de Castellanos (2017), *O Livro dos Meninos* (1864/1ª edição), alcançou aproximadamente seis mil exemplares; tratava-se de uma imitação d'*O Livro do Povo* (1863/2ª edição), de Antonio Marques Rodrigues, não sendo considerado propriamente dito como um livro de leitura, pois Abilio Cesar Borges (o Barão de Macaúbas), ao descrever as características necessárias para uma obra considerar-se como tal, aponta vários critérios: o estilo apresentado, a exigência de parágrafos curtos que facilitassem a leitura e apreensão de leitores em formação inicial, a linguagem com palavras conhecidas pelas crianças e com assuntos apropriados de acordo à maturidade cognitiva e à inteligências dos pupilos. Neste sentido, para Castellanos (2017), embora o *Livro dos Meninos* (1864/1º edição), de Antonio Rego, familiarize as crianças com a pronúncia, a ortografia e o significado das palavras segundo noticioso d'*O PAIZ* (1864); mesmo assim, apresentava um distanciamento no sentido da linguagem apropriada para a

³⁶Belarmino de Matos nasceu em 1839 no povoado de Axixá, transferindo-se aos seis anos de idade para São Luís com a família, onde, aos sete começou a estudar na escola pública de instrução primária [...] Três anos depois, foi aprovado no exame de instrução primária e aos dez anos começou a trabalhar como aprendiz de tipógrafo na Tipografia da Temperança, de propriedade de Manuel Pereira Ramos d'Almeida. Dois anos depois entrou como operário para pequena oficina de Sátiro Antônio de Faria. Trabalhou também para Francisco Sales Nunes Cascais, até sua tipografia ser vendida aos redatores de *O Progresso*. No ano de 1863 abriu sua própria oficina de impressão. Desavenças políticas com o grupo de liberais é apontado como causa do seu fracasso, pois foi testamentário do padre Domingos da Rocha Vianna, sendo acusado de falsificar o testamento e acabou preso e 1866. No ano seguinte ganhou liberdade; no entanto, durante o período em que esteve recluso contraiu beribéri. A vergonha que sentiu por este episódio, juntamente com o ócio e complicações da doença são apontadas como causas da sua morte precoce com 39 anos de idade, em 27 de fevereiro de 1870. (COSTA, 2013; LEAL 1987).

infância uma vez que o autor opta por apresentar o seu conteúdo desconsiderando esse universo, conforme o estipulado e discutido pelo Barão de Macaúba.

O *Livro do Povo* (1863/2ª edição), por outro lado, considerado como o primeiro livro de leitura escrito, produzido e editado na província, foi uma das obras de maior destaque na segunda metade do século XIX. A sua impressão e alcance nas escolas da província foi significativa, pois anteriormente a essa expressiva produção, o mercado de livros local contava com pequenas tiragens, constituindo-se este trabalho uma exceção, em sua primeira edição quando chega a quatro mil exemplares. Na quinta edição de 1865, “[...] por ser revista, ampliada e enriquecida com 110 ilustrações, [alcança a marca de] dez mil exemplares, sendo vendidos pelo preço de \$500 réis” (CASTELLANOS, 2017, p. 137). Boa parte deste material foi distribuído para as escolas públicas maranhenses onde “Antonio Marques Rodrigues [...] na qualidade de Inspetor da Instrução Pública, comunicara a doação de quatro mil e duzentos exemplares da sua obra, ao Presidente da Província, Ambrosio da Cunha Leitão” (CASTELLANOS, 2017, p. 276). Na figura abaixo, folha de rosto da 4ª edição da dita obra, o que mais se destaca são os títulos e os cargos exercidos pelo autor demonstrando a sua influência no meio social.

FIGURA 11 - O Livro do Povo



Fonte: Costa, 2013.

Com respeito às fontes, as referências a *O Livro do Povo* (1863/2ª edição) são invariavelmente positivas, destacando-se a benevolência do autor “o Sr. Dr. Marques Rodrigues [que] deu-nos o bom e o barato. Cada exemplar do seu livro custa a modica quantia de 320 reis [sendo] um volume para todos” (PUBLICADOR MARANHENSE 1862, ed. 91, p. 2). Nessa lógica, dentre os livros comercializados era o menos oneroso. Para exemplificar a disparidade dos custos, a comparação com seu concorrente o *Livro dos Meninos* (1864/1ª edição), de Antonio Rego (ao menos na imprensa!), custava 1,500 reis; diferença substancial para a época, especialmente, se levamos em conta a maior extensão e o uso significativo de imagens d’*O Livro do Povo* (1863/2ª edição).

Segundo o parecer dos avaliadores, não era uma obra exclusiva para os meninos que aprendiam a ler, as recomendações eram para todas as faixas etárias “póde lê-lo a infancia, a juventude, a virilidade e a propria velhice. Todos encontrar[riam] ali um conselho a tomar, um preceito a aprender, um exemplo para imitar” (PUBLICADOR MARANHENSE 1863, ed. 91, p. 2). Tanto a escola quanto a igreja têm dentre suas funções atuarem enquanto propagadoras dos valores morais e os costumes; lugares de desenvolvimento de um corpo, seja ele individual ou coletivo (CERTEAU, 1982). A relação entre estas duas instituições no Oitocentos, se dá dentre outros objetivos, pela ação formadora que lhes incube de novas gerações, segundo os preceitos da fé católica; portanto, a escola é uma ferramenta fundamental pela sua capacidade modeladora e o livro escolar é concebido, editado e dado a ler tendo em vista esta teia de relações, especialmente, quando se trata da instrução primária-

Como se pode observar n’*O Livro do Povo* (1863/2ª edição), uniformizar a leitura nas escolas e, sobretudo, “[...] vulgarizar, por um preço baratissimo, a história do Salvador do mundo, e os melhores preceitos de moral” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, ed. 35, p. 2) é seu fim; para tanto, seu conteúdo está organizado contendo “a vida de N. S. Jesus - Christo, segundo os quatro evangelistas, o vigario - o professor primario - o bom homem Ricardo - a moral pratica - Simão de Nantua - maximas e pensamentos - a hygiene - os deveres dos meninos, e o Brasil” (O PAIZ, 1864, ed. 70, p. 4). Segundo Castellanos (2017, p. 323), a obra está dividida em duas partes, na primeira trata-se da vida de Jesus Cristo, do nascimento até sua ascensão; na outra

[...] o autor trata sobre a descrição dos animais dividindo-os em gêneros e espécies, explica as suas origens, e ressalta a suas principais características e imagens. Essas estratégias de manter o leitor atento intercalam-se com contos diversos de caráter moralizante, como O Bom Homem Ricardo em que procura mostrar a diferença entre uma pessoa dedicada ao trabalho e cuidadosa com o dinheiro e a outra ociosa e esbanjadora, ao afirmar que “A preguiça causa cuidados e o ócio sem necessidade, [dando] lugar a grandes dissabores. O trabalho pelo contrário, [trazia] consigo comodidades, abundância e considerações. Os prazeres [correndo] atrás daquele que fogem deles” (RODRIGUES, 1881, p. 178). No conto O Professor Primário, o único em toda a obra em que trata de forma mais direta sobre a educação, procura mostrar a importância dessa profissão “como uma das mais santas” por ter o dever de inculcar nos alunos as ideias religiosas e morais mais profundas e de prolongamento por toda a vida.

Diferentemente de Antonio Rego, que não teve uma atuação significativa na instrução, a não ser por suas obras, Antonio Marques Rodrigues teve importante papel, assumindo cargo na alta administração, o que pode ter contribuído com a projeção nacional do seu material. Sobre a sua trajetória Costa (2013) afirma que nasceu no dia 15 de abril de 1826 em São Luís. Frequentou instituições de ensino em Portugal, mudando-se depois para Inglaterra e Paris. Em 1848 regressa a Maranhão e dois anos depois ingressa no curso jurídico em Pernambuco, formando-se em Bacharel em ciências jurídicas em 1855. No ano seguinte assume a cadeira de História e Geografia no Liceu e atuou como Inspetor da Instrução Pública – nomeado em 1864. Esta situação lhe exige solicitar exoneração do cargo de oficial maior do Tribunal do Comercio, em função da incompatibilidade do exercício das funções públicas. Contribuiu como redator tanto em Pernambuco quanto no Maranhão, e na política exerceu o cargo de deputado desta província. Em 1868 muda-se para a Europa, período no qual começa a apresentar problemas de saúde falecendo em Portugal no ano de 1873 (COSTA, 2013; LEAL, 1987).

No que tange às gramáticas, há um predomínio de autores que são professores do Liceu Maranhense e um dos principais nomes que ganhou destaque na imprensa foi Francisco Sotero dos Reis, dedicando toda a sua carreira às letras, como “professor, jornalista, grammatico, latinista, philologo [e] litterato – [...] percorreu todas as regiões do domínio intellectual, distinguindo-se n’ellas, por traços indeléveis de sua passagem [...] [sendo] um desses paladinos da imprensa periódica” (O PAIZ, 1883, ed. 11, p. 2). Ele foi autor das mais importantes e completas gramáticas produzidas no século XIX. Com relação às *Postillas de grammatica geral applicada á lingua portugueza pela analyse dos clássicos* (1863/1ª

edição) foi publicado uma sequência de anúncios no ano de seu lançamento *no Publicador Maranhense* e n' *O Paiz* que informavam sobre a sua autorização e uso para o segundo grau nas escolas de primeiras letras e na aula de rethorica e grammatica geral do Liceu.

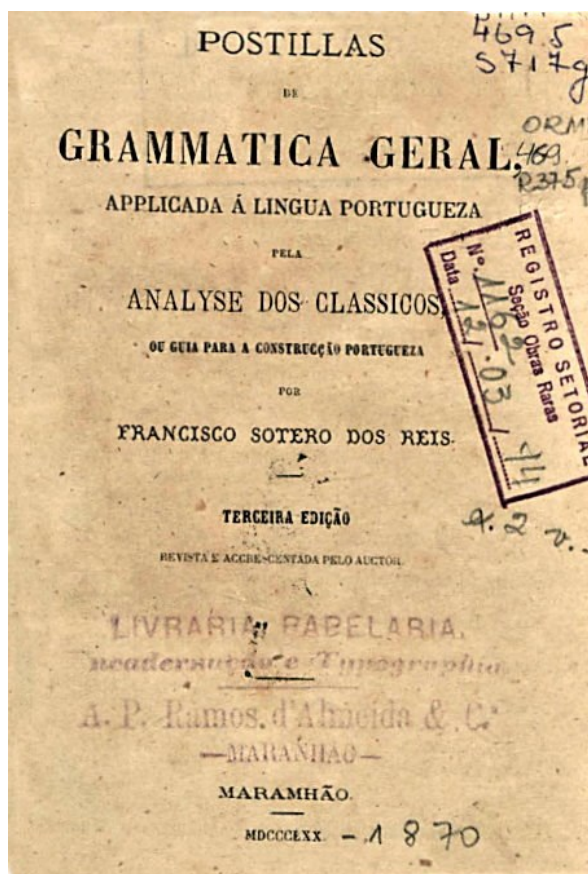
O Liceu foi uma instituição fundamental na trajetória profissional de Francisco Sotero dos Reis que nasceu em São Luís em 1800 e faleceu na mesma cidade em 1871, atuando na instrução como lente de gramática latina, como primeiro diretor do Liceu Maranhense em 1838 e também o primeiro inspetor da instrução pública em 1843, voltando a assumir o cargo diversas vezes na qualidade de interino durante a década de 1860, sendo um dos professores que mais tempo esteve a frente da instituição (FARIAS, 2020). No ano de 1870 foi diretor do Asilo de Santa Tereza (SOARES, 2017; COSTA, 2013), tendo carreira consolidada e de referência na instrução.

De acordo com Mello (2009) as *Postillas* (1863/1ª edição) são o resultado de suas anotações das aulas de Gramática Latina; matéria que lecionou durante muitos anos no Liceu Maranhense, contando com o incentivo do seu amigo Pedro Nunes Leal. Em 1922, Domingos Perdigão ao tratar sobre esta obra, afirma que ela foi por muito tempo o melhor livro publicado no Brasil e “se desejardes ter inteiro conhecimento do idioma que usamos de modo a pode-lo manejar com segurança não podeis deixar de ler as postilas” (PERDIGÃO, 1922, p. 45). Sobre a *Gramatica Portuguesa acomodada aos princípios gerais das palavras* (1871/2ª edição), segunda obra analisada de Sotero dos Reis, foi publicada após seu falecimento. Era propriedade de Ribeiro Guimarães e em 1878, na sua terceira edição, passa a ser impressa por Magalhães e Cia. Nesta ocasião, foi cuidadosamente revista e corrigida, e anotada por Francisco Sotero dos Reis Filho³⁷ e Américo Vespúcio dos Reis³⁸, sob a supervisão do professor de gramática do Liceu Luis Carlos Pereira Castro (CASTELLANOS, 2017). Os exemplares da terceira edição foram impressos com percalina dourada como forma de diferenciá-la das impressões anteriores, sendo adotada em várias províncias, além do Maranhão, tal como em Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, achando-se a sua primeira edição esgotada (PUBLICADOR MARANHENSE, 1871). Na figura abaixo apresentamos a folha de rosto da sua terceira edição

³⁷ Filho de Francisco Sotero dos Reis (PUBLICADOR MARANHENSE, 1871)

³⁸ Filho de Francisco Sotero dos Reis (PUBLICADOR MARANHENSE, 1871)

FIGURA 12 - Livro Postillas de Gramatica Geral



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite, 2021

Esta obra ficou conhecida em todo o Brasil, formando várias gerações e foi usada no ensino até em Portugal, suas últimas edições foram sucesso de vendas e já se encontrara esgotada como afirma Perdigão (1922). A importância dessa obra foi de tamanha envergadura para a produção maranhense que Pedro Nunes Leal elaborou uma síntese e publicou um novo livro intitulado *Noções gramaticais para uso da infância* (1880/1ª edição), como uma opção adotada nas escolas primárias por longos anos. Nela o Sr. Leal priorizou as principais regras da língua apropriadas para a inteligência das crianças (PERDIGÃO, 1922). Embora seja uma obra bem avaliada, a frequência dos anúncios deste título é discreta, apenas duas vezes no ano de 1880 n' *O Paiz*. Vale ressaltar que sua publicação foi em 1875, o que pode indicar que durante todos estes anos, foi utilizada no ensino.

Destarte, de todos os livros noticiados n' *O Paiz* (1864-1889), as *Postillas de grammatica geral applicada á lingua portugueza pela analyse dos clássicos* (1863/1ª edição), foi o mais frequente título nas folhas do jornal, isto porque eram impressos na mesma tipografia de Belarmino de Mattos e seu redator e proprietário

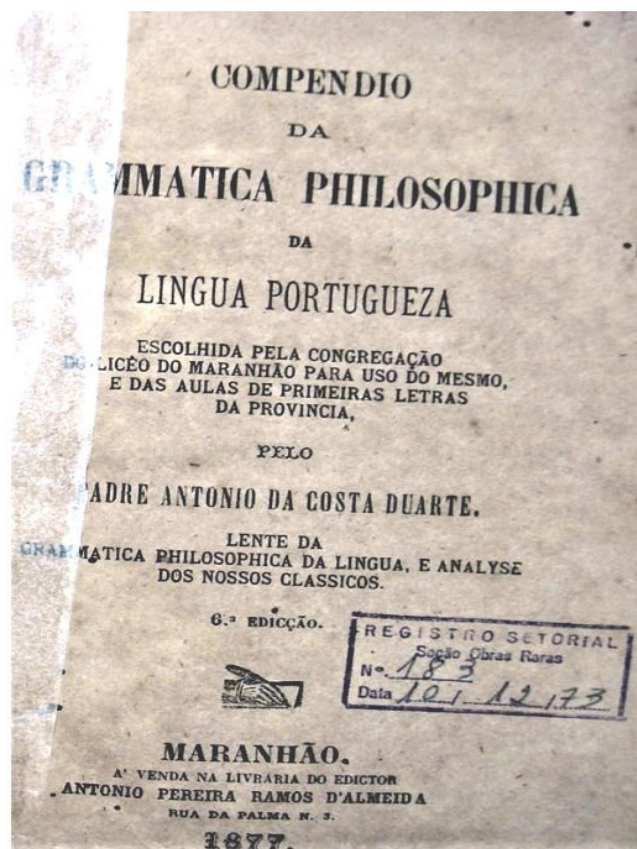
Themistocles Aranha³⁹, que ocupara um cargo de professor no Liceu e estava hierarquicamente subordinado ao Sotero dos Reis, autor desta obra e diretor da instituição, são relações que podem ter influenciado e/ou favorecido sua divulgação neste periódico, vale destacar ainda que era uns dos mais caros, possivelmente representando uma maior margem de lucros para o autor e o impressor.

Outro professor do Liceu Maranhense, o Padre Antonio da Costa Duarte que “[...] nasceu na capitania, depois Província do Maranhão, no fim do século passado; foi presbítero do habito de S. Pedro, lente no Liceu Maranhense de gramatica filosófica da língua portuguesa e analyse dos clássicos” (BLAKE, 1883, p. 144, vol.,1). Autor da *Gramatica Philosophica da Língua Portuguesa* (1853/3ª edição), teve como impressor responsável Ramos de Almeida. Esta obra data de 1829, antecedendo as produções de Francisco Sotero dos Reis (1863; 1871), de Felipe Condurú (1850) e a própria criação do Liceu Maranhense em 1838; por tanto, “[...] pode ser considerada [como] a primeira Gramática Brasileira da Língua Portuguesa publicada no país, e não a *Gramática* do gaúcho Antônio Alves Pereira Coruja⁴⁰” (CASTELLANOS, 2017, p. 314) publicada em 1835. No ano de 1863 publica-se a sua 5ª edição, a qual foi escolhida pela Congregação do Liceu em 1877 para uso na instituição e também nas aulas de 2º grau das escolas de primeiras letras da província.

³⁹Themistocles Aranha nasceu em 8 de agosto de 1837 na freguesia de São Joaquim do Bacanga. Estudou no Liceu Maranhense e na Escola Central na capital do Império; porém não consegue concluir os estudos por motivo de saúde e então regressa a São Luís. Aos 20 anos inicia uma dupla jornada onde funda o Colégio São João Batista e se revela exímio professor, só deixando de exercer a profissão para dedicar-se à atividade jornalística. Neste mesmo período foi convidado para redigir o *Jornal do Commercio* (1850-1869), quando deu início a sua carreira jornalística, que será por muitos anos a sua principal profissão. Em 1863 funda o jornal *O Paiz* (1863-1889). Atuou entre os anos de 1869 a 1870 como deputado da Assembleia Legislativa Provincial pelo partido conservador. Posteriormente assume a presidência da Associação do Comércio. (VIVEIROS, 1954).

⁴⁰Antônio Álvares Pereira Coruja (Porto Alegre, 31 de agosto de 1806 — Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1889), foi um político, educador, historiador e escritor brasileiro. Em 1831 era, junto com Pedro Boticário, redator do jornal *O Compilador* (1831-1832). Eleito suplente de deputado provincial na 1ª Legislatura da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul, assume em 1835. Por se envolver na Revolução Farroupilha, quando da retomada de Porto Alegre pelas tropas imperiais foi preso na Presiganga. Solto após cerca de cinco meses, mudou-se então, em 1837, para o Rio de Janeiro, alegando sofrer perseguições. Em 1839 era secretário da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Em 1840 fundou sua primeira escola, o Liceu Minerva, sendo também professor particular de prestígio na corte. Em 1842 ingressou no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, onde ocupou por quase vinte anos o cargo de tesoureiro e escreveu vários artigos sobre o Rio Grande do Sul na Revista Trimensal do Instituto. Na corte também teve a preocupação em divulgar uma imagem positiva do Rio Grande do Sul. No Rio publicou vários livros didáticos e gramáticas, além de ter presidido a Sociedade Imperial Amante da Instrução no Rio e a Sociedade Beneficente e Humanitária Rio-Grandense. Atuou como jornalista no *Porto Alegrense* (1847), no *Argos* (1840-1850) e no *Mercantil* (1850-1858), todos do Rio Grande do Sul. Foi agraciado oficial da Imperial Ordem da Rosa, cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo. (CORUJA, 1881, p. 2).

FIGURA 13 - Livro Compendio da Grammatica Philosophica



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite, 2021

O livro trata, Segundo Castellanos (2017, p. 333) sobre

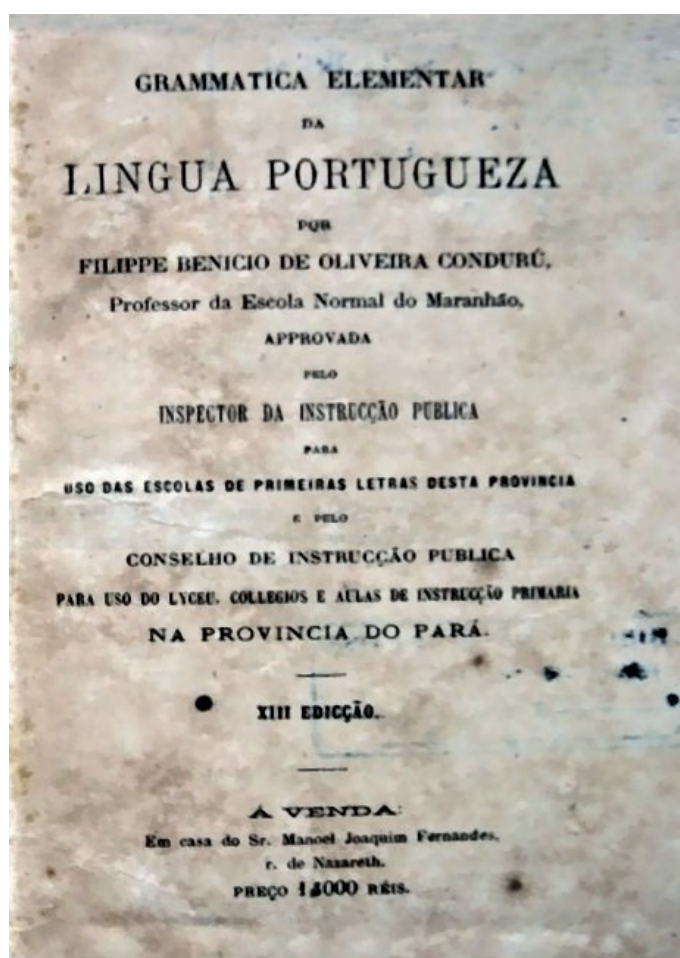
[...] Fonética, Morfologia e a Sintaxe. Na fonética aborda a Ortoépia, os Metaplasmos, e o uso de Sinais Diacríticos e os sinais de pontuação. Na Etmologia transita pelas diversas classes de palavras, fazendo ênfase nos adjetivos e nos verbos, nas conjunções e nas interjeições. Finalmente a sintaxe trata da concordância e da regência, abordando, na última parte, a ortografia e as regras para escrever corretamente a língua e os vários sinais de pontuação.

A *Grammatica elementar da Língua Portugueza* de Felipe Condurú⁴¹ (1866/9ª edição), destinava-se à infância e foi aprovada para uso nas escolas da província, “[...] torna[ndo]-se recomendável pela nitidez, impressão e correção de algumas regras” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 94, p. 3). O professor Condurú teve boa parte da sua atuação direcionada para o ensino primário, seja como pedagogo, inspetor escolar e conselheiro da instrução pública, seja na formação de professores segundo o método Lancaster, ou ainda como primeiro

⁴¹Felipe Benicio de Oliveira Condurú nasceu aos 23 dias de agosto de 1818, e faleceu nessa cidade aos 12 de novembro de 1878 (ACADEMIA SAMBENTUENSE DE LETRAS, 2020. Disponível em: https://www.academiasambentuense.org.br/patronos_perfil_academico_html/Felipe_Benicio_de_Oliveira_Conduru.html. Acesso em 30 maio de 2021).

diretor da Escola Normal do Maranhão por iniciativa governamental. A tipografia Progresso de Belarmino de Matos (reconhecido pela qualidade de seus materiais) foi responsável por sua impressão, sendo lançada a 10ª edição em 1868, salientando-se no anúncio a larga aceitação dos professores não apenas no Maranhão, como também na província do Pará, ao afirmarem que esta era a melhor recomendação que dele se pode fazer. Na folha de rosto da 13ª edição, conforme a figura abaixo, é interessante notar que são citadas várias instituições de ensino, além da sua aprovação para o uso no ensino primário, bem como para os Liceus do Maranhão e Pará, talvez pudesse ser um meio de indicar aos leitores a sua larga aceitação e qualidade.

FIGURA 14 - Livro Gramatica Elementar da Lingua Portugueza



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite, 2021

As considerações de Castellanos (2017, p. 338) sobre esta *Gramatica* são as seguintes:

[...] não só divide a obra em etimologia, prosódia, ortografia e sintaxe, como também destaca sua não limitação aos fatos relativos da língua escrita, expandindo-se para a linguagem articulada e abrangendo a expressão pela

voz- a oralidade - e a expressão pelos caracteres - representada pela escrita propriamente dita-, no intuito de superar o aspecto prescritivo comum às gramáticas da época. Nesse sentido, e por várias ocasiões, após ter apresentado regras gramaticais sedimentadas, prioriza o uso da língua viva, a qual (segundo ele) se refaz em diferentes contextos culturais e na escolha da preferência dessa ou daquela construção, dessa ou daquela pronúncia; direcionando-se aos aspectos orais da língua na própria definição que faz de “gramática” e de “fala”, ao separar a “linguagem articulada” quer seja falada, quer seja escrita, do fato de ela se constituir a “expressão das ideias” por meio dos sons articulados.

O *Resumo de gramática da língua portuguesa* (1875/1ª edição), de Pedro Souza Guimarães, professor da língua francesa do Liceu Maranhense, foi aprovado pelo presidente de província, Ambrozio Leitão da Cunha⁴² (1865), para seu uso nas escolas das primeiras letras da capital desta província; no entanto, a avaliação sobre esta publicação foi bastante crítica, pois “nada adianta[va] ao que [se tinha] nos [...] compêndios já admitidos [...] não sei, porém, se com o ensino atrasado e rotineiro que temos poderá este resumo preencher o fim a que o destina o autor” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1882, ed. 230, p. 2); segundo o registro, em todo caso “o compendio merec[ia] ser recebido” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1882, ed. 230, p. 2). Nos jornais, as referências a este livro são pouco frequentes; embora avaliado e aprovado, a sua aceitação parece não ter sido de todo satisfatória, podendo estar relacionado à concorrência com outros títulos de autores já consagrados e há muito tempo utilizados no ensino.

Dentre os livros aqui citados, todos foram aprovados para uso nas escolas. Muitos deles fizeram parte dos programas de ensino de várias instituições, sendo este um elemento fundamental na gramática escolar, que se constitui como a estrutura e o funcionamento das escolas; as regularidades organizacionais que dizem respeito às características comuns e generalizadas por determinados modelos, tal como a classificação dos alunos por nível (SOUZA, 2013). Sendo assim, o livro participa da gramática da escola contribuindo para a organização dos conteúdos e das disciplinas necessários para cada nível de ensino e como um guia para a prática pedagógica do professor. No Colégio de Sant’Anna foram adotadas as seguintes obras para o ensino primário: o *Livro dos meninos* pelo Dr. Antonio Rego para o primeiro grau; *O Livro do Povo* pelo Dr. Antonio Marques Rodrigues, a *Grammatica Portuguesa* por Felipe Benicio para o segundo grau; os *Rudimentos*

⁴²Ambrozio Leitão da Cunha, Barão de Mamoré – nasceu na província do Para a 21 de agosto de 1825. É formado em ciências sociais e jurídicas pela faculdade de S. Paulo, presidindo diversas províncias do Império. É comendador da Ordem da Rosa e da de Cristo.

de geographia pelo Dr. Antonio Rego, o *Systema metrico e decimal de pesos e medidas* pelo Dr. João Antonio Coqueiro destinadas ao terceiro grau (PUBLICADOR MARANHENSE, 1865).

Uma carência sinalizada pelas fontes desde 1863, era um livro que contemplasse a história da província do Maranhão e do Brasil “[...] resumido por tal forma que, abrangendo todos os factos, desde seu desenvolvimento, até o fim da guerra do Paraguay, se prestasse [à] compreensão da infância” (O PAIZ, 1879, ed. 261, p. 4). No âmbito da disciplina de História, esta situação começa a ser sanada a partir da publicação do *Resumo de História do Brasil* (1879/1ª edição), de João Antonio Tinoco de Saandes Junior⁴³ (professor público da capital). A referida obra foi aprovada pelo Conselho da Instrução Pública e adotada nas escolas, já que suas principais qualidades consistiam “em linguagem clara e simples ao alcance da intelligencia da infância, [tendo] a vantagem de ser mais barato que outras obras deste gênero até hoje usadas”. (O PAIZ, 1879, ed. 261, p. 4)

Ainda no campo da geografia visando suprir tais lacunas e contribuindo com esse movimento de fortalecimento e aprofundamento sobre a história e geografia local, um dos mais notáveis livros intitulado *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão* (1901/1ª edição), de Justo Jansen Ferreira⁴⁴ era comentado. Segundo os jornais, os *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão* (1901/ 1ª edição), fez com que “essa dificuldade com que lutavão os estudantes maranhenses para o conhecimento geographico da sua terra natal desaparece hoje [...] em que se achão elucidados muitos pontos até então obscuros e corrigidos differentes erros, sobre nosso Estado” (PACOTILHA, 1901, ed. 112, p.3).

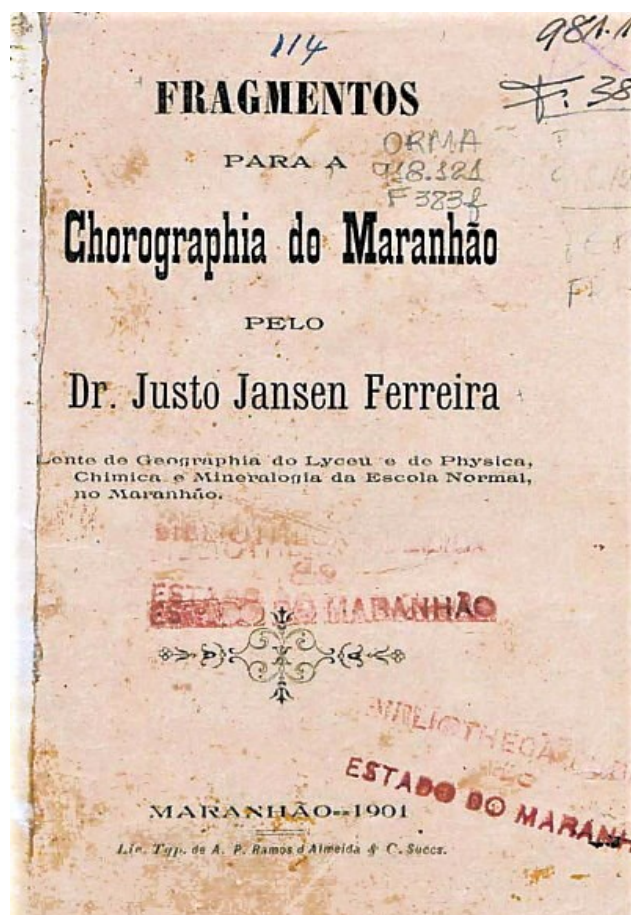
Formado em medicina, atuou como professor catedrático da cadeira de Geografia Geral e Corografia do Brasil no Liceu Maranhense, e na de Física, Química e Mineralogia na Escola Normal, títulos e cargos que apresenta na folha de rosto da sua obra, como é possível verificar na figura abaixo. Fez parte de importantes instituições científicas ao redor do mundo e do império, tais como, a Sociedade de Astronomia de Paris e a Sociedade de Geografia, de Lisboa, sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Ele buscou a partir de seus estudos e dos conceitos discutidos nessas associações, especialmente, a partir

⁴³ Professor público do ensino primário de São Luís (O PAIZ, 1879).

⁴⁴ Justo Jansen Ferreira, nasceu em São Luís, em 16 de março de 1864 e faleceu na mesma cidade, a 18 de agosto de 1930.

da perspectiva dos livros franceses, renovar no Maranhão e no Brasil os estudos geográficos.

FIGURA 15 - livro Fragmentos para Chorographia do Maranhão



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite

Embora bem avaliado pelo jornal, não há informações se foi aprovado e adotado no ensino local. Na única matéria sobre o livro, o que se destaca é a sua contribuição a este campo disciplinar em construção e o esforço empreendido pelo autor para a sua produção, no sentido de que obras posteriores pudessem subsidiá-lo na sua construção, pois muitas e graves falhas continha, como também a carência de dados oficiais, o que torna uma tarefa mais difícil, especialmente, para que não se incorresse nos mesmos erros dos anteriores (PACOTILHA, 1901).

O professor primário Roberto Antonio Moreira com sua obra, o *Curso guia de leitura fácil Alfabético Fonético-Auricular* (1881/1ª edição), lança uma proposta ousada de alfabetização rápida e eficiente, organizada segundo um método eclético, dividida em cinco partes, contendo 33 lições (PACOTILHA, 1881), visto que os alunos consumiam anos de sua formação para aprender a ler. Nesse novo modelo, o leitor em formação inicial, começaria “lendo palavras e phrases desde a primeira

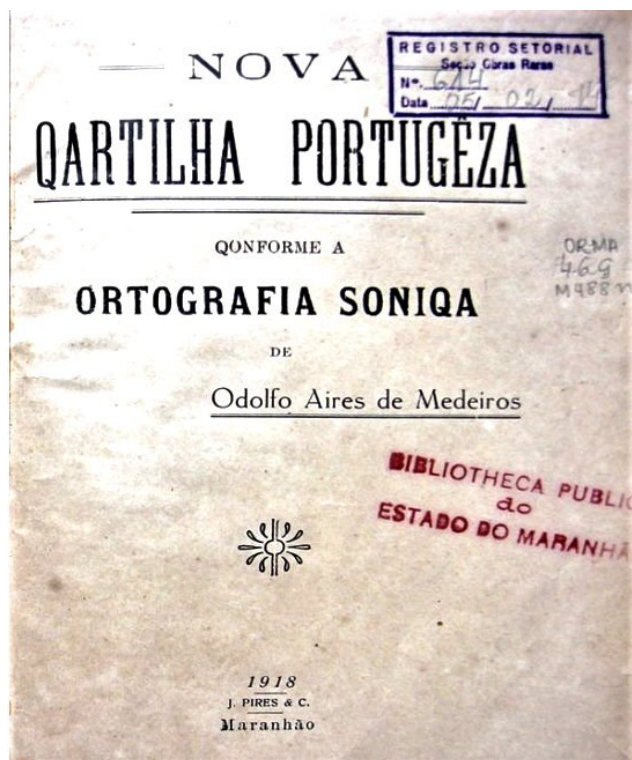
lição; próprio também para corrigir certos vícios de pronuncia e leitura” (PACOTILHA, 1881, ed. 123, p. 4). O livro seria uma ferramenta para a diminuição do analfabetismo, que girava em torno de 75% da população no império, considerados como problema a ser superados para o progresso da nação (PACOTILHA, 1876).

Roberto Antonio Moreira foi um professor do ensino primário em São Luís nasceu no Maranhão e morreu em 1903, em Belém (SOARES, 2017) e escreve alguns livros escolares. Em 1874 oferece a Aula de Comércio, na capital da província para 22 alunos e em 1876, passa a oferecer aulas Noturnas de Contabilidade e Escrituração Mercantil. Torna-se diretor do Colégio de São Sebastião e estabelece na escola “[...] uma filial da Caixa Econômica. Esta ideia também seria acatada pelo professor de matemática João Miguel da Cruz, na Villa de São Bento, interior do Maranhão” (SOARES, 2017, p. 172). Quanto as suas produções didáticas, ele publica *Guia prática e methodica de Contabilidade* (1874/1ª edição); *Tabela de Câmbio – Página Íntima* (1874/1ª edição) e o *Curso guia de leitura fácil alfabeto fonético-auricular* (1881/1ª edição), mostrando uma versatilidade em suas produções, tanto para os números, quanto para as letras. Ele também participa da imprensa quando em 1880 ganha um espaço no Jornal *Diário do Maranhão* (1850-1919), no qual em alguns de seus artigos discute, e sinaliza a “[...] necessidade [da] reorganização dos conteúdos escolares, desde o ensino primário” (SOARES, 2017, p. 174).

Os livros escritos nos anos iniciais da República trazem, em sua maioria, propostas consideradas inovadoras para o ensino, especialmente com a finalidade de combater o analfabetismo e o atraso do ensino; eles estão pautados em armaduras conceituais que seguem ideais republicanos. Nesse sentido, novos caminhos começaram a serem desbravados, tal como propõe o professor Odolfo Aires de Medeiros⁴⁵, autor da *Nova qartilha portuguesa* (1918/1ª edição) composta de forma simples. Na mesma se apresentam vários silabários com os respectivos exercícios e os sinais de pontuação, os numerais e as listas de nomes próprios, finalizando com uma seção intitulada “Pensamentos”, na qual frases referentes aos livros, fé, Deus, religião e razão se fazem presentes.

⁴⁵Odolfo A. de Medeiros. Datas de nascimento/morte e naturalidade deste autor ainda nos é desconhecido. Sobre a sua vida e atuação na instrução, a única informação que encontramos é que esteve à frente do Colégio Carolinense entre os anos de 1917 e 1936. E também atuou como Deputado (PACOTILHA, 1918).

FIGURA 16 - Livro Nova Qartilha Portugeza



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite

O Autor optou por algumas inovações, entre elas: “[...] baniu do abecedário [...] os intrusos – *k*, *w*, *y*, que nunca foram letras da nossa língua” (PACOTILHA, 1918, ed. 88, p. 2). O jornal, por outro lado, defende a proposta de Odolfo Medeiros em retirar do alfabeto estas novas letras, e acredita ser uma obra necessária que desafia os padrões, indo na contramão daquilo que já estava estabelecido nas regras até então impostas, pois

São velhas as tentativas em prol da ortografia sónica, tanto no país onde se criou o nosso idioma quanto no Brasil. Mas as que conhecemos, e são poucas, contem-se nuns certos limites, para não escandalizar muito os pirrônicos. O processo do sr. Medeiros é em demasia revolucionário, atentando contra habito seculares. Há bastante lógica nas regras que o sr. Odolfo Medeiros concatena. Mas o mundo é um produto mojico, desde os seus fundamentos. Contentemo-no, por isso, com o que nos for possível obter, dentro das normas pacatas do meio termo. E não será mau. (PACOTILHA, 1918, ed. 88, p. 2)

Durante os anos iniciais da República a questão da língua e a história nacional, desde o descobrimento ao Império, foi um tema sensível e objeto de divergências, tendo em vista que nem todos apoiavam as ideias republicanas e continuavam a defender o regime anterior, assim o ambiente intelectual em 1910 era marcado por duas posições diferentes: uma defensora da soberania republicana, já

que via o Império como responsável pelo atraso do país, a qual parece ser assumida por Odolfo Aires Medeiros, segundo suas ideias ao publicar a *Nova qartilha poruguesa* (1918/1ª edição); a segunda defensora do regime imperial e almejava a preservação da língua e da herança portuguesa (OLIVEIRA, 1990).

Na esteira dessa discussão se insere o livro *A Pátria Brasileira* (1911/1ª edição), de Coelho Neto⁴⁶ e Olavo Bilac⁴⁷, que trata sobre a história do Brasil desde a chegada dos portugueses. Esses autores têm formação e atuação semelhantes, ingressam na faculdade de direito, mas não concluem a formação. Coelho Neto natural de Caxias- MA, mudou-se ainda na infância com a família para o Rio de Janeiro e cursa o ensino secundário no Colégio Pedro II. Posteriormente ingressa no curso de Direito em São Paulo, onde se envolveu em polêmicas com um professor e por isso transferiu-se para o Recife onde cursa o primeiro ano, fazendo parte de um grupo de intelectuais conjuntamente com Olavo Bilac. Na instrução atuou como professor de História da Arte na Escola Nacional de Belas Artes, de Literatura no Ginásio Pedro II e mais tarde de História do Teatro e Literatura Dramática na Escola de Arte Dramática. Na política foi secretário do Governo do Estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, Diretor dos Negócios do Estado (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2020).

Olavo Bilac, por sua vez, após a conclusão do ensino secundário cursou até o 4º ano a faculdade de medicina, tentando depois o curso de Direito em São Paulo e não conseguiu concluir o primeiro ano. Durante sua atuação na imprensa fundou alguns jornais de vida efêmera, e em função disso, quando começou a adotar um viés político na República, foi perseguido por Floriano Peixoto e teve que se esconder em Minas Gerais, sendo preso quando regressa ao Rio de Janeiro. Na instrução ocupou o cargo de inspetor da instrução em 1898 no Distrito Federal. Entre as suas principais contribuições, podemos destacar a sua participação na fundação da Academia Brasileira de Letras, onde cria a cadeira nº. 15, que tem como patrono

⁴⁶Coelho Neto (Henrique Maximiano Coelho Neto), romancista, crítico e teatrólogo, nasceu em Caxias, MA, em 21 de fevereiro de 1864, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 28 de novembro de 1934. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2020. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/coelho-neto/biografia>. Acesso em 30 maio de 2021).

⁴⁷Olavo Bilac (Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac), jornalista, poeta, inspetor de ensino, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 16 de dezembro de 1865, e faleceu, na mesma cidade, em 28 de dezembro de 1918 (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2020. Disponível em: [academia.org.br/academicos/olavo-bilac/biografia](https://www.academia.org.br/academicos/olavo-bilac/biografia). Acesso em: 30 maio de 2021).

Gonçalves Dias e é o autor da letra do Hino à Bandeira (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2020).

A Pátria Brasileira (1911/1ª edição), foi alvo de críticas e discordâncias em uma extensa matéria redigida por Fran Paxeco⁴⁸ no *Pacotilha* (1911); escritor português sobre o ponto de vista adotado pelos autores, especialmente, no que se refere ao descobrimento do país e às argumentações no “estilo floreado”. O jornalista inicia sua crítica visto que “[...] as inteligências das escolas primárias luta[va]m com embaraços para o entender. Vizou-se mais a forma do que o intuito didático [...] Notam-se lhes, descaídas imperdoáveis. O cancan ortográfico mantém-se, como nos demais [livros]” (PACOTILHA, 1911, ed. 24, p. 1). Paxeco era defensor de que a língua fosse preservada assim como a herdamos dos colonizadores; portanto, condena veementemente e sinaliza na matéria cada passagem do livro da qual discorda da grafia, além da linguagem não estar em consonância com a idade do público ao qual se destinava, questão que é sempre salientada como um ponto essencial para a qualidade do material, tanto nas matérias dos jornais como nos pareceres dos avaliadores e até memos autores, tal qual Abílio Borges que estabeleceu esse critério como fundamental para os livros escolares. Sobre o conteúdo da dita obra, Fran Paxeco defende que:

Podia-se também ser mais verdadeiro, não ideando que Cabral encontrou em Veracruz, enjenhos e turbinas. Podia-se ainda ser exato, não asseverando que o arrojado nauta chegou, *por acaso*, ao Brasil, nem avançar que, durante muito tempo, só vieram no Brasil degradados e criminosos. São duas falsidades clamorosas, as ultimas, repudiadas pelo testemunho dos arquivos. (PACOTILHA, 1911, ed. 24, p. 1).

Acreditamos que por sua origem portuguesa e a críticas aos livros, Fran Paxeco possui uma visão colonizadora; portanto atribuir o descobrimento do Brasil ao acaso seria desapossar ou reduzir fato tão importante à história de Portugal e de igual maneira deslegitimar a sua ação no processo de conquista do novo território,

⁴⁸Manuel Francisco Pacheco (Fran Paxeco), português de origem, nasceu em Setúbal, a 9 de março de 1874, e faleceu em Lisboa, a 17 de setembro de 1952. Chegou no Maranhão em 1900, seu nome está intimamente ligado à nossa história, especialmente no campo intelectual, em que teve papel preponderante ao lado de Antônio Lobo. Jornalista, professor, historiógrafo, geógrafo, orador e diplomata. Foi lente do Liceu Maranhense, professor *honoris causa* da antiga Faculdade de Direito do Maranhão, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Pertenceu, ainda, aos Institutos Históricos de Bahia, Pará e Pernambuco, foi sócio correspondente das Academias de Letras de Alagoas e Piauí, da Academia de Ciências de Lisboa, e membro das Sociedades de Geografia de Lisboa e do Rio de Janeiro. A serviço do Governo de sua pátria, foi cônsul em Maranhão e Pará, no Brasil, e Cardiff e Liverpool, na Inglaterra, e secretário da Presidência da República e da Comissão de Fomento da Exploração Portuguesa. (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2014. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/manuel-francisco-pacheco/>. Acesso em 20 abr. de 2021).

ao afirmar que a Coroa não deu a devida importância ao Brasil em função dos negócios mais lucrativos estabelecidos com a Índia, da qual Dom João II só tomou providências após o movimento de França e Espanha para a exploração de madeira, quando então dividiu o território da possessão portuguesa em capitâncias hereditárias.

Contrastando com a perspectiva dos colonizados explorada por Coelho Neto e Olavo Bilac, que se posicionam claramente sobre a interferência portuguesa, sua chegada, e a exploração dos recursos naturais, dos nativos e a escravidão:

Infelizmente, os colonizadores não eram apenas donos das terras e da água, dos peixes e das feras que as habitam: eram donos também dos homens primitivos [...] como sempre a terra tinha que progredir à custa das lágrimas dos seus filhos. Amarrados e domados, sem compreender a violência de que eram vítimas, os índios reduzidos a escravidão, eram amarrados à força das brenhas que os tinha visto nascer. (COELHO NETO; BILAC, 1911, p. 59)

[...] veio dos mares da África cheio de gente negra...O porão está entulhado: homens mulheres, crianças, os pulsos carregados de ferro, os olhos inundados de lágrimas...vem da África, arrematados pelo traficante, valem como a especiaria, como gado, são coisa venal como lenha da terra, como o coral das águas. Negam-lhes sentimento, negam-lhes sensibilidade, roubam-lhes os filhos, laceram-lhes as carnes. (COELHO NETO; BILAC, 1911, p. 74)

Coelho Neto e Olavo Bilac faziam parte de um grupo de intelectuais que no início da República se empenharam em construir a história da nação republicana em substituição da imperial, e reforçar o novo momento político e social vivido no país. Eles embasaram-se nos conceitos do movimento ufanista, no qual a sua interpretação estava baseada em elementos que reforçam otimismo na triangulação das três raças: português, índio e o africano que formam o homem cordial brasileiro e que também reforçam as qualidades naturais do território nacional (OLIVEIRA, 1990). Essas armaduras conceituais, também se refletiam nos livros escolares, pois para escrevê-los os autores assumem posições neste enredo; complexo momento de mudanças nas estruturas psíquicas nos indivíduos, sendo necessária a valorização da cultura nacional, acima de tudo, para superar o legado deixado pelos portugueses. Portanto, as críticas à *Nova qartilha* (1918/1ª edição), de Odolfo Medeiros e à *Pátria Brasileira* (1911/1ª edição), de Coelho Neto e Olavo Bilac tem como pano de fundo disputas ideológicas entre regimes políticos.

Sobre algumas das obras carecemos de informações, pois as fontes não aprofundam as discussões e não nos fornecem dados ao respeito da sua produção. Nos jornais encontramos apenas informações sobre o título e o autor, mesmo sendo

produções locais, como é o caso dos seguintes títulos: o *Novo compendio de Grammatica Luso Latina* (1883\1ª edição), de Martiniano Mendes Pereira⁴⁹, *As Noções de Aritmética* (1880/1ª edição), de Manoel Rodrigues da Costa, o *Estudinho de Língua Portuguesa* (1883/1ª edição), de José Augusto Correa; o *Resumo de Álgebra* (1886/1ª edição), de José Augusto Correa; *Pontos de aritmética* (1885/1ª edição), de José Augusto Correa, as *Lições de Geografia* (1875/1ª edição), de Antonio Augusto Rodrigues; as *Lições de Moral* (1865/1ª edição), de Antonio Augusto Rodrigues; a *História Santa do Antigo e do Novo Regime* (1882/1ª edição), de Antonio Augusto Rodrigues⁵⁰ e sobre a revisão da *Lingua Portuguesa* de Felipe Franco de Sá⁵¹, em 1911 realizada pelo Dr. Fran Paxeco.

Desde o Império até a República o livro escolar sempre foi ao professor um guia para a prática pedagógica; quanto aos alunos, se constituía numa ferramenta que deveria regular e facilitar as aprendizagens. A intenção, por um lado era modelagem da prática docente; por outro, um instrumento para o controle da ação dos alunos (TEIXEIRA, 2008). No entanto, o seu uso e os conteúdos fora se modificando de acordo com a introdução das variadas modalidades e modelos de escolas, como também da variação dos métodos utilizados. Desta forma organizamos o quando abaixo a fim de perceber a utilização dos livros nas instituições de ensino tendo em vista tais aspectos.

⁴⁹Nasceu no município de Anajatuba (MA) a 16 de outubro de 1836, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 29 de setembro de 1898. Bacharel em direito pela faculdade do Recife, formado em 1859, exerceu o cargo de promotor público em várias comarcas de sua província, até que em 1874 foi nomeado juiz de direito de Jaicós do Piauí. Neste lugar, foi vítima de calúnias e injustiças e ainda depois, em 1881, aposentado, quando em exercício na comarca do Brejo de Anapurus, do Maranhão. Era oficial da ordem da Rosa (BLAKE, 1902, p. 252, vol. 7).

⁵⁰Professor público primário de São Luís (PUBLICADOR MARANHENSE 1865, ed. 250, p. 4).

⁵¹Felipe Franco de Sá, nasceu na província do Maranhão a 2 de junho de 1841. Bacharel em ciências sociais e jurídicas pela faculdade de Recife, formado em 1864, exerceu alguns cargos, começando pelo promotor público, e representou sua província legislativa de 1878 a 1881. Participou do *Publicador Maranhense* nos anos de 1885 a 1866. (BLAKE, 1893, p. 354, vol. 2).

QUADRO 3 - Indicações de livros escolares para os espaços de ensino, segundo a imprensa local.

Nº	TÍTULOS	AUTOR	TIPOGRAFIA	INDICAÇÃO
1	Grammatica elementar da língua Portuguesa (1866/ 9ª edição)	Felippe Benicio de O. Condurú	M. F. Vianna Pires	Colégio de Sant'Anna ⁵² Liceu do Para ⁵³
2	Livro do povo (1863/ 2ª edição)	Antonio Marques Rodrigues	Tipografia Correia de Frias	Escola de primeiras letras Icatu ⁵⁴ Escola de primeiras letras de São Bento ⁵⁵ Escolas de primeiras letras ⁵⁶
3	Rudimentos de geografia (1862/1ª edição)	Antonio Rego	Belmarmino de Matos Tipografia do Progresso	Instituto de Humanidades ⁵⁷
4	Livro dos meninos Livro dos meninos (1864/1ª edição)			Instituto de Humanidades ⁵⁸
5	Tratado de Arithmetica (1897/2ª edição)	João Antonio Coqueiro	Tipografia W. Remquet & Cia	Liceu Maranhense ⁵⁹ /Colégio Pedro II ⁶⁰

⁵²Publicador Maranhense, 1865, p. 2

⁵³O Paiz, 1863, p. 4

⁵⁴O Paiz, 1878, p. 2

⁵⁵O Paiz, 1863 p. 4, 1864, p. 4

⁵⁶O Paiz, 1863 p. 4

⁵⁷O Paiz, 1864 p. 4

⁵⁸O Paiz, 1864 p. 4

⁵⁹Publicador Maranhense, 1881, p. 2

⁶⁰Publicador Maranhense, 1881, p. 2

6	Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema métrico decimal (1863/ 1ª edição)		Belmarmino de Matos Tipografia do Progresso	2º das escolas de primeiras letras ⁶¹ Colégio de Pedro II ⁶²
7	Prática das novas medidas (1886/1º)		Belmarmino de Matos Tipografia do Progresso	2º das escolas de primeiras letras ⁶³
8	Curso elementar de matemática vol. I (1869/1ª edição)		Belmarmino de Matos Tipografia do Progresso	Escolas de primeiras letras ⁶⁴ Colégio Pedro II ⁶⁵
9	Compendio de gramatica philosophica (1863/5ª edição)	Padre Antônio da Costa Duarte	Tipografia Ramos de Almeida	Liceu ⁶⁶
10	Postillas de Grammatica geral Applicada á lingua portugueza pela analyse dos clássicos (1863/1ª edição)	Francisco Sotero dos reis	Belmarmino de Matos Tipografia do progresso	Colégio Sant'Anna ⁶⁷ Liceu Maranhense ⁶⁸
11	Grammatica Portugueza acomodada aos princípios gerais das palavras (1878/3ª edição)		Magalhães e Cia	escolas de primeira letra do 2º gráo da Província ⁶⁹
12	Resumo de Grammatica da língua portuguesa (1865/1ª edição)	Pedro de Souza Guimaraes/		Instituto de Humanidade ⁷⁰

⁶¹Publicador Maranhense, 1863, p. 2

⁶²Publicador Maranhense, 1863, p. 4

⁶³Publicador Maranhense, 1886, p. 4

⁶⁴Publicador Maranhense, 1869, p. 2

⁶⁵Publicador Maranhense, 1869, p. 2

⁶⁶O Paiz, 1863, p. 4

⁶⁷Publicador Maranhense, 1865, p. 2

⁶⁸O Paiz, 1863, p. 4

⁶⁹O Paiz, 1863, p. 4

⁷⁰O Paiz, 1864, p. 2

13	Atlas do Imperio do Brasil (1868/ 1ª edição)	Candido Mendes de Almeida	Lithographia do Inst. Philomathico	Escola Militar – Rio de Janeiro ⁷¹ Colégio episcopal de São Pedro d'Alcantara ⁷² Lyceu maranhense ⁷³ Corporação carmelitana fluminense ⁷⁴ Escola Normal – Rio de Janeiro ⁷⁵ Imperial Collegio de Pedro II ⁷⁶
14	Resumo da História do Brasil	João Antonio Tinoco de Sandes Junior	Typ. de R. D'Almeida & C	Escolas primárias de primeiras letras de São Luís ⁷⁷
	Lições de moral	Antonio Augusto Rodrigues	Typ. de R. D'Almeida & C	Escolas primárias de primeiras letras de São Luís ⁷⁸
	Fragmentos para a Chorographia do Maranhão	Justo Jansen Ferreira	Typ. de R. D'Almeida & C	Lyceu maranhense ⁷⁹

Fonte: O Paiz (1863- 1889); Publicador maranhense (1842-1886); Pacotilha (1880-1939)

⁷¹Publicador Maranhense, 1868, p. 2

⁷²Publicador Maranhense, 1868, p. 2

⁷³Publicador Maranhense, 1868, p. 2

⁷⁴Publicador Maranhense, 1868, p. 2

⁷⁵Publicador Maranhense, 1868, p. 2

⁷⁶Publicador Maranhense, 1868, p. 2

⁷⁷O Paiz, 1879, p. 4

⁷⁸Publicador Maranhense, 1865, p. 2

⁷⁹Pacotilha, 1901, p. 3

Os modelos são os variados tipos de escola que se diferenciam segundo o método, individual e o mútuo adotados durante boa parte do Oitocentos ou o simultâneo, no qual “o pleno estabelecimento [teve] que esperar a construção de espaços próprios para as escolas, que ocorre[u] no Brasil apenas nas últimas décadas do século XIX”. (FARIA FILHO, 2007, p. 142). Essa distinção é marcada pela transformação na relação pedagógica, na estrutura e funcionamento dessas instituições. Os modelos de escola isolada operavam com um único professor responsável pelas aulas e a administração dos espaços e recursos. Eram nomeados pelo governo provincial e recebiam ajuda de custos para manter o funcionamento ou foram contratados por iniciativa de fazendeiros e das famílias; geralmente suas instalações eram em espaços improvisados.

As modalidades são variantes de um mesmo modelo, tomando por base a escola isolada, podemos citar as escolas de primeiras letras, criada pela lei de 15 de outubro de 1827, que adotavam o método mútuo, utilizando os alunos mais adiantados como auxiliares do professor para o ensino, pois a proposta era que atendessem a um quantitativo maior de crianças em idade escolar; outra variante são as escolas domésticas onde “os alunos ou alunas dirigiam-se para a casa do mestre ou da mestra, e lá permaneciam por algumas horas. Não raramente o período escolar de 4 horas era dividido em duas seções: uma de 10 às 12 horas e outra das 14 às 16 horas” (FARIA FILHO, 2007, p. 144). Alguns autores e jornalistas como José Augusto Correia, Themistocles Aranha, Roberto Antonio Moreira, Felipe Condurú ofereciam aulas particulares para alunos na capital de São Luís e ofertavam seus serviços principalmente pelos jornais. Eram tanto para o ensino primário, quanto disciplinas específicas e preparatórios para o ensino secundário.

Estes professores a partir da sua prática pedagógica conseguiam perceber as necessidades dos alunos e os saberes fundamentais para a formação desses indivíduos, assim com a experiência adquirida ao lecionar em alguns casos acabaram resultando em produções escolares a exemplo do professor Roberto Moreira que oferecia aulas de comércio para o qual ele elaborou o *Guia pratica e methodica de contabilidade (1874/ 1ª edição)* (SOARES, 2019). A mesma situação é apontada por Mello (2009) sobre as *Postillas de grammatica geral applicada á lingua portugueza pela analyse dos clássicos (1863/1ª edição)* de Francisco Sotero dos Reis, sendo esta, fruto das aulas que lecionou no Liceu Maranhense. Isto nos dá

indícios que não só o livro auxilia na prática pedagógica como também ela pode influenciar ou resultar na produção de obras escolares.

Outra modalidade são escolas régias, que por sua vez, correspondiam a cadeiras específicas oferecidas individualmente nas casas dos professores: separadas em aulas para meninos (contando com um professor) e meninas (com uma professora), os alunos poderiam frequentar indeterminadamente qualquer aula, pois não tinham ligação entre si, já que funcionavam de forma independente. Também podemos citar como uma variante deste modelo as escolas normais, que tinham como principal função ser um espaço “com a finalidade de capacitar os professores efetivos [...] aos indivíduos que tivessem optado profissionalmente pelo magistério” (CASTELLANOS, 2017, p. 215). Estes, por sua vez, depois de formadas nas escolas normais ficariam responsáveis pelas escolas de primeiras letras nas províncias utilizando o método mútuo e com a formação necessária poderiam contribuir para o progresso do ensino, no entanto, quando da adoção do *Atlas do Império do Brasil Atlas do Império do Brasil* (1868/ 1ª edição) na Escola Normal do Rio de Janeiro o inspetor da instrução afirma que nem todos os professores estavam capacitados para ensinarem estes conteúdos, o que demonstra a fragilidade em sua formação.

Especialmente pelo período em que se concentra a nossa pesquisa a maioria dos livros que identificamos para o ensino primário foram direcionados ao modelo de escolas isoladas, cuja modalidade predominante foram as escolas de primeiras letras que utilizavam o método mútuo de ensino. Há também um significativo número da modalidade de escolas confessionais e instituições criadas pelos próprios autores de livros, tais como o Instituto de Humanidades, a Sociedade onze de agosto e o Colégio de São João Batista. Para este modelo de escola a produção de livros se estabeleceu especialmente nas disciplinas relacionadas a leitura, escrita, e moral, conhecimentos básicos ao ensino primário, tais como, *Grammatica elementar da Lingua Portugueza* (1866/10ª edição), que “acaba de ser publicada a Xª edição deste livrinho adoptado pela inspeccia da instrução pública para uso nas escolas de instrução primária da província” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1866, ed. 40, p. 4), *Lições de Moral* (1865/ 1ª edição) aprovado para uso nas escolas primárias de primeiras letras (PUBLICADOR MARANHENSE, 1865, ed. 250, p. 4)

Uma parcela dos livros que circulara por estas instituições era proveniente de doações do poder provincial tendo em vista que a maioria dos alunos que as frequentavam não dispunham de recursos para aquisição de materiais escolares. O uso dos livros nas escolas de primeiras letras era indispensável, visto que contribuía para a instrução dos vários alunos, por outro lado a não uniformidade dos compêndios era um ponto que dificultava a prática pedagógica, pois cada um tratava à sua maneira dos conteúdos escolares que eram organizados de formas diversas e privilegiam assuntos diferentes.

Quanto ao ensino secundário podemos perceber que a adoção dos livros ocorreu especialmente em duas instituições, o Liceu Maranhense o Colégio Pedro II, que não apenas tinha servido como inspiração para esta modalidade de escola, como também tinham currículos semelhantes em muitos aspectos e conseqüentemente alguns dos livros que foram adotados no Liceu chegaram também a fazer parte do programa da mais reconhecida escola de ensino secundário no Brasil oitocentista. Eram obras que se direcionavam a uma disciplina escolar específica, produzidos por autores renomados nos campos de saber, e apresentam maior complexidade na organização e estruturação dos seus conteúdos.

O modelo de escola graduada, por sua vez, caracteriza-se por classificar os alunos em grupos homogêneos com o currículo segmentado por graus e o trabalho do professor dividido e hierarquizado em função de transformações ocorridas na relação pedagógica, não sendo mais responsável administrativamente pelo prédio nem pelos recursos escolares, passando então a ter cada sala um professor que era supervisionado por um diretor, os prédios foram construídos para o funcionamento da onde existiam várias salas de aulas. Quanto a este modelo, é possível destacar como modalidade o grupo escolar, pautado no agrupamento dos alunos cuja classificação se dava segundo o critério de nível de conhecimento, prédio escolar com várias salas, a divisão do trabalho docente, a ordenação do conhecimento em programas distribuídos em séries. Outro modelo são as escolas seriadas que se dividem por níveis, nos quais os alunos são organizados de acordo com o grau de desenvolvimento, e os conhecimentos escolarizados obedecem aos graus progressivos de complexidade (FARIA FILHO, 2007).

As fontes não expressam diretamente na República para quais modelos e modalidades de escolas os livros se direcionavam, no entanto, com a propagação do

modelo de escolas graduadas e especialmente na modalidade de grupos escolares, acreditamos que as obras foram adotadas nestas instituições, com o intuito de modificar a forma como até então a instrução era praticada, neste sentido os livros propuseram novos métodos de ensino pelos quais os alunos aprendessem de forma mais rápida, pois uma das grandes questões era a situação do analfabetismo, há também uma tendência de valorização dos aspectos nacionais e locais. Nesse bojo surgem obras como *A Pátria Brasileira* (1911/1ª edição) de Coelho Neto e Olavo Bilac abordando os aspectos da história do Brasil, *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão* (1901\ 1ª edição) de Justo Jansen Ferreira que ressalta a geografia do estado, *Opusculo do Estado do Maranhão* (1892/ 1ª edição) do Dr. Augusto Olympio de Castro que também abordam as questões referentes a história e geografia local, entre outros títulos que foram produzidos.

As diferenças mais significativas encontradas nos livros escolares utilizados nos diferentes modelos e modalidades de escola dizem respeito a predominância dos temas religiosos que eram fundamentais e faziam parte dos currículos das escolas isoladas especialmente pela interferência da igreja na instrução nesse período. Essa situação a partir da república foi perdendo força tendo em vista a separação entre Estado e Igreja; assim, nos modelos de escola graduada e seriada novos temas pertinentes ao momento vivido no país foram trabalhados nos livros escolares, impulsionando também a produção nas disciplinas outrora menos privilegiadas como a história e a geografia.

O livro foi ganhando mais importância no ensino à medida que cada novo modelo e modalidade de escola que foi sendo criada, no início, com o método individual, o professor ensinava diretamente ao aluno e concentrava a sua atenção exclusivamente a ele, com essa proximidade o livro não tinha um papel tão fundamental. No entanto com a chegada do mútuo e a ampliação significativa do número de alunos este objeto cultural passa a ter maior importância no processo de ensino, pois consegue comunicar aos alunos o conteúdo ministrado pelo professor, ainda assim este contava com o auxílio dos alunos mais adiantados para instrução dos demais. Passando-se ao modelo de escola graduada e seriada, onde utilizava-se o método simultâneo de ensino e com a chegada da república, tona-se imprescindível para a viabilização do modelo de instrução pela hierarquização dos

sujeitos atuantes nas escolas e classificação e homogeneização dos alunos onde o livro constitui-se único auxiliar para os professores.

Aqui o livro escolar se relaciona com um conceito fundamental, as práticas pedagógicas que se “realizam para organizar/potencializar/interpretar as intencionalidades de um projeto educativo” (FRANCO, 2016, p. 536); prática pedagógica que consiste nas ações dos lentes sobre o ensino que se realizam de maneira consciente e participativa no ambiente da sala de aula, as quais são relacionadas aos processos pedagógicos, por exemplo, no caso dos livros utilizados para o nível primário e secundário que ficaria [...] ao critério dos professores a tractar do que estiver ao alcance da intelligencia dos alumnos, como o desenvolvimento que exigir a matéria (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, ed. 258 p. 1). Quando usados no nível primário eles se concentrariam, principalmente, nos conteúdos introdutórios e nas primeiras noções, podendo ser aprofundados à medida em que os alunos fossem avançando no entendimento da matéria; já para o nível secundário, esta parte “servir[ia] para uma recapitulação, antes de entrar no estudo” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, ed. 258, p. 1).

Os livros de metrologia tanto de João Antonio Coqueiro quanto de João Miguel da Cruz, por exemplo, foram elaborados de forma que aqueles que não tivessem os conhecimentos prévios elementares da aritmetica, essenciais para a compreensão de um sistema de pesos e medidas, mesmo assim poderiam utilizá-los, pois apresentavam ao leitor uma espécie de breve resumo desta parte fundamental, para então se dedicarem ao tema central, como demonstra o *Publicador Maranhense* (1863, p.1). Sobre *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema metrico decimal* (1863/1ª edição), registram que:

A primeira secção da primeira parte trata, de um modo succinto e claro, das operações sobre os numeros decimaes, suas conversões em fracções ordinarias, e vice-versa; e das noções e medidas de algumas figuras geometricas necessarias para a comprehensão do systema metrico decimal.

Durante o período imperial, não há um projeto educativo na extensão do termo; no entanto, a instrução serve a um propósito determinado e o livro deverá segui-lo no sentido de transmitir aos alunos os saberes objetivados segundo uma finalidade, pautando a prática pedagógica dos mestres. Neste sentido, para discutir sobre os materiais escolares, é necessário descortinar a relação estabelecida com a organização e funcionamento da instrução, pois foram concebidos e criados em

função desta demanda de acordo com as necessidades, as concepções vigentes segundo a temporalidade e as armaduras conceituais instituídas que regem comportamentos, formas de pensar e sentimentos. Assim, com a mudança na relação pedagógica que ocorreu no século XIX em função da introdução de uma forma inédita de interação entre professor e aluno, com a inserção de novos métodos de ensino e objetos escolares, tais como quadro negro e livros que permitiram ao mestre atender a vários alunos ao mesmo tempo, não sendo mais, como ocorria anterior a esta transformação, uma relação direta (ou de pessoa para pessoa), que se dava quando o professor via método de ensino individual concentrava-se em aluno por vez e a transmissão dos conteúdos acontecia de forma restrita e particular; o aprender e o saber se davam por meio do *ver-fazer* e *ouvir-dizer*; figura do mestre concebida como detentora de todo o saber intrínseco a este indivíduo, que o transmitia não de forma sistematizada e sim por meio de uma ação prática com os alunos, diante das situações que se apresentavam (VICENT, LAHIRE, THIN, 2001).

Nessa perspectiva, o processo de ensino, a partir da mudança na relação pedagógica se dava diante dos saberes objetivados, formalizados, codificados e delimitados, o que possibilita o surgimento da escola como espaço específico e independente com relação às outras práticas sociais; ou seja, “[...] a acumulação da cultura até então conservada no estado incorporado, torna cada vez mais indispensável a aparição de um sistema escolar” (VICENT, LAHIRE, THIN, 2001, p. 28). Neste cenário, uma nova situação se apresenta: o modo de transmissão dos saberes explicitados e fixos em um texto externo ao indivíduo, registrado e sistematizado em variados suportes. Deste modo,

A possível dependência do professor frente a um material de ensino que, em princípio, direcionava e condicionava o conhecimento de cada disciplina escolar, redimensiona o papel e o poder do professor como “único” detentor do saber transmitido pela escola (BITTENCOURT, 1993, p. 243).

De acordo com Vicent, Lahire e Thin (2001) a escola é um espaço específico de relações sociais, onde para além do aprendizado dos saberes objetivados, se apreendem também diferentes formas do exercício do poder, que se dão por meio de uma dominação legal, na qual, o superior – o detentor do poder – ao estabelecer uma ordem, obedece também a uma regra impessoal pela qual se orienta. Neste sentido, a relação entre mestres e alunos é mediatizada por regras gerais próprias do espaço escolar, tais como: normas de condutas; horários; o cumprimento de

programas de ensino; a supervisão de um diretor; a hierarquização do corpo docente (FARIA FILHO, 2007).

No entanto, esta nova relação social instaurada pela forma escolar de socialização desapossa outros grupos sociais, em especial a família, instaurando a escola como espaço específico para o ensino, causando a resistência à escolarização por parte destes grupos (VICENT, LAHIRE, THIN, 2001). No Maranhão, a resistência das famílias se deu também em função da representação negativa destes ambientes, tendo em vista a precariedade de materiais e prédios impróprios, a falta de professores não habilitados e as condições de pobreza da população que não via na instrução proveito prático, especialmente, para o trabalho, visto que a principal atividade econômica era a agricultura; escola primária, que no início do século XIX, era símbolo de atraso e ineficiência (SILVA, 2015). Assim, a especificidade da instituição escolar requereu uma diferenciação espacial, material e temporal da educação doméstica, materializando-se na organização das salas de aula, no estabelecimento de um tempo que todos deveriam cumprir e no uso de materiais específicos para o ensino, entre eles, os livros escolares (FARIA FILHO, 2007).

Dessa forma, podemos entender uma diferença radical, no que se refere ao ato de instruir e de educar no século XIX. A instrução rudimentar era entendida enquanto o ensino das primeiras letras, que consiste na transmissão dos conhecimentos básicos: ler, escrever e contar, sem considerar-se uma relação com outros níveis: o secundário e o superior. Paulatinamente, foram-lhe associando a este ensino, outros saberes escolarizados, como os rudimentos de gramática, a língua pátria, a aritmética e a religião, além da escola ir ganhando certa notoriedade como espaço específico para a transmissão dos saberes e a formação do alunado, configurando-se desta forma a instrução elementar que “[...] mantém a ideia de rudimentar, mas, permite pensar, também, naquilo que é o ‘princípio básico’, ‘elemento primeiro’, do qual nada mais pode ser subtraído do processo de instrução” (FARIA FILHO, 2007, p. 138).

A introdução no Brasil das ideias de Pestalozzi, em 1870, e a aproximação entre os campos da pedagogia e a psicologia, influenciou a instrução baseada na relação pedagógica de ensino e aprendizagem que concebe os alunos como sujeitos do processo, os professores como mediadores e o método de ensino como seu

instrumento. As discussões sobre o ensino no século XIX e início do século XX incidem sobre o afastamento entre espaço escolar e doméstico, apontando-se para a necessidade de construção de ambientes próprios para a instalação da escola (FARIA FILHO 2007). Nessa lógica a noção de educação no século XIX transcende a ação de instruir, sendo mais ampla via transmissão de valores morais, éticos, religiosos e comportamentais; ou seja, “a educação [...] voltada à formação geral do homem [...] e a instrução, aos conhecimentos específicos das diversas áreas do conhecimento” (SCHMIDT, 2011, p. 446). No *Pacotilha* (1880-1939) discute-se sobre a instrução e a educação, afirmando-se que são a tal ponto conexas, que algumas pessoas acabam por confundir uma com a outra. Segundo o jornal “[...] a instrução [é] destinada a dar conhecimentos novos e a educação, que se propõe formar a alma e o espírito do educando” (PACOTILHA, 1900, ed. 39, p. 2). A instrução seria para preparar os sujeitos para as questões da vida social e em certa medida contribuiria com a sua educação, pois “dai-lhe noções de hygiene, de economia política e noções profissionais, com isto melhorar[iam] [a] sorte e [o] nível de moral subir[ia] imediatamente” (PACOTILHA, 1900, ed. 39, p. 2).

Esta era uma preocupação constantemente pontuada pelos jornais, à qual o livro escolar poderia dar-lhe significativa contribuição, especialmente na infância, período considerado determinante para a boa formação, já que possibilitaria inculcar nos indivíduos diversas noções preliminares, entre elas, a defesa dos princípios cristãos. Na instrução seria a pedra angular na qual a sociedade se assenta e “sem essa agradável essência de Chistianismo a educação ser[ia] incompleta” (O PAIZ, 1887, ed. 78, p. 1). A formação profissional, como outro ponto a se analisar, se identifica na matéria sobre o *Livro dos Meninos* (1864/1ª edição), em que a importância do trabalho para vida, que outrora fora visto como um castigo, passa agora a ser entendido como estímulo e exaltação para o objetivo da existência do homem que seria o progresso e a perfectibilidade (O PAIZ 1864). Os livros *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema metrico decimal* (1863/ 1ª edição), de João Antonio Coqueiro e *Metrologia do Povo* (1881/1ª edição), de João Miguel da Cruz são constantemente destacados pelos conhecimentos que abordam, uma vez que são essenciais para qualquer função que se exerça, portanto seriam a base para a formação de todos os alunos para habilitá-los aos mais variados ofícios para os quais são imprescindíveis os conhecimento sobre as quatro

operações matemáticas e o sistema de pesos e medidas adotado no país. Já na República, os valores se distanciam da religião e passam a focar e fomentar o amor à pátria, a valorização da cultura nacional e a busca pelo progresso da nação, ganhando destaque aqueles que abordassem a história do Brasil, tal como *A Pátria Brasileira* (1911/ 1ª edição) de Coelho Neto e Olavo Bilac, bem como os que propuseram novas formas e métodos de alfabetização, com pretende *A Nova qartilha* (1918/ 1ª edição) portuguesa de Odolfo Medeiros.

O aumento da produção da cultura material escolar, em especial de textos e livros escolares, foi se intensificando na medida em que a escola pública primária foi ganhando notoriedade e se institucionalizando, sendo o espaço fundamental para a instrução da população. Inicialmente as escolas públicas primárias funcionaram em locais insalubres e com objetos improvisados, situação que começa a modificar-se com a introdução no Brasil da modalidade escolar dos grupos escolares ocorrida no final do século XIX e a partir de ideais republicanos de ordem e progresso que “[...] visavam, principalmente, romper com a representação ineficaz das escolas isoladas do século XIX, [havendo] urgência em mudar a configuração do espaço educativo” (SILVA, 2017, p. 99). Os jornais dão indícios da produção dos livros escolares e das ações tomadas ao longo do Oitocentos e início da República para a organização do espaço escolar.

2.2 Circulação dos livros escolares: estratégias editoriais dos jornais, indicações de uso, aprovações e distribuições

Os livros escolares eram os principais aliados dos professores para o ensino, pois apresentavam o conteúdo sistematizado que os auxiliavam nas aulas para qualquer nível. Os jornais, a partir da década de 1840, passaram a discutir outras questões, além do âmbito das disputas políticas, registrando diversos aspectos da vida social como o desenvolvimento da Instrução Pública Primária na província do Maranhão, bem como no início da República, além da produção, distribuição e circulação de livros escolares elaborados por autores locais. Destarte, um conjunto de fatores favoreceram a intensificação desta produção:

[...] os jornais inauguraram no Maranhão oitocentista um processo industrial de produção, divulgação, distribuição, circulação e consumo de livros e outros artefatos do impresso que vêm ao encontro do crescimento da Instrução Pública, com a criação do Liceu Maranhense, em 1838, da Biblioteca Pública Provincial, em 1829, do Gabinete Português de Leitura, em 1853, com as diversas sociedades, entre elas a Onze de Agosto, em

1870, em que tanto as Conferências Pedagógicas como as Conferências Populares e as atividades da Escola Normal criada, em 1874, nessa instituição, transformaram-se em espaços de sociabilidade onde se discutia, divulgava e comercializava os livros e outros suportes (CASTELLANOS, 2017, p. 123)

A circulação da produção maranhense em diversas localidades e a sua adoção em renomadas instituições demonstra a sua importância e influência na instrução pública durante o Oitocentos, seja pela qualidade das obras enquanto conteúdo/impressão e/ou pelo reconhecimento dos intelectuais enquanto serem nascidos e projetados na *Atenas Maranhense*, seja pelos cargos de poder que estes sujeitos assumiram não só nesta província, como também noutras localidades, a exemplo de João Antonio Coqueiro, autor que teve suas obras adotadas no Colégio Pedro II, enquanto foi diretor interino da instituição, ou por outras estratégias de autores e editores no comércio do livro.

A questão do reconhecimento de São Luís como *Atenas Maranhense*, fazendo referência à Atenas grega é um ponto de divergência entre alguns autores. Por um lado, há aqueles que desconsideram esse status pelos altos índices de analfabetismo de boa parte da população e pela limitação do acesso ao ensino primário, sendo o secundário e o superior reservado à elite; na concepção de Borralho (2009, p. 51) “a formação da Athenas foi uma moeda de troca da elite maranhense em se fazer notar, senão por uma importância econômica [...] então, por sua notoriedade intelectual”. Castellanos (2017, p. 154), na contramão, apresenta novos elementos a esta discussão, afirmando que se no sentido estrito do termo, como “Atenas Brasileira de fato”, representa uma invenção; mesmo assim, “[...] no que se refere à circulação dos livros (escolares e/ou não escolares), a sua representatividade nos espaços de sociabilidade e à existência de um leitor plural identificado pelas diferentes naturezas da escrita expressas nos jornais” é possível reconhecer “sua existência de direito”, se se leva em consideração a extensa produção do escrito impresso posta a circular por autores e editores locais, numa temporalidade em que a crise de toda ordem azotava a província.

Alguns deles com formação acadêmica no exterior, especialmente na Europa, a exemplos de Felipe Benicio de Oliveira Condurú, que subsidiado pelo Poder Público Provincial, foi a Paris para estudar pedagogia e aprender o método Lancaster, para assim aplicá-lo na instrução local (PUBLICADOR MARANHENSE, 1844). Assim, vários outros autores tiveram trajetórias semelhantes, como o caso de

João Antonio Coqueiro (estudante do Liceu) que em 1855 viaja a Paris para iniciar o ensino superior; para tanto, solicita à província um auxílio de 600\$000, tendo como resposta, a autorização de 300\$000 anuais pela comissão de instrução pública (PUBLICADOR MARANHENSE 1856).

Estes homens possuem características comuns, pela formação acadêmica e o gosto pela literatura, pelos espaços frequentados e ocupados. Assim, os autores de livros escolares são representados enquanto sujeitos detentores do conhecimento; saber incorporado e transmitido por meio da produção intelectual, como membros de uma elite, que conjuntamente com os tipógrafos, imprimiam na sociedade maranhense os seus ideais de cultura e de instrução pública, muitas vezes pautados nos padrões da Europa, tendo em vista que muitos deles estudaram em instituições de ensino superior em Portugal, França e Inglaterra, possuindo o referencial nevrálgico de sociedade moderna. Estes sujeitos se destacaram em função do status de intelectuais de ensino e das cidades, desempenhando e disputando o reconhecimento enquanto autores, produzindo saberes e textos escolares, interferindo, direta ou indiretamente nas representações da escola (BITTENCOURT, 1993).

A dedicação e contribuições destes intelectuais para a instrução, seja enquanto autor de livro e professor; seja ocupando um cargo na administração pública, era sempre valorizada nos jornais, pois a produção de um livro era considerada um notável ato patriótico, uma honra digna de altas personalidades da nação (BITTENCOURT, 1993). Por outro lado, contribuir com a instrução para estes intelectuais, era investir na formação de futuras gerações de novos Atenienses e manter o Maranhão em um nível de modernidade equiparável aos dos grandes centros, podendo citar, por exemplo, o caso de Graça Aranha⁸⁰ (integrante da segunda geração de atenienses), que foi inserido no mundo das letras dentro da tipografia onde seu pai (Themistocles Aranha) imprimia os exemplares d'*O Paiz* (1863-1889) e o alfabetizara com o auxílio dos tipos móveis (ARANHA, 1931). No

⁸⁰Graça Aranha nasceu em 21 de junho de 1868 em São Luís e morreu em 26 de janeiro de 1931 no Rio de Janeiro. Filho de Themistocles da Silva Maciel Aranha e de Maria da Glória da Graça. Formou-se em Direito e exerceu a magistratura no interior do Estado do Espírito Santo; fato que lhe iria fornecer matéria para um de seus mais notáveis trabalhos - o romance *Canaã*, publicado com grande sucesso editorial em 1902. É considerado um dos chefes do movimento renovador de nossa literatura, fato que vai acentuar-se com a conferência "O Espírito Moderno", lida na Academia Brasileira de Letras, em 19 de junho de 1924. Comunicou o seu desligamento da Academia por ter sido recusado o projeto de renovação que elaborara. Regressa ao Brasil pouco depois da Primeira Guerra Mundial (ARANHA, 1931).

entanto, os autores que publicaram na República, tais como Odolfo Medeiros, Coelho Neto, Olavo Bilac, Felipe de Sá e Justo Ferreira procuram distanciar a produção destes padrões europeus, buscando reforçar a identidade nacional, seu território, a cultura e os costumes locais; exigência de uma nova postura da escola pelas mudanças que este novo regime provocou, constituindo-se este em um dos elementos fundamentais para a implantação dos ideais propostos.

Neste sentido:

[...] a educação começa a ser utilizada como elemento de civilização; seguindo uma ótica modeladora, a escola passa a ser adotada como meio eficaz para ensinar a população, ou parte dela, a conter os maus hábitos, a estimular o amor a pátria e o respeito às autoridades [...] a igreja deixa de ser a instituição responsável pela moralização do povo e o Estado, elege a escola como uma instituição laica, de uso obrigatório, gratuito e capaz de disseminar os novos moldes para o sistema que queria implementar (SILVA, 2015, p. 54)

Para Barros (2020) existem linhas de forças que incidem sobre o autor e a sua produção, tal como a época em que elaborou o seu material. Eles podem estar inscritos também em uma instituição, e em nosso caso, alguns deles em certos momentos fizeram parte do corpo docentes do Liceu Maranhense, bem como pertenceram a uma categoria profissional, notadamente a de professores, seja do ensino secundário, seja do primário, relacionando-se ainda com questões políticas, a exemplos de leis e censuras que constrangiam e ditaram os limites do texto, ou ainda cargos políticos que assumiram; classe e segmentos sociais aos quais pertenceram e para quem destinaram seus escritos. Todos estes fatores compõem um conjunto complexo de aspectos identitários para compreensão de um autor e das circunstâncias que o afetam e que tencionam seus escritos.

Sobre os livros escolares de autores locais, Castellanos (2017, p. 266) afirma que:

As obras produzidas pelos professores da Província, com predomínio do Liceu, como Sotero dos Reis, João Antonio Coqueiro, Estevão Rafael de Carvalho, Antonio Marques Rodrigues e Antonio Rêgo, respectivamente, eram as mais impressas nas diversas tipografias existentes no Maranhão, com destaque pela Belarmino de Mattos e a de Frias, concorrendo com a produção didática lusitana e, mesmo com a produção nacional.

Segundo a percepção de Serra (2001), Matos foi o editor das mais perfeitas obras, destacando-se dentre as suas produções: as de *Gramatica Portuguesa* (1862), do professor Francisco Sotero dos Reis, os livros de aritmética, *Primeiras noções de cálculo* (1871) e *Curso elementar de matemática* (1871, volume I), de

João Antonio Coqueiro. No que diz respeito a Corrêa de Frias, foi o pioneiro na produção de grandes tiragens como *O Livro do Povo* (1863/2ª edição), que chegou a imprimir 10 a 16 mil exemplares. Estes dois sujeitos não só produziram os livros maranhenses mais difundidos, como trouxeram grandes contribuições para a história da imprensa local, formando uma geração de tipógrafos e fazendo com que a província tivesse um reconhecimento pela quantidade e a qualidade dos impressos aqui produzidos (CASTELLANOS, 2017).

O interesse dos editores na produção de obras escolares se deu por conta da lucratividade deste tipo de mercadoria, uma vez que possuíam um público específico e com uma demanda cada vez mais crescente, fruto de leis e investimentos na instrução que, mesmo insuficientes ou de pouco efeito prático como a lei de obrigatoriedade, foram pouco a pouco possibilitando a meninos e meninas maranhenses o acesso ao ensino, que se reflete no crescimento do número de escolas. Neste sentido, “a importância comercial do livro escolar fez com que os editores passassem a considerá-lo como ‘a carne’ da produção de livros em contraposição às obras de literatura ou ‘científicos’” (BITTENCOURT, 2008, p. 81).

Em relação a seu comércio no Maranhão, o preço médio de um exemplar “[...] em 1863 era vendido entre 600 réis e 2 mil réis. Nesse mesmo ano, uma assinatura trimestral do Publicador Maranhense, de tiragem diária, custava 4\$800, ou seja, com esse mesmo valor era possível comprar 4 livros” (COSTA, 2013, p. 53). Os *Rudimentos de Geografia* (1863/1ª edição), de Antônio Rego, por exemplo, custava 800 réis e as *Postilas de Gramática* (1863/edição), de Sotero dos Reis, 2\$000 réis (O Paiz, 1863). Mesmo com os baixos preços praticados, este objeto ainda assim era um item de distinção, que nem todos os alunos tinham acesso. Em vista disso, alguns autores faziam doações das suas produções às crianças e às escolas; ações que foram noticiadas nos jornais.

No que tange às doações, *O Paiz* é o jornal que mais dá notoriedade, seja de ordem particular, quando a iniciativa parte dos próprios autores, ou do poder provincial. Além das publicações nos jornais, os autores utilizam sua influência, relações e cargos políticos para a adoção dos livros no ensino; para alguns deles, o principal objetivo não era a obtenção de lucros com a venda dos suportes, e sim o endosso do status social enquanto intelectuais, que contribuía com a instrução local, como o intencionara Antonio Marques Rodrigues, ao publicar que o *Livro do*

Povo (1863/ 1ª edição): [...] não só [tinha] por fim uniformizar a leitura nas escolas primárias, aonde cada menino aprende por um livro diferente, e por tanto facilitar o trabalho do mestre e do discípulo, como também vulgarizar, por um preço baratíssimo, a história do Salvador (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, ed. 35, p. 2).

João Antonio Coqueiro, autor das *Primeiras Noções de Cálculo* publicado no ano de 1871 (1ª edição), também: “ofereceu duzentos exemplares [...] ao presidente da província [José da Silva Maia/1869-1871], para que fossem distribuídos nas escolas da capital” (SOARES, 2017, p. 154). A rentabilidade com a venda dos livros para os autores, em grande parte dos casos, não representava sua renda principal, especialmente com a chegada do período republicano, onde a atividade tornou-se ainda menos lucrativa, como denunciado por Fran Paxeco (PACOTILHA, 1911, ed. 24, p.1, grifo nosso)

Queixam-se os autores de livros escolares, antes, portanto, do advento da Republica Portuguesa – de que estes já hoje pouco rendem. Em comparação ao que rendiam. Mas ser, ainda hoje, autor dum livro aprovado, um rezumo e historia pátria, um catecismo que seja, principalmente quando a porcentagem dos reprovados atinje 80, é mil vezes preferível, sob o ponto de vista pecuniário, a ser Teofilo Braga, com toda a sai história da literatura. *Nunca o grande historiador e poeta, em dias da sua laboriosa e gloriosa vida, que não são poucos, ganhou pelas letras, a quarta parte do que ganha, por ex., nua só edição, o autor dum modestíssimo compendio de doutrina cristã. Esta faiscante mina esgoutou-se, felizmente – para as crianças.* Uma obra escolar, ali, segundo o cálculo daquelle jornal, nos três anos de vijencia, rendia, liquido, seis contos de reis. Se, numa nação pequena, continentalmente, os livros para escolas produzem tanto, aos editores e autores, quanto não embolsarão os que preparar num paiz extenso, como o Brazil? Formar-se-ia, assim, uma ótima literatura, se os poetas e romancista se compenstrassem da essência sintatica e pedagógica do que escrevessem.

Nos ofícios e relatórios da instrução pública, as solicitações de livros escolares para crianças que não dispunham de recursos para adquiri-los são inúmeras, como o explicitado no relatório enviado em 30 de dezembro de 1853, pelo inspetor da instrução pública, Francisco Baltazar da Silveira (1853), para o presidente da província, Eduardo Olimpio Machado (1853-1855), no qual explica que “há em quase todas as localidades necessidade urgente de serem meninos ajudados pelo governo, dando se livros, papel por que as famílias são tão pobres que nem isto podem comprar” (MARANHÃO, 1853, NÃO PAGINADO). Neste sentido, se distinguem os grupos em relação à cultura material escolar: aqueles que tiveram acesso aos objetos, pois os pais ou responsáveis tiveram condições de

obtê-los, os que dependiam de doações e os que não chegaram a ter acesso. (CASTELLANOS, 2017). Tal questão pode refletir também na permanência escolar destas crianças, pois dadas as dificuldades financeiras e a escassez de materiais, uma vez que a província não conseguia atender toda a demanda escolar, elas viam-se sem condições de frequentar as aulas.

Outro pedido foi feito, por meio do relatório enviado em 1 de abril de 1865, pelo inspetor da instrução pública, Antonio Marques Rodrigues, para o Presidente da Província, Ambrosio Leitão Da Cunha (1863), onde são mandados distribuir nas escolas primárias das vilas do interior uma série de utensílios escolares, entre eles alguns livros: o “desembargador M. J. Ayres do Nascimento mandou-se distribuir pelas escolas públicas primarias 250 exemplares do Compendio Elementar da língua nacional por Luis Alfredo Monteiro Baena” (MARANHÃO, 1865, NÃO PAGINADO). Neste mesmo relatório, o inspetor informa que mil exemplares do *Livro do Povo* (1864/2ª edição), de sua autoria, encontravam-se na secretaria do Liceu para que fossem distribuídos nas escolas. No entanto, podemos observar que as doações não se davam apenas ao nível primário, embora fossem a maioria, e aos alunos desprovidos de recursos, como demonstrado no dito relatório:

[...] desejando promover um bem entendido estímulo nos alunos do Liceu, determino que fossem distribuídos, com prêmios, pelos mesmos alunos, 100 exemplares da História Sagrada de Schmidt, cuja distribuição começou-se a fazer, como se verá na parte relativa ao ensino secundário (MARANHÃO, 1865, NÃO PAGINADO).

Mesmo que o ensino público primário tenha crescido, durante todo o século XIX, careceu de recursos próprios para a criação e manutenção das escolas, além de enfrentar as dificuldades na formação dos professores que em sua maioria eram inabilitados, os quais aprenderam o ofício na prática, por meio da observação ou a partir de suas próprias experiências; situação que só se tentou amenizar a partir da criação efetiva da Escola Normal em 1890 (SILVA, 2015). Para Castellanos (2015, p. 84), as iniciativas em prol da organização e expansão da instrução “se inicia em 1827 e amplia-se nas décadas de 30 e 40, com a fundação do Liceu (1838), no qual se tinha preferência pelo atendimento das classes abastadas que almejavam a realização do ensino superior nas Faculdades”. O governo provincial estabeleceu algumas medidas a fim de incentivar o desenvolvimento da instrução, tais como: 1) a lei nº 55, de 22 de maio de 1838 que versava sobre um adicional aos professores que utilizassem o método mútuo; 2) a criação dos regulamentos da instrução que

implementaram melhorias como o cargo de inspetor em 1843, responsável por fiscalizar professores e alunos (SILVA, 2015); 3) o artigo 15 § 2º da Lei nº. 234 a qual foi a província autorizado a reorganização o ensino público, mas conservando o pessoal e o princípio da vitaliciedade, esta era uma lei de ordem financeira, que tinha por objetivo estabelecer a previsão das receitas e fixar as despesas da Província (FARIAS,2020) 4) A Lei nº. 267/1849 que versa sobre “Regulamentar a Instrução Pública” que apresenta uma série de modificações, tais como a relações entre o número de alunos e o método utilizado o que também determinava os rendimentos dos professores, estabelecer escolas públicas, o Inspetor da Instrução Pública deveria ser nomeado dentre os professores do Liceu e recebesse uma gratificação equivalente à quarta parte do seu ordenado; 5) O Regulamento da Instrução Pública de 1855 que enfoca nas questões relacionadas ao magistério, estabelecendo critérios para a admissão dos professores públicos, dos quais muitos abandonavam seus cargos e migravam para outras carreias com melhores rendimentos. Ou seja, o desenvolvimento da instrução relacionava-se ao aspecto econômico, resultado da produção e exportação de produtos agrícolas que impactaram ainda em vários investimentos públicos para a urbanização da província (CASTELLANOS, 2015).

A questão das doações pode justificar, em parte, a impressão de algumas obras em até três tipos de materiais, o que facilitaria em tese a aquisição, a comercialização e a distribuição, como é o caso das *Postillas de Grammatica geral applicada á lingua portugueza pela analyse dos classicos* (1863/1ª edição), de Francisco Sotero dos Reis, que foi vendida a 2:500 quando brochado, cartonado a 3:00 e encadernado no valor de 3:500 (O Paiz, 1854). O *Livro dos Meninos* (1864/1ª edição), de Antonio Rego, podia ser adquirido em uma versão integral ao valor de 1:500 réis ou em dois volumes, sendo o primeiro composto pelas cartas de ABC e custava 500 réis e, o segundo, contendo os exercícios de memória custando 1000. O *Livro do Povo* (1863/2ª edição), de Antonio Marques Rodrigues, era também comercializado a 400 réis o exemplar em brochura e a 800 réis o cartonado. A diferença entre materiais/valores aponta para um maior acesso, visto que pais e/ou responsáveis em potencial poderiam comprá-lo quando vendidos a menor preço. Uma outra razão, poderia ser também os produzir para serem doados aos alunos desprovidos.

Entre os livros mais caros estavam as gramáticas de língua portuguesa, e muitas delas, poderiam ser utilizadas consecutivamente no ensino público primário e secundário; cabia ao professor direcionar o conteúdo de acordo com a maturidade cognitiva e capacidades dos alunos. Alguns dos livros de matemática também poderiam seguir esta lógica e ser adotado nos diversos níveis, mantendo-se uma média de preço entre 1\$000 a 2\$000 réis. A distinção entre os materiais utilizados para encadernação e os valores estipulados são táticas e inventividades dos autores e editores para ampliarem as opções, em função das condições que determinavam o mercado. Táticas que se foram pensadas para que maior número de pessoas pudesse adquiri-los; por outro lado, também demarcam uma diferenciação social entre aqueles grupos que poderiam ter acesso aos melhores materiais escolares, os que só o acessavam por meio das doações e de encadernações mais baratas, daqueles que não dispunham de material. Neste sentido, as táticas devem jogar com o terreno que lhe é imposto (CERTEAU, 2012), pois se nem todos os alunos teriam condições financeiras de adquirir o material, os editores buscaram formas de agregar este contingente oferecendo produtos fabricados de outra forma, barateando o custo da produção e com isso aumentar a sua lucratividade.

Alguns destes livros tiveram várias edições com alterações, revisões e ampliações dos conteúdos escolares e foram utilizados nas escolas em boa parte da segunda metade do Oitocentos. Vale lembrar que este tipo de publicação, diferentemente dos livros de literatura, religiosos e administrativos, tinham um caráter efêmero devido a uma série de fatores, tais como: a introdução ou retirada de conteúdos que deveriam ser trabalhados na escola; a reorganização de programas de ensino; a adoção de novos métodos e as inovações tipográficas que ampliam as possibilidades de impressão do material. Mudanças que estiveram “condicionadas (às vezes), [também] pela substituição de professores numa mesma cadeira, ou seja, quando um professor assumia a cadeira ministrada por outro” (CASTELLANOS, 2017, p. 283).

Além destes fatores, a adoção e permanência em uso dos livros escolares no ensino, dependeu também das táticas utilizadas por seus autores para que suas obras fossem avaliadas, assim, enviavam aos professores de ensino primário para que dessem pareceres e fossem transmitidos ao delegado, que por sua vez os apresentaria ao inspetor que deveria manifestar junto ao poder provincial, a

necessidade ou não da compra; submeter os livros a uma experiência prática a partir da sua utilização nas aulas para que o professor pudesse determinar o seu nível de aplicação, seria outro caminho a ser seguido como tática para o reconhecimento (CASTELLANOS, 2017). Segundo Certeau (2012) as táticas manipulam e alteram de diversos modos as imposições, desta forma os autores buscaram caminhos alternativos em relação às prescrições e normas impostas aos quais estavam submetidos para lograrem êxito com sua produção.

Isto revela que a utilidade dos conteúdos e a prática pedagógica foram também fatores determinantes na adoção nos livros escolares, ou na contramão, se ele oferecesse recursos que favorecessem a prática pedagógica seria um facilitador para sua adoção. Estas opiniões poderiam surtir efeito nas avaliações dos inspetores e nas decisões dos presidentes de província.

Na perspectiva de Galvão (2005), para ser aprovado e utilizado no ensino, o livro deveria ser elaborado de forma organizada, seguindo uma sequência lógica e metodologicamente planejado. Aqueles que eram baseados no método intuitivo, (método exigido a partir da última década do século XIX), deveriam privilegiar aspectos práticos por meio dos exercícios, desenhos e quadros em detrimento de uma discussão teórica. Não poderiam apresentar erros ou equívocos científicos e deveriam estar redigidos de forma adequada para o público a que se destinavam e ao uso cotidiano nas escolas.

Desta forma, veicularam as características que um livro deveria ter aos conceitos, valores e ideais que se apregoavam na sociedade para serem considerados adequados ao ensino. Os principais critérios destacados pelos jornais são: moralidade, linguagem adequada ao público a que foram direcionados e a utilidade dos conteúdos. Especialmente, para o ensino primário que compreendesse as disciplinas de instrução moral e religiosa, a leitura e escrita, as noções essenciais da gramática e o sistema de pesos e medidas da província (CASTRO, 2009), já que o livro deveria ser “um manancial de religião, moralidade, respeito, utilidade e ao lucrativo ensino” (PUBLICADOR MARANHENSE, ed. 91, 1862, p 2).

Estes critérios estão intimamente ligados a questões pertinentes à economia moral do ensino, relacionando-se com a classificação dos alunos, o que prescindiu a reelaboração de critérios éticos de como organizar os vários ambientes que formaram o espaço escolar e manter tais valores preservados, bem como dos

econômicos, uma vez que tal classificação necessitaria de investimentos para atender tal dinâmica. Nos livros para o ensino primário, o principal elemento valorizado pelos jornais consiste na moralização da infância, que tem o intuito de inserir na criança os valores morais para a vida social, assim:

[...] é necessário que as escolas segam, antes de tudo, os centros reais do Christianismo; não basta que o mestre seja ilustrado, e que ensine: é preciso também que saiba inocular em seus alunos as misteriosas doçuras da Religião, - esta pedra angular, em que devem assentar os primeiros alicerces da sociedade. (O PAIZ, 1887, ed. 78, p. 1).

Livros que não tivessem suas armaduras conceituais pautados nos valores morais condenariam a formação moral das novas gerações. A concepção da Igreja sobre o que seria permitido ler “[...] é forjada em torno da leitura dos textos sagrados, leitura de meditação espiritual que procura pacientemente tirar da palavra divina algo que esclareça [a] inteligência, fortifique [a] vontade, alargue [o] coração” (CHARTIER, 2003 p. 39). É neste sentido que, especialmente os livros de leituras de autores maranhenses são inspirados, as publicações sempre ressaltam os textos e as lições bíblicas que os compõem, a exemplo das 256 páginas do Livro do Povo (1863/2ª edição), onde 134 eram dedicados aos evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João (COSTA, 2013).

A linguagem como critério exigido deveria estar “sempre ao alcance da intelligencia dos meninos, que é o mais necessario em livros que se destinão ao fim deste” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862, ed. 120, p. 2); a objetividade e simplicidade visando facilitar a compreensão dos conteúdos e exercícios propostos são, por outro lado, os principais pontos tratados, pois “a criança era possuidora de uma inteligência fraca”. O método empregado pelo autor, como outro elemento fundamental, deveria ser claro, correto, prático e instrutivo, uma vez que a sua utilidade dependia dessa questão, por estar relacionado à organização do livro, na forma como os conteúdos são dispostos e trabalhados, geralmente abordando-os em um nível crescente de complexidade.

Neste ponto, se faz necessário compreender a distinção entre os métodos empregados nos livros escolares e os de ensino que estão relacionados à organização da classe, da prática e da relação pedagógica, não tendo relação direta com os livros escolares. Entre eles podemos citar o método de ensino individual, no qual se atendia aluno por aluno e a transmissão dos conteúdos acontecia de forma restrita e particular, sempre adotado nas modalidades de escola doméstica e régias;

o método Lancastrino/mútuo empregado a partir de 1827, por outro lado, utilizado na modalidade de escolas de primeiras letras, onde o professor ensinava vários alunos ao mesmo tempo, pois para tanto era auxiliado por outros que se encontravam em estado mais adiantados; e ainda o método simultâneo que permitiu a organização de classes homogêneas de acordo com os níveis dos alunos, se racionalizava a ação do professor, além de possibilitar a otimização do tempo escolar e a organização dos conteúdos adotados nos modelos de escolas graduadas e seriadas.

Já o método empregado nos livros é o meio pelo qual o professor ensina determinado assunto, relacionando-se diretamente com a disciplina ou com seu conteúdo, podendo citar o método de marcha sintética para o ensino da leitura, que consiste nas seguintes etapas: “[...] da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas” (MORTATTI, 2006, p. 6). Quanto o ensino da escrita se dava por meio da caligrafia e ortografia, recorrendo-se para tanto à cópia, ditados e formação de frases (MORTATTI, 2006). O Método Global também é utilizado no processo de alfabetização, caracterizara-se “por textos com sentido completo, como um todo; isto é, por frases ligadas pelo sentido, formando um enredo, constituindo uma unidade de leitura” (MACIEL, 2001, p. 121).

Nessa lógica, alguns dos livros que se destacam pelo método são: a *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema métrico decimal* (1863/1ª edição), de João Antonio Coqueiro; as *Postillas de Grammatica geral Aplicada á lingua portugueza pela analyse dos clássicos* (1863/1ª edição), de Francisco Sotero dos Reis; a *Metrologia do povo* (1882/2ª edição), de João Miguel da Cruz e, o *Curso guia de leitura fácil Alfabeto phonético-auricular* (1918/1ª edição), de Roberto Moreira. No quesito da linguagem, *O Livro do Povo* (1863/2ª edição), de Antonio Marques Rodrigues e o *Livro dos Meninos* (1862/1ª edição), de Antonio Rego se destacam, enquanto os *Rudimentos de Geografia* (1862/1ª edição), de Antonio Rego, apresenta uma complexidade, pois “[...] a linguagem é pura, mas nem sempre ao alcance da intelligencia dos meninos” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862, ed. 120, p. 2).

Com respeito à utilidade dos conteúdos, a escolha dos assuntos trabalhados em cada livro, também é um elemento importante para a aquisição de conhecimentos práticos que possam ser aplicados no trabalho, como é possível

perceber na *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema métrico decimal* (1863/1ª edição), de Joao Antonio Coqueiro, que entre outras coisas, apresenta tabelas com pesos e medidas “necessárias para uso da vida, e de muitas applicações interessantes ao commercio e à indústriã.” (O PAIZ, 1863, ed. 32, p. 3).

Neste sentido, a leitura, a escrita, a contagem e as noções de aritmética são elementos essenciais para o exercício do trabalho, como afirma o inspetor da instrução pública, Luiz Antonio Vieira da Silva (1853), no relatório que enviou ao presidente da província, Eduardo Olímpio Machado (1852-1854): “as occupaões do homem, excelentíssimo senhor, nas sociedades bem organizadas dividem-se em três ramos principais, e são: os trabalhos manuais; os industriais, e os científicos” (MARANHÃO.1853, NÃO PAGINADO).

Nas escolas de primeiras letras pretendia-se generalizar o acesso aos conhecimentos elementares, especialmente às camadas mais populares, uma vez que a instrução “aparece como um vasto empreendimento que se poderia chamar de ordem pública, [...] trata-se de obter a submissão, a obediência, ou uma nova forma de sujeição [através de] regras que são constitutivas da ordem escolar” (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p.14). Da população economicamente desfavorecida não se esperava e nem se pretendiam que ingressassem no ensino secundário e superior, uma vez que “a escola para o pobre, mesmo [...] se tratando de brancos e livres, não deveria ultrapassar o aprendizado das primeiras letras” (FARIA FILHO, 2007, p. 136). Para esta camada da população estava resguardado o trabalho manual, do qual não se necessitaria aprofundamento dos conhecimentos escolares, excluindo-se desta instrução elementar, os negros livres, libertos ou escravos, pelo menos até o regulamento da instrução de 1874 (CASTELLANOS, 2017).

A qualidade da impressão dos livros escolares era algo frequentemente destacado pelos jornais, servindo também como um argumento para a indicação de uso nas escolas, como por exemplo, a *Grammatica elementar* (1868/1ª edição), de Conduru, que foi “impress[a] na officina typographyca do Sr.º B. de Mattos. Esta 9ª edição torna[va]-se recomendável pela nitidez, impressão e correção de algumas regras” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 94, p. 3). Além disso, a aprovação de um livro também era um elemento comumente destacado nas matérias e anúncios para as recomendações de adoção e uso como forma de demonstrar aos

leitores que o conteúdo estava de acordo com os ideais da época, com as prescrições instituídas em lei e que atendiam as imposições do governo provincial e da igreja que se revezavam e/ou colidiam numa relação constante de força e de poder. Para Castellanos (2017), questões como o nível e tipo de relação de autores, tipógrafos e editores com as instâncias de poder, os pressupostos teórico-metodológicos nos quais se pautam os livros, as afinidades com os programas de ensino e os interesses políticos e ideológicos, também interferiram na aceitação de obras escolares, tal como as divergências e convergências entre as concepções dos autores e as do júri, como expresso no parecer sobre os *Rudimentos de Geographia* (1862/1ª edição), de Antonio Rego, no qual os avaliadores discordam de algumas definições empregadas pelo autor:

Na quarta parte, que trata da geographia politica, ainda discordamos do modo por que estão concebidas as definições, principalmente as de governo e nação, não deixamos de notar que o autor esqueceu-se de dizer, quando fala das religiões, o que é o protestantismo (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862, ed. 120, p. 2)

Neste sentido, as reedições eram oportunidades dos autores e editores corrigirem equívocos e realizarem atualizações dos conteúdos ou de impressão, muitas vezes sinalizados pelos pareceres dos avaliadores, tal como no livro os *Rudimentos de Geografia* (1864/1ª edição), de Antônio Rego, onde a comissão de avaliação tece uma série de críticas referentes ao conteúdo e às definições utilizadas pelo autor: “no correr do livro são empregados definições estas que pecam incontestavelmente algumas vezes pela pouca clareza que oferecem, como sejam as de cabo, pororoca, continente e mesmo as de lago e mares interiores [...]” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862, ed. 120 p. 2). Estes erros e imprecisões dos termos podem estar relacionados ao fato do autor não ter formação na área para qual a obra se destina; no entanto, isto não a desqualifica, sendo aprovada pela comissão e indicada para uso nas escolas, afirmando que “as pequenas faltas que, folheando aqui e acolá o livro, acaba[vam] por denotar nenhum brilho tira ao mérito incontestavel da obra” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862, ed. 120, p. 2). Antônio Rego era médico, contudo escreveu 2 obras voltadas para a instrução, no nível primário, traduziu “Joazinho; leitura para meninos” e uma voltada para a sua profissão “Instrução para o tratamento do cólera-morbus pelo médico homeopático” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862). Curiosamente todas as suas produções

voltadas para a instrução foram escritas no ano de 1862 e publicadas pela tipografia de Belarmino de Matos.

As reedições podem ser entendidas, enquanto táticas dos autores e editores frente a estas imposições didáticas, mercadológicas e sociais, para ampliar a vida útil do livro escolar. No Maranhão, especialmente, os livros de língua portuguesa, tiveram um grande número de edições, a exemplo da *Gramatica Elementar da Língua Portuguesa* (1863/10ª edição), de Felipe Condurú, que se registra na lista de livros adotados no 2º e 3º grau do Colégio de Sant'Anna (PUBLICADOR MARANHENSE, 1865, ed. 33, p. 2) e no Pará: obra “aprovada pelo inspetor da instrução pública para uso das escolas de primeiras letras desta província e pelo conselho de instrução pública para uso do Lyceo, colégios e aulas de instrução primária na província do Pará” (CONDURÚ, 1863, p.1).

O livro escolar durante algum tempo foi considerado como um gênero menos prestigiado no universo do escrito impresso, situação que começa a se modificar a partir dos interesses de tornar a sociedade letrada e consumidora deste tipo de bem cultural. Assim as grandes tiragens produzidas e a circulação destes suportes, maior que aqueles de caráter erudito, fez com que editores e autores despertassem para o potencial deste mercado editorial e escolar, o que os impulsionou a mudarem suas perspectivas e produzissem artefatos escolares, também como forma de se promoverem e tornarem-se mais conhecidos (BITTENCOURT, 2008). *O Paiz* (1863-1889) ao noticiar a publicação d'*O Livro dos Meninos*, (1864/1ª edição), de Antonio Rego, a valorização dos livros escolares torna-se evidente, quando afirma que “seu autor e o diretor do Colégio compreenderam que o primeiro livro da iniciação às letras tinha importância, merecia ser organizado com tanto esmero e zelo, como os mais perfeitos da alta literatura e ciência” (O PAIZ, 1864, ed. 37, p. 2).

Demonstrando a importância que os editores tiveram durante o século XIX na produção dos livros El Far (2003, p. 45) afirma que:

[...] além dos trabalhos usuais de impressão de cartazes, folhetos, convites, panfletos políticos, alguns tipógrafos intensificaram o trabalho de edição de livros. Os livros publicados pelas tipografias não representavam uma particularidade de finais do século XIX. Pelo contrário, no Brasil, desde o início da impressão, os literatos recorriam aos proprietários dessas firmas para divulgar suas obras.

Para Castellanos (2012) os tipógrafos e livreiros estimulavam o exercício da leitura e da escrita e potencializaram a produção, distribuição e consumo dos livros

visando garantir uma maior lucratividade. Havia uma lógica mercadológica que comandava este setor, no qual as editoras mais prestigiadas publicavam livros de autores que foram mais reconhecidos socialmente, logo os editores menos renomados publicaram as obras de autores menos conhecidos, onde a impressão era custeada por eles. No caso dos livros escolares, se fossem aprovados, o autor vendia as suas próprias obras, seja para o público leitor, seja para o governo, o que ocasionava até mesmo variações nos valores, segundo o consumidor. (TEIXEIRA, 2008). Esta lógica também se estabeleceu no mercado maranhense, e a imprensa local, por sua vez, também divulgava com maior frequência obras providas de tipografias e autores mais populares, seja porque eles dispunham de mais recursos para custear os anúncios, seja porque em algumas delas também se imprimiam os jornais, ou porque fez parte, em algum momento, da redação da folha.

A figura do editor-impressor no século XIX possuía relevância singular, detinha um prestígio social e no tocante à produção e circulação dos impressos, promovia os escritores e se responsabilizava pela comercialização (BITTENCURT, 2016). Comumente nas publicações sobre os livros ressaltava-se a qualidade do impresso e do editor responsável, como destacado no trecho d'*O Paiz* (1863, ed. 20, p. 2), “em quanto ao trabalho artístico a impressão é como tudo quanto sai dos prelos do Sr. B. de Mattos, consumada nitidez [...] Ainda não vimos no paiz melhores, nem mais perfeitas”. Sobre como o referido editor alcançou o nível de qualidade em seu trabalho, Leal (1987 p.313) afirmara que, “mirava e remirava a obra, examinava-a por miúdo medindo a compasso, comparava-a e analisava-a por partes, e daí lhe veio a perfeição e a boa disposição dos livros publicados em sua oficina”. Na mesma perspectiva, os anúncios sobre as impressões do Sr. Correa de Frias, notável tipografo, ressaltam suas virtudes: “nesta officina continua-se a aprontar com a rispidez, gosto e nitidez todas as obras tipographificas que lhes são confiadas” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1861, ed. 89, p. 4). Os tipógrafos empenhavam-se pela qualidade de seus impressos e foram reconhecidos por seu trabalho. O destaque dos anúncios e matérias de jornais sobre os livros escolares focalizado em tal questão é uma forma de reconhecer publicamente, de atribuir valor à obra não apenas por seu conteúdo, como também pelo material e, sensibilizar o leitor para a aquisição dos produtos.

Para Chartier (2002, p. 127) o livro não se configura como um produto do escritor, pois “[...] não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor”. Neste sentido, se estabelecem dois dispositivos distintos: por um lado, aquele que se dá na elaboração do texto, dotado das estratégias de escrita e intenções do autor; por outro, a materialização do livro impresso que está sob as decisões editoriais e nem sempre se dá em conformidade com aquilo que foi idealizado por quem o escreveu. A produção do autor por sua vez, está cercada de regras, sejam elas próprias da língua, do gênero do texto em que seu escrito se insere, do formato que chegará aos leitores; como também aquelas provenientes das instâncias de poder e as regras sociais de cada época que constroem, limitam ou cerceiam o registro.

Darton (2010) esclarece que no ciclo de vida dos livros impressos alguns elementos se repetem; independentemente do gênero, existe um circuito de comunicação que é iniciado na figura do autor que elabora a mensagem e a registra em formato escrito, chegando ao editor ou livreiro que a modificará dependendo da forma que este escrito tomará. O responsável por torná-lo em objeto cultural de consumo é o impressor, empregando-lhe a forma definida pelo autor e editor. Quando concluído, este processo de produção é enviado ao distribuidor, responsável por comercializá-lo junto aos potenciais leitores que são influenciados pelo autor antes e depois da escrita, completando-se o ciclo, uma vez que “transmite mensagens transformando-as no caminho, enquanto passam do pensamento à escrita e daí aos caracteres impressos, até voltarem ao pensamento” (DARTON, 2010, p. 194). Neste sentido, Peres e Ramil (2015), explicam que esses ciclos evidenciam práticas e sujeitos presentes nas etapas de sua produção, que envolvem técnicas e atividades humanas de autores, editores e impressores, bem como de políticas editoriais, mercado, tendências pedagógicas e governo que muitas vezes regulam e influenciam essa produção e ainda escolas, professores, alunos, como consumidores, entre outros.

O trabalho do autor não se limita à produção do escrito que se tornará um livro ou assumirá outro suporte, eles são leitores de outros autores e se associam e inspiram neles. Sobre a sua produção tem o trabalho de rebater as críticas à obra publicada. No caso dos livros escolares utilizavam-se das novas edições para

corrigir erros dos conteúdos ou possíveis atualizações, segundo as reformas na instrução ou nos programas de ensino. Cabe a ele ainda tentar prever as reações nos leitores que o texto pode provocar e, não só ao público que originalmente se dirige, como também aos leitores implícitos, (DARTON, 2010).

O uso, adoção e veto dos livros escolares estava relacionado a uma série de fatores. Segundo Castellanos (2017, p. 248) “no regulamento de 1854, cabia ao Inspetor da Instrução Pública, como presidente da Congregação do Liceu, escolher, corrigir e rever todos os compêndios adotados nas escolas, inclusive de acordo com a sua conveniência, substituí-los”. Para o referido autor a adoção de livros ocorre paralelamente à adoção de métodos de ensino, tendo em conta as novas ideias dos autores, a compatibilidade de conteúdos com os programas de ensino das escolas e os dispositivos presentes nas reformas da instrução que incumbiam ao inspetor a tarefa de avalia-los. A palavra decisiva cabia ao Presidente de província, que com bases no parecer fornecido pelo inspetor decretava o veto ou a aprovação (CASTELLANOS, 2017).

As relações interpessoais e os interesses também faziam parte deste jogo e poderiam interferir ou influenciar as decisões e favorecer ou não os autores, uma vez que “estes sujeitos mantinham relações com a imprensa com a igreja, com partidos políticos, com a classe dos professores, o que, certamente, criava condições especiais de sucesso e divulgação dos livros” (TEIXEIRA, 2008, p. 68). No caso do Maranhão, alguns autores assumiram o cargo de inspetor, o que pode ter contribuído para a utilização das suas produções no ensino primário e secundário. Algumas das razões que podem explicar o porquê do sucesso dos livros é a posição do autor na sociedade, a compatibilidade dos conteúdos com os interesses predominantes das instâncias de poder que determinavam e regulavam o ensino, a linguagem adotada na escrita, as relações com a Igreja Católica, pois a adoção dependia da sua aprovação e a instrução moral era obrigatória para o ensino primário (TEIXEIRA, 2008).

Os autores maranhenses atuaram em diferentes espaços de poder, orbitando a maioria em torno do tripé política-instrução-imprensa; portando, conseguiram que os seus escritos, não apenas livros escolares, como também os diferentes textos literários: romances, poesias, folhetins, entre outros, tivessem uma maior frequência de publicações por já pertencerem ao meio. Na redação do

Publicador Maranhense (1842-1885) passaram, por exemplo, Francisco Sotero dos Reis, momento em que entrega o seu comando na folha a Themistocles Aranha, que também lecionou no Liceu a disciplina de História e Geografia, fundou o Colégio de São João Batista⁸¹ e é o proprietário fundador d'*O Paiz* (1863-1889).

Essas relações de hierarquias, afinidades ou interesses diversos são indicativos para compreender, por exemplo, porque no jornal *O Paiz*, as *Postillas* (1863/1ª edição), de Sotero dos Reis, possuem uma frequência bem maior de publicações, do que qualquer outro livro escolar ou não escolar, ou porque o segundo mais divulgado era *O Livro do Povo* (1863/2ª edição), de Antonio Marques Rodrigues, que também foi inspetor da instrução pública e professor do Liceu; produção de um dos principais concorrentes, o tipógrafo José Correa Maria Frias, que causa certo estranhamento, uma vez que Bellarmino de Mattos era o impressor de obras similares direcionadas à mesma coletividade e nível de ensino - o ensino público primário. Outra obra que também teve destaque na frequência de anúncios foi a *Metrologia do Povo* (1882/1ª edição), de Joao Miguel da Cruz, professor da instrução primária na vila de São Bento, sendo publicada até a 5ª edição, em 1887 (SOARES, 2017).

Ao analisar a periodicidade destas publicações, percebemos que Themistocles Aranha sempre estava à frente dos jornais quando estas situações ocorriam com maior frequência, indicio que pode apontar para uma possível tática e/ou inventividade: divulgar os livros de seus superiores, enquanto professor do ensino secundário, ou ainda, ser uma vitrine para o catálogo de livros da tipografia Progresso de Belarmino de Matos, tendo em vista que durante boa parte de sua existência, o jornal foi impresso neste local; táticas de apropriação que são “relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstancias” (CERTEAU, 2012, p. 87).

⁸¹ A instituição começou a funcionar em 9 de janeiro de 1860, localizada na rua Santo Antonio, número 44. Operava em regime de externato e internato e atendia a instrução primária e secundária. O ensino primário se divide em duas classes, as matérias que compõem a primeira são: ler e escrever corretamente, doutrina cristã, quatro operações arithmeticas, números inteiros; as matérias da segunda classe: gramática da língua nacional, doutrina crhistã, operações da arithmetica sobre números complexos e decimaes, as fracções e o systema de pesos e medidas nacionais e estrangeiros, noções elementares de geografia, especialmente topográficas do Maranhão. A instrução secundária constará das seguintes matérias: Latim - Francez - Inglez - Mathematicas elementares – Commercio – Geographia e história – Desenho. Na aula de geografia e história se tratará com especialidade do Brasil, ensinando-se como maior desenvolvimento possível a história e topografia do Maranhão (PUBLICADOR MARANHENSE, 1859, p. 4). Em 1861 Temístocles transfere a propriedade e direção do colégio ao Sr. Dr. Pedro Nunes Leal, diretor do Instituto de humanidades (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862 p. 4).

Era um jornal de grande circulação e credibilidade, o que se deve, em certa medida, às habilidades jornalísticas de Themístocles, assim

O País se constituiu num dos grandes momentos da imprensa maranhense, ainda que escolhesse para explorar como assunto principal o comércio. Não se esqueceu dos compromissos com a sociedade. Trabalhou para o bem comum, através de um jornalismo competente, pelo talento dos redatores. Todo esse conceito é o resultado da receptividade que obteve junto aos leitores, principalmente na fase dirigida por Themístocles Aranha. (JORGE, 2008, p. 275)

Assim que vendeu o jornal, as questões sobre a instrução pública e sobre livros escolares deixam de ser frequentes e, segundo Viveiros (1951, p. 364), deixa de ter a mesma qualidade, já que “este tinha ficado longe daquele”, a pesar de: “[...] ser a fusão de três jornais – ‘Província’ [1878-1882], ‘País’ [1863-1889] e ‘Publicador Maranhense’ [1842-1885] [...] É que lhe faltava o espírito de Themístocles Aranha para perlustrar-lhes as páginas é verificá-lo.” Na concepção de Soares (2017, p. 198), era “um homem culto, educado, de bom coração, dedicado às causas da educação e ao movimento abolicionista. Aquele que via nos jornais um espaço para expressar seus sentimentos”. Diante de tais comentários sobre sua vida e carreira, podemos perceber que gozava de certo prestígio e mantinha relações com pessoas de vários segmentos sociais, o resultado disso é que o seu jornal permaneceu bastante tempo em circulação e em poucos meses passou a representar a Associação do Comércio do Maranhão⁸².

Themístocles foi muito atuante e sensível com as questões relacionadas à instrução como professor de instituições como o Liceu Maranhense e O Instituto de Humanidades e ministrar aulas particulares⁸³; motivos pelos quais esta questão sempre teve destaque n’*O Paiz* (1863-1889). Sua posição de agente público e tais relações, por outro lado, podem ter contribuído para que a temática fosse tratada com brandura e entusiasmo, pois não localizamos críticas e/ou denúncias; ao contrário, destacavam-se as ações dos inspetores, professores ou governo

⁸²O passo inicial para a sua fundação foi dado no dia 21 de agosto de 1854, com a eleição de uma comissão de notáveis comerciantes, que deveria representar em todos os aspectos a classe comercial do Maranhão. Identificada com as aspirações do comércio, a “Comissão da Praça”, como ficou conhecida, teve uma atuação marcante junto ao Império e à Província até o ano de 1878, quando, sob o comando de José da Cunha Santos Júnior, transformou-se na Associação Comercial do Maranhão. Era responsável por representar e agir junto ao governo em prol dos interesses da classe dos comerciantes da Província, elaborar pareceres, balanços mensais e anuais sobre a atividade comercial (VIVEIROS, 1964).

⁸³Sobre a sua trajetória na instrução maranhense consultar *Uma história da matemática escolar na cidade de São Luís do século XIX: livros, autores e instituições* (SOARES, 2017).

provincial quanto aos melhoramentos neste setor e doações de materiais escolares aos espaços de ensino e aos alunos.

Enquanto personalidades envolvidas no universo da instrução que assumiram cargos de poder, propiciando a projeção e introdução no ensino público primário das suas próprias produções, utilizaram estes espaços também para promover seus escritos, a exemplo, de Antônio Marques Rodrigues, pois “o lugar social ocupado pelo autor foi decisivo no processo de distribuição do livro, sobretudo quando da sua atuação como inspetor da Instrução Pública” (COSTA, 2013, p. 10).

Esta é uma linha muito fina e tênue, por conseguinte, torna-se uma tarefa audaciosa transpô-la e tentar traçar os limites deste estado de coisas; no entanto, nos instiga mesmo assim, sabermos até que ponto o uso, a produção, a distribuição e a circulação dessas obras se deram em função dos méritos (de qualquer ordem) da obra ou nas estratégias impostas pelos os autores nos processos de aprovação, indicação, adoção ou veto.

Sobre a avaliação dos livros escolares Castellanos (2017, p. 151) afirma que:

Os pareceres desencontrados e as definições sobre aprovação, adoção, consumo e veto, [...] mostram as lutas travadas entre os autores de livros e os agentes responsáveis pela aceitação e distribuição das obras, apontam para as múltiplas táticas dos editores/tipógrafos para frear as estratégias impostas pelos regulamentos e demonstram que os autores, os editores e tipógrafos conseguiam o reconhecimento dos exemplares pela qualidade no sentido didático-metodológico, pela utilidade e aplicação no ensino público; mas as admissões e adoções dos livros escolares dependiam ainda dos lugares que ocupavam os sujeitos no tecido societal (político, econômico, cultural e institucional) e das relações estabelecidas por eles nos espaços de poder.

O processo de avaliação segundo os pareceres de aprovação ou reprovação emitidos pelos órgãos do poder provincial, que ficou a cargo da Congregação dos Professores do Liceu via o primeiro Estatuto da instituição de 1838, depois de terem sido controlados pelo inspetor, após a criação da Inspeção da Instrução Pública em 1841, embora se institucionalize seu funcionamento só a partir de 1843. Inspeção que lhe correspondia a revisão dos compêndios do ensino primário, corrigir e substituí-los se necessário; controle que mais tarde com a elaboração o novo Regulamento da Instrução Pública em 1874, o processo de aprovação ou veto dos livros escolares muda, fica a cargo do Conselho da Instrução Pública (Castro, 2009).

Já autores, embora reconhecida a qualidade de suas publicações e muitas das quais aprovadas para uso no ensino acabaram por não serem tão prestigiadas

nas fontes utilizadas neste trabalho, como é o caso de Jose Augusto Correa, Odolfo Aires Medeiros que tiveram passagens mais discretas. Portanto, a frequência e a forma que se discute cada título está relacionado em algum nível às relações construídas por estes sujeitos e suas práticas que impactaram direta ou indiretamente nas representações de suas obras.

Esta teia de relações entre os jornalistas, autores, professores, inspetores da instrução, presidentes de província, pais e alunos e demais sujeitos, impactou diretamente na forma como os livros escolares são abordados, suas avaliações, sua adoção no ensino e a circulação em diversos locais dentro e fora da província. Neste sentido seria interessante pensar sobre como são construídas essas representações nos diferentes jornais a partir das relações e práticas dos sujeitos? Como a sua posição social afetou a profusão das suas obras? E as razões pelas quais eles ganham maior ou menor destaque na imprensa e na instrução? São questões que pretendemos discutir a seguir.

3 REPRESENTAÇÕES DOS LIVROS ESCOLARES NA IMPRENSA

O jornal como dispositivo cultural por meio dos seus textos dá forma e suporte a um sistema de ideias e imagens que determinados grupos sociais formam sobre os livros escolares, buscam produzir *efeitos de verdade* nos leitores e construí-las, uma vez que a força da representação incide justamente sobre a produção de reconhecimento e estão inseridas em um regime de verossimilhança e de credibilidade, da qual o leitor, a partir da apropriação destas mensagens, pode gerar em si novas representações e novas práticas, tal como a formação do hábito de leitura e do consumo do escrito impresso (PESAVENTO, 2012). O caráter local da produção pode contribuir com a proximidade e o reconhecimento do livro escolar com a população ludovicense, seja pela credibilidade dos autores do lugar, seja por conter aspectos da cultura local e da linguagem, que não são encontrados em produções de outras províncias e do exterior.

Neste sentido, as matérias e os anúncios são resultado de várias práticas, das avaliações aos quais os livros eram submetidos, dos autores e editores que procuravam esses veículos para divulgar sua produção, das críticas e opiniões expedidas por redatores de jornais e outros sujeitos, das respostas dos próprios leitores a referências sobre esses livros, questionando ou se expressando de alguma forma sobre esse objeto cultural. Todas elas carregam em si intenções e interesses que forjam a forma como se constroem as diferentes representações sobre os livros. Neste sentido, as atitudes e expectativas dos jornais eram, dentre outras possibilidades, a formação de um hábito consumidor do material impresso, o que lhes agregaria maior lucratividade pela sua comercialização, poderia também contribuir com a propagação de determinada obra ou ainda a deslegitimar, outra possibilidade era vender estes espaços de anúncios e publicações dos quais extraíam a verba para subsistência do jornal. A sua atividade era difundir o livro como objeto cultural portador dos saberes escolarizados e da cultura como símbolo de intelectualidade.

Autores e editores buscavam esses meios de comunicação para darem a conhecer a produção ao respeito e que esta chegasse aos pais e responsáveis pelo alunado da província para serem adotados, comprados e/o distribuídos para/no ensino; práticas que se configuraram de reconhecimento social e intelectual, uma vez que a produção de uma obra didática era considerada um gesto patriótico dos

que possuem o conhecimento e o compartilham. Formas de representações distintas, forjadas a partir das práticas de cada jornal e das posições sociais e interesses dos autores/editores; “[...] para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Há basicamente dois tipos de representações sobre os livros escolares e sobre a instrução pública nos jornais, uma que se direciona para os artefatos do ensino da leitura e da escrita, especialmente para crianças na formação inicial e, aqueles produzidos para o ensino secundário, mas que até certo ponto poderia ser utilizados no primário. A linguagem adotada nas notícias é o principal elemento que difere a forma de como as representações são construídas, uma vez que buscam produzir efeitos diferentes nos leitores e grupos de alunos, aos quais estão endereçadas: os de ensino primário e os jovens do secundário.

As representações sobre os livros de leitura assumem um tom informal e infantil, produzindo um cenário do ato de ler condizente com o consumidor final ao qual se destina; já o leitor da matéria jornalística é introduzido neste universo com a utilização destes termos e uma linguagem de fácil entendimento, fazendo com que as pessoas notassem a importância não só do título específico que estava sendo tratado, como também da instrução; portanto, valorizando a necessidade da formação de novos leitores e ainda sensibilizar estes sujeitos a construírem hábitos de leitura. Como já sinalizamos este também era um campo de interesse do grupo dos jornalistas e editores, uma vez que mais leitores poderia significar maior consumo do escrito impresso, assim estas representações

[...] são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão (PESAVENTO, 2012, p.41).

Os termos utilizados nestas notícias para atestar a qualidade dos livros eram muitas vezes empregados no diminutivo como “obrinha” e “livrinho”, tendo a função de infantilizar, e não no sentido de tratar-se de um livro pequeno ou de qualidade inferior aos demais, uma vez que apresentam um extenso volume de páginas. Outra característica neste tipo de publicação consiste no emprego de adjetivos, a exemplo d’*O Paiz* (1864, ed.37, p. 2, grifo nosso), que ao noticiar sobre o *Livro dos Meninos* (1864/1ª edição), de Antonio Rego, utiliza seis qualificativos diferentes para

enaltece-lo: “um **novo** livro, um **bello** livro, **mimosa** e **proveitosa** offerta à mocidade do paiz, acaba de sair á luz. Este trabalho **primoroso** e inquestionavelmente **util**, é destinado ao curso de instrucção primaria.” A intenção dessa dinâmica era prender a atenção do leitor e despertar o interesse pelo conteúdo da matéria, bem como atribuir um valor positivo, projetando por meio das palavras uma boa impressão.

Frequentemente nos jornais, os livros de leitura eram associados à Bíblia Sagrada, enquanto textos que guiariam as crianças por bons caminhos, responsáveis pela propagação na infância de histórias morais, com a finalidade de despertar bons sentimentos, benevolência, amizade e tolerância (BITTENCOURT, 1993). Por estas características, eram recomendados não apenas para a infância, como também a pessoas de todas as idades para que deles tirassem lições de moral e religiosidade. Mais do que ensinar a leitura e a escrita,

[...] para alguns grupos sociais eles significam o primeiro acesso ao impresso, ao objeto livro. Assim sendo, eles representam igualmente uma forma particular de inserção na cultura e uma via de formação moral, nacional, cívica, ética e estética. Não se trata, assim, de um objeto cultural e pedagógico isento ou neutro, cujo objetivo é apenas ensinar as novas gerações a ler e escrever. (PERES; RAMIL, 2018, p. 37)

Eles buscam moldar a infância de acordo com os preceitos sociais vigentes na época de moralidade, religião e civilidade e, nos adultos reforçar estes ideais, pois se levando em consideração o padrão católico de leitura imposta, “todo o livro é pensado segundo o modelo do livro de oração ou do livro de missa, e toda leitura como leitura para a vida interior” (CHARTIER, 2003, p. 39). Neles estão representados os comportamentos sociais validados pelos detentores de poder, aqueles que eram necessários para ser um bom cidadão, cristão, aluno, trabalhador e assim contribuir com a província e o império, bem como da construção da identidade nacional e do progresso na República, neles está inscrito o projeto de nação, pelo qual se pretendia inserir e formar as gerações futuras, visto que antes de tudo, o livro escolar é “[...] um artefato de controle social, de disseminação de valores, impregnado de posições discursivas às quais crianças muito pequenas têm acesso, ao ingressar na escola” (PERES, 2014, p. 115). Esta é uma das razões pelas quais o livro escolar era objeto caro às instâncias de poder, como o Governo Provincial e a Igreja; artefato que submetiam para avaliações que indicassem ou não sua adoção no ensino, pois comunicavam e esclareciam a uma significativa quantidade de pessoas:

[...] a permanente inquietude dos que tem autoridade sobre os textos frente a sua possibilidade de corrupção ou seu possível desvio de tradução quando uma extrema divulgação os expõe a unas interpretações “selvagens”. Aqui está o esforço intenso, e frequentemente falido, de que pretende controlar a recepção: pela proibição, pelo distanciamento, mas também pelas coações, explícitas ou implícitas, que pretendem dominar a interpretação (CHARTIER, 1989, p. 6)

Os esforços das instâncias de poder de tentar controlar as interpretações, são publicados pelos jornais na forma de lista de livros proibidos pela Igreja; críticas a romances e exigências para a condenação de livros protestantes e filosóficos: “e é neste século dos desvarios, no meio da efervescência interminável d’estas doutrinas perigosas, que acobertadas com o manto da filosofia, tentam invadir até os recintos sagrados da família os que mais precisam das virtudes cristãs” (O PAIZ, 1887, ed. 78, p. 1). A intenção é distanciar e proibir a sociedade de leituras desta natureza, constringendo-os com noções de pecado, impureza e blasfêmia. No entanto, como estes veículos dependiam dos recursos provenientes das vendas de seus exemplares e dos anúncios, mesmo apoiando as ideias do governo e da Igreja, publicavam frequentemente textos que figuram no hall dos que deveriam ser evitados como uma estratégia de fidelizar e ampliar o público consumidor, além disto, os editores também dependiam das vendas e circulação destas obras, que possuíam valores superiores aos escolares. Neste sentido, os livros de leitura considerados bíblias da infância em contrapartida os de literatura, especialmente os romances, eram representados como influencias negativas não recomendadas, principalmente para a mocidade e mulheres, pela possibilidade de provocar condutas indesejadas de acordo com os padrões de moral e civilidade apregoados. No entanto, os folhetins se multiplicavam e tornavam-se cada vez mais frequentes, o que aponta para o consumo e sucesso do conteúdo proibido.

Sobre os livros de ensino secundário o tom assumido nas matérias remetia a um viés científico, especialmente no Liceu Maranhense que preparavam os alunos para o ingresso no ensino superior; conteúdos tratados com rigor e aprofundamento teórico, como por exemplo, nos anúncios sobre o livro *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do sistema métrico decimal* (1863/1ª edição), de João Antonio Coqueiro, publicados n’O Paiz (1863, ed. 45, p. 4), onde se afirmava ser “uma teoria elementar [que trata] dos números decimais e [é] seguida de tabelas comparativas, necessárias para uso da vida, e de muitas aplicações interessantes ao comércio e à indústria”. Já no *Atlas do Império do Brasil* (1868/ 1ª edição), de

Candido Mendes de Almeida a questão da cientificidade é destacada em quase todas as mensagens que se referem a esta obra, a Diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro a considerou como um trabalho executado com proficiência que teria alcançado padrões de glória e dão prova “[...] que apresentam o desenvolvimento e cultura das sciencias e artes do Imperio” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 239, p. 2).

O conteúdo nestes livros era puramente da disciplina, ao qual o material se direcionava, não havendo como nos livros de leitura, lições e textos abordando a moral, a religião e a civilidade, uma vez que os alunos de ensino secundário deveriam agir e pensar segundo estes padrões que supostamente lhes foram ensinados e trabalhados na infância. Além disto, o ensino secundário era um privilégio para poucos, especialmente, para filhos de famílias que dispunham de recursos financeiros, as quais, depois de concluí-lo, os enviavam a Europa ou para a Côrte a fim de cursarem o ensino superior. Embora, alunos de extratos sociais conseguiram ingressar no ensino secundário, a exemplo do professor João Antonio Coqueiro, que estudou no Liceu Maranhense mesmo pertencendo a uma família que não dispunha de recursos financeiros.

Assim as representações sobre os livros em relação às expectativas dos alunos de ensino secundário, notadamente os do Liceu, era de serem aprovados em instituições de ensino superior e dar continuidade ao Projeto da *Atenas Maranhense*, visto que este era o meio pelo qual a província conseguia se destacar. A formação deste grupo de intelectuais configurou-se como uma tática de apropriação frente às estratégias de Imposição da Côrte e das províncias que eram mais ricas ou mais próximas, que compunham o centro decisório do país. Portanto, o Liceu Maranhense se configurava como um local propício para a conservação e manutenção desse status (COSTA, 2013). Os alunos que frequentavam a instituição eram alvos de uma constante vigilância e exposição social, pois tinham seus nomes publicados nos jornais por meio das listas de alunos examinados e aprovados nas disciplinas e aqueles que perdiam o ano por conta do número de faltas. A eles também eram direcionadas duras críticas, pois quando enviados à Europa ou à Côrte para estudar nas instituições de ensino superior, esqueciam-se do seu compromisso e inclinavam-se às distrações (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863).

Estes são alguns aspectos que podem justificar a representação nos jornais dos livros escolares para o ensino secundário como depositários do conhecimento científico, uma vez que eles ultrapassam a barreira do conteúdo básico: ler, escrever e contar e, as disciplinas do ensino elementar, tais como prescrito no regulamento da instrução de 1854: a instrução moral e religiosa, a leitura e a escrita, noções de gramática, sistema de pesos e medidas, aritmética e suas operações, leitura dos evangelhos e notícia da história sagrada, elementos de história e geografia do Brasil (CASTRO, 2009).

As representações, sobre os níveis de ensino também diferem assim como os livros. De modo geral, a instrução da província do Maranhão nos jornais era alvo de várias publicações, que na maior parte das vezes destaca a sua relevância social e econômica para a construção de uma nação; portanto, representava o progresso e era vista como uma forma de “[...] trabalhar no presente, não para o presente somente e para seus membros vivos de hoje; [era para] deixar no tempo à posteridade um legado precioso” (O Paiz, 1864, ed. 37 p. 2). Corroborando com esta visão no *Publicador Maranhense* (1864, ed. 82, p. 1) a mensagem é ainda mais enfática: “desejo de que a instrução primaria fosse dada gratuitamente, não só porque ella é o corollario obrigado [...], mas ainda porque só ella pode assentar em bases duradouras o principio fundamental de todas as nossas instituições”. Embora a representação nos jornais fizesse despertar a ideia da instrução como progresso, não era exatamente desta forma que a população maranhense a percebia, especialmente o ensino primário concebido enquanto símbolo de atraso e ineficácia (SILVA, 2015).

A questão da conduta moral dos sujeitos era um fator determinante no período imperial. Se enquanto professor, a moralidade era imprescindível para que assumissem o cargo, para os autores, era também importante, para que seus livros fossem aprovados pelas agências reguladoras como para a divulgação nos jornais, sendo comum que nas matérias, ao menos um parágrafo fosse dedicado para tratar da sua vida, conduta moral e das suas contribuições sociais. Sobre Antonio Marques Rodrigues, por exemplo se “sobressaía[m] as qualidades morais, que igualavam-se, não avantajavam-se, aos dotes do espírito. Coração magnânimo e generoso” (O Paiz, 1888, ed. 85, p. 1). Da mesma forma era reconhecido no *Publicador*

Maranhense (1842-1885), como um autor generoso e modesto em função do valor d'*O Livro do Povo* (1863/2ª edição) e das várias doações que fez.

Neste sentido, para Pesavento (2012, p. 90)

As identidades são múltiplas e vão desde o eu, pessoal, construtor da personalidade, aos múltiplos recortes do social, fazendo com que superponha e acumule, em si, diferentes perfis identitários. Estes não são, a rigor, excludentes por si mesmos, nem forçosamente atingem uma composição harmônica e sem conflitos nessa rede poli-identitária que cerca o indivíduo.

Assim, intelectuais de diversas formações tais como literatos, advogados, médicos, pedagogos, matemáticos e físicos entre outros, foram responsáveis pela produção de livros escolares que contribuíram com a formação dos cidadãos maranhenses no Oitocentos. Importantes tipografias materializavam e faziam circular esta produção por várias partes da província. Mas o que se discutia sobre estes livros nos jornais? Como eles tratavam temas relacionados ao livro e à instrução pública? Qual a importância deste objeto cultural para a sociedade maranhense segundo a imprensa? São estas algumas das questões que passaremos a discutir.

3.1 As disputas entre as disciplinas escolares

Durante o século XIX, embora muitos esforços tenham sido empreendidos, a instrução pública não obteve plenamente os resultados esperados, enfrentava grandes dificuldades como a intensa rotatividade entre os presidentes e a descontinuidade nas ações governamentais que provocaram desajustes de toda ordem na administração pública, no ramo educacional elas se refletiram nas questões atinentes à não efetividade da obrigatoriedade escolar, da qualificação e formação dos professores do ensino primário (BOTTENTUIT, 2017). Com o advento da República e todas as mudanças que este novo regime exigiu, o ensino público ganhou novos contornos: “começa ser utilizad[o] como elemento de civilização; seguindo uma ótica modeladora, a escola passa a ser adotada como meio eficaz para ensinar a população, ou parte dela, a conter maus hábitos, estimular o amor a pátria e respeito às autoridades” (SILVA, 2015, p. 54).

Neste sentido, torna-se ainda mais necessário “afastar a escola do recinto doméstico, [e] das tradições culturais e políticas a partir das quais o espaço [...] organizava-se e [se] dava a ver” (FARIA FILHO, 2007, p. 16). No entanto, Silva, (2014) nos alerta que essa remodelagem social e de atitudes, hábitos e valores não

se deu de forma imediata, especialmente no âmbito da instrução, ela foi se instaurando pouco a pouco por meio das ações dos governantes e seus discursos que tentavam incentivar a adesão a essa nova configuração.

Essas questões características de cada período político e a mudança de regime, o ambiente das instituições de ensino, a produção e circulação de livros escolares, os acontecimentos, os sujeitos, as determinações legais, entre outros, estão representados nos jornais sobre diversos pontos de vista, sendo a instrução frequentemente discutida por eles. No *Publicador Maranhense* (1864, ed. 82, p. 1) se diz que “sem instrução, não ha cidadãos! Sem cidadãos não ha patria!”. Desta forma, era de interesse comum e uma questão fundamental para o país considerar o ensino público como um dos principais elementos que levariam a província do Maranhão e o Império Brasileiro ao progresso. Os jornais registraram as representações que foram construídas pelos sujeitos sobre o mundo e seu entorno, a partir de como elas percebem a realidade e pautam a sua existência em um determinado contexto social e num período histórico em específico; elas como geradoras de condutas e práticas sociais quando publicadas por estes veículos, já que “[...] faz[em] vibrar nos corações dos seus compatriotas quaezquer sentimentos de amor pátrio adormercidos, [que] com[o] o vento do deserto é, fluetemente, um elemento de ordem” (O PAIZ, 1883, ed.11, p. 1). Elas atingem a diversos leitores que também reagem e se apropriam positiva ou negativamente, às quais, o meio jornalístico também se molda gerando assim novas representações e práticas (PESAVENTO, 2012).

Os autores ao escreverem seus textos estavam submissos a determinações que autorizavam quais conteúdos deveriam tratar, a sua produção é constrangida e pautada por estes ditames. Assim, cercearam a prática dos escritores e a forma como as representações são construídas, representações pelas quais as novas gerações em formação deveriam se pautar, induzindo-lhes o como deveriam enxergar o mundo, agirem e pensarem. A produção do escrito realizada pelo autor está impregnada de intenções e interesses que o permeiam, submetido às regras de escrita, um mercado editorial e o gênero textual ao qual pertence, que designam tanto as perspectivas de entendimento, quanto geram expectativas de leitura, pois “qualquer arranjo textual ou tipográfico que pretende criar mecanismos de controle e

coerção sempre segrega táticas que o subjagam ou subvertem [...]” (CHARTIER, 1992, p. 236).

Não por acaso a produção maranhense se concentra nessas áreas, das quais os autores mais renomados se dedicaram e os jornais se empenharam em vulgarizar, também foram estes que tiveram maior número de edições e circularam por mais tempo no ensino, tais como: as *Postillas de Grammatica geral aplicada à língua portuguesa pela analyze dos clássicos* (1863/ 1ª edição) e a *Gramatica Portuguesa* (1866/1ª edição), de Francisco Sotero dos Reis, a *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema métrico decimal* (1863/ 1ª edição), de João Antonio Coqueiro e *O Livro do Povo* (1863/ 2ª edição), de Antonio Marques Rodrigues.

Ao centrar nos títulos dos livros, notamos alguns padrões. Os de ensino primário possuíam termos que denotassem o conhecimento básico e inicial, apropriado para os primeiros anos da escolarização, como característica básica, identificadores como “rudimentos”, “primeiras noções”, “curso elementar”, “compendio” ou “resumo”, seguido de expressões que comumente remetiam-se à matéria que o livro trata, a exemplo de gramática, aritmética, geografia, entre outras, era a marca usada e assim era registrada a maioria dos títulos, uma vez que “[...] a natureza das aprendizagens é o que dá o nome ao livro escolar” (CHOPPIN, 2009, p. 22). Já para os livros que eram adotados tanto no ensino primário, quanto no secundário, eram intitulados, em sua maioria, segundo a matéria ou tema que abordavam, denotando profundidade no conteúdo da disciplina indicada: o *Tratado de Arithmetica* (1860/ 1ª edição), de João Antônio Coqueiro; a *Gramatica Philosophica* (1863/5ª edição), do Padre Antonio da Costa Duarte; *A língua Portuguesa* (1911/ 1ª edição) por Felipe Franco de Sá. Os livros de leitura não atendiam a nenhuma dessas lógicas, eram expressos de forma indiferenciada, contendo palavras genéricas.

Ocupar-se da instrução era fundamental, tendo em vista que a ela ilustres personalidades locais se dedicavam com afinco como uma forma de contribuir para que a província deixasse o estado de atraso no qual se encontrava, dando-se “[...] em grande parte, pela situação econômica [...] que, no período, era essencialmente agrária [...] fato determinante para que muitas famílias não considerassem a instrução primária como necessária [...]” (SILVA, 2015, p.42). Nessa lógica, preferiam que

seus filhos contribuísem com o trabalho no lugar de perder tempo e gastar parte do recurso da família com a instrução da qual não conseguiam visualizar aplicabilidade prática, uma vez que o trabalho com a agricultura pressupunha outros conhecimentos que não eram ensinados no ambiente escolar.

As matérias que expressam as representações sobre os livros para cada nível de instrução correspondem às práticas educativas no Maranhão oitocentista: o primário pautado em um viés religioso, pois se acreditava que “sem essa agradável essência de Chistianismo a educação será incompleta” (O PAIZ, 1887, ed. 78, p.1). O secundário, por sua vez, elitista e com uma proposta cientificista de preparar os alunos para o ingresso nas universidades.

Sobre delicada questão, publica-se n’*O Paiz* (1880, ed. 71, p. 1) o seguinte questionamento: “porque não temos, como se dá em outros países, as interessantes reuniões para leituras públicas? Simplesmente pelo natural vexame que nos produz a consciência de não saber ler!” Em uma pesquisa que saiu no mesmo jornal em 1876, se revelava a situação do analfabetismo vivenciada no Império. Segundo os dados, a população girava em torno de 10 milhões de almas, contabilizando-se apenas as pessoas livres. Deste quantitativo contavam-se como sabendo ler 1,012,097 de homens, para 550,981 de mulheres, totalizando-se 1,563,078 indivíduos, que correspondia apenas, a 15,64% da população brasileira: não sabiam ler e escrever 84,36%. De acordo com o jornal *Pacotilha* (1881), o percentual apresentou uma queda, chegando a 75% da população, mas ainda assim era bem alto. Enfim, as publicações expressam a preocupação com tal situação, concebendo-se como uma “conta redonda de analfabetos: oito milhões e quinhentos mil. [Sendo] assustador, embora [se] possa afirmar que alguns paizes não estão em melhores circunstâncias” (O PAIZ, 1876, ed. 129, p. 3, grifo do autor). A situação da província era bastante semelhante à realidade vivida no país, em 1875 a população maranhense contava com

[...] 359.040 habitantes, sendo 284.101 almas livres para 74.939 escravizadas, só oficialmente sabiam ler e escrever, destas últimas, 51 homens e 21 mulheres, para 36.838 escravos e 38.029 escravas analfabetos Se recorrermos à população livre, segundo as estatísticas apresentadas, se dividiam estes indivíduos livres, em 103.533 brancos, 144.361 pardos, 25.284 pretos e 10.945 caboclos, só sabendo ler e escrever 44.375 homens para 24.196 mulheres, com um total de 215.530 sujeitos que não tinham práticas nem da leitura, nem da escrita. No obstante esse fato, não podemos perder de vista que, apesar do aumento da população escolar de 6 a 15 anos para 71.292, só frequentaram a escola

8.739 meninos, para 4.844 meninas nesse ano, ficando fora dela 57.709 candidatos (CASTELLANOS, 2017, p. 105).

Nessa linha de raciocínio, embora fosse a maior parte da população, mesmo assim, o povo analfabeto era visto como seres inferiores, ao ponto de pensar-se que “talvez nem seja erro dizer que o analfabeto é justamente o mais nocivo dos irracionais” (O PAIZ, 1876, ed. 129, p. 3). Segundo Leão (2012) no final do século XIX o termo analfabetismo passou a ser utilizado como uma conotação negativa, o que pode estar atribuído ao desejo da elite em limitar e até mesmo excluir a população da participação nas decisões políticas. Tal situação era apontada como uma das principais razões de muitos problemas sociais vivenciado no Brasil: “esse desolador e gravíssimo facto é a explicação primeira e mais radical de nossas misérias nacionais. Somos um povo de analfabetos! Eis ahi porque vivemos na escravidão, na passividade política” (O PAIZ, 1876, ed. 129, p. 3).

No jornal *Publicador Maranhense* (1842-1885) também expressa preocupação política com esta realidade, pois “o eleitor analfabeto não conhecendo os abusos de que é capaz a paixão partidária, poderia ter sua vontade desviada do ponto de suas aspirações, e nunca ser[ia] portador do voto consciente sobre os negócios de sua nação” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1879, ed. 69, p. 2). Nesta lógica, está presente uma discussão que já vinha sendo travada durante longos anos, como afirma (LEÃO, 2012, p. 606): o cunho antidemocrático das elites ficou visível “[...] no que se referia à participação política. Durante o Primeiro e o Segundo Reinado, apesar das várias reformas eleitorais (1846, 1855, 1862, 1876 e 1881), o sistema eleitoral foi dominado por uma minoria”. No ano de 1879, foi elaborado o Projeto Sinimbu, cuja intenção era propor uma forma eleitoral por meio de uma reforma na constituição de 1824, que estabeleceria como condições mínimas para ser qualificado como eleitor, ter uma renda base de pelo menos quatrocentos mil reis e exclusão do voto daqueles que não sabiam ler e escrever; no entanto esta reforma não foi aprovada no senado (LEAO, 2012).

No ano seguinte, foi elaborado um novo projeto que obteve aprovação transformando-se na Lei 3.029, contado com o apoio de muitos políticos, tal como Rui Barbosa que teve participação direta na sua elaboração. Com esta lei, as medidas e o controle sobre os cidadãos aptos a exercerem o voto tornam-se ainda mais severas, especialmente no que diz respeito à comprovação de renda, no qual nem todos tinham meios de provar. Assim, mesmo tendo as condições necessárias,

não participavam das eleições, uma vez que “a reforma eleitoral, avaliada por muitos uma conquista democrática, não conduziu ao alargamento do eleitorado; ao contrário, reduziu de 1.114.066 para 145.000 eleitores, representando 1,5% da população total, ou seja, 1/8 do que era antes.” (LEÃO, 2012, p. 614).

De acordo com Silva (2017) com o advento da República, as principais medidas tomadas no setor da educação estavam relacionadas ao combate do analfabetismo, as ações centraram-se na criação de escolas e leis para a institucionalização do ensino, pois a escola seria uma “[...] alternativa para a superação dos [seus] problemas históricos e, conseqüentemente do atraso socioeconômico da nação” (SILVA, 2017, p. 17). O debate em torno da implantação da República, no final do século XIX, defendia a completa remodelagem do Estado e, conseqüentemente, a formação de um cidadão que se adequasse aos ideais políticos defendidos pelos republicanos.

Durante o Império para o nível primário, antes mesmo de se preocupar com os meios de acolher os alunos e promover-lhes a transmissão dos saberes fundamentais, estas instituições precisavam em primeiro lugar ser centros do cristianismo formando os alunos segundo a religião oficial e inculcar neles seus valores (O PAIZ, 1887). A moralização da infância por outro lado, perpassa pela racionalização, controle e eficiência; para tanto, a nova ordenação do tempo e do espaço da escola, a divisão do trabalho docente, a adoção do ensino simultâneo em substituição do ensino individual e a classificação ordinária dos alunos em níveis e por idade são aspectos que devem ser considerados para este fim. A moralização da infância está relacionada a inserir na criança os valores morais para vida social (SOUZA, 2013).

Sendo justamente sobre este aspecto que são construídos os discursos e representações ao respeito dos livros escolares de leitura para o ensino primário, *O Livro do Povo*, de Antonio Marques Rodrigues e o *Livro dos Meninos*, de Antonio Rego, foram considerados mananciais de religião, leitura indicada a todos em qualquer idade, já que boa parte do seu conteúdo era composto por textos religiosos e de moral. E mesmo com a popularização destas obras, Antonio Augusto Rodrigues, professor primário da capital, julgou necessário organizar um livro que abordassem estritamente o tema da moral e que pudesse ser usado no ensino

primário, portanto elaborou as *Lições de Moral* (1865/1ª edição) e a *História Santa do Antigo e Novo Testamento* (1882/1ª edição) (PACOTILHA, 1865).

Deste modo, permitir e possibilitar o acesso das crianças, em especial as de famílias pobres à instrução, era no intuito de se fazer cumprir os objetivos das instâncias de poder, de um lado, o governo imperial e provincial buscando garantir as condições de governabilidade, sendo o principal desafio da instrução primária “[...] a promoção da identidade nacional, a qual possibilita[ri]a a unidade do país e o ideário comum de patriotismo, já que o movimento de independência ainda precisava ser solidificado” (SILVA, 2015, p. 36); por outro, a Igreja Católica com forte influência em diversas questões sociais, que conjuntamente como o estado imperial, empreenderam vários projetos para a instrução ao longo do século XIX, tendo como interesse principal, conter ou minimizar os efeitos dos liberais e garantir a perpetuação dos valores (BITTENCOURT, 1993).

Esta concepção de ensino centrada na religião não era unanimidade, foi possível identificar alguns posicionamentos contrários e que criticavam duramente essa interferência na instrução durante o oitocentos. Nessa esteira, algumas matérias nos jornais são publicadas se opondo profundamente tal relação. Discursos incomparavelmente menos frequentes dos que endossavam as ideias religiosas, mas que não deixam de representar o pensamento de uma parcela da população, mesmo que fosse de uma minoria-que acreditava na contramão das prescrições

O que as congregações religiosas ensinam aos meninos, não é de certo o amor e o respeito das instituições democráticas de França, não é o sentimento da justiça e do direito. Ora, perguntamos nós, é possível deixar a instrução do povo em tais mitos? Longe de nós a ideia de proceder para com as congregações com exclusão ou violência. Não! Que a arena fique aberta a todos e que a liberdade dos pais seja respeitada, mas ao menos *que o estado desenvolva e favoreça o ensino nacional*; que abra escolas em número suficiente, visto que reconhece que 600,000 meninos ainda se acham privados de instrução; *que garanta aos professores seculares uma posição honrosa e independente do maire e do cara*; em uma palavra, lute, *inspire na confiança universal, não se dobre às exigências ou às pretensões do clero* (PUBLICADOR MARANHENSE, 1864. ed. 82 p. 1, grifo nosso)

Sobre a importância que o livro escolar assumia no ensino primário, o relatório do Presidente de Província, Ambrósio Leitão da Cunha de 1863, o segundo a assumir o cargo neste ano, solicitava que livros, papel e tinta fossem distribuídos com liberdade por todas as escolas, até mesmo, aquelas mais distantes e com número reduzido de alunos, a fim de que se pudessem sanar as necessidades da Instrução pública no Maranhão (MARANHÃO, 1863), tendo em vista que era

necessário “[...] que o estado desenvolva e favoreça o ensino nacional[...]” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1864, ed. 82 p. 1). Na concepção do Presidente, o livro escolar era o pão do espírito, um dos meios mais potentes reconhecidos pela ciência para prevenir os males sociais e a garantia de tornar as futuras gerações mais humanas e mais felizes (MARANHÃO, 1863).

O seu antecessor, Antônio Manuel de Campos Melo, pensava de igual maneira, afirmando no seu relatório que “os obstáculos ao desenvolvimento e progresso mais rápido [eram a] falta de utensílios, de casas próprias para as escolas e de compêndios para serem distribuídos pelos alunos pobres” (MARANHÃO, 1863, p. 11). Para estes presidentes o problema do ensino não recaía somente sobre os mestres, dos quais muitos não tinham formação, e sim a um conjunto de fatores, portanto era necessário “[...] que garanta aos professores seculares uma posição honrosa e independente [...]” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1864. ed. 82 p. 1,). Por fim, em seus discursos estes sujeitos ocupantes do lugar de máximo poder em uma província vai ao encontro de que “[...] em uma palavra, lute, inspire na confiança universal, não se dobre às exigências ou às pretensões do clero [...]” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1864. ed. 82 p. 1,) e assim prover os meios para o progresso da instrução.

Quanto à imprensa maranhense, diversas perspectivas foram exploradas sobre os livros, isto pautado nas práticas dos sujeitos envolvidos com cada redação dos jornais que atende a um conjunto de interesses. N’O *Paiz* (1863 - 1889) a estrutura das matérias em sua maioria inicia com um título, que geralmente é o do próprio livro, passando para uma breve apresentação da obra e autor, para depois indicar em qual nível de ensino poderia ser adotado, descrevendo seu conteúdo, finalizando com recomendações para uso e indicando as escolas que já o tinham adotado ou outros comentários dessa natureza. Nesse primeiro momento de apresentação, os jornalistas utilizavam-se de uma estratégia de valorização, ao construírem o texto a partir da exposição da necessidade de obras desse gênero e sugeriam que aquela em questão, contemplava a carência sinalizada: detalhavam o conteúdo, traziam breve biografia dos autores, destacavam sua formação, carreira e conduta moral.

No *Publicador Maranhense* (1842-1885), os textos dos pareceres obedecem a uma estrutura que inicia com saudação ao presidente de província, identificação

da obra e autor analisados, exposição da opinião dos avaliadores detalhando cada seção sinalizando seus erros e contribuições, a partir desta argumentação finalizam o texto exprimindo a opinião de se deveriam ou não ser adotadas no ensino. No entanto, as mensagens de resposta a Candido Mendes (seu autor) sobre o *Atlas do Império do Brasil* (1868/ 1ª edição), fogem a este padrão, elas iniciam com um agradecimento ao autor por ter enviado um exemplar, reconhecem seu empenho, opinam sobre o livro e não expressam a visão de um jornal e/ou dos editores, mas sim de sujeitos de diferentes localidades do país e de cargos ocupados na instrução e administração pública; alguns limitaram-se aos elogios, outros aprofundam na discussão sobre a contribuição do título. Outra mensagem que de certa forma destoa do padrão encontrado neste periódico, é o juízo crítico elaborado por Trajano Galvão de Carvalho⁸⁴ sobre as *Postillas de Grammatica geral aplicada à língua portuguesa pela analyze dos clássicos* (1863/1ª edição), de Sotero dos Reis, no qual se propõe a fazer uma análise, apresentando sua opinião sobre a produção das gramáticas no Oitocentos: texto extenso, inicia tratando sobre a obra e o autor, acerca dos desafios dessa produção e conclui com as suas contribuições e defeitos.

No *Pacotilha* (1880-1939), não encontramos matérias que se detenham a descrever os conteúdos dos livros ou avaliações de órgãos oficiais. Neste jornal, as publicações são opinativas, apresenta discussões e divergências conceituais dos assuntos tratados, isto porque o momento era de reajustes sobre os caminhos da instrução, que passa por uma redefinição e que também reflete as complexas questões sociais que o país estava sofrendo a partir da proclamação da República. Nem todos concordavam com o novo regime e este é um ponto delicado e central que envolve toda a sociedade, situação que se reflete nos livros escolares, uma vez que por meio deles, as gerações a serem formadas tomariam conhecimento desse passado e de suas heranças, que para alguns deveriam ser valorizadas e para outros reescritas, colocadas sobre novas perspectivas; no que tange aos períodos imperial e colonial, as questões principais são atinentes à representação de Portugal e a sua atuação no Brasil.

⁸⁴Trajano Galvao de Carvalho nasceu no Mearim (MA) a 19 de janeiro de 1830 e ali faleceu a 14 de julho de 1864. Bacharel em ciências sociais e jurídicas pela faculdade do Recife, formado em 1854, retirou para o lugar do seu nascimento, dedicou-se exclusivamente à vida campestre e ao estudo [...] teve educação desvelada e aos 14 anos tinha todos os preparatórios para o curso de direito, tocava flauta com perfeição e era poeta (BLAKE, 1902 p, 318, v. 7).

Categorizamos os discursos proferidos por estes jornais com base nas disciplinas dos livros que identificamos. Sobre os livros de geografia, a sua representação desde o Império até a República perpassa pela carência do ensino maranhense, recorrentemente destacado nos jornais que alertam para as necessidades deste campo de saber no que se refere a conteúdos produzidos sobre o território local e nacional. As primeiras iniciativas para a solução deste problema começam a partir da década de 1860 com um movimento fecundo dos intelectuais que provocou um aumento da produção nacional sobre história, geografia, direito e a literatura (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868).

Em se tratando de *Rudimentos de geografia* (1863/1ª edição), de Antonio Rego, este foi o primeiro título que identificamos nos jornais. Segundo avaliação, era considerado como um bom livro, no entanto tinha uma linguagem um tanto complexa para a infância pelos excessos de conceitos e nomes de ilhas; questão que pouco afetara na sua qualidade, uma vez que foi composta com brilho e mérito pelo seu autor e representava uma vantagem ao ensino maranhense, especialmente, porque os alunos se formavam geralmente, conhecendo com mais profundidade as regiões do continente europeu do que seu próprio país. Sendo umas das primeiras publicações na sua área, veio suprir uma necessidade urgente sobre a geografia local e nacional (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863). N'O *Paiz* (1864), os registros sobre esta obra aparecem apenas em formato de anúncios, sendo impressa nos prelos da Belarmino de Matos, reforçando mais uma vez a ligação comercial e propagandística entre o jornal e a tipografia. Outro título que aparece neste jornal e de uma forma mais discreta, é *Lições de Geographia* (1875/1ª edição), de Antonio Augusto Rodrigues, com mais alguns outros livros estrangeiros e nacionais em um anúncio da livraria de Luiz Magalhães & Neves.

Até então, nos livros estrangeiros de geografia, na parte em que tratavam do Brasil, eram destacados pelos jornais, os erros dos mapas e a superficialidade do tema. Com base nestas obras o ensino da geografia era considerado árido e ingrato, desfigurado pelos defeitos, eram escritos por autores ignorantes e sem critérios; esforço mecânico de pura memorização (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868). Em todos estes aspectos o *Atlas do Império do Brasil* (1868/1ª edição), de Candido Mendes, veio a superar e contribuir com o ensino da geografia, uma vez que, ao ser uma obra nacional notável, pela consistência literária e um inventário completo das

riquezas do Brasil, se destacara como uma das produções mais importantes e únicas na literatura neste campo em solo brasileiro: a exatidão nos dados, os mapas bem apurados e com conteúdo que os recursos disponíveis permitiram concatenar, significou um importante melhoramento na geografia pátria; portanto, digna de maior apreço e um mimo valiosíssimo ao Brasil (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868).

Esta obra representou a luz em meio à escuridão e confusão das produções existentes, resposta elaborada com exatidão e cientificidade que clamava a geografia nacional com que era retratada tanto nos compêndios do Brasil quanto nos internacionais. Dessa forma, “a todos esses inconvenientes veio com vantagem suprir o *Atlas do Imperio do Brasil*, [...] O estudo da geographia pátria passou dos domínios da erudita para o ensino elementar, e está hoje ao alcance de todos” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 246, p. 2). O referido jornal em 1868 elenca alguns autores dos trabalhos severos que honraram a ciência e que são raros no encontrar em igual qualidade publicados no Brasil, destacando entre eles: o Barão Alexander Von Humboldt⁸⁵, o Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege⁸⁶, e Auguste François César Prouvençal de Saint-Hilaire⁸⁷; autores estrangeiros que empreenderam importantes pesquisas no território nacional.

⁸⁵Alexander Von Humboldt (1769-1859) viajou em quatro continentes, escreveu mais de 36 livros e 25.000 cartas para uma rede de correspondentes em todo o mundo. Humboldt passou cinco anos viajando pela América do Sul, México e Cuba entre 1799 e 1804. No caminho, fez mais do que coletar espécimes de plantas e artefatos; ele testemunhou o trânsito de Mercúrio e descobriu a localização do equador magnético. Essa medição de assinatura permitiu recalibrar seu equipamento e levar as leituras mais precisas a esse ponto de longitude e latitude nas Américas. A viagem de Humboldt corrigiu a localização de várias cidades da América do Sul e do México, literalmente recalibrando a cartografia americana. Ele construiu o mapa mais detalhado da América do Norte central, estendendo-se para o norte do México até a fronteira com o Canadá. (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2020. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/educacao-contextualizada/12241-quem-foi-alexander-von-humboldt>. Acesso em 30 abr. 2021).

⁸⁶O barão von Eschwege, natural do grão-ducado de Essen, mudou-se para Portugal em 1803 e depois passa ao Brasil em 1811, foi contratado para trabalhar em mineração, onde procura por a prova a sua formação científica pluridisciplinar (mineralogia, metalurgia, geologia, botânica e outras ciências naturais) adquirida no meio germânico, no qual a renovação do ensino tinha lugar, galvanizada por um espírito de interação de várias áreas (BAPTISTA NETO, 2007).

⁸⁷Auguste de Saint-Hilaire nascido em 4 de outubro de 1779. Formação em comércio e indústria no norte da Europa. Em 1816 consegue integrar a delegação do Duque de Luxemburgo, embaixador extraordinário da França que partia junto à corte portuguesa, permanece seis anos no interior do país a fim de melhor estudar sua fauna e flora. Suas descrições da paisagem dizem respeito, claro, à nomenclatura, à anatomia e à « geografia das plantas »; mas elas penetram também o campo da geografia humana. É o estrangeiro que talvez conseguiu maior notoriedade no país, e isto menos por sua importante obra científica do que por cerca das três mil páginas que compõem o relato de suas expedições. As quatro partes (oito tomos) de *Voyages dans l'interieur du Brésil* foram publicadas entre 1830 e 1851 por diferentes editoras parisiense (BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL, 2020. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/dossie-antigo/matrizes-nacionais/figuras-de-viajantes/as-viagens-de-auguste-de-saint-hilaire/>. Acesso em: 30 abr. 2021).

No entanto, devemos destacar que as produções sobre a geografia se encontravam neste estado de insuficiência, não só por possível displicência de autores e pesquisadores, mas também por fatores relacionados à breve história do país, a sua proporção continental, aos territórios ainda não explorados dos quais não se tinham dados, e que para tanto, se fazia necessário apoio do governo provincial, para empreender pesquisas nestes territórios pouco explorados e reunir dados para que fosse possível elaborar diversos tipos de materiais, como mapas e livros escolares. Em uma das matérias denuncia-se a situação do Instituto Histórico e Geográfico⁸⁸ que tinha “accumulado um immenso material relativo á gographia do paiz [...]e era] de lamentar, que os fundos da associação não lhe permittam ir fazendo gravar sucessivamente os preciosos mappas, que existem em seus archivos” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 246, p. 2).

Tal situação contribuiu para uma das maiores dificuldades deste estudo, que consiste na produção de mapas completos e coerentes, visto que dependia da consulta e utilização da documentação oficial. Com isso, alguns erros continuaram a serem repetidos nos diferentes livros e nem era possível evitá-los em virtude dos precários recursos que se dispunha no país. Candido Mendes, por exemplo, baseou-se nos estudos de Jose da Silva Paulet⁸⁹ e do Coronel Conrado Jacob de Niemeyer⁹⁰ para elaborar o mapa do Ceará e, entre eles, foi o mais assertivo, mas ainda assim, conservou alguns erros.

⁸⁸O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nasceu, em 1838, da aspiração de uma entidade que refletisse a nação brasileira que, não muito antes, conquistara a sua Independência. Os secretários, cônego Januário da Cunha Barbosa e marechal Raimundo José da Cunha Matos, apresentaram proposta para a sua criação, a qual foi concretizada em 21 de outubro daquele ano, em Assembléia Geral, firmada por 27 fundadores, previamente escolhidos (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 2020. Disponível: <https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico.html#:~:text=O%20Instituto%20Hist%C3%B3rico%20e%20Geogr%C3%A1fico,antes%2C%20conquistara%20a%20sua%20Independ%C3%Aancia>. Acesso em: 28 maio de 2021).

⁸⁹Jose da Silva Paulet, era Oficial da Marinha quando a Corte Portuguesa se transferiu para o Rio de Janeiro, em 1808. Nessa ocasião foi selecionado para fazer parte da esquadra que veio ao Brasil com a Família Real. Serviu depois no Ceará como ajudante-de-ordens do governador Manoel Ignácio de Sampaio. Teve vários encargos de Engenharia naquela região. Exerceu mais tarde o comando da Província de Missões em substituição ao Marechal de Campo Francisco das Chagas dos Santos. Paulet era, também, arquiteto e geógrafo e em 1817 elaborou a carta marítima e geográfica da Capitania do Ceará por ordem do Governador Manoel Ignácio de Sampaio, terminara esse trabalho em 1818. (TONERA, 2008).

⁹⁰Coronel Conrado Jacob de Niemeyer nasceu em Lisboa, em 28 de outubro de 1788, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 5 de março de 1862. Chegou ao Rio de Janeiro em julho de 1809, foi desde logo acionado ao regimento de artilharia da Côte. Em 1815, terminado o curso de matemáticas, foi promovido a tenente de engenheiros. Participou do combate às revoluções pernambucanas de 1817 e 1824. No intervalo entre os dois movimentos, levantou a planta de Recife e Olinda, estabeleceu a

Em relação aos seus contemporâneos, Candido Mendes pode ter tido certos privilégios para a produção do seu mapa, a partir das relações estabelecidas com várias organizações: sócio do Instituto histórico e geográfico brasileiro; sócio e presidente da seção da Sociedade de geografia de Lisboa no Brasil; sócio da Sociedade de geografia de Londres e da de Paris; além dos vários cargos assumidos nas secretarias na Côrte, nas quais pode ter tido acesso a documentação importantíssima. Nas diversas mensagens de resposta e agradecimento endereçadas ao autor, era comum ressaltarem o seu trabalho de pesquisa e empenho em visitar arquivos, bibliotecas e outras instituições a fim de conseguir material para tal empreendimento.

Neste sentido, as representações sobre as práticas de pesquisa do que se configura como o verdadeiro geógrafo, aparecem as virtudes de ser um homem dedicado à ciência, buscando alongar seus olhos pelo globo e conhecê-lo, percorrer o relevo do solo, estudar a estrutura dos continentes, assinalar os grandes acidentes físicos (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868). Certamente Candido Mendes atendia a muito destes critérios; mesmo com titulação de bacharel em direito, a sua curiosidade, disciplina e pesquisa o fizeram produzir uma das mais importantes e completas obras sobre a geografia brasileira no Oitocentos.

Outros nomes de destaque dos que se dedicaram ao estudo da geografia do país foram citados; no entanto, eram trabalhos parciais que abordavam partes específicas, a exemplo de Marechal da Cunha Matto sobre Goiás, S. Leopoldo sobre o Rio Grande do Sul, e até mesmo o Padre Ayres do Casal que trata sobre a Chorografia brasileira, mas não apresenta os mapas, o que causa uma lacuna essencial às suas obras. O *Atlas do Império do Brasil* (1868/1ª edição), de Candido Mendes, é consideravelmente mais completo quando não trata apenas de certa parte do território nacional, seus apontamentos contemplam todo o globo, demarca as rotas de viagens que resultaram na descoberta da América, apresenta cada

linha telegráfica entre o Recife e o sul da Província e colaborou no reconhecimento e traçado do plano de defesa das principais cidades de Pernambuco, assim como da costa sul da província até o rio S. Francisco. Depois de jurada a Constituição, foi nomeado comandante das Armas do Ceará. Tendo se mostrado favorável ao absolutismo, quando D. Pedro I abdicou, foi perseguido pelos liberais. Três anos depois, reiniciou a vida profissional na seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro, chegando à presidência da Diretoria. Dedicou-se, então, à vida intelectual, tornando-se um dos fundadores do IHGB. Em 1846 ofereceu ao IHGB a Carta Geral do Império, premiada com medalha de ouro, recebida das mãos de D. Pedro I. Em 1856, foi nomeado oficial da Repartição Geral das Terras Públicas e encarregado da confecção da Carta Corográfica do Império e, depois, da do Rio de Janeiro. (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 2020. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/CJNiemeyer.html>. Acesso em: 29 maio, 2021).

província individualmente representando-a iconograficamente em mapas e por meio de dados estatísticos sobre seus diversos aspectos, tornando-se um dos trabalhos mais completos. Desta maneira Candido Mendes por meio do seu método:

[...] conduz-nos suavemente pela mão, desde o píncaro do monte até as extremas do valle; desde as altas ideas sobreas conveniências de taes estudos, até a sua aplicação, primeiros nos grandes traços, depois nas ultimas particulares. Seja no texto, seja nos mappas, este livro nos familiariza com tudo quanto hoje se sabe desta abençoada região. V. Exc. grava-nos na mente e nos olhos o Brasil geographico politico-historico-administrativo-eclesiastico-eleitoral. Torna-se sócios das viagens de Colombo e Cabral. Faz-nos conhecer a donatários dos primeiros territórios descobertos. Patenteia-nos todas as grandes ilhas e lagos; mede-nos todos os notáveis rios que serpenteiao pelo Brasil; sobe-nos aos cumes de todas as serranias, até o Ayuruoca, a Lapa, o Itatiaya, dando-nos tanto essas enormes alturas, com as proporcionalmente diminutas do Corcovado ou morro do Castello (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 258, p, 2).

O *Atlas do Império do Brasil* (1868/1ª edição) está repleto de representações iconográficas do Brasil do que se havia levantado até o ano de 1868, das províncias e suas capitais, montanhas, ilhas e lagos, igrejas, divisão eleitoral, população, edifícios públicos, largos e praças, países vizinhos. O autor faz uso de cores para definir os limites territoriais entres as comarcas de cada região e também apresenta símbolos relacionados aos dados apresentados. Destaca-se pela quantidade de informações sintetizadas em quase 100 páginas e 24 mapas, dentre os quais estão o Mappa Mundi demarcando a viagem de Colombo, que resultou no descobrimento da América, o Mappa do Brasil com divisões administrativas e a estatística do Império, apresentando ainda um quadro das montanhas e picos do país, demonstrando os limites do Brasil (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868). Vários anos após a publicação do *Atlas do Império do Brasil* (1868/1ª edição), já no período republicano, Jansen Ferreira 1901 contesta os dados apresentados por Candido Mendes que acompanham o mapa do Maranhão; no entanto, reconhece que é a mais correta representação do estado produzida até então e utiliza-o como uma das fontes para a elaboração de *Fragmentos de Chorographia do Maranhão* (1901/1ª edição).

Candido Mendes foi um dos poucos autores locais que utilizou tão relevantes representações iconográficas para o estudo da geografia dada a complexidade da elaboração dos mapas; por meio deles, os alunos poderiam conhecer várias partes do país e de suas províncias. Como exemplo do trabalho

realizado nesta obra, a imagem do mapa do Brasil e os dados concatenados por Candido Mendes, são aqui apresentados:

FIGURA 17 - Mapa do Brasil



Fonte: O Atlas do Império do Brasil, 1863

Por meio das representações iconográficas o Brasileiro poderia conhecer qualquer lado do seu país, e o provinciano conheceria a sua capital, as praças, ruas, igrejas, edifícios, extensão e povoação. Nenhum outro livro maranhense foi publicado com tantos mapas que reunisse a quantidade de informações quanto o

Atlas do Império do Brasil (1868/1ª edição), e por isso há um forte apelo “[...] para que uma obra tão importante não se converta em novo enfeite da bibliotheca e livraria [...] é mister que sua adopção no ensino se torne imperativa. Demais que é isto uma necessidade indeclinável” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 260, p. 2). Ademais os outros títulos aprovados e adotados no ensino eram “muito deficientes na parte que diz respeito ao Brasil, inchados de erros; todo o cidadão de um Estado civilizado, e especialmente aquelles que se dedicam às letras devem começar a estudar e conhecer o seu próprio paiz” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 260, p. 2).

Fragmentos para a Chorographia do Maranhão (1901/1ª edição) foi o último título identificado nas fontes sobre a geografia local e era proposto como alternativa à necessidade de um compêndio que tratasse com profundidade sobre o Maranhão. A expectativa era de que com esta publicação, se pudessem sanar definitivamente, as dificuldades dos estudantes para conhecer seu Estado. Para a sua produção, Justo Ferreira⁹¹ encontrou algumas dificuldades que também foram comuns a Candido Mendes, tais como: a insuficiência dos dados oficiais e a precariedade dos trabalhos anteriores, no que se refere aos erros e até mesmo à desatualização de dados, uma vez que já estamos no período republicano.

O próprio Justo Ferreira na introdução do seu trabalho chama a atenção para tal questão, ao afirmar que no Maranhão foram publicados alguns importantes trabalhos sobre geografia. A primeira de que trata é o *Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão* (1870) do Dr. Cesar Augusto Marques⁹², que

⁹¹Justo Jansen Ferreira nasceu em Caxias (MA) e faleceu em São Luís no dia 18 de agosto de 1930. Ele estudou em Caxias depois seguiu para São Luís para concluir sua formação. Mudou-se para Salvador e ingressou na Faculdade de Medicina, tendo como colega de turma outro famoso maranhense, Nina Rodrigues, mas acabou concluindo o curso no Rio de Janeiro no ano de 1888. É Patrono da Cadeira Nº 19 do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias. De volta ao Maranhão se reestabeleceu na capital onde abriu um consultório médico, atuou também como professor de diversas instituições de ensino de renome, como Liceu Maranhense, Escola Normal, Centro Caixeiral e Instituto de Humanidades. Foi ainda jornalista e escritor, deixando alguns volumes publicados. Tendo fascínio pela geografia viajou à Europa onde aprofundou-se em cartografia e astronomia com o famoso francês Camille Flammarion, considerado o ‘poeta das estrelas’. (ACEDEMIAMARANHENSE DE LETRAS. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/blog/o-doutor-justo-jansen/>. Acesso em 14 abr. de 2021).

⁹²Cesar Augusto Marques nasceu em Caxias (MA), a 12 de dezembro de 1826. Em 1844 matriculou-se no curso de Matemática na Universidade de Coimbra, o qual não pôde concluir, pois a instituição foi fechada pela revolução denominada Maria da Fonte e voltando a pátria, fez o Curso de Medicina na Faculdade da Bahia, onde recebeu o grão de doutor em 1854. Entrou no corpo de Sousa do exército, da qual, pediu demissão em 1857. É oficial da ordem da Rosa, comendador da ordem da Conceição da Vila Viçosa e cavalheiro da de Cristo. É sócio da Academia Real Da Ciências de Lisboa, do Instituto de Medicina do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,

considera proveitoso; no entanto, ressalta que há uma urgente necessidade de nova edição e, além disso, não configura como um compendio elementar. Já o *Estado do Maranhão em 1896*, de Jose Ribeiro de Amaral⁹³, logo se tornou obsoleto em função da reforma judiciária que ocorreu 1898 no Estado. Sobre o *Opusculo do Estado do Maranhão* (1892/1ª edição), do Dr. Augusto Olympio de Castro⁹⁴, acredita que não preenche a lacuna do ensino e tão pouco o autor publicou nova edição atualizada das mudanças ocorridas, bem como não era apropriado ao ensino primário.

Embora crítico, Jansen Ferreira admite que se balizou nestes textos para elaborar *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão* (1901/1ª edição), que é uma obra substancial em volume, com quase 100 páginas e essencialmente descritiva, na qual o autor não utiliza nenhuma imagem ou mapa, justificando que “cumpr[e] um dever, pondo em relevo que, infelizmente, não temos uma carta perfeita e completa

Instituto Literário Maranhense, do Ateneu maranhense, Instituto Histórico e Geográfico Rio Grandense, entre outros. (BLAKE, 1893, p. 102, p. v. 2).

⁹³Jose Ribeiro de Amaral, nasceu em São Luís, a 3 de maio de 1853, e faleceu na mesma cidade, a 30 de abril de 1927. Estudou no prestigioso Colégio de Nossa Senhora da Glória, também chamado Colégio das Abranches. Foi catedrático de História e Geografia do Liceu Maranhense, instituição a que também serviu na condição de seu diretor. Foi nomeado diretor da Biblioteca Pública em 13 de abril de 1896, permanecendo 1896. Novamente posto à frente desse órgão, dirigiu-o 1910 a 1913. Diretor da Imprensa Oficial, e colaborador do *Diário Oficial do Estado*, onde, no período de 1911 a 1912 publicou diversos trabalhos sob o título geral de Maranhão Histórico, os quais, coligidos pelo escritor Luiz de Mello, resultaram no livro *O Maranhão histórico*, publicado postumamente. Ribeiro de Amaral fundou e dirigiu o Colégio de São Paulo. A par da portentosa coleção de jornais, possuía verdadeiras preciosidades bibliográficas, sendo hoje desconhecido o paradeiro dessas raridades. Na Academia Maranhense instituiu a Cadeira Nº 11, que tinha por patrono João Francisco Lisboa. Estava entre os que em 30 de novembro de 1925 fundaram o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e foi, por seguidos anos, o zeloso possuidor da maior coleção de jornais antigos do Maranhão, a contar do primeiro deles, *O Conciliador* (1821). Morto o mestre, sua família vendeu a coleção ao Estado do Maranhão, que a transferiu para o acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 2014. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/jose-ribeiro-do-amaral/>. Acesso em: 28 abr. de 2021).

⁹⁴Augusto Olímpio Gomes de Castro nasceu em Alcântara (MA) no dia 7 de novembro de 1836. Cursou o secundário no Liceu Maranhense, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1861 e foi promotor público em Alcântara de 1862 a 1864. Ainda no Império foi deputado provincial de 1862 a 1863. Nesse último ano colaborou no jornal *A Situação* (1860-1879), órgão do Partido Conservador. Em 1867 foi eleito deputado geral, tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, mas exerceu o mandato até o ano seguinte, quando se afastou para assumir a presidência da província do Maranhão, até 1869. Voltou a se eleger deputado geral para as legislaturas 1869-1872 e 1872-1875 e a se licenciar em mais duas oportunidades para exercer o governo da província: de 1870 a 1872 e de 1873 a 1875. Foi deputado provincial de 1876 a 1877. Em 1878 fundou o jornal *O tempo* (1880-1889), também ligado ao Partido Conservador. Ainda uma vez voltou à Câmara dos Deputados, em 1882, e nela permaneceu até o fim do Império. Presidiu a Câmara de maio de 1887 a maio de 1888. Logo após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime. Ocupava esse cargo quando assumiu o governo do estado, no dia 5 de julho de 1890, em substituição ao então titular José Tomás da Porciúncula. Em 1894 foi eleito senador pelo Maranhão. Assumiu sua cadeira no Senado Federal, no Rio de Janeiro, e foi reeleito em 1903. Exerceu o mandato até falecer, no dia 31 de janeiro de 1909. Foi também sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e patrono da cadeira número 39 da Academia Maranhense de Letras. (CARNEIRO; LOPES, 2010).

sobre o nosso Estado” (FERREIRA, 1901, p. VI). O autor é minucioso e objetivo na descrição do território, dos limites, dos municípios, os rios e nascentes, distancias em quilômetros dos municípios, bairros, vilas e povoados, e demais aspectos sobre o território maranhense.

Todas essas obras eram de extrema importância justamente porque traziam representações territoriais do Brasil, que foram segundo os jornais, frutos de intenso trabalho dos autores. Em comparação com obras estrangeiras e nacionais eram considerados como os que detinham os verdadeiros e precisos conhecimentos sobre território brasileiro, visto que eles possuíam menos erros e mais detalhes, como expresso no *Pacotilha* (1901, ed. 112, p. 3), quando trata da recomendação dos *Fragments para a Chorographia do Maranhão* (1901/1ª edição), de Justo Jansen Ferreira, argumentando que “[...] si este não viesse supprir a falta de há muito sentida no ensino entre nos, de uma obra que tratasse com largueza da chorographia do nosso Estado”. Outro ponto fundamental consistia na formação de uma geração conhecedora do seu país, sendo “indispensável ao administrador, como ao legislador, e aos engenheiros para fins de imediata utilidade pratica” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 242, p. 2).

Ainda em 1901, quando alguns trabalhos já haviam sido lançados e consolidados, salientava-se que sobre a própria ilha de São Luís, ainda em diversos aspectos permanecia desconhecida, em função das nascentes dos rios e ainda restavam várias questões desconhecidas; portanto, era necessário continuar a empreender ainda mais estudos sobre as questões nacionais (PACOTILHA, 1901). Além disso, os livros também registram por meio dos mapas as descobertas do vasto território do Brasil, e as mudanças sofridas ao longo do tempo, assim a geografia “emula da historia, ella restaura aqui o assento de uma civilisação que passou, recolhe ali uma tradição; e anima por esse modo o grande teatro, que Deus marcou ao homem para n’elle imprimir o sello de sua potente atividade” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 240, p. 2).

Em se tratando dos livros de história, assemelham-se aos de geografia, no que tange às necessidades de abordarem as questões nacionais e locais, que nos escritos estrangeiros pouco se tratavam sobre o novo mundo desde o seu descobrimento. Os livros de alguns autores na República pretendiam reescrever a história do Brasil, ampliando-se a perspectiva e buscavam representar além da

contribuição portuguesa, como também a indígena e a africana, segundo Oliveira (1990, p. 3)

No início da República assiste-se exatamente a este processo, atestado pelos livros didáticos voltados para a socialização das novas gerações. Construir-se uma nova história republicana para substituir a imperial. Esta nova história da nação, porém, teve que dialogar com a outra, não mais defensora do regime monárquico, mas organizada sobre valores naturais e de longa duração como a terra e o caráter do ser humano que habita. Esta corrente chamada de “ufanismo” está ligada menos a eventos de figuras do mundo da política do que elementos componentes do mundo da cultura. Sua interpretação da história da nação está recheada de elementos que reforçam o otimismo, o que a fez ter maior aceitação. O “triângulo das três raças” e o “homem cordial” são certamente, construções culturais tributárias desta visão que maximiza as qualidades imanentes da natureza dos trópicos e do homem que vive nele.

E isto provocou certa discordância entre alguns intelectuais que compreendiam de formas diferentes o período colonial e Imperial. É justamente neste ponto que discordam Fran Paxeco da publicação *Patria Brasileira* (1911/1ª edição), de Coelho neto e Olavo Bilac. O crítico opõe-se, sobretudo, da ortografia de algumas palavras, elencando cada erro e página e sugerindo que seria necessário aos autores acrescentarem à obra, uma errata, pois é possível encontrar “agua e agoa, língua e lingoa, légua e legoa, ataque e atacado” (PACOTILHA, 1911, ed. 24, p. 1), sem contar com escritas de palavras de forma correta. Também há um ponto de tensão sob a perspectiva com a qual os autores tratam da história do Brasil desde o descobrimento até os dias atuais. Nesta esteira, vale aqui registrar outros títulos, de autores nacionais e estrangeiros, que Fran Paxeco acusa de ter incorrido nos mesmos erros quanto à língua e a história, referindo-se aqui a *Selecta nacional* (1877/3ª edição), de Francisco Julio Caldas Aulete⁹⁵, a *História Universal* (1916/1ª edição) de Ildefonso Mascarenhas⁹⁶ e *Geografia elementar* (ano/edição) de Elizio de Araujo⁹⁷.

⁹⁵Francisco Julio Caldas Aulete (1826-1878), lexicógrafo português, escritor, político e jornalista. Em sua vida, dedicou-se principalmente ao ensino. Foi professor da Escola Normal Primária de Marvila, da Escola Acadêmica e do Liceu de Lisboa. Escreveu *Cartilha nacional*, método para aprender simultaneamente a ler, a escrever, e a desenhar, em (1873/ 4ª edição); *Selecta Nacional*, curso prático de literatura portuguesa em três volumes: Literatura (1875), Oratória (1875), e Poesia (1877), todos publicados em Lisboa; *Gramática Nacional* (Curso Elementar), adotada pelo Conselho Geral de Instrução Pública, também publicada em Lisboa, em 1864, seguida de uma nova edição em 1875, sendo esta aprovada oficialmente para as escolas públicas; organizou, além disso, a *Enciclopédia das Escolas Primárias* (SIVERIS, 2012, p. 88).

⁹⁶Ildefonso Mascarenhas da Silva, nasceu na cidade de Paraopeba, MG, em 6 de setembro de 1904, e faleceu em 28 de julho de 1969, no Rio de Janeiro. Matriculou-se na Faculdade de Medicina do RJ (1922) e na de Direito hoje integrante da Univ. do Brasil (1923), colando grau em 1922. Fez os seguintes cursos de especialização: Doutorado em Direito Privado, em Direito Público e em Direito Penal (1931/33), na Fac. de Direito de MG, de Polícia Técnica no Serviço de Investigação da Chefia

Para a elaboração dos livros tanto de história quanto os de geografia, uma das grandes dificuldades se refere à documentação oficial para sua elaboração; isto se deve em certo ponto por conta do passado recente da história do país e das instituições que produzem e guardam tal documentação, e ainda por ter sido colônia portuguesa, período no qual boa parte do material sobre a realidade nacional ficou registrada nos centros de documentação portugueses. Neste sentido, as informações que os autores conseguiram reunir que registram fatos, feitos e ditos da história do Brasil, nem sempre acessíveis a todos, registram as mudanças ocorridas no país, a formação das cidades, das instituições, os acontecimentos, a demografia, entre outros.

No que se refere às gramáticas e as suas representações diferenciam-se quando tratamos do período Imperial e da República. Em um primeiro momento, estão associadas à tradição, à língua portuguesa em sua origem, além de preservarem o *status de homens das letras*, como eram conhecidos os intelectuais maranhenses, que recorrentemente são destacados nas mensagens dos jornais. O Publicador Maranhense (1863), nas notícias sobre os livros, aborda as relações e influências entre as línguas que se originaram do latim tal como o francês, italiano e português para explicar a produção das gramáticas escolares no Brasil; questões referentes ao galicismo, que são os empréstimos e os estrangeirismos franceses, aquela palavra ou expressão que fora importada diretamente do francês (ROSA, 2013); aos idiotismos, que por sua vez “são locuções, frases e modos de construir o discurso, próprios de um idioma particular. Não [havendo] língua que não [os] tenha (...) são louçanias que adornam e engraçam as línguas traduzindo o que estas têm de próprio (...)” (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p.350) e, os neologismos, que

de Polícia de MG (1935); Curso Superior da ESG (1953). Doutor em Direito, Arquitetura e Economia. Atuou como professor de História Universal no Colégio Pedro II, de Hist. da Civilização no Pré-Jurídico da Fac. de Direito de MG, de Direito Comercial na Fac. de Direito da Univ. do Brasil, de Hist. da Civilização no Colégio Universitário da U.B., Catedrático de Direito Administrativo da UDF (1938/1939) e de Direito Constitucional da Fac. de Ciências e Economia Política da Faculdade Nac. de Arquitetura da U.B., Catedrático de Instituições de Direito Social da Fac. Nac. de Ciências Econômicas da U.B. (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 2021. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/IMSilva.html>. Acesso em: 30 abr. de 2021).

⁹⁷Elísio de Araújo nasceu em Escada (PE) no dia 8 de abril de 1868. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e em 1889. Em 1895 tornou-se delegado de polícia, dessa vez na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Já em 1897 foi promovido a inspetor das escolas municipais do Distrito Federal. De 1901 a 1903, assumiu uma cadeira de deputado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Sob sua autoria constam as seguintes obras: *História da polícia da capital federal* e *Geografia elementar* (SILVA, 2020).

configuram novos sentidos aos significantes já existentes em uma língua (ROSA, 2013).

No Império, o que mais representa um problema ao idioma são os idiotismos, que devem ser evitados nas gramáticas, como o fez Sotero dos Reis em a *Postillas de grammatica geral applicada á lingua portugueza pela analyse dos clássicos* (1863/1ª edição), “onde as dificuldades, idiotismos e bellezaz da língua são explorados, delineados e expostos [à] luz da sciencia, com aquella clareza e agudez de vista, que se admiram n’uma razão superior” (O PAIZ, 1883, ed. 11, p.1), preservando assim a forma correta e origem das palavras; o neologismo representa outro ponto delicado, pois eles de certa forma desvirtuam-na em sua forma originária distanciando da língua-mãe que é o latim.

Já na República, os idiotismos representam inovações, o rompimento com a tradição e a herança portuguesa, usando a construção de uma língua nova nacional que tem contribuições das três raças que formam o homem brasileiro, passando-se a desaprovar então o galicismo. Neste sentido, em 1921, Laudelino Freire⁹⁸ organiza o dicionário *Galicismos*, em que elenca as expressões francesas e propõe, nos casos possíveis, substituições por palavras da língua vernácula, visto que eles configuram “[...] vocábulos impuros, que lhes deslustrem o brilho e lhe pervertem a índole” (FREIRE, 1921, p. VII). O autor afirma que do século XIX assistiu-se um desmoronamento da língua, onde é possível ver-se, por meio da leitura dos clássicos, um crescente desconhecimento do latim, a influência da literatura francesa e a falta de sentimento patriótico, constituindo-se estes os fatores que justificam o desmoronamento do português, e ainda atribui ao jornalismo, a vida parlamentar e a administração como os segmentos mais corruptos da língua (FREIRE, 1921).

⁹⁸Laudelino de Oliveira Freire foi advogado, jornalista, professor, político, crítico e filólogo, nasceu em Lagarto, SE, em 26 de janeiro de 1873 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de junho de 1937. Formou-se em Direito em 1902. Além de advogar, exerceu cargos públicos, o magistério e o jornalismo, colaborando na imprensa também, sob os pseudônimos Lof e Wulf. Depois de cumprir três mandatos como Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Sergipe, fixou-se definitivamente no Rio de Janeiro. Foi professor catedrático do Colégio Militar, tendo lecionado várias disciplinas (Português, Espanhol, Geografia, História e Geometria) e consolidado sua carreira de escritor, jornalista e filólogo. Foi um dos maiores defensores da simplificação da ortografia no Brasil. Em toda a sua obra de escritor e de jornalista cultivou o Português, não com o espírito avaro do amador, e sim com a generosidade larga de uma vocação, divulgando os tesouros que descobria. Não era a gramática que ele venerava, e sim, a história, o desenvolvimento, o espírito da língua (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2021. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/laudelino-freire/biografia>. Acesso em: 21 abr. 2021).

No Império, os idiotismos e neologismos em contraposição à gramática configuram uma luta de representações entre a língua coloquial e a formal que se pretendia preservar, ensinar e que visa combater; pois elas, “tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p. 17). O livro é umas das principais ferramentas de imposição pelo qual se ensina e forma segundo as preferências dos grupos de poder que as forjaram. Na República, para alguns, a luta de representações vai se instaurar contra o modelo imperial, buscando impor uma nova concepção de mundo formulada na valorização do nacional; portanto, são os galicismos os novos vilões, passando-se a valorizar e tentar adicionar à gramática, palavras e expressões que eram provenientes de outras línguas não latinas, como as dos povos negros e indígenas que eram popularmente utilizadas no Brasil, em oposição ao português herdado dos colonizadores.

Acreditamos que esse era o espírito de Odolfo Aires Medeiros em *Nova Qartilha Portuguesa* (1901/1ª edição), ao propor um novo alfabeto, diferente daquele já adotado em Portugal e imposto ao Brasil quando a colonização. O discurso de mudanças e revolução seria uma forma de chamar a atenção dos leitores para a obra? Uma maneira de distingui-la de outras cartilhas? Uma provocação à reflexão sobre o tradicionalismo? Neste sentido Barros (2003, p.160) afirma que:

[...] quando um autor se põe a escrever um livro, ele se conforma a determinadas representações de que deve ser um livro, a certas representações concernentes ao gênero literário no qual se inscreverá sua obra, a representações concernentes aos temas por ela desenvolvidos. Este autor também poderá se tornar criador de novas representações, que encontraram no devido tempo uma ressonância maior ou menor no circuito leitor ou na sociedade mais ampla.

A própria matéria sobre a *Nova Qartilha Portuguesa* (1901/1ª edição), recomenda que “contentemo-nos, por isso, com o que nos for possível obter, dentro das normas pacatas do meio termo” (PACOTILHA, 1918, ed. 88, p. 2). Será a dita obra o meio termo entre o revolucionário e o tradicional? Infelizmente não temos meio de responder a essas questões, também não foi possível verificar a sua adoção no ensino. Vale ressaltar que a representação é uma construção a partir de um real, ela se estabelece em um processo de verossimilhança e não de cópia perfeita do objeto representado (PESAVENTO, 2012). Nesse sentido, existe uma distância entre o representante e o representado que é estabelecida a partir de

interesses, visões, percepções e práticas de grupos que forjam as representações; entender que entre as representações e as práticas sociais não existe uma relação de transparência e imediatez, é preciso, uma vez que “todas remetem às modalidades específicas de sua produção começando pelas intenções que as habitam, até os destinatários a quem elas apontam, aos gêneros no quais se moldam” (CHARTIER, 1898, p. 8).

A língua Portuguesa (1911/ 1ª edição), pelo Dr. Felipe Franco de Sá, é um trabalho curioso. Depois de se afastar da vida pública nos cargos de senador e ministro, dedicou-se aos estudos que resultaria em uma profunda obra sobre a temática. Infelizmente ficou acometido por uma doença que lhe fez publica-la parcialmente, não tendo a oportunidade de concluir; portanto, a primeira parte ficou incompleta. Mesmo assim, “o governo do maranhão, conciso do valor daquele trabalho linguístico, e com aprovação do congresso estadual, encarregou pessoa competente de copiar e rever o manuscrito, dirigindo a publicação” (PACHECO, 1915, p. 4). Para tal empreendimento designaram Fran Paxeco e em 1915 foi publicada a sua segunda edição em uma versão completa.

Dentre as obras sobre a língua que conseguimos identificar, as *Postillas de Grammatica geral aplicada à língua portuguesa pela analyze dos clássicos* (1863/ 1ª edição), foi a mais frequente e que teve amplo destaque nacional. Trajano Galvão, em sua análise nos ajuda a compreender alguns aspectos que podem justificar tal situação; considera-a como a verdadeira gramática, uma vez que rompe com um padrão de produção deficiente em termos de conteúdo que se realiza até então tanto no Brasil quanto em Portugal. Segundo ele, a produção até então era uma “multidão de grammaticas empyricas e irracionais, estupidamente calcadas sobre as grammaticas latinas - apontoados informes de regras e preceitos copiados a esmo e servilmente” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, ed. 12, p. 2), as quais provocaram uma série de dificuldades, tais como, o desvirtuamento e o emaranhamento do idioma que acaba por impedir o seu progresso. Elas foram muito utilizadas em seu tempo e tiveram a sua contribuição e importância, mas naquele momento não poderiam continuar sendo admitidas no ensino por dificultarem o entendimento. Por esta razão as *Postillas* de Sotero, da forma como a concebeu e escreveu os seus parágrafos eram:

[...] verdadeiros modelos de methodo, perspicuidade, e fina observação – em que o autor, com sua costumada maestria [...] amenas paginas

animadas pelos toques magistrais do estylo cheio, firme e igual do exímio escritor maranhense, quando daquele chãos gramatical passamos para este primor de ordem, methodo e perspecuidade, parece-nos que subimos de ima labyrintho subterraneo e tenebroso para a orvalhada e frescura de uma manha rica de fragancias e esplendores. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, ed. 12, p. 2).

Na concepção de Tarjano Galvão, excepcionais e raras obras que a antecederam tem a sua qualidade; embora a considerasse reduzida no volume, isso não seria um defeito, visto que supera no alcance literário e científico, acima de tudo. Sendo de autoria de Soterio dos Reis, era por si só condição suficiente para lhe atestar o valor, já que o autor foi considerado como um “sabedor profundo da grammatica geral, latinista consumado, leitor assíduo, cultor da nossa literatura clássica, traducto desempeçado e elegante da mor parte das línguas neo-latinas” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, ed. 12, p. 2). Neste ponto, Sotero se aproxima e atende com louvor a muitos dos critérios elencados por Tarjano como imprescindíveis aos autores que se dedicam à elaboração de textos e/ou estudo da língua; segundo ele, os principais aspectos que qualquer um deveria dominar ao se propor elaborar uma gramática era conhecer profundamente as regras, textos e autores clássicos, saber integralmente a filosofia das línguas ou a gramatica geral, superar as dificuldades e possuir os segredos da língua-mãe o latim, traduzir corretamente as línguas coirmãs e filiadas, como castelhano, francês e italiano, configurando-se como um árduo trabalho sendo esta a questão originária da dificuldade da qualidade das obras produzidas até então, pois nem todos dominavam completamente estes aspectos, portanto acabam por reproduzir regras e erros de outras produções (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863).

Galvão ressalta como sendo uma das melhores contribuições da obra a utilização de autores clássicos que enriqueceu e autorizou o seu trabalho, apoiando-se em Luis Camoes⁹⁹ e Rev. Antonio Pereira de Souza Caldas¹⁰⁰, e a forma como

⁹⁹De Luís Vaz de Camões, desconhece-se a data e o local onde terá nascido. Admite-se que nasceu entre 1517 e 1525 e morreu em 1580 em Lisboa. É frequentemente considerado como o maior poeta de língua portuguesa e um dos maiores da Humanidade (BIBLIOTECA DE ALPIARÇA, 2020. Disponível: <http://www.alpiarca.pt/biblioteca/pdf/camoes.pdf>. Acesso em: 30 de abr. de 2020).

¹⁰⁰Antonio Pereira de Souza Caldas nasceu no Rio de Janeiro a 24 de novembro de 1762 e faleceu a 12 de março de 1814. Sofrendo em sua saúde desde seus primeiros anos, foi por isso aos sete enviado por seus pais para Portugal, onde fez toda a sua educação literária, sendo graduado bacharel em Direito na universidade de Coimbra. Depois de formado foi nomeado juiz de fora em Barcellos, na Bahia. Voltou a Europa pela notícia da morte de seu pai, foi a Roma e chagando tomou o habito de São Pedro. De volta a Lisboa, renunciou uma abadia e ate mesmo o bispado do Rio de Janeiro. Só regressou ao Brasil em 1808 com a família real. Foi um grande orador sagrado,

ele os replica conjuntamente com os preceitos e as regras gramaticais. No entanto, em alguns momentos Sotero excedeu no emprego destes textos clássicos, mas o próprio reconheceu e justificou na introdução a razão para tal exagero visto que “[...] a nossa literatura é tão deficiente e pobre de escriptos sobre critica e história litteraria, que os juízos de um tal literato e tam abalisado serão sempre bem vindos e festejados – oportuna ou inoportunamente emitidos” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, ed. 12, p. 2). O valor do serviço prestado por Sotero com as *Postillas* é sem igual, por isso, a recomenda a toda a mocidade que se encontrava tão esperançosa e carente de vigoroso trabalho.

Ainda em sua análise Tarjano Galvão trata sobre as produções mais antigas, tais como a *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822/1ª edição), de Jerónimo Soares Barbosa. Para ele, o uso da expressão “gramatica filosófica” deveria ter causado um reviramento completo e uma oposição ferrenha nas ideias e opiniões dos gramáticos; segundo a sua formação em latim e o seu conhecimento da língua, essas duas palavras seriam o mesmo que *qui hurlaient de se trouver esemble*¹⁰¹ (PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, grifo nosso). No caso de Soares Barbosa, a escolha do título não prejudicou a obra que foi uma grande contribuição à língua portuguesa nesse período. Título semelhante também é adotado em *A Grammatica philosophica* (1863/5ª edição), do Padre Antonio da Costa Duarte, afirmando o Publicador Maranhense (1863, ed. 57, p. 4) que era “[...] uma das melhores, porque a sua revisão foi feita por pessoa competente, que muito se esmerou, e a expurgou de muitos graves erros”, podendo estar relacionados à prática dos autores e gramáticos na época de sua produção em 1835, visto que a partir da década de 1860 foram se distanciando desse padrão rompendo com os erros e repetições feitas até então e buscando novas formas de elaboração desse tipo de material, talvez em função de tal situação a 5ª edição da dita obra tenha sofrido uma revisão significativa para se adequar ao novo modelo. No entanto Tarjano ressalta que as obras do início do século tiveram a sua importância e contribuição para o ensino da língua.

Contrariamente às *Postillas de Grammatica geral aplicada à lingua portugueza pela analyze dos clássicos* (1863/ 1ª edição), de Francisco Sotero dos

cultivou todos os gêneros de literatura, sobretudo da poesia lírica; foi um varão de uma caridade excessiva e de profundo saber (BLAKE, 1882, p. 288 , v.1)

¹⁰¹ *Sair o tiro pela culatra*

Reis, o *Resumo de gramatica da língua portugueza* (1875/1ª edição), de Pedro Souza Guimaraes, não teve positiva avaliação na instrução, o que também se refletiu nas páginas dos jornais. Com sutis referências ao título, questionava-se sobre o alcance de algum resultado positivo com a sua adoção no ensino se já era atrasado e rotineiro, visto que outros trabalhos apresentavam melhor vantagem. Não apenas isso, concorrer com as produções já consolidadas de Sotero dos Reis também se constitui como árduo desafio a outras obras do mesmo campo disciplinar sobre gramática.

Já os livros de matemática nos jornais eram em grande parte associados aos trabalhos de indústria e comércio. Neste sentido, *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema métrico decimal* (1863/1ª edição), de Joao Antonio Coqueiro é representada como clara e sucinta, baseada nos preceitos do sistema métrico decimal francês¹⁰². Se destaca não só pelo conteúdo como também pelo trabalho artístico de impressão, com nitidez perfeita e excelentes figuras geométricas. Um dos pontos negativos da referida obra diz respeito às medidas usadas no Maranhão e sua relação com as novas que passariam a ser usadas, como uma forma de facilitar a conversão e comparação entre os dois sistemas; falta que se tornaram ainda mais grave, tendo em vista que foi impressa na província e não contemplava o sistema local.

O Publicador Maranhense (1863) esclarecendo a solução sugerida pela comissão avaliadora era de que professores públicos e o governo se encarregassem de transmitir tal relação aos alunos e estabelecê-las por meio dos regulamentos, como uma forma de evitar erros, inconvenientes e incompatibilidades presentes nesse desajuste entre as várias regiões do império e assim promover o resultado esperado pela adoção do sistema que seria igualar as medidas adotadas em todo o país. De acordo com Zuin (2017), Portugal tentou introduzir na colônia seus padrões metroológicos; no entanto sempre existiram diversos padrões de pesos e medidas que não tinham relações entre si, assim cada província desenvolveu e utilizou seus sistemas de acordo com as suas necessidades, tradição e cultura. Desta forma:

Em 26 de junho de 1862, foi oficializado o sistema métrico decimal no Brasil, através da Lei Imperial n. 1157, assinada por D. Pedro II. Havia a

¹⁰²Através da lei de 7 de abril de 1795, foi instituído o sistema métrico decimal em toda república francesa. Em 1791, o sistema métrico decimal foi oficializado na França. Os primeiros países que adotaram o sistema de pesos e medidas francês foram: em 1820, Países Baixos, Holanda, Bélgica e Luxemburgo; em 1848, o Chile; em 1849, a Espanha; em 1852, Portugal; em 1853, a Colômbia, juntamente com o Brasil, que oficializou o sistema em 1862 (ZUIN, 2017, p. 189).

determinação de que os setores públicos e particulares teriam um prazo de dez anos para se adequarem à legislação com a utilização integral dos novos padrões. Outra deliberação consistia na obrigação de o sistema métrico decimal integrar os programas das escolas de instrução primária, públicas e particulares (ZUIN, 2017, p. 189).

Quanto à adoção da *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema métrico decimal* (1863/1ª edição) no ensino maranhense, a comissão avaliadora julga-a como satisfatória para as necessidades do ensino local e indispensável, visto que o Brasil em pouco tempo adotaria o referido modelo e este era um dos preparatórios exigidos para a matrícula nas academias do Império. O *Paiz* (1863) alertou para a situação que seria dentro de 10 anos adotado oficialmente o sistema métrico francês e que, portanto, era urgente a necessidade de compêndios que formassem os alunos, considerando-se que eles estariam neste período de tempo assumindo posto de trabalho no comércio, na administração, na agricultura, na vida pública, o que lhes exigiria o conhecimento sobre a matéria.

É neste sentido que o jornal critica ao governo provincial que se isentou de seu papel quando não mandou organizar uma obra sobre a metrologia assim que o decreto foi aprovado e segundo as mudanças ocorridas no sistema de medidas, desobrigando-se de buscar meios de vulgarizá-lo entre os alunos. Infelizmente não o fez! Foi o ilustre Dr. Joao Coqueiro, partindo de sua sensibilidade e iniciativa particular que elaborou um livro contemplando a temática, por isso “saudamo-lo de coração pelo novo serviço que acaba de prestar a mocidade estudiosa, ou antes, á todo o paiz” (O PAIZ, 1863, ed. 20, p. 2).

Quanto ao ensino primário, a infância era representada nestas matérias como uma fase da vida do indivíduo em que não dispunha de qualquer autonomia intelectual caracterizada pela pureza e inocência, à qual lhe era preciso um constante acompanhamento do mestre para lhe guiar e inculcar as boas noções. Em algumas matérias salienta-se a preocupação sobre a infância e juventude para que não enveredassem por caminhos considerados errados. Esta preocupação refere-se principalmente ao movimento do Protestantismo que ameaçava a hegemonia exercida pela Igreja Católica; religião definida como oficial do Império no art. 5º título 1º da primeira constituição promulgada em 1824, e detentora de um poder que influenciava nas decisões do Estado, tal como a instrução que esteve sob seu domínio durante a Colônia e o período Imperial, “[...] sendo assim, era impossível distanciar-se [d]o ensino das práticas religiosas” (COSTA, 2013, p. 121).

Neste sentido, os livros de leitura que mais tiveram representatividade na imprensa atendiam a estes padrões de moral e religião. Eles foram representados n' *O Paiz* e no *Publicador Maranhense*, enquanto lições baseadas na vida de Cristo, conteúdo que reflete e congrega os preceitos da religião, moralidade, respeito e utilidade. O *Livro dos Meninos* (1864/1ª edição), de Antonio Rego, na concepção de Castellanos (2017) se tratava de uma imitação d' *O Livro do Povo* (1863/2ª edição); viés que foi explorado nas matérias publicadas pelos jornais, os quais constantemente buscavam equiparar os dois títulos: “mais um livro útil - Como o Livro do Povo tão útil para o ensino primário, acaba o Sr. Dr. A. Rego de publicar um livro para as primeiras leituras de infância” (*O PAIZ*, 1864, ed. 34, p. 2). Tal situação poderia se justificar, em partes, se levarmos em consideração que a obra do Dr. Marques Rodrigues já era reconhecida, adotada e distribuída em diversas escolas ao longo da província do Maranhão.

Na forma como eram divulgadas as duas obras fica claro a intenção de associá-las, pois procuravam assemelhá-las em diversos aspectos. Em se tratando da forma das notícias, elas apresentavam vários elementos, como por exemplo, a utilização de muitos adjetivos como belo, mimoso, proveitoso e útil, as menções à intelectualidade do autor, o detalhamento do conteúdo, as recomendações de uso e a valorização da importância da instrução e da moralização da infância no sentido de inculcar-lhes crenças e valores (SOUZA, 2013). No entanto, com respeito aos anúncios, estes diferenciavam-se: se sobre *O Livro do Povo* (1864/2ª edição) se publicava cartazes em um pequeno espaço, sem destaque tipográfico, confundindo-se na página a outros tantos produtos e serviços comercializados; já para o *Livro dos Meninos* (1864/1ª edição) toda a metade superior da página era reservada sobressaindo-se imediatamente dos demais, o que demonstra uma lógica comercial para privilegiar o livro da Tipografia Progresso e vendê-lo, em concorrência com a oficina do Sr. Frias, sua principal adversária e editora d' *O Livro do Povo* (1864/2ª edição).

Neste sentido, a construção de um livro está necessariamente relacionada a dois polos, os das práticas e das representações (BARROS, 2003), então são resultados não só da prática da criação dos seus autores como também da representação daquilo que seria adequado dentro de um gênero em uma determinada época. Antonio Marques buscou organizar seu livro com textos que

estivessem adequados aos padrões estabelecidos no período, levando em consideração o conteúdo permitido para o ensino primário, segundo leis e normas, que impunham, a religião Católica como a oficial do Brasil e seu conteúdo obrigatório na instrução, assim:

O *Livro do Povo* compõe-se da vida de Nosso Senhor Jesus-Christo, escripta por J. J. Rouette e inspirada pelo padre Royaumont; de alguns extractos do Simão de Nantua de Jussieu; do bom homem Ricardo de B. Franklin; da moral pratica, do Vigario, do Professor primário. Do Brasil, de maxims e sentenças, dos deveres dos meninos escriptos pelo Dr. Marues Rodrigues e da hgiene em forma de rifãos rimados pelo Sr. Luiz Filippe Leite. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862, ed. 91, p. 1)

Podemos perceber que vários textos influenciaram e inspiraram o pensamento de Antônio Marques Rodrigues, sendo alguns deles incorporados a sua obra em sua maioria livros de origem francesa com significativa circulação, especialmente, entre os anos de 1831 e 1853 (COSTA, 2013). O artigo do jornal *Coalição* (1860-1869), transcrito pelo *Publicador Maranhense*, faz breves considerações sobre alguns desses textos que fazem parte d'O *Livro do Povo* (1862/1ª edição). A respeito do vigário e do professor primário, afirma que “[...] são typos dignos da maior imitação entre nós. Se assim fossem os nossos vigarios e professores, muito feliz seria a nossa comunhão” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862, ed. 91, p. 2). A representação de bom professor no período foi baseada na modéstia e na simplicidade, visto que, para os alunos deveria ser um exemplo e assim pautar sua conduta nos valores sociais impostos. Segundo Nóvoa (1987) cabia ao professor seu papel de modesto funcionário público, com uma função social claramente definida e dela não deveria se desviar.

Tendo as aptidões condignas do cargo, o sabe exercer com um religioso zelo que chega até o fanatismo, - e com tais auspícios, é ele o farol que conduz o romeiro pela escabrosa senda da instrução; é o solerte guia dos vacilates e inexperientes passos humanos, nas aspirações do belo; é a bussola pela qual se dirigem as faculdades do pensamento, nas procelosas indagações da verdade! Então, as auras da popularidade veem bafeja-lo espontâneas (O PAIZ, 1883, ed. 11, p. 1).

De acordo com Nóvoa (1987), deveriam ser oriundos de classes sociais desfavorecidas e conservarem costumes simples, exercendo seu ofício como um modesto funcionário público e cumprir com zelo a sua importante missão social. Enquanto missão, lhes cabia a formação não somente do cidadão, mas também a do cristão, pois era um sacerdote, não da Igreja, mas do serviço público; portanto, deveria inculcar nas futuras gerações, desde a infância, o amor ao trabalho e às

virtudes, a obediência as leis, a sugestão e respeito aos poderes constituídos e a dedicação à pátria, sendo como afirma a imprensa: “solerte guia dos vacilantes e inexperientes passos humanos, nas aspirações do belo [e] bussola pela qual se dirigem as faculdades do pensamento” (O Paiz, 1883, ed. 11, p. 1). Em sendo assim, o professor exercia uma importantíssima função social, seu trabalho exigia muita dedicação e empenho, uma conduta moral irretocável.

O referido artigo trata também sobre o conteúdo da moral prática n’*O Livro do Povo* (1862/1ª edição), apontando que “é o resultado eloquente do quanto se ganha com o estudo e com essa qualidade do espirito que nos faz separar o joio do trigo. É um louvavel trabalho de paciencia, recordações litterarias e do mais são criterio.” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862, ed. 91, p. 2). Segundo Antonio Marques Rodrigues, para escrever a obra se baseou na *História de Simão de Nantua*, da qual extraiu 28 lições sobre moral. Neste romance é possível encontrar referências ao trabalho, docilidade política, contentamento com o seu destino, que foi determinado por Deus, e parábolas morais, higiene e práticas à religião (COSTA, 2013). Afirma ainda o *Publicador Maranhense* (1862), que a parte sobre o Brasil é resumida, mas que nada lhe afeta, já que o autor consegue tratar de tudo aquilo que pode ser útil sobre a geografia, a organização política, a agricultura, os produtos das províncias, as estatísticas, entre outros. No que tange às máximas e deveres dos meninos, limita-se a expressar que são páginas interessantes.

O *Livro do Povo* (1863/ 2ª edição) e o *Livro dos Meninos* (1864/1ª edição) eram considerados pela imprensa como as mais importantes obras para a infância produzidas no Maranhão, por serem frutos dos autores que os compuseram; importantes sujeitos que atuaram nos diferentes segmentos sociais em São Luís. Elas eram consideradas como o alimento intelectual e espiritual das crianças que começavam a vida, direcionava-os como faróis ou estrelas que iluminam o horizonte escuro da infância visando formá-las segundo a religião e humanidade (O PAIZ, 1864). Os livros que eram destinados à leitura, geralmente estavam associados à difusão de outros saberes, em especial, o da religião e moral. Neste sentido, “à leitura, portanto, parecia ser atribuído um duplo papel: de um lado, um meio para adquirir os demais conhecimentos e, de outro, um saber em si mesmo, cujo ensino era voltado para a aquisição das habilidades de leitura oral” (GALVÃO, 2007, p. 10). Desta forma, esses assuntos ocupavam um lugar central nas discussões sobre a

instrução, pois o ensino deste tipo de conteúdo era parte do movimento de construção do Estado Imperial no intuito de garantir a unidade do país (GARCIA, 2005).

A expectativa para que os maranhenses conhecessem as letras era também em um sentido de formar o hábito consumidor do escrito impresso e assim favorecer o desenvolvimento desse mercado escolar, pois “quanto mais se expande [...] ampliando o acesso e os anos de escolarização obrigatória, mais a instituição se oferece como um significativo mercado consumidor sustentado pelo Estado (VIDAL;SILVA 2010, p. 33); entretanto, com frequência percebemos que os jornais denunciavam direta o indiretamente a situação do analfabetismo presente na província e a inaptidão com a leitura que atingia até os mestres. A proclamação não foi suficiente para romper de imediato com o que havia sido implementado no Império, uma vez que não se passa de um regime político a outro de forma instantânea, a organização social e econômica necessita de um período de transição para que possam ser reajustadas. Nesses termos, nas primeiras décadas da República era necessário reorganizar cada setor da sociedade a fim de que se alinhassem a esta nova forma de governo, em se tratando da educação se “[...] intensifica o combate ao analfabetismo atribuindo a ele um dos principais problemas do Brasil. A meta prioritária desse modelo de gestão política preconizava a [sua] eliminação imediata [...]” (SILVA, 2017, p. 63).

Diante do empenho destes intelectuais, as expectativas publicadas nas matérias eram de que cada nova edição de livro escolar pudesse ser aprovada e adotada nas instituições de ensino e contribuísse com a instrução para tirar a província do atraso, com a formação de bons cidadãos, uma vez que a instrução era um dos principais elementos de modernidade. Para os autores, a sua adoção significava o reconhecimento social da sua contribuição com a província. Os jornais a sua maneira foram discutindo sobre a produção, seus autores, seu emprego no ensino, erros e acertos, propondo novas ideias e abordagens, isso tudo a partir de seus interesses e relações. Isto se reflete não só nas matérias como também nos anúncios, na forma como foram divulgados, nas frequências das publicações, na estrutura usada, entre outros aspectos que nos ajudam a compreender a dinâmica que se estabeleceu em cada um deles.

3.2 Anúncios de venda e compra

Ao traçar o desenvolvimento dos anúncios nos jornais maranhenses do século XIX, Viveiros (1954) afirma que eles surgiram da necessidade em adquirir uma mercadoria perdida, que neste caso seriam os escravos fugidos, com isso, seu conteúdo especificava as características mais peculiares para que pudessem ser reconhecidos. O tipo mais frequente de anúncio neste período era os que tratavam sobre a venda de escravos, pois traziam maior custo benefício para os anunciantes que pagavam 40 reis por cada linha impressa. Além desses, existiram ainda avisos jocosos que buscavam recuperar algum objeto perdido.

O primeiro anúncio em jornais maranhenses foi publicado no dia 17 de novembro de 1821 na edição de número 37 do *Conciliador do Maranhão*. No início não eram tão frequentes, mas com o passar do tempo perceberam-se as vantagens deste tipo de publicação onde “a partir de 1828, os anúncios estenderam-se a todas espécies de mercadorias, tornaram-se gerais, servindo mesmo de veículo a descomposturas.” (VIVEIROS, 1954, p. 367).

Na década de 1850, passaram a apresentaram outras características. A mais significativa delas foi a introdução de títulos, inovação realizada pelo jornal *O Progresso*, que ao lado do *Publicador Maranhense* foram os que mais veicularam este tipo de mensagem; mudança que os tornara menos sisudos e mais alegres, porém a prática de intitulá-los custou um pouco a ser adotada, pois a imprensa era conservadora em relação a tal questão. No ano de 1860, essa prática, que encontrara certa resistência por alguns inicialmente, já estava plenamente adotada, e deste modo boa parte dos anúncios de livros escolares apareciam com os títulos (próprios das obras) ou então como “nova publicação”. Os jornais que menos se utilizavam desse recurso eram os partidários, tendo em vista que eram mantidos pelas rendas provindas dos grupos políticos, dispensando assim, a necessidade de arrecadação dos espaços destinados a este tipo de publicação que em muitos casos se configura como fonte principal de renda para mantê-los.

Quanto ao período de 1860, mesma época em que é publicado *O Paiz*, os anúncios mudaram completamente “os que não traziam clichê, vinham redigidos em linguagem alegre, quando sua natureza a isso se prestava.” (VIVEIROS, 1954, p. 379). Também nesse período foram acrescentadas às mensagens o preço das mercadorias, em boa parte deles, quando referenciavam os livros, apresentavam

não somente o valor como também o local para compra, visto que eram comercializados em vários lugares diferentes, como o caso da *Grammatica elementar da Língua Portuguesa* (1866/9ª edição), de Felipe Condurú que “achá[va]-se à venda em casa do autor, rua da Paz n° 62, e em todas as livrarias” (O PAIZ, 1868, ed. 59, p. 3).

Os vendidos em instituições de ensino, tal como os *Rudimentos de Geografia* (1863/1ª edição), de Antonio Rego e o *Livro dos Meninos* (1864/1ª edição), de Antonio Rego, que poderiam ser encontrados no Instituto de Humanidades, vendê-los na própria escola poderia ser uma forma do pai, tutor ou responsável já adquirir os livros que compunham o programa que o aluno iria cumprir. Assim como Condurú o professor João Miguel da Cruz também era o próprio responsável pela venda do seu livro, mas como residia em São Bento, a comercialização em São Luís ficou sob a responsabilidade da Livraria Luiz Magalhaes, localizada na rua de Nazareth. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1886)

Os anúncios possuíam uma estrutura contendo poucas e precisas informações, boa parte deles é formado pelo título da obra e o autor, pelo valor e o local de venda, pela edição e a tipografia responsável, elementos essenciais para sua identificação. Autoria e nome do livro costumam figurar em local de destaque e consiste no reconhecimento público da propriedade intelectual da publicação. Em alguns casos adiciona-se a sua profissão ou formação, como uma forma de validar e atribuir créditos à obra por meio destas estratégias de venda, de indução ao ler ou, simplesmente, como forma de concorrer às já reconhecidas no mercado escolar, uma vez que “no século XIX e nas primeiras décadas do XX, as empresas voltadas ao mercado da escola, por vezes, tonaram-se fornecedoras dos mais variados objetos da cultura material escolar homogeneizando este tipo de comércio” (VIDAL, 2017, p. 164).

Os anúncios permitiam as repetições nas edições do jornal e que também contribuem para o reconhecimento imediato das informações em que não exige uma leitura aprofundada para compreender a mensagem que pretende transmitir; portanto, tem uma facilidade de se internalizarem no inconsciente, e quanto mais são apresentados, mais naturais se tornam e dispensam reflexão, produzindo um imediato reconhecimento da mensagem transmitida, sendo justamente nesse aspecto que reside a força da representação (PESAVENTO, 2012). Quanto mais

frequente aparecem nas folhas dos jornais uma mesma mensagem, pode abranger mais leitores e tornar por meio das repetições o processo de apropriação quase imediato sobre determinados livros escolares: Do que tratam? Onde e a que preço podem ser encontrados? Seus autores? A que nível de ensino se destinam? Questionamentos que surgem pela repetição do texto e/ou da imagem; talvez pelos contrastes que geram uma diferenciação: práticas divergentes e múltiplas representações que variam de sujeito para sujeito, de local para local na apropriação de um determinado objeto; neste caso, o livro escolar como cultura material da escola.

Nos anúncios sobre os livros escolares maranhenses publicados nos jornais, notamos que há um predomínio de disciplinas como matemática com 146 referências, gramática com 53, 49 de leitura, de 22 para geografia e em menor frequência os de moral (10) e de história (2). A quantidade de anúncios publicados em cada disciplina pode ser consequência de maiores tiragens de exemplares, ou pelo fato de serem obras dos autores mais conhecidos e renomados na sociedade maranhense, bem como terem sido impressos em tipografias locais de grande relevância ou ainda em função dos saberes fundamentais para serem adquiridos no ensino público primário e secundário. Nesta lógica, as disciplinas que mais se destacam em quantidade de anúncios podem-se justificar, em função do número de títulos publicados nessas áreas, especialmente, João Antonio Coqueiro sobre a matemática e Francisco Sotero dos Reis em gramática; os de leitura estão sob a rubrica de Antonio Marques Rodrigues e Antonio Rego.

O anúncio era predominantemente a forma como estas publicações apareciam nos jornais, tendo como principal função propagar, divulgar ou ofertar serviços e produtos dos mais diversos. A estrutura é bastante flexível podendo ocupar apenas o espaço de uma linha ou até mesmo metade da folha, dependendo do destaque pretendido. Em sua maioria, são redigidos em textos pequenos de poucas linhas, de forma objetiva para que todos os leitores, independentemente do nível de leitura, não encontrassem dificuldades de entendimento do que estava sendo divulgado. Em alguns casos, as informações mais importantes são destacadas em negrito, itálico ou ampliando-se o tamanho da fonte. Por estas razões, as informações nessas mensagens tratam do que está sendo ofertado, o valor exigido, os lugares de venda e/ou a forma que poderia ser adquirido. Nessa

dinâmica, o livro *Metrologia do Povo* (1882/2ª edição), de João Miguel da Cruz, chegou a ser publicado 92 vezes, ao longo de 1882 no *Publicador Maranhense* e cerca de 45 vezes no ano de 1895 no jornal *Pacotilha* (1880-1939), configurando-se como o livro mais anunciado nos periódicos aqui analisados. Essa frequência de publicações talvez possa se justificar pelas relações que o autor estabeleceu no meio onde circulou, sendo umas das principais autoridades na instrução em São Bento e de reconhecimento nacional, ou uma forma de se fazer notar na capital, uma vez que a *Metrologia Moderna ou Exposição Circunstanciada do Sistema Métrico Decimal* (1863/1ª edição) de Antonio Coqueiro eram uma concorrente bastante consolidada, mostrando como uma alternativa mais acessível em termos de custo aos alunos, especialmente do ensino primário.

A dinâmica e o estilo das publicações nesses periódicos por vezes se diferenciavam. O *Paiz* utilizava-se de recursos tipográficos e espaciais para a valorização dos títulos aos quais acreditamos queriam dar destaque; já no *Publicador Maranhense*, os anúncios de livros eram equivalentes aos de qualquer outro objeto. Privilegiando-se o texto, notamos que estes anúncios eram os que mais detalhavam o material, não sendo comum o emprego de recursos que dessem destaque a estas mensagens. Vale ressaltar, que mesmo com estilos diferentes nos anúncios, alguns títulos foram publicados nos dois jornais com o mesmo texto de divulgação, geralmente o texto era formulado pelo próprio anunciante que buscavam vários jornais para a divulgação do seu produto ou serviço. O *Pacotilha* por sua vez cobrava ao anunciante a quantia de 50 reis por linha, ele apresenta um menor número de anúncios sobre livros escolares nos anos analisados.

A representação dos anúncios n' *O Paiz*, especialmente nos seus primeiros anos de funcionamento 1863-1864 em que foi impresso pela tipografia do progresso de Belarmino de Matos, pode ser entendida a partir das práticas do impressor do jornal que determinou as diferentes formas de como esses livros eram publicados em suas páginas, assim acreditamos que de certo modo o ele serviu como um divulgador dos livros produzidos na dita tipografia, privilegiando-os em frequências e destacando-os na estrutura das matérias e anúncios que eram sempre mais extensas e detalhadas em comparação aos livros de outras oficinas.

Desta forma, o ano de 1863 marca o início das atividades tanto de Belarmino de Matos ao fundar esta tipografia quanto de Themistochles em *O Paiz*. Neste

biênio, a frequência dos anúncios é sem igual, por vezes até cinco livros eram publicados em uma edição e, em alguns casos, todos eram títulos da dita tipografia. Nem o *Publicador Maranhense* e nem o *Pacotilha* chegaram à quantidade de anúncios e publicações sobre a temática em igual período de tempo. Talvez esta situação se justifique a partir da relação estabelecida entre o proprietário do jornal, como um divulgador dessa produção impressa na tipografia Progresso, onde ambos se beneficiavam, Themistocles imprimia seu jornal em uma reconhecida oficina e Mattos anunciava a sua produção por meio desse periódico que tinha larga aceitação entre os leitores ludovicenses.

A representação, neste caso, é construída pelos jornais a partir dos conceitos de aprovação, utilidade, trabalho, autores renomados e instituições de ensino reconhecidas e consolidadas. Neste sentido, é importante perceber como isso ocorre, pois não é construída a partir das percepções dos grupos que serão apropriadas de diferentes formas pelos seus leitores. Os jornais dão a ver os livros privilegiando aqueles que são de interesse de quem detêm o dispositivo cultural para sua propagação, pois há uma diferença entre uma referência a um título e autor ao final de uma página em comparação a inúmeros anúncios e uma publicação que ocupa parte significativa desta, apresentando vários elementos e informações que conduzem ao leitor a uma interpretação sobre o objeto representado uma vez que

aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social [...] esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações, e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais (PESAVENTO, 2012, p. 42)

A força da representação incide na credibilidade e na adesão social. Por isso, não basta anunciar. É preciso colocar em um lugar de destaque, trazer elementos para além da obra que ajudem a convencer o leitor e, frequentemente, lembra-lo da existência do objeto representado, por meio das repetições consecutivas dessas mensagens, o que nos dá a entender que toda representação dos livros escolares nestes anos iniciais de funcionamento de *O Paiz*, podem ter sido pautadas na relação comercial entre tipografia e jornal, visto que em nenhum outro momento e nos outros dois jornais esta situação se repete no que se refere à estrutura dos anúncios e a sua recorrência na folha, pois é diferente em comparação

aos demais, em tamanho do espaço ocupado na página, no uso de destaques tipográficos, no número de anúncios, como exemplificado nas imagens a seguir

FIGURA 18 - Página de anúncios d'O Paiz

O PAIZ.

O CORCUNDA,

ROMANCE EM SEIS PARTES

POR

PAULO FEVAL.

Está na preço o 1º volume d'esse interessante romance, e brevemente será distribuído nos Srs. assinantes. Recobrem-se assignaturas para esta obra na typographia, no Gabinete Portuguez de Leitura e na Livraria de Carlos Seidl, rua de Nazareth, 36.

OS FACTORES,
Fabricação de Nalón,
Luzerna, Suíça, e C.ª

LIVRO DOS MENINOS

PELO DR.

ANTONIO REBO.

APPROVADO PARA USO DAS ESCOLAS PRIMARIAS.

Está á venda no Instituto de Humanidades, e na typographia do Sr. B. de Mattos, rua da Paz n.º 7, esta interessante obra para os meninos que commença a ler.

A obra em um volume 1500

Em dois volumes que se vendem separadamente:

0. 1.ª que contém cartas de A B C e exercicios de syllabas . . . 500

0. 2.ª exercicios de leitura e orthographia 1000

METROLOGIA MODERNA

ou

SYSTEMA METRICO DECIMAL,

DE UMA THEORIA ELEMENTAR DOS NÚMROS DECIMAES E SEGUNDA DE NUMEROSAS TABELLAS COMPARTIMENTAR, NECESSARIAS PARA OS USOS DA VIDA, E DE MUITAS APPLICACOES INTERESSANTES AO COMMERCIO E A INDUSTRIA.

PELO

DR. J. A. COQUEIRO.

Vende-se nesta typ. e na Livraria de Carlos Seidl, rua de Nazareth n. 36.

Preço de cada exemplar 3000 rs.

RUDIMENTOS DE GEOGRAPHIA

PARA O USO DAS

ESCOLAS DE INSTRUÇÃO PRIMARIA.

POR

ANTONIO REBO.

Approved para uso das Escolas primarias de 2.º grau.

Vende-se nesta typographia.

Preço de cada exemplar 500 rs.

— **Admissão assignação, tendo** de renovar-se para fora da Província até dia 20 de Maio p. futuro, paga no dia 2.º, seus delictos. Tho bem repõe as ordens de seus muitos heredeiros devideiros. Maranhão, 28 de Abril de 1864.
José Feliciano Perellos Falcão.

De system da litta Sr. presidente enviado a todos os Srs. Acadêmicos, para se reunirem em Assembleia geral pelas 6 h. da tarde da noite, na segunda-feira 2 de Maio p. futuro, para assistirem á leitura e discussão da parecer apresentada pela empresa do predio para o Gabinete. Secretaria do Gabinete Portuguez de Leitura, em Maranhão 27 de Abril de 1864.
G. F. d'Almeida Guimarães,
1.º Secretario.

Boletim commercial.
Bilh. ao meio dia publica-se o n. 14—
Entrada de Ramos de Almeida.

Ao respeitavel publico.
O abito assignado, applicar das assignações de ditos da relação, realisar nesta cidade, sobra quaisquer causas, tanto ao foro civil como ao ecclesiastico: certidões de idade, habilitações e assignações para exames, mandados de regulares, passaportes, tanto para dentro da provincia, como para o estrangeiro, assignações ao foro de paz, applicações ao Policia e tribunal da commercio, compra e venda de casas, e de estradas; assim como os despojos para assignação, recolhimentos de dividas tanto participativas como da fazenda publico: artigos pertencidos na qualidade de vendedor. Para todos estes serviços presta toda promptidão, e a ser encumbrado seus artigos. Quem de seu proprio ou quer utilizar a pode procurar na do Alvaroz, n. 34, ou deixar recado de Bara Branco, largo do Carmo, Maranhão, 11 de Abril de 1864.
Rosa José Antonio.

Para o Porto
Segue-se com toda a brevidade a barca portugueza NOVA CAVALINA, capitão Manoel José Gualberto, com carga e passajeiros, para a qual se recebem assignações; a tratar com o consignatario Loma & Ica, ou com o capitão.

Para Lisboa
Via-se com toda a brevidade para o porto de Lisboa o barco portuguez Bom Successo. Recibe carga e passajeiros, e a tratar com o consignatario José Antonio Artigos, ou com o capitão Lopes. Maranhão, 2 de Abril de 1864.

Lisboa e Porto.
A galera ADAMASTOR segue para o Porto com esta por Lallido, com a maxima brevidade. Ainda recebe alguma carga e passajeiros, para os quaes oferece excellentes commodidades. Trata-se com os respectivos consignatarios da Silva Bello & Companhia, 28 de Abril de 1864.
— José Antonio Pereira abdito portuguez, vai a Europa.
— José Francisco Lopes abdito portuguez, vai a Europa.

VENDA DE CASA.
Manoel da Silva Rodrigues, morador na rua da Palma casa n. 47, está abreviada a vender a casa de sobrado desta cidade, ou a sua grande, onde actualmente mora o Ill.º Sr. Brazão barzavel João Pereira da Graça. Maranhão, 22 de Abril de 1864.

A vista faz fé.
Cedida para VIOLÃO a BARBECA, da melhor qualidade que tem vindo ao mercado. Vendem-se na livraria de Antonio Pereira Ramos de Almeida, largo de Paiz n.º 20.

Na rua da Paz, n. 82, precisa-se alugar uma escrava para o serviço diario

LOTERIA

DO RIO DE JANEIRO.

1864.

das bilhetes premiadas de 27 loteria concedida em beneficio da Imperial Academia de Musica e Opera Nacional, e vendidos no escriptorio de Joaquim Coelho Frago.

N.º 2355 2006000
1571 1006000

Quarenta mil reis.

N.º 87 135 477 1023 2113 1817
3005 4053 3883 5184 4088

Vinte mil reis.

26	2118	3105	4517	5433
304	2110	3526	4672	5335
127	2110	3528	4677	5340
203	2411	3531	4638	5482
339	2454	3500	3801	5186
397	2473	3523	4510	5012
527	2481	3524	4571	5215
529	2733	3525	3823	5038
1607	3024	3927	5310	5041
1500	3025	3600	3510	5071
1572	3030	4025	3534	5072
1573	3211	4028	4532	5034
1714	3227	4333	3533	5260
1745	3229	4335	5335	5270
1971	3250	4305	5238	5278
1971	3211	4308	5101	5200
2002	3257	4631	5103	
2014	3335	4614	5432	

Está á venda os bilhetes da 1.ª LOTERIA para o prolongamento da estrada de ferro do porto das Carxas Villa Nova. Os premios do pagos com a pontualidade do costume.
Maranhão, 20 de Abril de 1864.

Banco União.
João d'Almeida Santos & Sobrinho, agentes de Banco—Luzerna—do Porto, assignam a aceitar por qualquer quantia, a prazo ou á vista, sobre o mesmo Banco e sua casa filial em Lisboa, e a 8.º do, ou ao prazo que se convencer, sobre as suas assignações em todas as principaes cidades de Portugal, e illas dos Açores e Madeira.

POSTILLAS
GRAMMATICA GERAL
APPLICADA Á LINGUA PORTUGUEZA
PELA
ANALYSE DOS CLASSICOS
POR
FRANCISCO SOTERO DOS REIS.
Professor de latinidade no Lyceo do Maranhão e no Instituto de Humanidades. Acha-se á venda na Typographia do Progresso rua da Paz n.º 7. Preço 2000.

Compra de Escravos.
Um official de Officio—Um Anjo de Pedras, que entrado de empregar por um—UMA praça que cada quem e consultar—DUAS negros das 7 e 11 annos de idade. Qualquer dos escravos acima quem se vender vender assigne a Carlos Henriques da Rocha.
— Carlos Henriques da Rocha compra apelles da divida publica geral.

AGENTES DO «PAIZ» NO INTERIOR.
Alcanites.—Joaquim Paulo Nogueira.
Açory.—Antonio Luz Barros.
Brazo.—Raimundo Joaquim do Carmo.
Carolina.—Joaquim de Matta Ferreira.
Castas.—Antonio José Villa Nova.
Cabo.—Raimundo Gonçalves Machado.
Caracati.—Joaquim Antonio Soares.
Caracati.—Joaquim Antonio Soares.
Caracati.—Joaquim Antonio Soares.
Caracati.—Joaquim Antonio Soares.
Caracati.—Joaquim Antonio Soares.

NOVA PUBLICAÇÃO.
Acaba de ser publicada a terceira edição da Arithmetica, pelo Dr. Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem, e acha-se a venda na livraria, papelaria e officina de encadernação de Carlos Seidl, rua do Nazareth, n. 36.

Fonte: O PAIZ, 1864, p. 4

NOVA PUBLICAÇÃO.
Acaba de ser publicada a terceira edição da Arithmetica, pelo Dr. Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem, e acha-se a venda na livraria, papelaria e officina de encadernação de Carlos Seidl, rua do Nazareth, n. 36.

POSTILLAS
DE
GRAMMATICA GERAL
APPLICADA Á LINGUA PORTUGUEZA
PELA
ANALYSE DOS CLASSICOS
POR
FRANCISCO SOTERO DOS REIS,
Professor de latinidade no Lyceo do Maranhão e no Instituto de Humanidades.
Acha-se a venda na Typographia do Progresso rua da Paz n.º 4. Preço 2000.

Nos anos que se segue deste jornal, depois da prisão de Belarmino de Matos em 1866 e, em decorrência da indisponibilidade das fontes no ano de 1865 a 1866, a dinâmica das publicações em 1867 muda completamente, especialmente, no quesito frequência e também no número de títulos que caem significativamente, bem como sofrem alterações na sua estrutura, passando a seguirem um padrão igual no espaço que ocupa na folha e nos recursos tipográficos utilizados. A situação se agrava com a saída de Themístocles da redação do jornal, onde se tornam ainda mais escassas referências a livros escolares. Talvez isso se deva à venda do jornal ao partido conservador, que embora não tenha mudado o seu nome, alterou toda a dinâmica de suas publicações e se voltou para outros interesses. As representações são resultado das práticas dos sujeitos, sendo assim, com a saída de Belarmino e Themistocles, simplesmente a questão do livro toma uma proporção ínfima n' *O Paiz*.

Na construção das representações dos livros pelos anúncios, a partir das práticas do jornalista e tipógrafo, podemos perceber que todos os livros da tipografia progresso, em vermelho, receberam maior destaque, em especial, o *Livro dos Meninos* (1846/ 1ª edição) e os *Rudimentos de Geografia* (1863/ 1ª edição), de Antonio Rego e a *Metrologia Moderna* (1863/ 1ª edição), de Joao Antonio Coqueiro, em menor escala, estão as *Postillas de Gramatica Geral* (1863/ 1ª edição), de Sotero dos Reis. Todos eles têm em destaque o título e o nome do autor, os valores e lugares de aquisição, e em cada um há uma forma de adjetivação e atribuição de qualidade a esse texto comercializado. Neste sentido, sobre o *Livro dos Meninos* (1864/1ª edição) e os *Rudimentos de Geografia* (1864/1ª edição) de Antonio Rego, salienta-se que foram aprovados para o uso nas escolas; condição essencial, pois informa ao leitor que passaram por uma avaliação de sujeitos capacitados para tal e, assegura a sua utilidade no ensino. Portanto, vale o investimento do responsável pela criança e jovem.

Já para a *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do sistema métrico decimal* (1863/1ª edição), de João Antonio Coqueiro, o aspecto valorizado é o conteúdo da obra e sua aplicabilidade às atividades de trabalho no comércio e na indústria; em *Postillas de Grammatica geral aplicada à língua portuguesa pela analyze dos clássicos* (1864/ 1ª edição), de Francisco Sotero dos Reis, é feita uma referência ao cargo de professor em duas importantes instituições de ensino maranhenses ocupada pelo autor. Por sua vez, aquele livro que não pertence a dita

tipografia, é anunciado de forma totalmente diferente em um espaço ao final da página e sem nenhum destaque; apenas informa-se sobre uma “nova publicação”, que poderia ser de qualquer gênero. Já sobre a *Aritmética* (1864/3ª edição), de Ayres de Vasconcelos Homem, sem qualquer informação extra que agrega valor à obra, apenas apresenta o local onde estava sendo vendida.

As obras de matemática foram as mais anunciadas pelos jornais. A *Metrologia do povo* (1871/1ª edição), por Joao Miguel da Cruz, por exemplo, foi um livro anunciado por todos os três jornais. A primeira publicação foi identificada n’O *Paiz*, em 1871. De forma simples e discreta apresentava-se título, autor e local de venda, desaparecendo por dez anos, quando volta em 1881 a ser anunciado neste periódico na sua 2ª edição. Em 1882 estava na 4ª e esta versão foi extremadamente divulgada no *Publicador Maranhense*, tornando-se então o livro mais frequentemente anunciado em um jornal. Nos anúncios da década de 1880 os textos foram mais detalhados. Além das informações gerais, apresentava um breve resumo sobre o conteúdo da obra, comparando todas as medidas antigas com a moderna, passível de compreensão, até mesmo para as pessoas que não tivessem noções sobre aritmética, além de uma tabuada (PUBLICADOR MARANHENSE, 1881).

Já no *Pacotilha* foram anunciados a 5ª edição em 1895 e em 1898; mas, curiosamente, em nenhum dos jornais foram apresentados os valores sobre a obra. Segundo Soares (2017), esta obra também fora comercializada na Bahia, sendo uma das publicações com menores valores praticados: 400 réis cada exemplar. Ao título de comparação, a *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema metrico* (1863/1ª edição), de Joao Antonio Coqueiro custava 2\$ 000. No entanto, o que pode ser uma justificativa para a disparidade dos preços consiste em que o volume da obra do Dr. Coqueiro de 123 páginas, parece ser mais completa em termos de teoria, já que apresenta várias tabelas, exercícios e também figuras geométricas; útil tanto ao ensino primário quanto ao secundário. Já a *Metrologia do Povo* (1881/ 1ª edição), de João Miguel da Cruz, era direcionada ao ensino primário, continha saberes elementares e apresentava menos recursos.

Em se tratando dos anúncios do livro *Primeiras noções de calculo* (1871/1ª edição), de João Antonio Coqueiro o *Publicador Maranhense* (1871, ed. 99, p. 1), recomendava-se “para uso da aula especial de instrução primaria para adultos e de todas as escolas de primeiras letras em geral. Por J. A. Coqueiro. Preço 320.” A obra

foi pouco anunciada pelo jornal, isto porque, em menos de um ano se esgotou a edição e seu autor fez em 1874 uma doação ao presidente de província de 200 exemplares para serem distribuídas nas escolas públicas maranhenses. Para a sociedade 11 de agosto, do qual foi um dos membros fundadores chegou a doar cerca de 50 exemplares da dita obra (PUBLICADOR MARANHENSE, 1871).

As instituições de ensino também estavam recorrentemente presente nos anúncios, e elas tinham um papel fundamental na divulgação, usadas principalmente de duas formas: como indicação de escolas que já os utilizavam no ensino e relacionado aos autores onde eles atuavam. As duas principais e mais citadas foram o Liceu Maranhense e o Instituto de Humanidades, especialmente porque muitos dos autores eram professores de uma dessas instituições. Importantes estabelecimentos de ensino no Maranhão e a informação de que tais livros eram provenientes de profissionais que lá trabalhavam ou que foram utilizados em seu programa, configurava uma forma de credibiliza-las. Nesse mesmo viés, foram destacados os autores e suas profissões, especialmente Sotero dos Reis, que fez parte destas instituições e assim foi lembrado pelos anúncios, e João Miguel da Cruz e Felipe Benicio de Oliveira Condurú, respectivamente, como professores do ensino primário na vila de São Bento e em São Luís.

Neste sentido, também era comum destacar-se que o livro estava aprovado para uso na instrução, como uma forma de diferencia-lo dentre os outros, a exemplo, o anúncio sobre o *Resumo da História do Brazil* (1879/1ª edição), de João Antonio Tinoco de Sandes Junior, que afirmava que foi “mandado adoptar nas escolas primarias por portaria da presidência da província de 27 de maio de 1879, visto achar-se aprovado pelo conselho da instrução pública” (O PAIZ, 1879, ed, 261, p. 4). Além disso, outras vantagens dessa obra destacadas na publicação, consistem na linguagem clara e simples, adequada para a infância e mais barata em comparação a outros livros de história (O PAIZ, 1879). Os *Rudimentos de Geografia* (1863/1ª edição) e o *Livro dos Meninos* (1864/1ª edição), de Antonio Rego, também foram anunciados com destaque a aprovação no ensino primário, respectivamente, para o segundo e primeiro grau. Esta questão era fundamental, pois via de regra um livro só poderia ser utilizado no ensino mediante avaliação da comissão e aprovação do presidente de província. Anunciá-los dessa forma era

uma maneira de comprovar que ela havia sido avaliada nos seus morais e políticos, e que o conteúdo proposto atendia aos interesses dos(as)

alunos(as) e dos(as) professores(as), servindo como uma carta de crédito para que os pais, tutores e professores(as) a comprassem e a utilizassem no ensino, resultando assim numa maior lucratividade para o autor e o editor (CASTELLANOS, 2017, p. 312)

Sendo o objetivo dos anúncios divulgar para que as pessoas comprassem os produtos e serviços, adjetivos e outras informações que os fizessem se destacar eram sempre oportunos para tal fim. Por isso, autores e editores ao anunciarem suas produções nos jornais utilizavam bastante estes recursos, como o fez a *Grammatica elementar da Língua Portuguesa* de Felipe Condurú (1866/9ª edição), para a qual, a questão evidenciada diz respeito “a aceitação que ele tem tido dos Sr.º professores, tanto desta província quanto do Pará é sua melhor recomendação” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 40, p. 4). Já a nona edição em 1868, afirmara, que se torna recomendável pela nitidez, impressão e correção de algumas regras. Nessa lógica, nos anúncios de livros que tiveram novas edições, as alterações que sofreram ou outros elementos que os diferenciavam da versão anterior, eram muitas vezes destacadas. Assim como no caso de Condurú, ocorreu com o *Resumo de gramatica da língua portugueza* (1875/1ª edição), de Pedro Nunes Leal, do qual informara que “acha[va]-se no prelo e [em] breve sahirá a luz a nova edição [...] que tanto aumentado a consideravelmente, deu nova forma para facilitar a compreensão dos meninos nos princípios da língua” (O PAIZ, 1880, ed. 150, p. 4). Em se tratando da *Gramatica Portuguesa acomodada aos princípios gerais das palavras* (1878/3º edição), de Sotero dos Reis, afirmara-se que foi cuidadosamente revisada, corrigida e impressa em outro material.

Os anúncios também denunciavam a falta de materiais apropriados, como forma de valorizar aquela publicação frente à necessidade para o ensino. Assim, o livro *Lições de Moral* (1865/1º edição), de Antonio Augusto Rodrigues, foi organizado pelo autor justamente para suprir as carências do ensino maranhense sobre moral. Este era retratado pelos jornais como um pequeno livrete, comercializado a 160 réis, para serem adotados nas escolas primárias como um valoroso trabalho prestado à instrução; composto de textos que foram reunidos pelo autor.

As matérias por outro lado, possuíam uma frequência de publicação incomparavelmente menor que os anúncios, pois tratavam de forma mais aprofundada a temática. Portanto, os jornais figuravam como dispositivos culturais utilizados pelos autores e editores para divulgar a produção maranhense de livro escolar, via pela qual davam a conhecer sua produção, seja como apelo à

sensibilização sobre a importância do livro e da leitura, por críticas e/ou mensagens que despertassem o desejo e induzissem ao consumo deste bem cultural, seja pelos anúncios recorrentes informando aos interessados os valores e os lugares onde adquiri-los.

Os anúncios são representações dos livros escolares construídas a partir da perspectiva do seu autor ou editor e, o desafio consiste em informar em poucas palavras sobre o objeto representado, destacar-lhes os principais pontos, as suas vantagens, o lugar onde poderia ser adquirido; portanto, se pautam geralmente em seu conteúdo: título, autor, valores e lugares de venda. A síntese dessas informações era importante porque muitos jornais cobravam por linha de anúncio, a localização deles pode estar relacionada a como cada periódico pode ter privilegiado ou não certo título; isto é, aqueles que figuravam na parte superior e ocupavam maiores espaços se destacavam em comparação aos demais, já os que eram publicados ao final, em letras miúdas não eram tão valorizados.

O que podemos perceber é que na maior parte dos casos, quanto maior o envolvimento do autor na imprensa, e maiores cargos ocupados na instrução, proporcionalmente sua publicação recebia uma maior valorização: frequências das críticas, as avaliações, os comentários, as matérias e os anúncios sobre esse material constituem estratégias de produção, distribuição, venda e consumo adotadas. Assim, autores/professores como Francisco Sotero dos Reis, Antonio Marques Rodrigues, Antonio Rego, João Antonio Coqueiro, Candido Mendes receberam um tratamento diferenciado sobre suas produções em relação a outros sujeitos. Não que a imprensa tenha sido um espaço pleno de cordialidade, amizade e sem lutas e disputas e defesa dos interesses de certos grupos, muitas vezes foi o contrário disto; mas com esse grupo de autores e por certas relações estabelecidas de hierarquia, amizade, profissional, política, no âmbito da instrução, tiveram a sua produção intelectual, trajetória pessoal e profissional exaltadas na imprensa.

Um exemplo disso é a relação profissional estabelecida no Liceu Maranhense entre Sotero dos Reis (diretor) e Themistocles Aranha (professor), não por acaso o livro mais divulgado fora as *Postillas* (1863/1ª edição), de Sotero. Os professores da dita instituição, em alguns casos estiveram em posições de poder em relação aos processos de aprovação, adoção e vetos dos livros escolares, pois a

Congregação do Liceu¹⁰³ era responsável, entre outras atribuições, das avaliações desse material, que passou a “denominar-se Conselho da Instrução Pública segundo o Art. 16 da Lei nº 267, de 17 de dezembro de 1849 [...]. Era composta por professores do Liceu: dois professores primários do setor público sob a presidência do diretor da instituição.” (CASTRO, 2017, p. 100). Neste sentido, Sotero dos Reis esteve no grupo que avaliou a Metrologia moderna (1863/1ª edição), do professor João Antonio Coqueiro em novembro de 1863, conjuntamente com outros dois professores da instrução.

Já os professores do ensino primário estiveram, na maior parte das vezes, em segundo plano nos jornais aqui estudados a respeito da difusão das suas produções escolares. Em alguns casos, as representações nos jornais se referem a atuação deles em outras funções, assim como Odolfo Aires Medeiros que teve grande destaque no *Pacotilha* enquanto deputado, mas pouco se tratou sobre sua atuação na instrução enquanto autor de livro e diretor de uma instituição de ensino. Vale destacar que esse trabalho foi desenvolvido em Carolina (MA); portanto, a distância da capital pode ter sido um dos impeditivos para uma divulgação mais intensa em relação aos demais nos periódicos locais. Outros autores/professores do ensino primário que também tiveram sua produção reconhecida e, no entanto, pouco divulgada pelos jornais, foram Antonio Augusto Rodrigues, Roberto Moreira, José Augusto Correia, que chegou a fazer parte da redação do *Pacotilha*.

Os autores que também eram professores primários chegaram a ocupar certos cargos exercendo funções de poder e prestígio, mas ainda assim como não faziam parte do corpo docente do Liceu, que identificamos sendo uma das principais para a difusão das obras, tiveram um tratamento menos representativo. Mas João Miguel da Cruz consegue desvencilhar-se dessa “regra”. Contra ele parece que estavam todas as condições: era professor primário, sua atuação se deu na vila de São Bento distante da capital, não atuou na imprensa, mesmo assim, conseguiu que seu livro *Metrologia do Povo* (1881/ 1ª edição), fosse divulgado nos jornais em frequência maior ou igual aos do Liceu. Neste sentido a representação da sua produção foi uma exceção a este padrão, talvez isso se deveu ao reconhecimento do seu trabalho com adultos em aulas noturnas, além da sua participação e liderança em ações públicas, como a vacinação da população, a subscrição de

¹⁰³Instituída pela Lei nº 77 de 24 de julho de 1838.

doação de livros para os alunos da vila, e a participação no partido conservador, do qual Joao Antonio Coqueiro fazia parte (SOARES, 2017).

E isso se reflete nos títulos que hoje conseguimos encontrar disponíveis nos centros de documentação, seja por terem tido tiragens maiores e/ou serem adotados por mais tempo no ensino, seja por serem doados a várias instituições que os preservaram em seus acervos, para além dos ambientes. Enquanto que outros, já em 1921, no levantamento de Domingos Perdigão para a Biblioteca Pública Benedito Leite, eram consideradas obras não encontradas facilmente e de algumas já não se tinha nenhum exemplar, geralmente pertencentes a estes autores/professores do ensino primário.

Ao que podemos observar nenhuma referência ao livro escolar está publicada no jornal sem que traga como plano de fundo uma série de questões, obedecendo a certos interesses e intencionalidades. Por meio dos discursos foi possível perceber os artifícios utilizados pelos autores para profusão de suas obras e em certos casos a divulgação massiva pelos jornais e as opiniões expressa sobre elas consistiam em uma das principais táticas empregadas por eles para comunicarem diretamente ao público leitor sobre as qualidades de suas obras e como elas poderiam contribuir com a instrução do alunado. Com base nos anúncios, podemos observar a ação dos autores e editores para a comercialização deste material e o interesse dos jornais em divulgá-lo, seja porque os anúncios consistiam em sua principal fonte de renda que lhes permitiam serem impressos e chegaram aos leitores, seja porque diretamente seriam beneficiados com a venda dos livros.

4 CONCLUSÃO

O livro utilizado na escola no Oitocentos e no início da República serviu como um instrumento que contribuiu com a uniformidade do ensino, tendo em vista que possuía um conteúdo organizado e sistematizado para auxiliar os professores, muitas vezes despreparados. Estes objetos sofriam interferências do Estado e da Igreja a fim de que seus interesses fossem transmitidos pretendendo a formação de uma sociedade pautada na moral, na civilidade, nos bons costumes e no amor à pátria. Se os livros escolares e as preocupações com a instrução tiveram lugares de destaque na imprensa maranhense, na medida em que os títulos mais frequentes, pelo geral, eram frutos de autores influentes que ocuparam cargos privilegiados na administração provincial, seja pela trajetória profissional e acadêmica dos autores que impactaram na circulação e consumo destes artefatos dentro e fora da província, seja pelas relações instauradas segundo o lugar que residiram, apontando para o livro como resultado da dinâmica social estabelecida, das concepções de ensino em discussão e das visões de mundo em pauta, segundo os objetivos traçados; para seus produtores significou contribuir com a província – ação que lhes conferiria reconhecimento e prestígio.

Uma das principais instituições da qual fizeram parte muitos autores foi o Liceu Maranhense, e geralmente, as suas produções tiveram maiores tiragens, as reedições circularam por dentro e fora da província, e foram discutidas com mais frequência nos jornais, chegando alguns a serem adotados e indicados para o ensino no restante do país e na Europa. Fazer parte do corpo docente dessa instituição era uma prerrogativa sobre o material e sua possível adoção no ensino; por outro lado, os professores do ensino primário também tiveram significativa contribuição, muitos deles estavam cientes das necessidades deste nível de ensino e afirmavam que seus livros foram elaborados a fim de supri-las, os jornais reconhecem esse empenho, no entanto as obras desses professores não tiveram o mesmo destaque em comparação àqueles que provinham dos mestres que faziam parte do corpo docente do Liceu Maranhense.

A combinação de atuar na imprensa e fazer parte do corpo docente do Liceu foi uma situação que sem dúvidas favoreceu a divulgação dos livros. Alguns deles ocuparam ainda cargos na administração pública como inspetores da instrução, assumindo secretarias e estando a frente de diversos órgãos governamentais, além

de participarem de vários espaços de sociabilidade, tais como: academias de letras, o Instituto Histórico e Geográfico Maranhense, de outras províncias/estados, o nacional e até mesmo no exterior. Ocupar estes espaços foi um facilitador da profusão dos livros na instrução, pela possibilidade de comunicar-se com outros segmentos, enviar suas produções a diferentes instituições, não apenas escolares, como também bibliotecas e arquivos, além de lhes atribuir certo prestígio enquanto intelectuais vinculados a estas organizações. Por fim, alguns autores maranhenses também desempenharam funções no Rio de Janeiro (capital do país neste período) especialmente, no Colégio Dom Pedro II, e tiveram suas obras adotadas no programa da instituição, o que também contribuiu para que o mesmo ocorresse por várias localidades, tendo em vista que ela foi um modelo seguido por diversas outras escolas de ensino secundário.

Os jornais utilizados como fonte apresentaram diferentes interesses quanto à divulgação dos livros escolares, pois o *Publicador Maranhense* (1842-1885), por ser um jornal que enfocava nas ações do governo provincial, teve como predominância matérias que tratavam dos pareceres de aprovação ou reprovação dos livros escolares produzidos pelas autoridades ligadas à instrução pública; n'O *Paiz* (1863-1889), por sua vez, predominavam publicações de caráter opinativo ligado aos interesses da tipografia Progresso de Belarmino de Matos, que se pautavam a partir de uma relação de interesse comercial; já no *Pacotilha* (1880-1939) as referências ao livro estavam associadas ao combate ao analfabetismo, a propostas inovadoras para a instrução, tanto no que se refere ao conteúdo das obras, quando aos métodos de ensino. Estas notícias e anúncios possibilitaram a apreensão do movimento de publicações sobre as obras e os assuntos que abordavam, dos jogos de poder estabelecidos entre as estratégias de imposição da Província/Estado e da igreja com as táticas de apropriação elaboradas por autores e editores para a profusão dos seus escritos, que fizeram uso desse importante veículo de comunicação para sensibilizar diretamente pais e responsáveis das crianças e jovens que eram consumidores desse objeto cultural. Se para os autores a adoção de uma obra ao ensino significava reconhecimento social, na medida em que contribui para a instrução visando o progresso da sua realidade nacional e local, para os editores e impressores era uma fonte de lucro, tanto pela compra imediata

dos livros escolares, como também levando em consideração a formação de novos leitores e possíveis consumidores do escrito impresso.

Foram identificados 32 livros escolares de autores maranhenses correspondentes às disciplinas de Geografia, História, Gramática, Matemática e Leitura, direcionados para os níveis de ensino primário e secundário. Pode-se destacar como as principais casas de impressão as tipografias do Progresso de Belarmino de Matos, a do Senhor Correia de Frias e a de Ramos de Almeida. A produção dos livros se concentra em primeiro lugar sobre os saberes elementares necessário ao trabalho, uma vez que a escrita, a leitura e a contagem eram conhecimentos destinados especialmente para as camadas populares, as quais não necessitariam ultrapassar o nível primário, visto que a instrução serviria como meio para a obtenção da ordem pública que possibilitaria instaurar um modo de obediência e sujeição via forma escolar de socialização que estava ligada a outras transformações sociais, especialmente, as políticas.

As representações sobre os livros de matemática estavam diretamente relacionadas a aplicações da vida prática, em especial, como conhecimentos fundamentais a serem empregados no trabalho, e em função do novo sistema de medidas que seria adotado no Brasil. As produções mais frequentes nos jornais dizem respeito às gramáticas e livros da língua portuguesa, dividindo-se suas representações em dois polos distintos com base no momento histórico: 1) no império elas buscavam conservar a língua em sua origem assim como a herdamos dos colonizadores portugueses, demarcando a partir da década de 1860, uma nova forma para sua elaboração, não mais como meras cópias das gramáticas latinas, explorando as suas próprias regras de configuração; 2) na república ocorrem mudanças, uma parcela dos autores reforça a identidade nacional, não ficando tão presos aos tradicionalismos de outrora, ao proporem inovações tanto no método de ensino como no distanciamento da influência estrangeira, especialmente europeia, bem como a valorização da contribuição dos povos indígenas e africanos que influenciaram em certa medida na forma como o idioma era praticado no Brasil. No entanto, ainda haviam aqueles que não concordavam com essa mudança nas estruturas psíquicas pertinentes à nova configuração social provocada pela república e queriam preservar a originalidade da língua, isto gerou uma discordância entre os

intelectuais nos anos iniciais do novo regime a partir de seus posicionamentos políticos.

Se a matemática e a gramática foram as disciplinas escolares mais privilegiadas em número de títulos e exemplares impressos; no que se refere à geografia e história, o quantitativo de artefatos cai significativamente. A carência de materiais com respeito a estas duas últimas disciplinas, que contemplassem as temáticas relacionadas à realidade nacional e local foi constantemente apontada pelas fontes, visto que indicavam a necessidade da produção de conhecimentos que destacassem aspectos brasileiros e maranhenses, em detrimento da influência europeia nos espaços de ensino via livros escolares importados e/ou traduzidos que não tratavam desses assuntos ou faziam referências ligeiras. Os jornais apontam a dificuldade da produção deste tipo de material em função de diversos fatores: 1) a recente história do Brasil, considerando-se a partir do seu descobrimento pelos portugueses e em comparação aos países europeus; 2) os problemas com a documentação oficial, tanto no aspecto de acesso ao material, quanto erros dos dados fornecidos por ela; 3) a falta de apoio e iniciativa do poder governamental em empreender e fomentar pesquisas nas regiões mais longínquas e ainda inexploradas; 4) a extensão territorial continental da nação que tornava ainda mais complexo as pesquisas no sentido de alcançar todos estes locais.

Cada nova publicação sobre essas disciplinas escolares era representada como material que sanaria tais necessidades significando mais um passo para o conhecimento do próprio país. Assim como nos trabalhos sobre a língua, também houve disputas das representações sobre como foram construídas pelos autores a história nacional, especialmente com o advento da República.

Já com respeito aos livros de leitura, nos discursos dos jornais fica evidente a necessidade da moralização da infância por meio dos conteúdos presentes nestas obras de moral, religião e civilidade; inculcação de valores que foi imposta especialmente pela Igreja e pelo poder provincial. Destarte, a mudança na relação pedagógica que ocorreu no século XIX transformando a interação professor/aluno que se dava anteriormente via método individual foi autonomizando-se pela dinâmica e uso obrigatório do método de ensino simultâneo, por meio do qual se ministrara conteúdos de forma indireta a vários estudantes; contexto do livro escolar que não só se torna elemento indispensável por permitir a transmissão do mesmo

conteúdo a diversos alunos ao uníssono, como também possibilitou a consolidação da relação e prática pedagógica presente nas bases da forma escolar de socialização.

Enfim, os livros abordados neste trabalho fizeram parte do programa de ensino de várias instituições dentro e fora da província, configurando-se como elemento fundamental na gramática escolar, que contribuiu com a forma de organização da escola, por apresentar conteúdos sistematizados e objetivados produzidos e destinados para disciplinas e níveis específicos de acordo com o grau de entendimento dos alunos, funcionando em início como um guia para a prática pedagógica do professor que se realiza de maneira consciente e participativa no ambiente da sala de aula e, paulatinamente, se vai transformando em um suporte acessível e manipulável para que as crianças aprendessem com ele lendo-o; isto é, um auxiliar para os alunos onde a mudança nos estilos da escrita, no tamanho dos parágrafos, nas formas de diagramação e o uso cada vez maior da visualidade (combinado textos/imagens que ajudariam na compreensão do escrito) foi mudando e refinando-se acorde as necessidades da criança, segundo o aparecimento de disciplinas auxiliares como a psicologia e sociologia, que apontavam para o diagnóstico necessário da maturidade cognitiva e do seu nível de desenvolvimento, para se pensar, produzir e distribuir este livro escolar como elemento intrínseco à cultura material da escola.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, G. **O meu próprio romance**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1931. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3926>. Acesso em: 13 maio 2020.
- BIBLIOTECA DE ALPIRAÇA. Biografia Luís Vaz de Camões (1524 - 1580). Site. Alpirança, 2020. Disponível em: <http://www.alpiarca.pt/biblioteca/pdf/camoes.pdf>. Acesso em; 14 fev. 2021.
- BAPTISTA NETO, M. J. **Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), um percurso cultural e artístico entre a Alemanha, o Brasil e Portugal**. Centro de estudos da população, economia e sociedade. Site. Porto, 2007. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/artistas-e-artifices-e-sua-mobilidade-no-mundo-de-expressao-portuguesa/wilhelm-ludwig-von-eschwege-1777-1855-um-percurso-cultural-e-artistico-entre-a-alemanha-o-brasil-e-portugal>. Acesso em: 05 de mar. 2021.
- BORRALHO, J. H. de P. **A Athenas Equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro**. 1. ed. São Luís: Edfunc. 2010.
- BARROS, J. D'A. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993, 369f. Tese (departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-28062019-175122>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- BITTENCOURT, C. M. F. História dos livros escolares o Brasil: produção e circulação. In: CASTELLANOS, S. L. V.; CASTRO, C. A. (Org.) **Livro, leitura e leitor: perspectiva histórica**, São Luís: Café & Lápis; EDUFMA, 2016. p. 115 – 138.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e saber escolar: 1810-1910**. Belo Horizonte: Autentica, 2008.
- BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. v. 1.
- BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893. v. 2.
- BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1902. v. 7.
- BOTTENTUIT, A. M. **Os discursos dos presidentes da província do Maranhão Império sobre a instrução pública primária no período de 1870 – 1889**. 154f. 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016.
- BRAGA, M. de F. A. **Livros, folhetos, jornais, calendários e folhinhas, tudo à venda na botica de Padre Tezinho: práticas sociais e práticas de leitura nos anúncios dos jornais do século XIX (1820-1831)**. 245. 2011. Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:

http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5516. Acesso em 10 nov. 2020.

CARNEIRO, A.; LOPES, R. H. **CASTRO, Augusto Olímpio Gomes de**. Fundação Getúlio Vargas –CPDOC. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTRO,%20Augusto%20OI%C3%ADmpio%20Gomes%20de.pdf>. acesso em 30 jun. 2021.

CARVALHO, A. M. **Os livros adotados no liceu maranhense pelas linhas da “pacotilha” (1889-1930):** uma análise a partir da cultura material escolar.

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

CARVALHO, M. M. C. de; NUNES, C. *Historiografia da educação e fontes*.

Cadernos ANPEd, Porto Alegre, 1993. Disponível em:

https://anped.org.br/sites/default/files/caderno_anped_no.5_set_1993.pdf. Acesso em 29 ago 2020.

CASTELLANOS, S. L. V.; CASTRO, C. A. Uma instituição de ensino popular no Maranhão império: a Sociedade Onze de Agosto. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 62, p. 83-97, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i62.8640495. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640495>. Acesso em: 8 nov. 2020.

CASTELLANOS, S. L. V. A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.71156>. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/71156/41488>. Acesso em: 24 fev. 2021.

CASTELLANOS, S. L. V. **O livro escolar no Maranhão Império (1821-1889)**. São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, 2017.

CASTELLANOS, S. L. V. Os livros escolares nos jornais maranhenses no período imperial. In: CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V.; FELGEIRAS, M. L. (Org.).

Escritos da História da Educação: Brasil e Portugal. São Luís: Café & Lápis, 2012, p. 63-82.

CASTRO, C. A. (Org.). **Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835- 1889**. São Luís: Edufma, 2009.

CASTRO, C. A. Arquivos e fontes na história da educação. In: GONDRA, J. G.; MACHADO, M. C. G.; SIMÕES, R. H. S. (Org.). **História da educação, matrizes interpretativas e internacionalização**. Vitória: EDUFESS, 2017.p. 227-252.

CASTRO, C. A. Controlar e disciplinar a vida escolar: a ação da inspetoria da instrução pública no Maranhão (1844-1889). *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 96-120, jan./abr. 2017. Doi <http://dx.doi.org/10.5965/1984723818362017096>. Disponível em:

<<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017096>.

> Acesso em: 6 jun. 2021.

CASTRO, C. A.; CABRAL, M. C. dos S.; CASTELLANOS, S. L. V. A imprensa estudantil liceísta no Maranhão (1889-1900). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v.19, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e084>. Acesso em: 20 jun. 2020

CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. (Org.). **A escola e seus artefatos culturais**. São Luís: EDUFMA, 2013. 224 p.

CHARTIER, A. M. Os modelos contraditórios da leitura entre formação e consumo da alfabetização a cultura de massa. **Revista história da educação**, Pelotas, v. 7, n. 13, jan./jun. 2003, p. 35-49. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30532/pdf>. Acesso em 04 set. 2020.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel. p. 13-67. 1988.

CHARTIER, R. **El Mundo como representación: estúdios sobre história cultural**. Barcelona: Gedisa editorial, 1989.

CHARTIER, R. **História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. M. M. Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**. V.30, n. 33, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000300012>. Acesso em: 24 jun. 2020

COSTA, O. A. da. **O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)**. 2013. 210 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24042013-134450/pt-br.php>. Acesso em 28 abr 2020.

CONDURÚ, F. B. de O. **Grammatica elementar da língua portugeza**. 13. ed., São Luís: Tipografia do Paiz, 1863.

CORREA, J. A. **Resumo de Algebra**, São Luís: Popular maranhense, 1886.

CORUJA, A. A. P. **Antigulhas reminissencias de Porto Alegre**. Porto Alegre: tipografia do jornal do comercio, 1881. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/biblioteca/Ant%C3%B4nio%20%C3%81lvares%20Pereira%20Coruja%20%20Antigulhas,%20reminiscencias%20de%20Porto%20Alegre,%201881.pdf>. Acesso em 23 jun. 2021.

DARTON, R. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 18. ed., Petrópolis: RJ, Vozes, 2012.

EL FAR, A. **Páginas de Sensação**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

ESCOLANO BENITO, A. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas, SP: Alínea, 2017.

FARIA FILHO, L. M. de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. 1 reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FARIAS, C. M. P. **A cultura administrativa e a sua influência na instrução pública primária no maranhão império (1843-1870)**: entre atos e fatos administrativos. 2020. 262 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

FERNANDES, H. C. **Administrações maranhenses: 1822 – 1929**. São Luís: Instituto Geia, 2003.

FERREIRA, F. P. **A circulação dos livros escolares nas escolas públicas de ensino elementar de minas gerais (1870-1888)**. 2011. 141 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares) - Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, 2011. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/mestradoeducacao/DISSERTACAO_FABIANA_PATRICIA_FERREIRA.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

FREIRE, L. **Galliscismos**. Rio de Janeiro: S. A. Litho Typographia Fluminense do Rio de Janeiro, 1921.

FREITAS, B. de. Textos biografias. Blogue Recanto das Letras, 14 de janeiro de 2012. **Blog**. <https://www.recantodasletras.com.br/biografias/2831967>. Acesso em 01 dez. 2020.

GALVÃO, A. M. de O. Ler, escrever e aprender gramática para a vida prática: uma história do letramento escolar no século XIX. **Revista Língua Escrita**, número 1, jan./abr. de 2007. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br> Acesso em: 28 abr. 2020.

JORGE, S. **Imprensa do maranhão no século XIX 1821-1900**. São Luís: EDITORA, 2008.

LEÃO, M. de. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. **Aedos**, Porto Alegre n. 11 vol. 4 - Set. 2012, p. 602-615. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/30737#:~:text=%C3%89%20durante%20o%20per%C3%ADodo%20da,dos%20%E2%80%9Cportadores%E2%80%9D%20de%20analfabetismo>. Acesso em 07 out. 2020.

LEAL, A. H. **Pantheon maranhense**: ensaio bibliográfico dos maranhenses ilustres já falecidas. Academia maranhense de letras. São Luís, 1987.

Maciel, F. I. P. **Lúcia Casasanta e o método global de contos**: uma contribuição à história da alfabetização em Minas Gerais. 2001. 157 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Disponível em <http://hdl.handle.net/1843/FAEC-86PRY6>. Acesso em 23 set. 2020.

MARQUES, C. A. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

MEIRELES, M. M. **História do Maranhão**. 4. ed. rev. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

MELLO, C. A. de. **A formação das histórias literárias no Brasil**: as contribuições de Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), de Ferdinand Wolf (1796-1866) e

Sotero dos Reis (1800-1871). 2009. 337f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270249>. Acesso em: 08 ago. 2020.

MORTATTI, M. do R. L. **História dos Métodos de Alfabetização no Brasil**. In: Conferência promovida no Seminário de Alfabetização e Letramento em Debate. Brasília, 2006.

NÓVOA, A. Do Mestre-Escola ao professor do ensino primário: subsídios para uma história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX). **Análise psicológica**, Lisboa, v. 5, n. 3, p. 413-44. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.12/2200>. Acesso em: 23 set. 2020.

Oliveira, L.L. **A questão nacional na primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PEREIRA, J. de J. **Na fronteira do cárcere e do paraíso**: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista. 210f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2001.

PESAVENTO, S. J. **História & história cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PERES, E. T. Influências do pensamento norte -americano na produção de cartilhas para o ensino da leitura e da escrita no Rio Grande do Sul na década de 1960. In: MORTATTI, M. do R. L.; FRADE, I. C. A. da S. (Orgs.). **História do ensino de leitura e escrita**: métodos e material didático. Marília: Editora da UNESP/Oficina Universitária, 2014. p. 93-120.

PERES, E. T.; RAMIL, C. de A. Cartilhas, pré-livros, livros de alfabetização, livros para o ensino inicial da leitura e da escrita: guardá-los e estudá-los, para quê?. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 34 - 64, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723819412018034>. Acesso em: 18 jul. 2021.

PERES, E. T.; RAMIL, C. de A. Cartilhas produzidas por autoras gaúchas: um estudo sobre a circulação e o uso em escolas do Rio Grande do Sul (1940-1980). **Revista Brasileira De Alfabetização**, Vitória, v.1, n. 1, p. 177-203, jan./ jun., 2015. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/44>. Acesso em: 18 jul. 2021.

PERDIGÃO, D. de C. **O que se deve ler?** São Luís: Imprensa Oficial, 1922.

RIBEIRO, E. C. **Serões Gramaticais**. Salvador: Imprensa Popular, 1890.

ROSA, J. M. **Galicismos no português do Brasil**: uma abordagem lexicográfica. 2013. 261 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.

SANTANA, J. Pedro Nunes Leal. Blog Vivenciando a Cultura Maranhense, 23 de abril de 2018. **Blog**. Disponível em:

<<http://juceysantana.blogspot.com/2018/04/pedro-nunes-leal.html>>. Acesso em 01 dez. 2020.

SERRA, J. **Sessenta anos de jornalismo**: a imprensa no Maranhão. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

SILVA, D. R. da. **A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão 1903-1920**. São Luís: UEMA, 2015.

SILVA, D. R. da. **As casas de ensino do maranhão**: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912). 2017. 276f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). Araraquara, 2017. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/4319.pdf. Acesso em 06 jul. 2020.

SILVA, I. P. da. **ARAÚJO, Elísio de**. Fundação Getúlio Vargas –CPDOC. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ARA%C3%AJO,%20EI%C3%ADsio%20de.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SILVA, J. R. S.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 1, n. 1 Julho de 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 9 set. 2020.

SILVA, R. **Introdução à Bíblia**. Sobral: Aiamis, 2017.

SAUERBRONN, F. F.; FARIA, A. A Utilização do Método Histórico em Pesquisa Acadêmica de Marketing. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu: UFMG. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 30 out. 2020

SCHMIDT, L. L. Educação e Instrução na Província de Santa Catarina. In: GONDRA, J. G.; SCHNEIDER, O. (Org.). **Educação e instrução nas províncias e na corte imperial (Brasil, 1822-1889)**. Vitória: EDUFES, 2011

SIVERIS, D. **Língua, sujeito e história**: implicações da noção de função-autor na produção dicionarística de Caldas Aulete. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9862>. Acesso em 30 maio de 2021.

SOARES, W. de J. B. **Uma história da matemática escolar na cidade de São Luís do século XIX**: livros, autores e instituições. 2017. 280f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Física Gleb Wataghin, Campinas, SP, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322675>. Acesso em: 1 set. 2020.

SOARES, W. de J. B. Roberto Moreira, aulas particulares e o ensino de aritmética no século XIX. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 161-185, 2019. DOI: 10.24065/2237-9460.2019v9n2ID861. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/861>. Acesso em: 30 jul. 2021. Acesso em 14 maio 2021)

SOUZA, R. F. de. A escola modelar da república e a escolarização da infância no Brasil: reflexões sobre uma investigação comparada em âmbito nacional. In:

SOUZA, R. F. de; SILVA, V. L. G. de; SÁ, E. F. de. **Por uma teoria material da escola primária no Brasil: investigações comparadas (1870-1930)**. Cuiabá: EDUFMG, 2013.

TEIXEIRA, G. B. **O Grande Mestre da Escola: Os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro**. 2008. 224 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2006_1-188-ME.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

TONERA, R. **Antonio José da Silva Paulet**. Site. Santa Catarina, 2008. Disponível em: https://fortalezas.org/?ct=personagem&id_pessoa=194. Acessado em 2 de jun. 2021.

VICENTE, G.; LAHIRE B.; THIN, D. Sobre a história e teoria da forma escolar. **Educação em revista**, Belo horizonte, nº 33, jun/2001.

Vidal, D. G. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18 n.36, 2017, p. 251 - 272. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017251>. Acesso em: 30 ago. 2020.

VIDAL, D. G.; SILVA, V. L. G. da. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 29 - 45, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2127>. Acesso em: 22 ago. 2021.

VIVEIROS, J. de. **História do comércio no Maranhão**. São Luís: Associação Comercial, 1954.

ZUIN, E. de S. L. José Joaquim D'Avila: pela defesa de um novo sistema de pesos e medidas no Brasil no século XIX?. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v.19, n.2, 187-210, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/186640/Jos%C3%A920Joaquim%20D%E2%80%99Avila%20-%20pela%20defesa%20de%20um%20novo%20sistema%20de%20pesos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 abr. 2021.

• FONTES CITADAS

RELATÓRIOS

MARANHÃO. **Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão apresentou o Conselheiro Presidente da Provincia Antonio Manoel de Campos Mello, por ocasião da instalação da mesma no dia 3 de maio de 1863**. Maranhão: Typografia do Frias, 1863

MARANHÃO. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão, por ocasião da instalação de sua sessão ordinaria, no dia 1.º de junho de 1869, pelo primeiro Vice-Presidente da Provincia o Exm. Sr. Dr. José da Silva Maya**. Maranhão: Typographia de José Mathias, 1869

MARANHÃO. Relatório que Joaquim Franco de Sá, Presidente da Província do Maranhão, apresentou na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1847. Maranhão: Tipografia Maranhense, 1847.

OFÍCIOS

MARANHÃO. Ofício de Jose Da Silva Maia encaminhado para o Presidente de Província João Silveira de Souza, em 18 abr. 1860 (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de Francisco Baltazar da Silveira encaminhado para o Presidente de Província Eduardo Olimpio Machado, em 30 de dez. 1853 (Manuscrito).

MARANHÃO. Ofício de Luis Antonio Vieira encaminhado para o Presidente de Província Eduardo Olimpio Machado, em 2 abr. 1853 (Manuscrito).

JORNAIS

O PAIZ, 24 de julho de 1863, edição nº20, p. 2

O PAIZ, 06 de outubro de 1863, edição nº32, p. 4

O PAIZ, 19 de março de 1864, edição nº 34, p. 2

O PAIZ, 29 de março de 1864, edição nº 37, p. 2

O PAIZ, 16 de junho de 1864, edição nº 70, p. 4

O PAIZ, 30 de agosto de 1876, edição nº 129, p. 3

O PAIZ, 12 de setembro de 1879, edição nº 208, p. 2

O PAIZ, 14 de novembro de 1879, edição nº 261, p. 4

O PAIZ, 03 de julho de 1880, edição nº 150, p. 4

O PAIZ, 15 de dezembro 1881, edição nº 285, p. 3

O PAIZ, 16 de janeiro de 1883, edição nº 11, p. 1

O PAIZ, 06 de abril de 1887, edição nº 78, p. 1

O PAIZ, 14 de junho de 1887, edição nº85, p.1

PACOTILHA, 30 de outubro 1880, edição nº1, p. 1

PACOTILHA, 29 de maio de 1881, edição nº 39, p. 3

PACOTILHA, 09 de setembro de 1881, edição nº 39, p. 3

PACOTILHA, 15 de fevereiro de 1900, edição nº 39, p. 2

PACOTILHA, 11 de maio de 1901, edição nº 112, p. 3

PACOTILHA, 30 de janeiro de 1911, edição nº 24, p. 1

PACOTILHA, 30 de janeiro 1918, edição nº 88, p. 2

PUBLICADOR MARANHENSE 19 de abril de 1861, edição nº 89, p. 4

PUBLICADOR MARANHENSE 23 de abril de 1862, edição nº 91, p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 27 de maio de 1862, edição nº 120, p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 12 de janeiro de 18663, edição nº 12, p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 13 de fevereiro de 18663, edição nº 35, p. 3
PUBLICADOR MARANHENSE 11 de março de 18663, edição nº 57, p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 13 de novembro de 18663, edição nº 258, p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 12 de abril de 1864, edição nº 82, p. 1
PUBLICADOR MARANHENSE 04 de novembro de 1865, edição nº 250, p. 4
PUBLICADOR MARANHENSE 19 de fevereiro de 1866, edição nº 40, p. 3
PUBLICADOR MARANHENSE 25 de abril de 1868, edição nº 94, p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 20 de outubro de 1868, edição nº 239, p. 3
PUBLICADOR MARANHENSE 21 de outubro de 1868, edição nº 240, p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 23 de outubro de 1868, edição nº 242, p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 28 de outubro de 1868, edição nº 246, p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 06 de novembro de 1868, edição nº 254 , p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 12 de novembro de 1868, edição nº 260, p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 03 de dezembro de 1868, edição nº 276, p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 12 de janeiro de 1869, edição nº 08, p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 19 de janeiro de 1869, edição nº 19, p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 23 de marco de 1879, edição nº 69, p. 2
PUBLICADOR MARANHENSE 13 de outubro de 1882, edição nº 230, p. 2

ANEXO A – Livros escolares no Maranhão

N.	Titulos	Autor	Ano/edição	Adotado	Tipografia	Lugar de impressão
1	Gramática Portuguesa	Sotero dos Reis	1866/1ª		B. de Matos	S. Luís
2	Gramática Portuguesa (obra postúma) Editada p/ Francisco S. dos Reis Junior e Américo Vespúcio d. Reis	Sotero dos Reis	1871/ 2ª	Instituto de Humanidades	d'Almeida & Cª.	S. Luís
3	Curso de Literatura portuguesa e brasileira (I – IV volume)	Sotero dos Reis	1866/1868		B. de Matos	S. Luís
4	Curso de Literatura portuguesa e brasileira (obra póstuma – V vol.) editada p/ Américo Vespúcio d. Reis	Sotero dos Reis	1862	Instituto de Humanidades	B. de Matos	S. Luís
5	Postilas de Gramática Geral aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos	Sotero dos Reis	1862	Instituto de Humanidades	B. de Matos	S. Luís
6	Almanaque de Lembranças Brasileiras	Cesar Augusto Marques	1863	Colégio Pedro II	Livr. Pop. Magalhães	
7	Dicionário Histórico Geográfico	Cesar Augusto Marques				S. Luís
8	Aos meus meninos (tradução)	Cesar Augusto Marques	1872		J. M. C. de Frias	S. Luís
9	Tratado de Aritmética	João Antonio Coqueiro	1860/ 1ª	Colégios e Liceus		Paris
10	Tratado de Aritmética	João Antonio Coqueiro	1897/ 2ª	Colégios e Liceus Instrução Secundário .	Casa Monte Alverne	R. Jan.
11	Soluções das questões propostas no trabalho de Aritmética	João Antonio Coqueiro			Rey e Belhatte (Imp) W. Remquet & Cª.	Paris
12	Metrologia Moderna ou exposição circunstanciada do sistema métrico decimal	João Antonio Coqueiro	1863	Escolas primárias de 2º. (MA/ PE)	B. de Matos	S. Luís
13	Prática de novas medidas de peso	João Antonio Coqueiro	1866 1867/ 2ª		B. de Matos	S. Luís
14	Curso elementar de matemática. Teórico e Prático. Tomo I	João Antonio Coqueiro	1869/ 1ª	Instrução Primária e industrial Colégio Pedro II	B. de Matos	S. Luís
15	Curso elementar de matemática. Teórico e Prático. Tomo II	João Antonio Coqueiro	1874/ 1ª	Instrução Primária e industrial	J. M. C de Frias	S. Luís
16	Primeiras Noções de cálculo	João Antonio Coqueiro	1871	Escola Especial para adultos Escola 1ª letras	J. M. C de Frias	S. Luís
17	Tábuas Estereométricas	João Antonio Coqueiro	1871	Tesouro Provincial	J. M. C de Frias	S. Luís
18	Pagina Intima	Roberto Moreira	1874		Não identificado	
19	Primeiras lições de aritmética	Ayres de Vasconcelos Cardoso Homem	1846		Maranhense	S. Luís
20	Compêndio de trigonometria	João Nepomuceno X. de Brito	1859	Liceu Maranhense		S. Luís
21	Resumo de Álgebra	José Augusto Corrêa	1886		Popular Maranhense	S. Luís
22	Questões Práticas de Aritmética	D. M. A	1895		J. M. C de Frias	S. Luís
23	Gramática Portuguesa	Felipe Condurú				
24	Compêndio da Gramática Philosophica da Língua Portuguesa	Antonio da Costa Duarte	1877		Ramos de Almeida	S. Luís
25	Compêndio de Geografia	Dr. Antônio Rego	1864	Liceu Maranhense		

26	Rudimentos de Geografia	Antonio Rego	1872		J. M. C de Frias	S. Luís
27	Atlas do Império do Brasil	Candido Mendes de Almeida	1868		Litographia Instituto. Philomathico	R. Jan.
28	Memórias para o extinto estado do Maranhão	Candido Mendes de Almeida				
29	História do Maranhão (2 vols.)	Barbosa de Gódois	1873			
30	Lições de Economia Política	José Ascênsio da Costa Ferreira	1872		J. M. C de Frias	S. Luís
31	O ensino público	Antonio de Almeida Oliveira				
32	Seleta Nacional	R. Alves da Fonseca	1873		Não identificado	
33	Seleta Escolar	J. S. Castello Branco	1886		J. M. C de Frias	S. Luís
34	O livro do Povo		1861/ 1ª 1881/ 9ª		J. M. C de Frias	S. Luís
35	Nina (Livro de Leitura)	Epomina d'Oliveira Condurú Serra	1884	Liceu Maranhense		S. Luís
36	Novo testamento	Bispo D. Frei Joaquim de N. S. de Nazaré	1885	Liceu Maranhense		S. Luís
37	Beleza da Literatura Latina	Dr. João Henrique Vieira da Silva	1885	Liceu Maranhense		